

E.S. Biblioteca

346.0. 44668

X960534309

HD1476.P677.D97.F47
1996



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

Mestrado em: ECONOMIA E POLÍTICA SOCIAL

FONTES DE RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS

Estudo de Casos no Concelho de Ourique

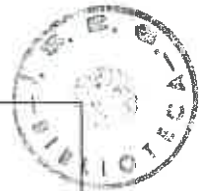
Maria de Fátima Palmeiro Baptista Ferreira

Orientação: Professor Doutor *Francisco Cabral Cordovil*

Composição do Júri:

Professor Doutor *José Pereirinha*
Professor Doutor *José Portela*
Professor Doutor *Francisco Cabral Cordovil*

Outubro/1996



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

Mestrado em: ECONOMIA E POLÍTICA SOCIAL

FONTES DE RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS

Estudo de Casos no Concelho de Ourique

Maria de Fátima Palmeiro Baptista Ferreira

Orientação: Professor Doutor *Francisco Cabral Cordovil*

Composição do Jurí:

Professor Doutor *José Pereirinha*
Professor Doutor *José Portela*
Professor Doutor *Francisco Cabral Cordovil*

Outubro/1996



À memória do meu pai

Resumo e Palavras-Chave

Resumo

A Política Agrícola Comum (PAC) tem objectivos de natureza económica, social e ambiental: diminuição de algumas produções excedentárias, rejuvenescimento e dinamização dos empresários agrícolas; compensação do rendimento dos agricultores, devido à queda do preço dos produtos, através de ajudas directas; protecção do ambiente e preservação do espaço natural. As medidas da Política de Desenvolvimento Rural, por seu lado, sublinham a necessidade de diversificação das actividades em meio rural, nomeadamente no âmbito das explorações agrícolas (vd. o caso do turismo rural).

O presente trabalho tem como objecto a identificação e interpretação das fontes de rendimento de seis famílias agrícolas do concelho de Ourique. Trata-se de um "estudo de casos" cujo enquadramento teórico consiste na definição dos conceitos de "rendimento", "rendimento agrícola", "família" e "família agrícola" (unidade central de análise dada a especificidade de funcionamento da exploração agrícola), na apresentação daquelas duas políticas, dada a sua influência no rendimento global das famílias agrícolas, e na referência ao conceito de "estratégia" enquanto factor fundamental na configuração das fontes de rendimento. Na pesquisa empírica, para além da observação directa, foi aplicado um Inquérito por Questionário e realizadas entrevistas aos agricultores e a outros actores considerados importantes para a análise do tema.

Palavras chave: rendimento, família agrícola, Política Agrícola Comum, Política de Desenvolvimento Rural, estratégia.

Summary and Key Words

Summary

The Common Agricultural Policy (CAP) has economic, social and environmental goals: the reduction of some surplus productions; the rejuvenation and dynamization of the agricultural entrepreneurs; the agricultural income compensation through direct payments, due to the products price fall; the environmental protection and natural resources preservation. On the other hand, the Rural Development Policy measures underline the necessity of activities diversification in rural environment. The rural tourism in farms is one of the possibilities of this diversification.

This dissertation aims to the identification and interpretation of six agricultural families income sources in Ourique. It is a "case study" research which has the following conceptual framework: definition of "income", "agricultural income", "family" and "agricultural family" (central unit of analysis due to the specificity of farm performance) concepts; presentation of that two Policies which have influence in agricultural family global income; reference to the "strategy" concept as an important factor in the income sources nature. In the empirical research the techniques used were the direct observation, a Questionnaire and interviews to farmers and other significant people in the theme analysis.

Key words: income, agricultural family, Common Agricultural Policy, Rural Development Policy, Strategy.

Índice

Introdução	9
I. O Rendimento das Famílias Agrícolas - apresentação dos conceitos	12
1.1. Rendimento e operações de repartição do rendimento no âmbito dos Sistemas de Contas Nacionais.....	12
1.2. O rendimento agrícola.....	19
1.2.1. Especificidades.....	19
1.2.2. Métodos e fontes de informação para o cálculo do rendimento agrícola.....	24
1.3. As famílias e as famílias agrícolas.....	30
1.3.1 A família - delimitação institucional.....	30
1.3.2. A família agrícola.....	34
1.4. O rendimento global das famílias agrícolas.....	38
1.4.1. A família como unidade central de análise.....	38
1.4.2. Métodos e fontes de informação para o cálculo do rendimento global das famílias agrícolas.....	41
II. A Política Agrícola Comum e a Política de Desenvolvimento Rural: suas influências nas fontes de rendimento das famílias agrícolas	45
2.1. A Política Agrícola Comum - evolução e principais características.....	45
2.2. A Política de Desenvolvimento Rural.....	54
2.3. O Futuro da Agricultura e do Mundo Rural.....	64
2.3.1. Enquadramento geral.....	64
2.3.2. O caso português.....	70
2.4. A importância das estratégias dos actores económicos e sociais na implementação das políticas.....	78
III. Fontes de Rendimentos das Famílias Agrícolas do concelho de Ourique - estudo de seis casos	83
3.1. Caracterização do concelho de Ourique.....	83
3.1.1. Ambiente físico.....	83
3.1.2. População e povoamento.....	85
3.1.3. Actividades económicas e emprego.....	87
3.1.4. Alguns indicadores e variáveis de caracterização da agricultura do concelho.....	92
3.1.5. Qualificação dos recursos humanos.....	97
3.1.6. Indicadores sociais e condições de vida.....	98
3.2. Algumas propostas de desenvolvimento para o concelho de Ourique.....	103
3.2.1. As propostas da autarquia.....	104
3.2.2. As propostas do Programa de Desenvolvimento Agrícola Regional (PDAR).....	105
3.2.3. O Programa para a Animação do Alentejo Sudoeste da Esdime - Al Sud - (LEADER II).....	107

3.3. Estudo de casos - fontes de rendimento e estratégias de seis famílias agrícolas do concelho de Ourique.....	109
3.3.1. Aspectos metodológicos	109
3.3.1.1. O método.....	109
3.3.1.2. As técnicas	110
3.3.1.3. As fases e as condições de realização do trabalho de campo	111
3.3.2. Apresentação dos casos	119
3.3.2.1. Critérios de selecção e localização geográfica dos casos.....	119
3.3.2.2. Dados biográficos e condições de vida das famílias.....	121
3.3.2.3. A exploração - alguns indicadores e variáveis de caracterização	126
3.3.3. Fontes de rendimento das famílias: identificação e análise.....	133
3.3.4. Os objectivos e as estratégias - exploração agrícola e família	144
Conclusão	156
Bibliografia	160
Anexos	

Lista de Quadros, Figuras e Gráficos

Quadro 1	- Componentes do cálculo do rendimento disponível das famílias agrícolas segundo o RGMA	42
Quadro 2	- Situação de Portugal no projecto RGMA	43
Quadro 3	- Freguesias do Concelho de Ourique, população residente, área geográfica e densidade populacional - 1991	83
Quadro 4	- Distribuição das freguesias do concelho de Ourique por subzonas	84
Quadro 5	- População residente e componentes do crescimento demográfico - 1981-91	85
Quadro 6	- Estrutura etária da população residente e índice de envelhecimento - 1981-91	86
Quadro 7	- População residente segundo a dimensão dos lugares (%) - 1981-91	86
Quadro 8	- Distribuição da população empregada por ramos de actividade - 1991	88
Quadro 9	- População residente, com 12 ou mais anos, segundo a condição perante a actividade económica - 1991	90
Quadro 10	- População desempregada e taxa de desemprego - 1991	90
Quadro 11	- Dimensão médias das explorações	92
Quadro 12	- Tipos e formas de exploração	93
Quadro 13	- Utilização da terra	94
Quadro 14	- Peso dos vários estratos de agricultura	94
Quadro 15	- Explorações com trabalhadores permanentes e número de trabalhadores	95
Quadro 16	- Produtores singulares segundo a origem do rendimento do agregado doméstico e a dimensão da exploração - 1989	96
Quadro 17	- População familiar segundo a actividade lucrativa exterior à exploração - 1989	96
Quadro 18	- Definição dos casos a segundo os critérios: dimensão da exploração; idade do agricultor e natureza da sua actividade (mono-activo/pluri-activo)	120
Quadro 19	- Distribuição dos casos pelas freguesias do concelho de Ourique	121
Quadro 20	- Algumas variáveis de caracterização da exploração e da actividade agrícola dos casos	127/ 8
Quadro 21	- Produções que recebem ajudas e tipo de ajudas, por casos	129
Figura 1	- Indicadores de rendimento segundo o Economic Accounts for Agriculture (EAA)	25
Gráfico 1	- População residente em 12 ou mais anos, empregada, segundo o sector de actividade económica (%) - 1991	87
Gráfico 2	- População residente, segundo o nível de instrução (%) - 1991	97

Agradecimentos

Durante a elaboração de um trabalho desta natureza muitos são os contactos que se estabelecem, muitas as pessoas que tornaram possível a sua concretização. Os meus agradecimentos aos ausentes na "lista" mas presentes nas diferentes fases da pesquisa.

Agradeço ao Professor Francisco Cordovil a orientação deste trabalho. Estive dois anos a trabalhar sob o signo do rigor e da clareza. Espero que aquilo que fiz traduza de alguma forma aqueles importantes "mandamentos" do trabalho científico.

Agradeço ao Professor José Pereirinha, coordenador do Mestrado e docente de duas disciplinas do Mestrado, o apoio e a disponibilidade que demonstrou sempre que o procurei.

Agradeço ao engenheiro José Francisco Matos a ajuda que me deu na realização do trabalho de campo. À sua família, Ana e Carolina, agradeço os serões que tornaram mais confortável e menos solitária a minha estadia em Ourique.

Agradeço ao engenheiro Rui Alves a leitura do meu projecto de dissertação, as críticas que fez, para além da informação que me disponibilizou relativa à Política Agrícola e à Política de Desenvolvimento Regional e as muitas conversas que tivemos.

Agradeço à Sílvia José a formatação do texto, a ajuda na impressão e encadernação da versão final do trabalho.

Ao Paulo agradeço a paciência e a revisão de algumas partes do trabalho.

À minha mãe e irmã agradeço a compreensão que tiveram pela minha ausência nalguns momentos das suas vidas.

Introdução

O meu interesse pelo estudo da agricultura e dos comportamentos e estratégias dos agricultores não é recente. Ao longo da licenciatura em Sociologia esse interesse traduziu-se na opção por algumas disciplinas que incluíam abordagens à agricultura e ao mundo rural e onde foi possível apresentar trabalhos nessa área, dos quais destaco a dissertação de licenciatura sobre Associativismo Agrícola Socioprofissional - o caso da região Oeste (1991).

Após a conclusão da parte escolar do Mestrado em Economia e Política Social, e de alguma prospecção de diversas áreas temáticas para a dissertação, decidi continuar a trabalhar sobre a agricultura e fui de novo para o "campo".

A escolha do objecto do trabalho resultou da minha curiosidade sobre a importância dos subsídios no rendimento dos agricultores, alimentada pelas notícias da comunicação social sobre as dificuldades da agricultura portuguesa e da "subsídio/dependência" daqueles e por leituras que fiz sobre a evolução do rendimento dos respectivos no contexto da actual PAC, sobretudo para o caso francês e espanhol. O interesse inicial sobre estes temas foi sendo apurado ao longo da pesquisa realizada para a apresentação do projecto de dissertação e enquadrado numa preocupação mais ampla - a da análise das fontes de rendimento das famílias agrícolas - à medida que fui trabalhando e conhecendo as questões conceptuais e metodológicas relacionadas com este domínio de estudo.

O objecto central deste trabalho consiste na identificação e interpretação das fontes de rendimento de seis famílias do concelho de Ourique.

A identificação das fontes de rendimento das famílias agrícolas corresponde a uma abordagem descritiva do tema. A sua exploração interpretativa exige a introdução de conceitos que permitam perceber o porquê da configuração das fontes de rendimento, remetendo quer para uma pesquisa das suas condicionantes contextuais, quer para a sua relação com as situações objectivas, recursos e comportamentos dos agricultores. Foi esta segunda vertente a privilegiada no presente estudo. Neste sentido, a utilização do conceito de estratégia e a preocupação em captar a opinião dos agricultores relativamente a alguns aspectos do exercício da sua actividade (nomeadamente sobre a Política Agrícola) têm como objectivo precisamente o aprofundamento do conhecimento das fontes de rendimento das

famílias agrícolas: a sua natureza e o significado de algumas das suas componentes (o caso dos subsídios) para os agricultores.

A adopção da família agrícola como unidade central de análise prende-se com a especificidade de funcionamento da exploração agrícola caracterizado por uma estreita articulação com a família. A análise das fontes de rendimento das famílias agrícolas ilustra esta articulação na medida em que não permite uma separação entre família e exploração, pois exige o conhecimento da interacção entre uma e outra, como terei oportunidade de demonstrar.

No corpo teórico do texto são apresentados os conceitos centrais do trabalho e as suas principais componentes de enquadramento:

- num primeiro capítulo apresento e discuto os conceitos de rendimento, de rendimento agrícola, de família e de família agrícola;
- num segundo capítulo analiso duas políticas com influência no rendimento das famílias agrícolas - a Política Agrícola Comum e a Política de Desenvolvimento Rural - e o conceito de estratégia enquanto factor fundamental na configuração das fontes de rendimento;
- o terceiro e último capítulo corresponde à apresentação do estudo de casos. O primeiro ponto deste capítulo é dedicado aos aspectos metodológicos; o segundo corresponde ao enquadramento dos casos, o qual é feito através da apresentação de indicadores de caracterização física, económica, social e cultural do concelho de Ourique ; no terceiro ponto é exposto o estudo de casos em função das dimensões do tema do trabalho: para além da apresentação dos casos através da análise de dados biográficos e de caracterização da exploração agrícola, são identificadas e interpretadas as fontes de rendimento e as estratégias dos entrevistados relativamente à família e à exploração.

Em cada capítulo o esquema de análise adoptado é o seguinte: exponho o tema em questão e, no final de cada ponto ou sempre que me parece necessário e oportuno, apresento uma síntese dos principais aspectos em discussão com o objectivo de integrar as várias partes do trabalho subordinando-as ao tema central.

Escolhi o concelho de Ourique para realizar o trabalho por duas razões: a primeira deve-se ao facto de estar integrada numa equipa de investigação de um projecto que abrange este concelho e, conseqüentemente, à oportunidade que tive de conhecê-lo, quer através de

visitas, quer através da leitura de documentos e estudos sobre o mesmo; a segunda, decorrente da primeira, foi a disponibilidade e apoio técnico a nível local prestado por um agricultor do concelho e engenheiro agrónomo, que viabilizou e favoreceu o trabalho de campo, na medida em que funcionou como "informador privilegiado", decisivo na selecção e contacto com os agricultores, como explico no ponto relativo aos aspectos metodológicos.

A opção por uma investigação com forte e intensiva componente empírica, de acordo com o método de "estudo de casos" prendeu-se em primeiro lugar com os objectivos do trabalho mas, também com razões de natureza pessoal - o gosto de contactar as pessoas. A pesquisa empírica, o contacto com os agricultores, com as suas famílias e com o meio em que vivem, foram particularmente gratificantes para mim e, julgo, também decisivos para os resultados alcançados.

Inicialmente considerei arriscado apresentar este tema no Mestrado em Economia e Política Social. No entanto, à medida que fui avançando no trabalho, aquilo que me parecia um risco e quase uma teimosia, deixou de o ser. Para isso contou, é certo, a aprovação do projecto do trabalho no momento de avaliação da disciplina "Seminário". Mas contou, sobretudo, a minha percepção progressiva de que este tema faz sentido no âmbito deste Mestrado.

A identificação das fontes de rendimento das famílias agrícolas e das suas condições de vida; a preocupação de saber de que vivem e como vivem as famílias agrícolas seleccionadas; os objectivos de natureza social da actual PAC, presentes, nomeadamente na atribuição de ajudas directas ao rendimento dos agricultores, e a consequente situação de maior ou menor dependência destes relativamente a essas transferências, correspondem a aspectos claramente enquadrados pela Economia e Política Social.

I. O Rendimento das Famílias Agrícolas - apresentação dos conceitos

1.1. Rendimento e operações de repartição do rendimento no âmbito dos Sistemas de Contas Nacionais

Segundo Nicholas Barz ,

"o conceito teórico de rendimento é complexo e muita a bibliografia sobre o assunto. (...) é possível simplificar (...) ao considerar o rendimento como o fluxo derivado de um stock de riqueza. A riqueza individual deriva de três fontes: - riqueza física que consiste em bens de consumo duradouros tais como casas, máquinas (carro, televisão,...); - a riqueza financeira que inclui participações, títulos da dívida pública e contas bancárias; - o capital humano que consiste na riqueza produzida pelos indivíduos como resultado da formação e capacidades, e tem duas fontes separadas: é o resultado do investimento passado na educação e na formação e deriva do talento natural. O rendimento total consiste no rendimento monetário, mais todas as formas de rendimento não monetário (...)"(Barz, 1993:135).

Início este capítulo com a apresentação do conceito estatístico de rendimento. Para tal vou utilizar dois documentos: as Contas Nacionais de 1986-1989 (SNCP-86) e o System of National Accounts (SNA) de 1993. A utilização destas duas fontes permitir-me-á complementar ou introduzir informação adicional que se revele importante na compreensão daquele conceito.

De acordo com as referências metodológicas das Contas Nacionais 1986-1989, "até 1976 o INE elaborou as Contas Nacionais tendo como referência o 'Sistema Normalizado da OCDE'. Em 1979, tendo como base o ano de 1977, iniciaram-se os trabalhos de elaboração das Contas Nacionais segundo o Sistema Europeu de Contas Nacionais Económicas Integradas (SEC). A implementação do SNCP-86 constitui a primeira grande revisão em termos de fontes e métodos desde que se iniciou o processo de elaboração de Contas Nacionais segundo o SEC"(Contas Nacionais, 1994)⁽¹⁾ .

⁽¹⁾ as principais diferenças entre o SNCP-86 e o SNCP-77 residem na clarificação de alguns itens como o nível de emprego ("análise e explicitação das divergências observadas entre os níveis de emprego determinados segundo a óptica da oferta (...), e segundo a óptica da procura"); alterações das nomenclaturas ("foram introduzidas algumas alterações a nível do ramo agricultura com o objectivo de adequação à nomenclatura das Contas Económicas da Agricultura"); alterações nas fontes estatísticas (no que diz respeito ao emprego, por exemplo); alteração de conceitos (o caso novamente do emprego que "...)

O SNA representa uma "grande evolução" em termos de contabilidade nacional. Na sua resolução 1993/5 de 12 de Julho de 1993, o Conselho Social das Nações Unidas apresenta este Sistema como um modelo para a compilação das contas nacionais dos Estados membros, no sentido de promover a integração das estatísticas económicas e com estas relacionadas e facilitar a comparação internacional da contabilidade (SNA, 1993: xxxiii).

De acordo com o SNCP-86, os "actos económicos" são agregados, segundo a sua identidade, em operações que, por sua vez, são agrupadas em três tipos: "operações sobre bens e serviços", "operações financeiras" e "operações de repartição do rendimento"

As primeiras caracterizam-se por incidirem sobre os bens e serviços e descrevem a sua criação, troca e utilização.

A segunda categoria reúne todas as operações que têm por missão o financiamento da economia através da variação dos activos e passivos financeiros dos diversos agentes económicos.

O terceiro tipo de operação irá ser seguidamente apresentado e agrupa as "operações pelas quais se efectua a distribuição do valor acrescentado pelas unidades produtoras residentes, a distribuição dos rendimentos de factores provenientes do resto do mundo e a redistribuição dos rendimentos e do património".

O primeiro divide as operações de repartição em: "operações de repartição ligadas ao processo de produção"; "outras operações de repartição de rendimento" e "operações de repartição de capital". O segundo divide-as em: "distribuição primária do rendimento"⁽²⁾ e "distribuição secundária do rendimento". Na apresentação da conta de repartição do rendimento integro as duas perspectivas.

passou a ser igualmente expresso em termos de postos de trabalho e de volume de emprego") (Contas Nacionais, 1986-89, "Referências Metodológicas", pp.61-66).

(2) O principal objectivo da distribuição primária do rendimento é a demonstração de como os rendimentos primários são repartidos pelas unidades institucionais e sectores. Os rendimentos primários são rendimentos que são atribuídos às unidades institucionais como consequência do seu envolvimento no processo de produção ou da posse de bens que podem ser utilizados no processo produtivo. Os rendimentos primários que derivam de processos não produtivos como o aluguer de terra ou de outros bens são considerados rendimentos de propriedade. As receitas dos impostos sobre a produção e sobre as importações são considerados rendimentos primários do governo (SNA, 1993: 157).

Distribuição primária do rendimento

Operações de repartição ligadas ao processo de produção

- remuneração dos empregados :

A remuneração dos empregados por conta de outrem representa o valor pago ou devido pela entidade patronal aos seus empregados a título de remuneração do trabalho realizado por estes no decurso do período em causa. Decompõe-se em três parcelas distintas: os salários e vencimentos brutos, as quotizações sociais efectivas a cargo da entidade patronal e as quotizações sociais efectivas e fictícias. O SNA especifica que neste item não é considerado o trabalho não remunerado prestado voluntariamente, incluindo o trabalho prestado por membros de uma família, como acontece com as famílias agrícolas.

- impostos ligados à produção e à importação:

Podem subdividir-se os impostos ligados à produção em quatro categorias distintas: o IVA onerando os produtos, os outros impostos sobre os produtos, os outros impostos ligados à produção e os impostos ligados à importação. Os impostos ligados à produção e importação constituem um emprego das empresas e um recurso das Administrações, salvo os que representam uma receita das instituições comunitárias europeias que figuram nos recursos do Resto do Mundo.

O SNA refere ainda os impostos sobre as exportações e outros impostos sobre a produção, como é o caso dos impostos sobre a poluição.

- subsídios de exploração e de importação

Segundo o SNA, os subsídios consistem em pagamentos correntes que o governo, incluindo governos não residentes, fazem às empresas tendo como referência os níveis das suas actividades de produção ou as quantidades ou valores dos bens ou serviços que produzem, vendem ou importam. Os subsídios são recebidos por produtores ou importadores residentes. No caso dos produtores residentes, estes subsídios podem influenciar os níveis de produção, os preços a que são vendidos os produtos ou a remuneração das unidades institucionais envolvidas no processo produtivo.



O SNCP-86 distingue os seguintes subsídios:

- a) subsídios sobre os produtos: concedidos proporcionalmente à quantidade ou ao valor dos bens e serviços produzidos, comercializados no mercado interno ou exportados pelas empresas residentes. Incluem-se aqui os subsídios concedidos pelo Estado com vista a garantir os preços de venda do leite e dos cereais, por exemplo;
- b) outros subsídios de exploração: concedidos às empresas visando uma remuneração suficiente dos seus factores de produção. É o caso, por exemplo, dos montantes não reembolsáveis atribuídos pelo Estado a diversas empresas públicas e privadas com vista à sua viabilização. Tais subsídios não devem ser confundidos com valores que visem financiar o investimento pois estes constituem transferências de capital no caso de não serem reembolsáveis e créditos concedidos (operações financeiras), no caso contrário.
- c) subsídios à importação: concedidos sobre os produtos importados, antes de entrarem em regime de livre circulação no território económico do país.

O SNA considera os seguintes subsídios:

- a) os subsídios sobre os produtos que são pagos por unidade de um bem ou serviço, embora possam ser calculados *ad valorem* enquanto uma percentagem específica do preço por unidade. O subsídio pode ainda ser calculado como a diferença entre um determinado preço fixo e o preço de mercado. Entre os subsídios sobre os produtos incluem-se os subsídios sobre as importações e os subsídios sobre as exportações e outros subsídios sobre os produtos. Estes consistem em subsídios sobre bens ou serviços produzidos enquanto *outputs* de empresas residentes, sendo pagos em resultado da produção, venda, transferência, *leasing* ou distribuição desses bens e serviços ou em resultado da sua utilização para consumo próprio ou formação de capital próprio.
- b) outros subsídios sobre a produção, que compreendem os que as empresas residentes recebem como consequência da natureza do processo produtivo (caso dos subsídios concedidos a empresas que empregam trabalhadores deficientes ou o caso dos subsídios concedidos para a redução da poluição).

Outras operações primárias de repartição de rendimento

Estas operações constituem um emprego das unidades institucionais pagadoras e um recurso dos agentes que os recebem. Englobam-se nesta designação as seguintes operações:

- rendimentos de propriedade e de empresa:

- a) os juros efectivos, remuneração de determinados créditos (depósitos, obrigações, etc.), que se caracterizam pelo pagamento em prazos previamente fixados dum percentagem desses créditos.
- b) os juros imputados sobre os encargos resultantes de contratos de seguros e que constituem a parte dos juros proporcionados pelas reservas técnicas em poder das entidades seguradoras que reverte a favor do segurado, nos termos do contrato de certo tipo de seguros.
- c) os rendimentos de terrenos e de activos incorpóreos, recebidos pelos seus proprietários em contrapartida do direito de exploração daqueles.
- d) os dividendos e outros rendimentos distribuídos pelas sociedades aos proprietários do seu capital (representado por acções ou outras participações do mesmo tipo) em função dos lucros realizados (constituindo portanto rendimentos variáveis, ao contrário dos juros que são fixos, uma vez determinada a respectiva taxa).
- e) os rendimentos levantados pelos empresários de quase-sociedades, para seu uso pessoal, sobre os lucros realizados por estas.
- f) os lucros atribuídos aos empregados pela respectiva entidade patronal, desde que em virtude dum obrigação legal ou convencional.

Distribuição secundária do rendimento

- operações de seguros de acidentes ou "não vida":

São as operações relativas à cobertura de riscos tais como responsabilidade civil, incêndio, inundação, acidentes, roubo, doença e outros riscos diversos. Compreendem:

a) os prémios líquidos de seguros de acidentes;

b) as indemnizações de seguros de acidentes.

- Diversos tipos de transferências correntes/transferências correntes sem contrapartida:

a) impostos correntes sobre o rendimento e património. Ou seja, todos os pagamentos obrigatórios cobrados periodicamente pelas administrações públicas e pelo resto do mundo sobre o rendimento e património das unidades institucionais. Entre nós são exemplos desta operação as antigas Contribuição Predial, os antigos imposto Profissional, Imposto de Capitais e Imposto Complementar, bem como os impostos que lhe sucederam (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Contribuição Autárquica) ou ainda o Imposto sobre veículos pago pelas famílias enquanto consumidores.

b) contribuições sociais efectivas que compreendem todos os pagamentos que os segurados ou os seus patrões fazem directamente (ou através de um organismo colector) às instituições outorgantes de prestações sociais, a fim de adquirir e/ou manter o direito a essas prestações;

c) contribuições sociais fictícias (emprego das famílias e um recurso das instituições seguradoras) supostamente entregues pelas famílias às entidades seguradoras;

d) prestações sociais correspondentes às transferências correntes (em dinheiro ou em espécie) atribuídas a título pessoal às famílias (por uma terceira entidade) a fim de cobrir os encargos resultantes de determinados riscos ou necessidades, sem que haja uma contrapartida equivalente e simultânea da parte do beneficiário (constituem recursos das famílias e empregos dos organismos que as concedem - administrações de segurança social para a sua maior parte, empresas de seguros ou as próprias entidades patronais quando dão lugar a quotizações sociais fictícias). A lista de riscos ou necessidades que podem dar lugar a prestações sociais é, por convenção, a seguinte: doença, velhice, falecimento ou sobrevivência, invalidez, enfermidade física ou mental, acidente de trabalho ou doença profissional, desemprego, encargos de família, acidentes pessoais resultantes de guerra, acontecimentos políticos e calamidades naturais, perdas de salários resultantes da ausência ao trabalho para formação profissional (pago pelas administrações públicas), habitação. As

prestações sociais dividem-se em: prestações sociais ligadas às contribuições efectivas; prestações sociais correspondentes às contribuições fictícias e outras prestações sociais.

- Outras transferências correntes

- a) transferências correntes entre administrações públicas, efectuadas entre os seus subsectores institucionais (administração central, administrações locais e segurança social);
- b) transferências correntes para as administrações privadas, constituídas pelas quotizações periódicas e outras contribuições voluntárias das famílias (e eventualmente de outros agentes económicos) a favor destas instituições, desde que não se destinem a financiar despesas de investimento;
- c) a cooperação internacional corrente, onde se contabilizam as transferências correntes entre as administrações públicas nacionais e as administrações públicas do Resto do Mundo, incluem-se aqui as contribuições do Estado para as instituições comunitárias europeias e para as diversas organizações internacionais, por exemplo;
- d) as transferências privadas internacionais onde se incluem as transferências correntes entre as famílias residentes e não residentes (em particular as remessas de emigrantes), bem como entre as Administrações Privadas e o Resto do Mundo;
- e) as transferências correntes diversas que englobam todas as que, pela sua importância ou frequência não foi julgado útil isolar em rubrica própria; os fluxos aqui registados vão desde as taxas dos passaportes e dos exames e cartas de condução adquiridos pelas famílias às bolsas de estudo e bonificações de juros concedidas pelas Administrações Públicas, por exemplo.

Operações de repartição de capital

Os *items* aqui identificados correspondem ao SNCP-86. O SNA não inclui as transferências de capital nas duas formas de distribuição do rendimento (SNA, 1993:184-185) e distingue as "transferências correntes" das "transferências de capital"⁽³⁾.

⁽³⁾ (as transferências correntes) "(...) directly affect the level of disposable income and should influence the consumption of goods and services. In practice, capital transfers tend to be large, infrequent and irregular, whereas current transfers tend to be comparatively small and are often made frequently and regularly. However, while size, frequency and regularity help to distinguish current from capital transfers they do not provide satisfactory criteria for defining the two types of transfers. For example, Social Security benefits in the form of maternity or death benefits are essentially current grants designed to cover

- vários tipos de transferências de capital constituídas por todos os fluxos efectuados a título de fundo perdido e destinados a financiar total ou parcialmente a acumulação de capital das unidades institucionais a que se destinam:

- a) ajudas ao investimento destinadas a financiar operações de formação bruta de capital fixo. Incluem-se nesta categoria, por exemplo, as verbas concedidas a título de fundo perdido pelas instituições comunitárias para financiar projectos de investimento ou o montante de investimentos realizados pelas Administrações Públicas em proveito de outros agentes económicos, quando estes são individualizáveis e adquirem a propriedade de tais investimentos;
- b) impostos de capital, pagamentos obrigatórios e não periódicos às Administrações Públicas sobre o capital ou o património, considera-se aqui o Imposto sobre Sucessões e Doações;
- c) as outras transferências de capital englobando os restantes fluxos que visam a redistribuição da poupança ou do património dos diversos agentes económicos envolvidos. São exemplos deste tipo de operações os créditos declarados como incobráveis bem como a transferência de património do banco central para o Estado, subsequente a uma revalorização positiva do ouro em poder daquela instituição bancária e implícita na redução da dívida junto desta ou ainda expropriações ou nacionalizações sem direito a indemnização.

Apresento as operações de repartição anteriormente caracterizadas segundo os dois Sistemas em quadros em Anexo (vd. Anexo 1).

1.2. O rendimento agrícola

1.2.1. Especificidades

Quando passamos para o conceito de "rendimento agrícola", aumenta a complexidade e a imprecisão ou simplesmente a diversidade de definições existentes. Neste ponto apresento definições de rendimento agrícola e formas de cálculo do mesmo recorrendo a alguns estudos sobre o assunto.

the increased consumption expenditures occasioned by births or deaths, even though the events themselves are obviously infrequent" (SNA, 1993: p.189)

Joaquim Cabral Rolo salienta a importância da análise do rendimento citando outros autores: *"de acordo com J.B. Viallon, quer nos coloquemos numa óptica de produção, quer numa óptica de consumo, os rendimentos (salários, rendas, juros, lucros) têm uma importância essencial para a análise económica (...). No início dos anos 70, J. Klatzmann referia que seria falso dizer que o problema agrícola não é senão um problema de rendimentos, mas acrescentava, que é verdade que a principal reivindicação dos agricultores diz respeito aos seus rendimentos (...)"*. Este autor continua a salientar a importância do rendimento quando refere que *"o rendimento dos agricultores é, assim, uma questão central tanto na política agrícola dos governos (...) como ao nível da CEE"* (Rolo, 1989: p. 91).

Embora importante, é grande o desconhecimento, segundo o mesmo autor, dos rendimentos provenientes da produção agrícola, assim como dos rendimentos dos membros das famílias agrícolas, aspecto que adiante será objecto de análise.

Para Lucien Bourgeois,

"no sector agrícola, o conceito de rendimento é ainda mais impreciso do que para as outras categorias sociais, uma vez que existe uma grande interpenetração entre família e empresa. Para além disso, devido à sazonalidade de um grande número de produções, o rendimento agrícola sofre grandes variações durante um mesmo ano" (Bourgeois, 1994: p. 27).

O cálculo do rendimento da exploração agrícola levanta de facto alguns problemas que tornam necessária uma referência à especificidade das explorações agrícolas, que se traduzem noutras tantas particularidades no cálculo dos seus resultados económicos. A referência a essas especificidades será feita através da utilização de três estudos de autores portugueses que analisaram o rendimento agrícola: Joaquim Cabral Rolo, supracitado, Francisco Avillez, Fernando Estácio e Madalena Correia Neves (Avillez, Estácio e Neves, 1988) e Francisco Cordovil (Cordovil, 1991).

A especificidade do cálculo dos resultados económicos da exploração agrícola decorre essencialmente, e como sublinha Lucien Bourgeois, da "grande interpenetração entre família e empresa (exploração)" e pode, em meu entender, resumir-se nos seguintes aspectos, relacionados entre si:

- A dificuldade de calcular a remuneração dos factores de produção.

A este propósito Joaquim Rolo refere:

"o produtor não está separado dos seus meios de produção e coloca em acção, num processo individual, a sua própria capacidade de trabalho; o resultado económico da venda da sua produção parece constituir tanto a remuneração do seu trabalho (e dos restantes membros familiares) como a dos meios de produção e da terra que possui (...). Tal resultado é, (...), um rendimento composto integrando elementos devidos ao trabalho, outros à renda fundiária, outros ao lucro(...). (...) não passando pelo mercado, nem o trabalho familiar, nem o capital próprio, nem a terra de conta própria, recebem um preço e, portanto, toda a decomposição do rendimento em função destes "factores" é arbitrária e arriscada (...)" (Rolo, 1989: pp. 98-99).

- O cuidado a ter na aplicação das categorias económicas e regras gerais da economia, dada a coexistência, na exploração agrícola, de objectivos económicos e não económicos.

Sobre este aspecto, o mesmo autor introduz uma ideia que considera

"de extrema relevância" para a interpretação dos resultados do trabalho que fez: "sendo generalizadamente aceite que os produtores agrícolas - quer assumam um estatuto empresarial, quer apresentem características familiares - estão submetidos às regras gerais da economia (...), o seu objectivo económico, (...), não é, contudo, unívoco; e, é assim que, diversos autores insistem no facto de que a produção agrícola não depende directamente da noção de lucro, conseqüentemente, (...), a submissão prende-se com as questões da renovação (ou reprodução) das explorações agrícolas (...). Sustentando que o 'pressuposto da maximização do lucro como princípio norteador da actividade não é atribuível de forma genérica à realidade (agrícola), avança-se como objectivo económico outro: a satisfação ou melhoria das condições de vida das famílias dos produtores agrícolas" (Rolo, 1989: pp. 101-102).

Ou ainda,

"(...) a subsistência de muitas explorações e/ou a sua actuação ineficiente sob determinado prisma, decorre de outras vertentes; da 'multiplicidade de factores económicos e não económicos (...)' (salientando): os aspectos relativos ao ciclo de vida da família (...), a presença (ou não) de um sucessor para a exploração (...), a disponibilidade de empregos não agrícolas (...), a 'satisfação de necessidades básicas e também pelo seu fascínio (pela exploração) ao nível do imaterial

representado pelos valores e crenças radicadas nos respectivos meios humanos (...)" (Rolo, 1989: pp. 104-105).

Para Francisco Avillez et al

"(...) se é de admitir que as empresas agrícolas essencialmente orientadas para o mercado têm como objectivo prioritário a obtenção de resultados líquidos expressos em termos monetários, já no caso dos outros dois tipos⁽⁴⁾, tal não acontece; contribuir para maximizar a satisfação das necessidades do empresário e da sua família constitui agora o objectivo visado. Para estas empresas agrícolas não exclusivamente orientadas para o mercado, obter resultados líquidos é sobretudo importante na medida em que possam contribuir para aquele outro objectivo ser atingido. (...). Daqui resulta que estas empresas agrícolas constituem na realidade unidades complexas, reunindo simultaneamente características próprias das famílias, como unidades de consumo, e das empresas, como unidades produtivas. Assim, o comportamento destes agricultores não pode deixar de ser analisado tendo em conta o conjunto das circunstâncias que enquadram a vida da sua família, o que não quer dizer que seja de admitir a ausência de motivações de natureza económica nas suas decisões" (Avillez et al, 1988: p. 20).

Acrescenta ainda que a

"(...) estreita dependência entre a empresa agrícola e o agregado familiar a ela ligado impõe motivações ao comportamento do agricultor que não dependem exclusivamente da escassez dos factores de produção ao seu dispor e da optimização do seu emprego na actividade empresarial, mas o obrigam ainda a tomar simultaneamente decisões quanto à vida familiar, frequentemente conflituais com aquele objectivo" (Avillez et al, 1988: p. 23).

Francisco Cordovil (Cordovil, 1991), no esclarecimento que faz acerca dos critérios que devem presidir na escolha dos indicadores de rentabilidade da exploração introduz uma "hipótese" onde está presente a especificidade dos objectivos económicos do agricultor:

⁽⁴⁾ os autores classificam as empresas agrícolas em "empresas com participação activa no mercado, quer de produtos quer de factores de produção, satisfazendo praticamente ao conjunto de características de qualquer empresa do sector industrial, situação típica das explorações patronais. No outro extremo localizam-se as empresas do tipo de subsistência, caracterizadas pela fraquíssima intensidade das suas relações com o mercado. A posição intermédia engloba as empresas agrícolas que, embora mantendo realações de maior ou menor intensidade com o mercado, ainda contribuem directamente em termos significativos com a sua produção para a subsistência do agregado familiar a elas ligado. Nelas se situam as do tipo camponesa e a tempo parcial"(Avillez et. al, 1988: pp.20-21)

"a realização de um fluxo corrente de benefícios económicos não constitui necessariamente a finalidade central das estratégias produtivas agrícolas, mas cumpre sempre uma condição essencial como condição de êxito dessas estratégias. Dito de outra forma, a obtenção de resultados económicos correntes satisfatórios será, no mínimo, um importante objectivo instrumental das estratégias produtivas agrícolas" (Cordovil, 1991: p. 254).

- A particularidade do papel do agricultor enquanto agente económico e as particularidades do seu cálculo económico.

Para Francisco Avillez et al,

"(...), as características de organização e funcionamento da sua unidade produtiva, em especial quando do tipo familiar, levam a que o agricultor típico se veja obrigado a desempenhar um conjunto de actividades numerosas e variadas, reunindo em si mesmo as funções necessárias à condução do seu negócio: empresário, tomador de riscos; capitalista, fornecedor de capitais; gestor, tendo a seu cargo a tomada de decisões; trabalhador qualificado, ou até mesmo simples prestador de serviços de mão de obra não especializada" (Avillez et al, 1988: p. 23).

Sobre o segundo dos aspectos enunciados, o do cálculo económico, Francisco Cordovil refere que

"em geral os agricultores não contabilizam, sob forma sistemática e sintética, os benefícios económicos correntes que retiram da produção. No entanto, admitimos que eles se apercebam desses benefícios, através de um conjunto múltiplo de sinais (produtos auto-consumidos; receitas e despesas da exploração; capacidade de autofinanciamento dos investimentos, etc.) que, mesmo quando não mensurados, influenciam as suas decisões produtivas. Os indicadores de rentabilidade seleccionados para análise das estratégias produtivas agrícolas deverão sintetizar aquele conjunto múltiplo de sinais (critérios)"(Cordovil, 1991: pp. 254-255).

1.2.2 Métodos e fontes de informação para o cálculo do rendimento agrícola

Ao nível comunitário existem três métodos oficiais de determinação do rendimento agrícola: um método microeconómico ("Farm Accountancy Data Network - FADN - também conhecido por RICA - Rede de Informação e Contabilidade Agrícola); um método macroeconómico das Contas Económicas da Agricultura (CEA) ("Economic Accounts for Agriculture -EAA-) coordenado pelo Eurostat; um método que visa superar algumas limitações dos anteriores: Revenu Global des Ménages Agricoles (RGMA).

O primeiro método trabalha uma amostra de cerca de 60 000 explorações agrícolas de todos os países membros da Comunidade. Na amostra são apenas consideradas as explorações que apresentam um valor acrescentado bruto acima de um determinado nível que varia entre os países, reflectindo a realidade agrícola dos diferentes membros. Este método não recolhe informação acerca de actividades desenvolvidas fora da exploração agrícola pelo chefe da exploração ou outro membro da família agrícola, excluindo também fontes de rendimento como as pensões recebidas no âmbito do Sistema de Segurança Social, rendimentos de propriedade externos à propriedade agrícola, seguros privados, entre outras fontes de rendimento.

De acordo com o documento da Comissão que apresenta este método para os anos 80 ⁽⁵⁾, algumas destas fontes de rendimento excluídas pelo método podem ter impactes substanciais na utilização da terra e no investimento feito na exploração e a sua exclusão não permite fornecer uma explicação satisfatória das decisões tomadas no âmbito da exploração agrícola: *"the living standards of farmers who have additional forms of income are likely to be different from those who do not"*.

Os indicadores utilizados neste método para o cálculo do rendimento agrícola são os seguintes: valor acrescentado líquido da exploração e rendimento da família agrícola.

O segundo método (CEA) é mais amplo no que diz respeito ao campo de observação abrangido. Neste método são utilizados três indicadores na determinação do rendimento agrícola: o valor acrescentado líquido ao custo de factores (indicador 1), o valor acrescentado líquido da actividade agrícola da mão-de-obra total (indicador 2) e o rendimento líquido da actividade agrícola da mão-de-obra familiar (indicador 3)⁽⁶⁾.

⁽⁵⁾ C.E. Farm Incomes in the European Community in the 1980's

⁽⁶⁾ Eurostat (1994) Revenu Agricole

Apresento em esquema a determinação dos três indicadores do rendimento calculados a partir deste método:

Figura 1 - Indicadores de rendimento segundo o Economic Accounts for Agriculture (EAA)

Produção final				
Consumos intermédios	Valor acrescentado bruto a preços de mercado			Subsídios
	Impostos ligados à produção	Valor acrescentado bruto a custo de factores		
	Amortiz.	Valor acrescentado líquido a custo de factores		Indicador 1
	Rendas Juros	Rendimento líquido da actividade agrícola por mão-de-obra total		Indicador 2
	Remun. assalaria.	Rendimento líquido da actividade agrícola por mão- de-obra familiar		Indicador 3

Fonte: Eurostat, *Revenu Agricole*, 1994

À semelhança do método microeconómico, o EAA tem apenas em conta o rendimento retirado da actividade agrícola. A obtenção do "rendimento disponível" dos agricultores tornaria necessário incluir também os rendimentos extra-agrícolas, objectivo do RGMA.

O RGMA constitui um novo método que visa superar as insuficiências dos sistemas estatísticos existentes a nível europeu onde era apenas considerado o rendimento da produção agrícola, como atrás referi. Os resultados dos inquéritos da União Europeia sobre a estrutura das explorações agrícolas e outras fontes revelaram que muitos agricultores exerciam outras actividades lucrativas, que os agricultores e outros membros das famílias agrícolas beneficiavam de transferências sociais, rendimentos de propriedade e outras receitas que alteravam a situação económica global das famílias.

Estas fontes de rendimento não agrícola parecem ter aumentado à medida que os agricultores diversificavam a sua actividade e que a incidência da pluriactividade aumentava no tempo, evoluções que são encorajadas pelas políticas orientadas para a agricultura e a economia rural por intermédio, nomeadamente através dos fundos estruturais comunitários. A reforma da PAC em 1992 veio acelerar esta diversificação de fontes de rendimento (vd. capítulo II).



Em 1985 o Eurostat propôs o projecto RGMA que foi aprovado pelo Comité das estatísticas agrícolas da Comunidade europeia. O projecto foi concebido no quadro das contas nacionais, em particular a conta rendimento do sector famílias onde as famílias agrícolas são consideradas como um sub-sector.

Os objectivos do projecto RGMA são os seguintes:

- estudo das variações anuais do rendimento global das famílias agrícolas ao nível agregado dos Estados membros;
- estudo das alterações da composição do rendimento, particularmente o rendimento retirado da exploração agrícola, de outras actividades lucrativas, da propriedade e de transferências sociais;
- comparar a evolução do rendimento global das famílias agrícolas por unidade (família, membro da família e unidade de consumo) com a evolução das outras categorias socio-profissionais;
- comparar os rendimentos absolutos dos agricultores com os rendimentos das outras categorias socio-profissionais a partir de uma base unitária⁽⁷⁾.

O projecto RGMA encontra-se neste momento numa fase operacional, faz parte do sistema de informação estatística da União europeia. A sua evolução pode sintetizar-se através da identificação das principais publicações do projecto e do seu conteúdo ⁽⁸⁾.

A informação disponível em Portugal para o cálculo do rendimento da actividade agrícola corresponde à informação estatística disponível no Instituto Nacional de Estatística (INE) que cobre dados sobre a produção agrícola, áreas semeadas, preços no produtor, dados ao nível

⁽⁷⁾ EUROSTAT (1994), Revenu Global des Ménages Agricoles: progrès réalisés en 1993, p.2

⁽⁸⁾ A evolução do projecto pode sintetizar-se através da apresentação das publicações:

HILL, Berkley (1988), Revenu global des ménages agricoles: informations existantes et méthodologie proposée pour un indicateur harmonisé, Thème 5, Série D, Luxembourg, Eurostat (selecciona as estimativas existentes do rendimento global e disponível das famílias agrícolas dos Estados membros; identifica as fontes de dados reais e potenciais e passa em revista os diversos métodos que permitem calcular os resultados globais);

Eurostat (1990), Manuel du revenu global de ménages agricoles, Thème 5, Série E, Luxembourg (apresenta a metodologia adoptada pelos Estados membros que permite avaliar os resultados RGMA. Inclui definições de referência, a mais importante das quais é a de rendimento e da composição de uma família agrícola);

HILL, Berkley (1992), Revenu global des ménages agricoles: rapport 1992, Thème 5, Série C, Luxembourg, Eurostat (recapitula a metodologia e os primeiros resultados do RGMA por países, embora a harmonização não seja total);

Eurostat (1995), Manuel du revenu global des ménages agricoles, Thème 5, Série E, Luxembourg (trata-se de uma revisão do projecto e são introduzidas alterações na metodologia de cálculo do rendimento global das famílias agrícolas em função da revisão do SEC com edição de 1995 feita na sequência do SNA de 1993);

das estruturas das explorações agrícolas, e ainda as Contas Económicas da Agricultura (CEA) a partir das quais é possível calcular-se alguns indicadores de rendimento da actividade agrícola (Ind. 1: valor acrescentado líquido a custo de factores, real, por unidade de trabalho anual total; ind. 2: rendimento líquido da actividade agrícola para a mão-de-obra total, real, por unidade de trabalho anual total; ind. 3: rendimento líquido da actividade agrícola para a mão-de-obra familiar, real, por unidade de trabalho familiar)⁽⁹⁾.

Existe ainda o RICA que traduz, desde 1981, um trabalho de adaptação das formas de determinação dos resultados conseguidos pela exploração agrícola às normas e regulamentos comunitários.

No cálculo dos resultados da empresa agrícola, Francisco Avillez et al apresentam os resultados da empresa agrícola com base numa terminologia que leve em consideração não só as principais convenções que julgam estarem a ser seguidas pela Comissão das Comunidades Europeias (CCE) nesta matéria como também outros tipos de resultados que se nos afiguram ser de interesse introduzir para efeitos de análise de investimentos agrícolas.

Francisco Cordovil, no estudo que tenho vindo a citar define rendimento agrícola como sendo a

"diferença entre os proveitos e os custos resultantes da produção agrícola realizada num período e numa unidade produtiva bem individualizada" (Cordovil, 1991: p. 253) acrescentando que

"se existem diversas acepções do conceito de rendimento agrícola, bem como de indicadores de rentabilidade, interessa reflectir sobre os critérios que devem presidir à escolha de uns e de outros, quando se pretende utilizar a análise dos rendimentos no quadro da compreensão das estratégias produtivas agrícolas, indicadores que constituem apenas hipóteses de trabalho, susceptíveis de revisão ou de rejeição através de testes baseados na investigação empírica" (Cordovil, 1991: p. 254; p. 257).

Um dos princípios que, segundo este autor, devem presidir à reflexão sobre os critérios escolhidos"(...) consiste em considerar que *o(s) indicador(es) de rentabilidade* seleccionados devem corresponder aos *objectivos (resultados) económicos* visados pelos agricultores". A explicação deste "enunciado" é feita através de comentários do autor que clarificam os vários

⁽⁹⁾ Maria João Gaspar Zilhão (1995), O Rendimento Disponível das Famílias Agrícolas (série 1980-1989), dissertação de mestrado, Instituto Superior de Estatística de Gestão de Informação.

termos nele intervenientes, em particular no que respeita à hipótese e ao esclarecimento do significado da correspondência entre indicadores e objectivos económicos.

O autor especifica ainda mais a questão relacionada com a selecção dos indicadores quando refere que

"O envolvimento do agricultor face à exploração agrícola traduz-se, nomeadamente, pela disponibilização de recursos produtivos. A estrutura desses recursos produtivos próprios é muito variável, podendo ser dominada por recursos humanos (trabalho) ou por elementos patrimoniais (terra, capitais fixos, meios financeiros, etc.). O princípio que sugerimos para a selecção de indicadores de rentabilidade é o seguinte: ao analisar-se a relação entre rendimentos agrícolas e estratégias produtivas, (...), deverá dar-se preferência ao indicador que relaciona o rendimento residual atribuível ao principal recurso próprio, com o montante aplicado desse recurso" (Cordovil, 1991: p. 256).

O autor faz uma "revisão geral do processo de cálculo" do rendimento proveniente da actividade agrícola e fundamenta "(...) as principais opções consagradas no que respeita à sistematização dos resultados e à escolha de designações para as várias componentes do rendimento agrícola". Nesta metodologia, construída em colaboração com Joaquim Rolo e tendo sido por este apresentada numa primeira versão no âmbito do projecto CEAPR (Caracterização da Estrutura das Explorações Agrícolas do Continente a Nível Regional) é dada particular importância e cuidada atenção à questão central e problemática, já aqui referida, da atribuição de custos pela utilização de recursos produtivos (trabalho e terra, nomeadamente) por parte dos agricultores.

Embora Francisco Cordovil adopte um esquema de análise e uma terminologia semelhantes às propostas por Francisco Avillez, segue procedimentos distintos no cálculo de alguns custos e propõe designações diferentes para alguns dos resultados económicos.

Assim, em alternativa aos termos "rendimento bruto de exploração" e "rendimento líquido de exploração" prefere utilizar as designações "(...) respectivamente, de Valor Acrescentado Bruto ao custo de factores e de Valor Acrescentado Líquido ao custo de factores", argumentando que "estas últimas estão consagradas nos vários domínios da análise económica e da contabilidade e têm vindo a ser privilegiadas nos documentos oficiais da Comunidade, não só quando estes se referem aos resultados provenientes das Contas Nacionais, mas também quando se reportam aos dados da RICA" (ref. bibliográfica). Além disso, assinala que o rigor e a universalidade dos termos "rendimento bruto" e "rendimento

líquido de exploração" têm sido prejudicados pela diversidade de sentidos que lhes foram e continuam a ser atribuídos em estudos portugueses de economia agrária. O que constitui argumento adicional em desfavor da sua utilização" (Cordovil, 1991: p. 83).

O mesmo autor prefere também a designação "rendimento do agricultor" à de "rendimento do empresário e da família" pois considera que:

"a maioria dos agricultores europeus, (...), não se reconhece no apelativo "empresário" (...), o qual também não tem grande aceitação entre muitos técnicos e investigadores. Se a linguagem, para ser eficaz, deve ser clara e abrangente não se vê qual a vantagem de insistir no termo "empresário", quando se pode, sem inconvenientes, usar a designação "agricultor" (Cordovil, 1991: p. 283).

Por último e

"pelo mesmo tipo de razões, quando se refere o conjunto dos recursos patrimoniais da exploração agrícola, deverá dizer-se património produtivo, em vez de capital da empresa. Para algumas correntes da teoria económica, (...), a terra não é um capital, regendo-se o seu uso, apropriação e troca por princípios e relações de natureza diferente. Neste sentido, quando se abarca a terra no agregado em análise será mais consensual usar-se o termo património, em vez de capital. No mesmo sentido, quando se nomear o conjunto dos recursos fundiários (terra e benfeitorias) designámo-los-emos por (valor) bens fundiários; enquanto se usarão como sinónimas as expressões capital fundiário e valor das benfeitorias (plantações e construções)" (Cordovil, 1991: pp. 283-284).

Sobre o que acima foi referido acerca da conta "rendimento" e do conceito de "rendimento agrícola" quero sublinhar os seguintes aspectos tendo em conta os objectivos da pesquisa:

1. a importância da identificação da conta rendimento na medida em que permite perceber como é feita a operação de repartição (adições/subtracções) do valor acrescentado a partir de várias componentes que constituem (enquanto recursos) fontes de rendimento das unidades institucionais em análise. Trata-se portanto de um ponto de apresentação/arrumação da conta de repartição, aspecto importante num trabalho sobre fontes de rendimento;
2. a apresentação do conceito de rendimento agrícola, aquele que é obtido através da exploração agrícola, corresponde a uma das fontes de rendimento das famílias agrícolas. Faz portanto sentido definir rendimento agrícola e a apresentação das suas componentes. É

importante enquadrar algumas dessas componentes no sistema complexo que é o rendimento agrícola: o caso dos subsídios, parcela do rendimento agrícola que assume muita importância neste trabalho na medida em que irei tentar perceber a sua importância no rendimento agrícola dos casos seleccionados. Uma vez que o objectivo deste trabalho não é a quantificação do rendimento, nem a quantificação de cada uma das suas componentes, limitei-me à identificação das suas componentes, sem preocupações relativamente à(s) sua(s) forma(s) de cálculo;

3. a apresentação da especificidade do rendimento assume aqui grande importância na medida em que permitiu a introdução de aspectos com os quais fui confrontada na identificação das fontes de rendimento das famílias agrícolas e, sobretudo, na identificação das estratégias e dos objectivos dos agricultores que envolvem a exploração e a família. A "interpenetração entre família e empresa" foi visível e manifestou-se de várias formas, salientadas por aqueles estudos e já aqui referidas: a presença de objectivos económicos e não económicos na exploração; o papel central da família na tomada de decisões e no traçar de estratégias com repercussões em termos de fontes de rendimento e suas principais componentes. Nalguns casos foi também visível a particularidade do cálculo económico dos agricultores que sem fazerem contas muito rigorosas, avaliam a sua situação económica através de "sinais" e tomam decisões ponderadas, tácticas e estratégicas, relativamente às produções e aos restantes domínios da sua intervenção.

1.3. As famílias e as famílias agrícolas

1.3.1 A família - delimitação institucional

Neste ponto apresento a unidade central do estudo - a "família", enquanto unidade económica institucional. Para tal utilizo o SNCP-86 e o SNA, 1993.

Segundo o SCNP-86, os agentes económicos são classificados como unidades institucionais e reagrupados em sectores e sub sectores institucionais. O Sistema distingue os seguintes sectores a partir da identificação da sua função e dos seus principais recursos: sociedades e quase-sociedades não financeiras; sociedades e quase-sociedades públicas não financeiras; instituições financeiras excepto seguros e fundos de pensões; empresas de seguros; administrações públicas; administrações privadas empresas de seguros; administrações públicas; administrações privadas; o "resto do mundo" que agrupa as unidades não residentes

na medida em que efectuam operações com unidades institucionais residentes; e as famílias (Contas Nacionais, 1994: pp. 54-58).

O sector "famílias" reúne os indivíduos, ou os seus agrupamentos, fundamentalmente como consumidores, mas também como empresários individuais. Os seus principais recursos correspondem a remunerações do trabalho prestado por conta de outrem, além de rendimentos de propriedade, de transferências de outros sectores ou ainda de receitas provenientes da venda da produção. As famílias são sempre consideradas como unidades institucionais embora possam não preencher os requisitos ("contabilidade organizada" e "autonomia") para a aplicação daquela designação. Enquanto unidade institucional constituem um "centro elementar de decisão económica" (Contas Nacionais, 1994: pp. 27-28).

Acrescento ainda que nas estatísticas demográficas portuguesas⁽¹⁰⁾ (Recenseamento População e Habitação/81, Inquérito aos Orçamentos Familiares, Inquérito ao Emprego, Índice de Preços no Consumidor) é utilizado o conceito de "agregado familiar": "(...) o conjunto de indivíduos que utiliza o mesmo alojamento e tem em comum as despesas de alimentação, rendas, aquecimento, e iluminação (despesas fundamentais básicas) independentemente da existência ou não de laços de parentesco e ainda a pessoa isolada que ocupa um alojamento ou parte dele. São considerados agregado familiar os domésticos que coabitem na unidade de alojamento" (INE, 1988)

As unidades institucionais identificadas pelo SNA são as unidades económicas que dispõem de determinados recursos, assumem determinadas responsabilidades para seu próprio proveito e se envolvem num conjunto de transacções. Enquanto centros de responsabilidade, as unidades institucionais são centros de tomada de decisão em todos os aspectos da vida económica (SNA, 1993: p. 19).

As unidades institucionais são agrupadas para formarem sectores institucionais a partir de dois critérios: comportamento e objectivos. O SNA distingue cinco sectores institucionais: instituições não financeiras; instituições financeiras; unidades governamentais, incluindo os fundos da segurança social; instituições sem fins lucrativos que prestam serviços às famílias (NPISH's - Non Profit Institutions Serving Households); as famílias (SNA, 1993: p. 19).

As famílias correspondem a um indivíduo ou grupos de indivíduos, incluindo os empresários em nome individual. As principais funções das famílias são a oferta de trabalho, o consumo

⁽¹⁰⁾ INE (1988), Conceitos Estatísticos



final e, enquanto empresários, a produção de bens de mercado e serviços não financeiros (SNA, 1993: p. 19).

Este Sistema define o sector institucional "famílias" de forma aprofundada relativamente às suas funções, composição e comportamento. Apresento alguns aspectos desta abordagem que me parecem importantes.

Sobre as suas funções:

"In general, each member of a household should have some claim upon the collective resources of the household. At least some decisions affecting consumption or other economic activities must be taken for the households as a whole" (SNA, 1993: p. 105).

Sobre a sua composição:

"Households often coincide with families, but members of the same household do not necessarily have to belong to the same family so long as there is some sharing of resources and consumption. Households may be of any size and take a wide variety of different forms in different societies or cultures depending on tradition, religion, education, climate, geography, history and other socio-economic factors (...)" (SNA, 1993: p. 105).

Sobre o seu comportamento:

"Households may engage in any kind of economic activity and not merely consumption (...). When individual members of household engage in economic activities, they are treated as acting on behalf of the households to which they belong and not as separate entities" (SNA, 1993: pp. 105-106).

O sistema apresenta a função de produção das famílias através da análise de vários aspectos presentes nessa função: a natureza do rendimento obtido; a natureza e o tipo de produção que é possível encontrar; a natureza dos recursos utilizados; o papel deste tipo de empresários; a classificação das famílias de acordo com o destino dos bens e dos serviços produzidos (SNA, 1993: pp. 106-107).

Vou introduzir e comentar alguns aspectos que me parecem importantes para o tema do trabalho.

É o caso da natureza do rendimento. De acordo com a abordagem feita, o excedente obtido das actividades produtivas das empresas familiares representa uma mistura de dois diferentes tipos de rendimento e é, portanto, apresentado como "rendimento misto"⁽¹¹⁾ e não como excedente de exploração, sendo muito difícil separar de forma clara a remuneração de cada um dos factores de produção envolvidos no processo produtivo (o trabalho não é remunerado), aspecto já aqui referido a propósito do cálculo do rendimento agrícola-remuneração dos factores produtivos.

É o caso também do destino dos bens e dos serviços produzidos. Quanto aos bens dá o exemplo da agricultura de subsistência ou outros que produzem bens agrícolas para auto-consumo. Caso o destino principal da produção seja o mercado estamos perante empresas de mercado: "Such enterprises may sell any output that is surplus to their own requirements, but if they regularly sell most of their output they should be treated as market enterprises" (SNA, 1993: p. 107), não deixando por isso de continuar a fazer parte do sector institucional "famílias".

O sector famílias é dividido em sub-sectores por este Sistema. Um dos critérios a partir do quais são identificados os subsectores pode ser a fonte de rendimento mais importante da família ou outro critério de natureza económica, socio-económica ou geográfica. O Sistema propõe a utilização do primeiro critério acima referido, reconhecendo que podem ser adoptados outros métodos de divisão das famílias que se revelem mais apropriados em diferentes economias ou para diferentes tipos de análise ou formulação de políticas. Um dos propósitos do Sistema é precisamente a flexibilidade e, para este caso por exemplo, é possível utilizar vários métodos de classificação das famílias, em função das circunstâncias de cada país.

Outro método que pode ser adoptado para identificar os sub-sectores das famílias utiliza uma pessoa de referência em cada família. Essa pessoa não é necessariamente aquela que os outros membros da família identificam como sendo o chefe da família. A decisão faz-se em termos de importância económica do membro e não da idade ou de qualquer outro atributo. A pessoa

(11) o SNA define "rendimento misto" da seguinte forma: "(rendimento misto) (...) is the term reserved for the balancing item of the generation of income account of incorporated enterprises owned by members of households, either individually or in partnership with others, in which the owners, or other members of their households, may work without receiving any wage or salary. In practice, all unincorporated enterprises owned by households that are not quasi-corporations are deemed to fall in this category, except owner-occupiers in their capacity as producers of housing services for own final consumption and households employing paid domestic staff, an activity that generates no surplus. (...). In a few cases it may be possible to estimate the wage or salary element implicitly included within mixed income, but there is usually not enough information available about the number of hours worked or appropriate rates of remuneration for values to be imputed systematically. Thus mixed income contains an unknown element of remuneration for work done by the owner of the enterprise, or other members of the same household, as well as the surplus accruing from production. The element of remuneration could be predominant in some cases" (p.175).

de referência deve ser aquela cujo rendimento é o mais importante ou a que toma as decisões mais importantes relativas a aspectos que se prendem com o consumo da família. A partir do momento em que está identificada a pessoa de referência é possível proceder à construção de sub-sectoros com base em algumas características dessa pessoa relativamente: a) à sua ocupação; b) a actividade, se tal acontecer, em que essa pessoa trabalha; c) o seu nível de instrução; d) a sua qualificação ou competências.

É ainda possível agrupar as famílias de acordo com a mais importante fonte de rendimento da pessoa de referência se, por qualquer motivo, não for possível proceder ao agrupamento das famílias a partir da mais importante fonte de rendimento da família, globalmente considerada.

Finalmente, as famílias podem ser agrupadas através da utilização de critérios que se aplicam a todos os membros da família. Por exemplo, os subsectoros podem ser definidos de acordo com: a) a dimensão do rendimento total da família; b) a dimensão da família; c) o tipo de zona em que a família se situa (zona agrícola, urbana ou metropolitana) ou a localização em termos de regiões.

1.3.2. A família agrícola

Ao viabilizar a individualização de sub-sectoros do sector "famílias", o SNA permite a identificação do sub-sector "famílias agrícolas", unidade central deste trabalho. A metodologia proposta por aquele Sistema tem aspectos comuns com a que é utilizada pelo Eurostat na definição de "família agrícola". Essa afinidade está presente na utilização do critério "rendimento" e de uma "pessoa de referência" para identificar aquele sub-sector das famílias, quer na perspectiva "restrita", quer na perspectiva "alargada" do conceito, como a seguir veremos.

A definição de família agrícola proposta pelo Eurostat é resultado de um projecto que tem como objectivo a determinação do rendimento global das famílias agrícolas (RGMA) anteriormente apresentado.

O primeiro passo do projecto RGMA é a definição e classificação de família agrícola:

"Le project RGMA se préoccupe en premier lieu des systèmes de classification des ménages permettant une désagrégation complète de tous les ménages en catégories socio-professionnelles, un ménage n'ayant pas la possibilité de figurer dans plus d'un groupe"(RGMA, 1993: p. 3).

De acordo com a definição apresentada pelo Manual de 1990, são consideradas famílias agrícolas "todas as famílias para as quais o rendimento não assalariado (independente) proveniente da actividade agrícola constitui a principal fonte do rendimento global da família". As actividades consideradas são definidas na nomenclatura das actividades económicas das Comunidades Europeias (NACE) (RGMA, 1990: p. 94).

A definição de família agrícola proposta pelo Manual coloca problemas de aplicação ao caso português, onde a articulação entre actividade agrícola e outras actividades exteriores à exploração através da venda da força de trabalho dos membros da família agrícola assume uma importância significativa quer em termos de fonte de rendimento quer em termos de tempo de actividade.

A apresentação da actividade não assalariada agrícola como principal fonte do rendimento global da família traduz-se numa rede algo apertada, excluindo famílias que embora não preenham aquele requisito, continuam a ser agrícolas.

Continuam a sê-lo se introduzirmos outros critérios de definição de família agrícola para além do critério "fonte de rendimento", embora este me pareça importante. Recordo a este propósito o que atrás foi referido sobre a especificidade do rendimento agrícola e a coexistência na exploração de objectivos económicos e não económicos, sobretudo objectivos que envolvem a família e decorrem de uma relação específica com a exploração não apenas como "empresa" mas também como espaço social e simbólico de extrema importância. A auto-denominação de agricultor mesmo em situações de pluriactividade e onde a principal fonte de rendimento não é a actividade agrícola traduz estes aspectos, aconselhando cuidados nos critérios de classificação das famílias. Importante também, em meu entender, é a centralidade, ou pelo menos a presença da exploração agrícola, quer em termos de fonte de rendimento, quer em termos de identidade e de reprodução social.

O Manual reconhece a dificuldade de aplicação do critério "fonte de rendimento" em todos os países comunitários quando admite a utilização de variações daquela "definição ideal" de família agrícola.

A introdução de variações na definição das famílias como agrícolas permite distinguir dois níveis de cobertura:

- um "nível restrito" que compreende as famílias classificadas como famílias agrícolas porque a actividade agrícola não assalariada constitui a fonte principal de rendimentos da família, embora as variações admitidas a "título provisório", e anteriormente referidas, sejam admitidas neste nível;
- um "nível alargado" que compreende todas as famílias em que um dos membros retira um determinado rendimento não assalariado da agricultura. Pode tratar-se de uma exploração gerida pelo chefe de família ou por outro membro da família.

Será família agrícola em sentido alargado toda a família em que pelo menos um dos membros tenha como principal fonte de rendimento a actividade agrícola não assalariada ou pelo menos um dos membros dispenda mais de 50% do seu tempo de actividade na exploração agrícola.

Durante as discussões entre o Eurostat e a DG VI (1993), constatou-se que os resultados obtidos através da definição "alargada" são considerados como uma extensão válida (e não um substituto) relativamente aos dados obtidos através da definição "restrita". Constituem ambas uma base de informação geral que permite discutir e controlar os problemas e as políticas da União europeia. Para as políticas que têm conotações agrícolas (de desenvolvimento rural, políticas sociais e ambientais), o interesse pelos resultados do RGMA deve aumentar e para algumas destas políticas as perspectivas "alargada" e "restrita" podem ter alguma importância.

A aplicação da definição alargada foi adaptada nalguns países, pelo menos teoricamente uma vez que a natureza precisa das definições variam entre os países (RGMA, 1993: p. 21).

As discussões em 1993 sobre os meios de progredir de forma prática na aplicação de uma definição "alargada" concentraram-se sobre três opções essenciais relativas à cobertura das famílias: a) cobertura de todas as famílias que dirigem as explorações agrícolas e que reúnem as condições para fazer parte do inquérito da União europeia sobre a estrutura das explorações agrícolas; b) cobertura de todas as famílias que retiram rendimento da actividade agrícola independente (não apenas rendimento em espécie); c) cobertura de todas as famílias que contribuem, através do trabalho para uma actividade agrícola independente com o objectivo de daí retirar um rendimento monetário (RGMA, 1993: pp. 21-22).

Em Dezembro de 1993, após a abordagem de outros métodos e a consideração das consequências daí decorrentes, foi adoptada a opção b) no quadro da metodologia harmonizada do projecto RGMA. Isso implica que de acordo com a definição "alargada" uma

família agrícola é aquela que retira um rendimento da actividade agrícola independente. Como consequência, uma família em que um dos membros da família retira um rendimento desta natureza é considerada agrícola.

Neste ponto de definição das famílias agrícolas quero ainda fazer referência a um Relatório da Comissão Europeia, de 1992, sobre a adaptação das famílias agrícolas na Europa Ocidental entre 1987 e 1991⁽¹²⁾.

A família agrícola ocupa o centro do quadro conceptual do relatório, enquanto unidade de produção, de consumo e de reprodução (física e social). Parte-se do pressuposto que cada família agrícola dispõe, em cada momento, de uma combinação de recursos (terras, mão-de-obra, o capital, a capacidade de gerir ou outras competências) e distingue-se por um conjunto de características sociais e demográficas. Para atingir os seus objectivos, os membros da família podem explorar estes recursos segundo várias formas, quer os recursos agrícolas quer os não agrícolas, uma vez que é constatado que as diferentes formas de pluriactividade se encontram generalizadas (C.E.,1992: p. 4).

O relatório apresenta uma tipologia das famílias agrícolas que corresponde à sua "situação estrutural" e que permitirá avaliar o processo de adaptação das mesmas. Na apresentação desta tipologia, os autores afastam-se dos "tipos tradicionais" ("exploração de subsistência", "exploração camponesa", "exploração familiar", "exploração capitalista") bem como das tipologias que visam situar as famílias agrícolas numa estrutura de classes. A tipologia adoptada é construída a partir de uma bateria de "variáveis chave" que correspondem a recursos utilizados pelas famílias agrícolas e que dá lugar a nove tipos de famílias agrícolas agrupadas em três grandes grupos: "famílias monoactivas" (que inclui três tipos que se distinguem pela dimensão da exploração e pela importância da mão-de-obra familiar ocupada na exploração); "famílias pluriactivas" (que inclui cinco tipos cuja distinção passa pelo tempo de actividade que os membros despendem na exploração) e as "famílias reformadas" (um só grupo) (C.E.,1992: pp. 4-5).

À semelhança do que fiz para o ponto relativo ao conceitos de "rendimento" e de "rendimento agrícola", quero salientar alguns aspectos com pertinência para este trabalho relativos ao que foi anteriormente referido a propósito do conceito de "família" e de "família agrícola":

(12) C.E (1992), Adaptation des ménages agricoles en europe occidentale 1987-1991, Relatório final do programa de pesquisa sobre as estruturas e a pluriactividade das famílias agrícolas.

1. a definição de família como unidade de produção e de consumo e a ideia de partilha de recursos e de participação dos membros em decisões que dizem respeito ao consumo ou a outros aspectos da vida da exploração e da família;
2. a diversidade de critérios utilizados na sub-sectorização das famílias, e neste caso das famílias agrícolas, e o cuidado que deve estar presente na utilização de determinados critérios que, em determinados contextos, podem excluir famílias que não cabendo em definições restritas, não deixam de ser agrícolas. Esta especificidade das famílias agrícolas explica, em parte, as dificuldades de implementação do projecto RGMA em todos os países comunitários e a complexidade que assumiu com revisões sucessivas que deram lugar à introdução de variações da definição "restrita" de família agrícola, à construção de uma definição "alargada" que, sublinham os relatórios, não é a definição central do estudo, mas que não deixa de ser mais adequada para determinados países ou para certas regiões dentro do mesmo país.



1.4. O rendimento global das famílias agrícolas

1.4.1. A família como unidade central de análise

O conceito de família agrícola tem sido central para a PAC. Na Conferência de Stressa em 1958 foi estabelecido que "dada a importância da família na estrutura da agricultura europeia e a unanimidade no desejo de salvaguardar esta característica, deve ser desenvolvido todo o esforço para incentivar a capacidade económica e competitiva deste tipo de empresas".

Em 1988, a Comissão confirmou que a exploração familiar constituía uma parte importante da sua política para o futuro da sociedade rural⁽¹³⁾. As propostas para o desenvolvimento e futuro da PAC publicadas em 1991 reconheceram novamente a necessidade de "manter a coesão económica e social através da salvaguarda da posição da maior parte dos agricultores dos 12 Estados Membros"⁽¹⁴⁾.

Bernard Kayser, no seu livro Renaissance Rurale (Kayser, 1990) sublinha a importância da família, e das relações desta com a exploração, no estudo das transformações da agricultura:

(13) vd. C.E (1988), O Futuro da Sociedade Rural

(14) vd. C.E. (1991), O Desenvolvimento e o Futuro da PAC: propostas da Comissão

"(...), malgré la tendance évidente à l'autonomisation des individus au sein des ménages agricoles (...), la famille demeure un ensemble économique cohérent . La gestion des revenus quelle que soit leur provenance est commune chez les conjoints. Les apports de travail par tel ou tel membre de famille peuvent être décisifs en période de pointe. La transmission du patrimoine est un affaire qui concerne tout le groupe. Et, finalement, c'est bien la stratégie globale de exploitation qui se trouve en interactivité avec la famille" (Kayser, 1990: p. 87).

Apresento ainda alguns aspectos do estudo de José Portela (Portela, 1988) sobre as estratégias das famílias rurais na obtenção de rendimento. Trata-se de um estudo, de natureza antropológica, do Nordeste português entre 1900 e 1987.

Embora trate uma realidade socioeconómica muito diferente daquela que constitui o objecto do presente trabalho, aquele estudo centra-se no mesmo tipo de questões e preocupações de que saliento as seguintes:

- Como é que vivem as famílias? quais as suas ocupações e estratégias?
- Qual a importância das actividades agrícolas e não agrícolas no contexto das actividades geradoras de rendimento?
- Por quem, quando e onde, e sob que condições, é que estas oportunidades ocupacionais foram adoptadas? quais os factores que determinam a ocupação das famílias agrícolas?
- Quais as características e trajectórias das oportunidades ocupacionais e de rendimento? O Estado restringiu e/ou ofereceu oportunidades de emprego ao nível local/regional? (Portela, 1988: pp. 28-29).

Para este autor, rendimento, ou melhor, a obtenção de rendimento "(...) is made equivalent to gaining livelihood" (Portela, 1988: p. 31).

O autor sugere que uma boa parte da compreensão da economia rural, particularmente das estratégias (conceito central do estudo) de obtenção de rendimento por parte das famílias passa pelas considerações seguintes:

- as famílias (...) são e continuam a ser as unidades sociais centrais em torno das quais os indivíduos orientam as suas vidas (nomeadamente as fontes de rendimento);

- as famílias têm a sua própria economia que não está relacionada apenas com a produção, mas também com processos de consumo e de reprodução social;
- a esfera económica da família articula a sua actividade com outras áreas económicas, vizinhança, comunidades, mercado e Estado;
- as transacções na economia subterrânea podem ter lugar em qualquer das áreas acima identificadas (Portela, 1988: p. 433).

Algumas destas considerações são comuns aos três principais estudos sobre o rendimento agrícola supracitados, nomeadamente o aspecto que se prende com a presença de objectivos económicos e não económicos na exploração agrícola.

Para este autor, as estratégias de obtenção de rendimento por parte das famílias que estuda apresentam duas características principais:

1. são estratégias maximalistas ('maximal'):
2. *They are maximal, and this is so in a double sense. On the one hand, households rely strongly on their 'own forces' to struggle for subsistence, increasing to the greatest possible degree the specific inputs that every member may supply to the whole. On the other hand, households strive on the greatest possible number of fronts. Rural households strategies of income generation are still maximal in the sense that the greatest possible number of 'fronts' are attacked. (...) this pattern is hampered if the household has not an appropriate size and composition" (Portela, 1988: p. 485; p. 487).*
3. são estratégias flexíveis e adaptáveis: "Rural household strategies of income generation are far from being rigid. Flexibility and adaptability are surely key characteristics" (Portela, 1988: p. 489).

Pode daqui concluir-se que se a família é central na análise das fontes de rendimento, o estudo destas é, por sua vez, fundamental para a compreensão do funcionamento daquela. O mesmo é defendido no relatório da Comissão Europeia sobre a adaptação das famílias agrícolas entre 1987-1991. A este propósito é citado Newby que, na esteira de Friedmann, afirma: "(...) pour comprendre les forces qui determinent les actions de l'unité agricole familiale, il convient d'étudier toutes les diverses composants du revenu du ménage et la façon dont le travail est réparti entre ses membres" (C.E., 1992: p. 47).

Por outro lado, deve ainda ser conhecida a ligação existente entre os membros da família e a exploração:

"L'opposition entre les objectifs du groupe familial et ceux des personnes qui le composent (individualisation) a toute chance d'être un élément déterminant de plusieurs matières qu'illustrent les questions suivantes: 'dans quelle mesure aspire-t-on à un revenu 'formel' de l'agriculture?'; 'cette aspiration est-elle adaptable en période de crise?'; les revenus des membres de la famille provenant de l'extérieur sont-ils à la disposition de toute la famille et de l'exploitation'; 'un membre de la famille a-t-il l'intention de reprendre l'exploitation et joue-t-il un rôle de plus en plus important dans les prises de décision concernant l'exploitation?'" (C.E., 1992: pp. 47-48).

A apresentação da família como unidade central na análise das fontes de rendimento invoca o que anteriormente foi referido a propósito da especificidade do rendimento agrícola e da família agrícola e traduz a interpenetração existente entre exploração e família. Para identificar/compreender as fontes de rendimento é necessário partir da unidade "família"; por sua vez o conhecimento do funcionamento desta deve passar pelo estudo das componentes do rendimento da família. Os conceitos de "flexibilidade" e de "adaptação", nomeadamente, enquanto características das estratégias familiares geradoras de rendimento, segundo José Portela, parecem ilustrar esta interacção.

1.4.2. Métodos e fontes de informação para o cálculo do rendimento global das famílias agrícolas

Em Portugal o Inquérito às receitas e Despesas das Famílias (IRDF) 1980/81 e o Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) 1989/90 constituem fontes de informação donde é possível retirar dados de receitas e encargos médios anuais por agregado, segundo a categoria sócio-económica do representante do agregado, por origem de receitas e encargos.

A nível comunitário, como vimos, dois dos métodos utilizados no cálculo do rendimento tinham apenas em conta o rendimento da actividade agrícola.

Esta "insuficiência" dos métodos existentes para a obtenção do rendimento disponível foi o ponto de partida, como vimos, para a criação RGMA, proposto pelo Eurostat, aprovado pelo Comité das Estatísticas Agrícolas e concebido no quadro das Contas Nacionais, mais precisamente na conta de rendimento do sector famílias do Sistema Europeu das Contas

A definição das componentes do rendimento disponível segue o Sistema Europeu Integrado de Contas (SEC) de 1995, elaborado na sequência do SNA e cujas componentes da conta de rendimento já foram aqui definidas.

A diferença dos pontos de partida dos diferentes Estados membros torna inevitável que o projecto RGMA vá sofrendo evoluções no diferentes Estados, em particular naqueles que, inicialmente, detinham menos experiência neste tipo de trabalho e disponham de fontes de dados mais "fracas". A este propósito vou apresentar a situação de Portugal, utilizando a informação disponível no Manual de 1993 relativa à evolução do projecto nos diferentes Estados, na sequência de várias reuniões de trabalho onde foram feitos diagnósticos da situação em cada país e avançadas prioridades. Introduzo também a metodologia actualmente adoptada por Portugal no projecto e os progressos previstos, de acordo com o último relatório (1995).

Quadro 2 - Situação de Portugal no projecto RGMA

Fases do trabalho	Resultados
Anos para os quais os resultados estão na base de dados do RGMA	1980 - 1990
Alterações posteriores ao relatório RGMA 1992	*****
Categorias socio-profissionais actualmente presentes nos resultados do RGMA	Famílias agrícolas; famílias não agrícolas
Conformidade com a lista mínima de referência (definição de família agrícola)	As famílias não agrícolas não estão ainda subdivididas
Prioridades de desenvolvimento metodológico identificados pelo Eurostat (Dezembro 1992)	(i) rever o método de cálculo para incluir as variações anuais do rendimento global da agricultura e controlar as hipóteses; (ii) estudar as implicações para a classificação e a quantificação da utilização corrente do rendimento bruto
Progressos e intenções dos Estados membros (reunião de trabalho 1993)	Foi proposto um estudo metodológico com resultados disponíveis em 1994

Fonte: Eurostat (1993), *Revenu Global des Ménages Agricoles: progrès réalisés en 1993*, Thème 5, Série D, Luxembourg

De acordo com a autora (técnica do INE) de uma tese de mestrado apresentada no Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação em 1995 sobre o "Rendimento Disponível das Famílias Agrícolas (Série 1980-1989)" (vd. nota rodapé (7)) "Portugal iniciou os trabalhos sobre este projecto em 1990, com um estudo metodológico, onde foi inventariado o conjunto de fontes de informação possível de ser utilizado no cálculo desse indicador de rendimento, assim como foi elaborado um pequeno ensaio de cálculo do rendimento das famílias agrícolas para o ano de 1980. Desde então, tem-se vindo a dar continuidade aos trabalhos, seguindo a metodologia proposta no estudo metodológico, tendo-se elaborado uma série para a década de 80. Apesar dos esforços que se fizeram para dar continuidade a este trabalho, este projecto nunca foi considerado prioritário pelo INE, tendo em conta a necessidade de assegurar todos os outros projectos comunitários com maior premência de cumprimento" (Zilhão, 1995: p. 6).

Nacionais Integradas (SEC). Os objectivos do projecto e as circunstâncias que tornaram necessário uma metodologia de determinação do rendimento global das famílias agrícolas foram já referidos. Vou concentrar este ponto sobre a forma de cálculo adoptada.

A primeira definição de rendimento utilizada na estatística RGMA é a de "rendimento disponível líquido", expresso enquanto agregado para o conjunto do sector das famílias ou para as ventilações deste sector (famílias agrícolas, outros grupos socio-profissionais) e para a unidade (por família, por membro da família e por unidade de consumo). Esta definição cobre o rendimento retirado de todas as fontes (compreendendo actividade agrícola, outras actividades independentes e assalariadas, rendimentos de propriedade, transferências sociais e outras), após a dedução das taxas correntes sobre o rendimento e sobre o património, as cotizações sociais e outras transferências distribuídas (Eurostat, 1994: p. 124).

O rendimento disponível, conceito central da quantificação do rendimento das famílias agrícolas no RGMA, é operacionalizado a partir dos seguintes *items*:

Quadro 1 - Componentes do cálculo do rendimento disponível das famílias agrícolas segundo o RGMA

(1)	Excedente líquido de exploração com origem: a) na actividade agrícola b) na actividade não agrícola c) no valor locativo imputado aos alojamentos ocupados pelos seus proprietários
(2)	Remuneração dos membros da família agrícola enquanto assalariados com origem na actividade agrícola e não agrícola
(3)	Rendimento de propriedade
(4)	Indemnizações de seguros de acidentes (corporais e materiais)
(5)	Prestações sociais (que não em espécie)
(6)	Transferências correntes diversas recebidas
(7)	Total dos rendimentos (1 a 6)
(8)	Rendimentos devidos pela propriedade e pela empresa
(9)	Prémios de seguros
(10)	Impostos correntes sobre o rendimento e o património
(11)	Cotizações sociais
(12)	Diversas transferências correntes distribuídas
(13)	Rendimento disponível líquido (7 menos 8-12)
(14)	Transferências sociais em natureza
(15)	Rendimento disponível líquido ajustado (13 menos 14)

Fonte: Eurostat (1995), Manuel du Revenu Global des Ménages Agricoles (rév.1), Thème 5, Série E, Luxembourg

O ponto de partida da metodologia adoptada por Portugal é a conta do sector "famílias" (N3/S80) das Contas Nacionais (ano de base 1977) de 1980 a 1986 (dados definitivos) e 1987 a 1989 (dados provisórios). A repartição do rendimento disponível bruto entre as famílias agrícolas e de outros grupos socioprofissionais utiliza as posições equivalentes no Inquérito sobre os Rendimentos e as Despesas das Famílias de 1980-81 (para 1980) e no Inquérito sobre o Orçamento das Famílias de 1989-90 (1989).

Estes Inquéritos indicam o rendimento disponível bruto médio das famílias ventiladas em grupos socioprofissionais e a origem deste rendimento e os "prélèvements" a que foram submetidos (embora o rendimento da actividade independente não possa ser ventilado entre o que é retirado da agricultura e o que é retirado de outras fontes). Se multiplicarmos os rendimentos disponíveis médios de cada grupo pelo número das famílias de cada grupo indicado no Recenseamento Geral da População de 1981 e 1991, é obtida uma chave que permite uma repartição o rendimento disponível bruto (de S80) entre esses grupos socioprofissionais. O número dos membros da família e de unidades de consumo são avaliados a partir do número das famílias e da sua dimensão média indicados nos recenseamentos gerais da população.

Para as famílias agrícolas foi estimada uma série de rendimentos de 1980 a 1989 na qual as principais componentes da estrutura do rendimento foi ajustada separadamente para cada ano entre os dois anos de base com a ajuda de indicadores de substituição.

A unidade de família adoptada foi a de "família privada":

"grupo de pessoas que residem numa unidade de habitação e cujas despesas regulares de alojamento e de alimentação são asseguradas por um orçamento comum, ou uma pessoa que viva só ou que partilhe o seu alojamento com outros mas que não corresponde à definição acima introduzida" (RGMA, 1996: p. 109).

Uma vez que o objectivo deste trabalho não é a quantificação do rendimento mas sim a identificação das suas fontes pode dizer-se que as principais contribuições para este trabalho do modelo de determinação do rendimento global das famílias agrícolas são essencialmente metodológicos e correspondem:

1. à compreensão de como é organizada a conta de repartição das famílias agrícolas;
2. à identificação das possíveis fontes de rendimento das famílias agrícolas;
3. ao conhecimento das fontes de informação possíveis de serem utilizadas e os cálculos necessários para a obtenção do rendimento disponível das famílias agrícolas portuguesas.

II. A Política Agrícola Comum e a Política de Desenvolvimento Rural: suas influências nas fontes de rendimento das famílias agrícolas

2.1. A Política Agrícola Comum - evolução e principais características

No Tratado de Roma (1957) foi dada prioridade a uma política agrícola para a prossecução dos objectivos da Comunidade. Esta política deveria abranger a agricultura e o comércio dos produtos agrícolas e ter como objectivos:

- aumentar a produtividade da agricultura e o desenvolvimento racional da produção agrícola, a par do progresso técnico e da utilização óptima dos factores de produção;
- assegurar aos agricultores um nível de vida equivalente aos dos outros trabalhadores;
- estabilizar os mercados;
- garantir a segurança dos abastecimentos ;
- assegurar preços razoáveis aos consumidores.

Os instrumentos utilizados na prossecução destes objectivos são as Organizações Comuns de Mercado (OCM's), previstas no Tratado, que, conforme os produtos, tomariam uma das seguintes formas: regras comuns em matéria de concorrência; coordenação obrigatória das diversas organizações de mercado ou uma organização europeia de mercado. Uma eventual política comum de preços deveria basear-se em critérios comuns e métodos de cálculo uniformes. São estas as bases da Política de Preços e Mercados.

Para além dos objectivos económicos e políticos, a Política Agrícola Comum (PAC) procurou objectivos sociais ou de "bem estar". A Política sociestrutural tem um carácter essencialmente complementar às políticas nacionais e não uniformizador. As primeiras medidas amplas sobre política de estruturas foram tomadas em 1971 (Alves,1996: p. 1)

É possível identificar várias fases de evolução da PAC. Lourdes Canela (Canela, 1994), por exemplo, identifica três fases ou "etapas de transformação da PAC".

A primeira vai até 1985. O seu esgotamento e a passagem à segunda fase caracteriza-se pela introdução de alterações cujo objectivo consistiu principalmente em congelar as despesas que comportava a aplicação da PAC ou, pelo menos, contrariar a tendência altista registada em anos anteriores. Para tal era necessário evitar o crescimento da produção através da aplicação de taxas de corresponsabilidade, redução dos preços de intervenção e introdução de quotas.

Depois de ter atingido a autosuficiência para a maior parte dos produtos, a União Europeia apresentou, a partir de final dos anos setenta, excedentes em matéria de produção que conduziram a importantes esforços orçamentais. Estes não permitiram, no entanto, evitar totalmente as repercussões negativas da degradação dos mercados sobre os rendimentos agrícolas. O sector leiteiro foi o primeiro a ser reformado em 1984, tendo sido implementadas quotas para estabilizar o mercado dos lacticínios. A primeira reforma da PAC traduziu-se por:

- instauração de estabilizadores com uma Quantidade Máxima Garantida (QMG). Isto implicava que cada vez que a produção excedesse a quantidade determinada à partida, o nível de suporte era automaticamente reduzido no sector em questão;
- preços institucionais inalterados ou em quebra segundo os produtos (-3,7% em média anual para os produtos agrícolas de 1984/85 a 1992/93 em termos reais) com o objectivo de transmitir sinais claros aos produtores;
- mecanismos de intervenção flexíveis (limitação quantitativa, qualitativa e temporal) com o objectivo de diminuir a atracção da intervenção como recurso sistemático e de lhe conferir a sua função inicial de rede de segurança face aos movimentos conjunturais da produção.

A segunda, que compreende o período 1985-90, corresponde à reformulação da política de estruturas. É a altura da introdução do regime dos "estabilizadores" que vieram reforçar as medidas adoptadas para controlar os gastos. Foi também uma fase de alteração do discurso comunitário, o qual passou a chamar a atenção para a necessidade de considerar os problemas dos agricultores enquanto problemas rurais e não apenas sectoriais. Para além disso, foi introduzida uma preocupação ambiental.

A última fase (pelo menos até à altura em que a autora escreve, como veremos) iniciou-se em Maio/Junho de 1992 e traduziu-se na reforma da PAC, quando o Conselho de Ministros adoptou formalmente um conjunto de medidas que afectam profundamente a regulação das principais OCM's. Com estas medidas pretendeu-se encontrar uma fórmula que fosse ao

encontro das novas condições acordadas no âmbito do GATT sobre o comércio mundial de produtos agrícolas.

A reforma de 92 caracteriza-se fundamentalmente pela substituição parcial do regime de intervenção baseado em preços e do compromisso de adquirir a totalidade da produção por uma ajuda directa aos produtores e teve as suas principais repercussões nas OCM's dos cereais, sementes, oleaginosas, proteaginosas e carne de bovino.

Sem pôr em causa os princípios básicos da PAC que são a unicidade dos preços, a preferência comunitária e a solidariedade financeira, a reforma articula-se em torno de três disposições:

- queda substancial e progressiva dos preços à produção (cereais, oleaginosas, proteaginosas e bovinos);
- compensações dos efeitos desta queda sobre os rendimentos através da concessão de ajudas directas compensatórias aos produtores (novas ajudas compensatórias e revalorização de algumas ajudas já existentes);
- medidas de regulação da produção tais como o pousio de terras aráveis.

Esta reforma entrou em vigor a partir da campanha de 1993/94 (salvo para as oleaginosas, 1992/93) e diz respeito a uma grande parte dos sectores agrícolas (à excepção do azeite, do açúcar, das frutas e legumes, bem como do vinho).

Os princípios da reforma não se aplicam de igual forma a todos os produtos. No caso dos cereais, por exemplo, estava prevista uma diminuição, em três anos, de 29% do preço indicativo. O preço de intervenção foi fixado em 100 ecus por tonelada. Suprimem-se as taxas de corresponsabilidade. Os produtores que superarem a produção média de mais de 92 toneladas de cereais devem retirar terras, mas com direito a uma compensação, de cerca de 15% da superfície cultivada. O nível das ajudas compensatórias é determinada em função da produção realizada a nível regional e não em função do rendimento dos agricultores, aspecto que tem suscitado fortes críticas a uma política que tem também objectivos de natureza social, de redistribuição.

As reformas introduzidas nas diferentes OCM's completam-se com as designadas "medidas de acompanhamento" da PAC, relativas: às "medidas agroambientais"; às "medidas florestais na agricultura" e à "reforma antecipada na agricultura".

Estas medidas destinam-se, em primeiro lugar, a diminuir o impacte que a reforma da PAC terá no nível de rendimento dos agricultores devidos à diminuição progressiva dos preços institucionais, das ajudas à produção e das barreiras aduaneiras, na sequência dos acordos no âmbito do comércio mundial. Visam assim simultaneamente, a protecção do ambiente e a preservação do espaço natural, a diminuição de algumas produções excedentárias e o rejuvenescimento e dinamização dos empresários agrícolas (vd. Anexo 2, ponto 1 - PAC).

A sobreposição de medidas de acompanhamento e medidas englobadas na política de desenvolvimento rural, que abordarei mais à frente, torna difícil distinguir o contexto em que se insere cada uma das medidas. O relatório de 1994 da Comunidade sobre a agricultura na União Europeia⁽¹⁵⁾ arruma pela primeira vez a avaliação do sector em dois grandes grupos: um relativo aos mercados e o outro relativo ao desenvolvimento rural. Neste segundo grupo estão incluídas as designadas "medidas horizontais" (incluem-se aqui as "medidas de melhoramento e de modernização"; as medidas destinadas aos jovens agricultores; as medidas destinadas às zonas agrícolas desfavorecidas; as medidas relativas à transformação e comercialização dos produtos agrícolas e silvícolas) e as "medidas regionais" que englobam os objectivos de natureza socio-económica visados pela reforma dos Fundos Estruturais de 1988 (objectivo nº 1, objectivo nº5a e objectivo nº 5b), as "iniciativas comunitárias" e as acções "inovadoras" (onde se inclui o programa LEADER - Ligação entre Acções de Desenvolvimento de Economia Rural), as "medidas de acompanhamento" que caracterizei acima e a "investigação agrária".

Após estes aspectos genéricos e introdutórios sobre a actual PAC, irei sublinhar os aspectos que me parecem mais importantes para a abordagem do tema do trabalho e que traduzem a diversidade das dimensões a partir das quais é possível ler/interpretar esta política.

Começo por referir aquilo que alguns autores designam por "espírito da reforma", algumas das suas implicações bem como algumas críticas que lhe têm vindo a ser feitas dando lugar a propostas de "reforma da reforma" e a diversas perspectivas de evolução da PAC.

A reforma da PAC caracteriza-se essencialmente por uma passagem de uma política de apoio através dos preços para uma política de apoio através de ajudas directas aos produtores. Esta nova orientação da PAC introduziu alterações importantes na estrutura e na evolução das contas agrícolas: a quebra dos preços e dos volumes de produção traduziu-se por uma diminuição sensível da produção final e do valor acrescentado bruto a preços de mercado. No

(15) C.E.(1995) A situação da agricultura na União Europeia, Relatório de 1994

entanto, os montantes de ajudas directas compensatórias e o reforço de algumas ajudas existentes provocaram uma subida das subvenções. Este aumento sensível das subvenções traduz uma alteração no regime de apoio à agricultura, com uma quebra dos montantes correspondentes ao apoio dos mercados (preços e restituições à exportação) e uma subida das ajudas compensatórias directas aos produtores.

Lourdes Canela, no artigo que tenho vindo a citar, atribui um "espírito indemnizador" à reforma de 92, na medida em que compensa os agricultores pela diminuição dos seus rendimentos decorrente da queda dos preços. Uma vez que a atribuição de ajudas é feita em função do nível de produção regional, parece evidente concluir que quanto maior a produção maior será o nível de indemnização, aspecto que não modifica substancialmente a concentração de apoio aos agricultores que existia anteriormente.

A verificar-se esta concentração, ou a reprodução da concentração, pode falar-se de uma política socialmente inaceitável, segundo J.S. Marsh (Marsh, 1992) uma vez que os mais beneficiados são os grandes agricultores que têm uma produção maior para vender. O autor classifica a PAC como uma "fraude muito grande" em termos de prioridades de tipo social.

Esta "característica" da nova PAC é identificada como negativa pela própria Comunidade num documento de reflexão sobre a política agrícola⁽¹⁶⁾ : "(...) the direct payments are still partly tied to current levels of production, rather than being completely decoupled, and are not sufficiently targeted towards those farmers in need of support" (C.E., 1994: p. 17).

Para além disso, a conciliação de objectivos de natureza económica e social presentes na política não parece fácil. É esta pelo menos a posição de Joseph Klatzmann que classifica esta reforma de revolucionária devido precisamente à diversidade de objectivos visados e à sua difícil conciliação. O autor sente-se dividido entre uma posição "produtivista" que se traduz na procura da maximização da produtividade global dos factores sob restrições, nomeadamente ambientais, e uma posição de apoio a uma política social que visa a redução das desigualdades. Mas a articulação entre o económico e o social parece-lhe algo difícil de atingir:

"peut-il exister une politique sociale qui permette d'atteindre l'optimum économique? La réponse est positive dans certains cas (par exemple un système de bourses dans l'enseignement supérieur). Je crains qu'elle ne le soit pas dans l'agriculture, dans la mesure où le maintien d'exploitants trop petites aboutit

(16) C.E. (1994), EC Agricultural Policy for the 21st Century

inéluçtablement à la sous-utilisation de certains facteurs de production"
(Klatzmann, 1991: p. 25).



Esta é também a posição de Albert Simantov quando afirma que

"(...) considérer que l'intervention des pouvoirs publics assure automatiquement l'équité et la cohésion sociale et une proposition fallacieuse (...). Présenter l'intervention de l'État, sans restriction ou réserve, comme synonyme de cohésion sociale est un pur mythe. Il s'agit donc d'approfondir le débat et d'examiner les différentes formes que pourrait prendre l'intervention de l'État. Sont-elles toutes génératrices de bien-être et d'équité? L'analyse de ce qui a été fait jusqu'ici, et de ce qui aurait pu être fait, tend à prouver le contraire" (Simantov, 1995: p. 47).

A procura de conciliação entre racionalidade económica e objectivos de natureza social está presente na divisão dos países em "grandes" e "pequenos", entre "ricos" e "pobres" em termos agrícolas. Joan Romero (Romero, 1993) identifica dois grupos na Comunidade: um grupo de países com uma "agricultura competitiva e profissional" desenvolvida por "activos agrícolas" com "políticas agrárias" e um grupo de países com uma "agricultura marginal" com "passivos rurais", com "políticas rurais", o "grupo dos países do sul".

Para Marc Mormont (Mormont, 1994), a tipologia Norte/Sul é sumária e não deve confundir-se com uma oposição entre uma Europa do Norte e uma Europa do Sul, "(...) indica simplesmente que paralelamente a regiões rurais fortemente integradas na dinâmica industrial, existem vastas regiões rurais marginais ou periféricas, sobretudo no Sul, que se mantêm distantes deste modelo". Pode então falar-se de uma agricultura a duas velocidades: uma que beneficia da parte mais importante das ajudas económicas, destinadas aos grandes produtores e outra, marginal, que recebe apoios para poder subsistir nas "regiões desfavorecidas" (Mormont, 1994: p. 28).

Estas "zonas" foram criadas pela "Directiva 75/268", cujas tendências foram reforçadas pelas "medidas de acompanhamento" da PAC. A Directiva assumiu que o nível dos preços agrícolas comunitários não permitia assegurar a viabilidade agrícola nas regiões menos competitivas, nomeadamente nas regiões montanhosas.

Segundo Gilles Bazin, os objectivos da directiva ultrapassam largamente o quadro da simples manutenção da actividade agrícola: "les zones agricoles défavorisées comprennent les zones de montagne dans lesquelles l'activité agricole est nécessaire afin de sauvegarder l'espace nature, notamment pour des raisons de protection contre l'érosion ou pour répondre à des

besoins en matière de loisirs, ainsi que d'autres zones où le maintien d'un minimum de peuplement ou l'entretien de l'espace naturel ne sont pas assurés" (Bazin, 1992: p. 45).

Neste sentido, pode dizer-se que as preocupações sociais e ambientais já estavam presentes na política comunitária antes da reforma de 92. A agricultura passou a ser valorizada (também) pelas suas funções ecológicas e sociais. Os instrumentos utilizados consistiam em subvenções directas e no reforço das ajudas ao investimento das explorações agrícolas que deveriam contribuir para a "manutenção do tecido económico rural e para a gestão dos espaços montanhosos" situadas nas "zonas desfavorecidas". Segundo o estudo de Gilles Bazin, em 1991, 75% da SAU (Superfície Agrícola Utilizada) portuguesa pertencia a "zonas desfavorecidas". Segundo o mesmo estudo, os efeitos das indemnizações compensatórias sobre a redução das disparidades regionais de rendimento são limitadas. As diferenças entre uma "zona normal" e uma "zona desfavorecida" são da ordem dos 40% à escala comunitária e as indemnizações introduziram uma redução das desigualdades de apenas 10%, resultado que, segundo o autor, incita à prudência quanto aos possíveis efeitos da reforma da PAC nalgumas regiões.

Nas "regiões desfavorecidas" deveriam instalar-se novos serviços (em particular turísticos), incentivar-se a formação e criar infraestruturas. Foram estes objectivos que estiveram presentes na reforma dos Fundos Estruturais (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - FEOGA; Fundo Social Europeu - FSE; Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER). A reforma permite agrupar os instrumentos de intervenção da Comunidade em programas de desenvolvimento regional sob uma forma integrada.

Para Mormont, esta reforma corresponde a um ponto de viragem na política europeia uma vez que a agricultura começa a perder o seu estatuto de principal sector para converter-se em mais um sector no espaço rural.

A perda de monopólio da agricultura no espaço rural e a remuneração dos agricultores pelas suas novas funções (redução da produção, reconversão produtiva, manutenção da paisagem, entre outras) conduz a uma redefinição da sua profissão e do espaço rural e da relação entre este e aquela.

"Se se demonstra ao agricultor que as suas práticas (...) conduzem a uma lenta degradação dos solos, é definitivamente o seu próprio capital ou o seu património que está a explorar e a destruir. Se lhe é dito que utiliza demasiado adubo ou pesticidas, equivale a mostrar-lhe também que já não domina realmente as suas próprias técnicas (...). Se lhe é dito que toda a paisagem rural está

ameaçada, (...), está a pedir-se-lhe que respeite o que antes produzia gratuitamente. É pois a identidade do ofício, de profissional eficaz e competente que está em causa" (Mormont, 1994: p. 32).

Esta preocupação ambiental tem sido objecto de vários estudos e ensaios publicados nomeadamente nas revistas Agricultura y Sociedad e na Économie Rurale. Alguns dos artigos problematizam o conceito de ambiente, apresentam as leituras possíveis da preocupação ambiental e as implicações dessa preocupação em termos sociais e culturais, como faz Marc Mormont ou Marcel Jollivet (Jollivet, 1992) que formula também uma leitura sociológica sobre o ambiente e da relação entre agricultura e ambiente.

Sobre este último aspecto, o autor afirma que a preocupação ambiental relativamente à agricultura e aos agricultores compreende os solos, a água, a biodiversidade, as paisagens e a atmosfera. O ambiente pode ser interpretado, para este autor, como mais uma nova dependência dos agricultores, paralelamente às regras económicas resultantes da internacionalização dos mercados dos produtos agrícolas. Neste sentido, o autor prevê a existência de conflitos e de negociações em torno da questão ambiental, devendo colocar-se a questão de como se situarão os agricultores nestas relações de poder, onde estão em causa o seu rendimento, a sua actividade e o seu estatuto na sociedade, aspecto referido também por Mormont.

Jollivet considera o ambiente como um campo aberto à investigação que permita compreender os processos sociais a partir dos quais as preocupações ambientais são enunciadas, abordadas, formuladas, utilizadas e tratadas, "(...) c'est-à-dire à travers lesquelles elle prenet socialement sens et forme à quelque niveau que ce soit, du village aux relations internationales" (Jollivet, 1992: p. 9).

Outros artigos constituem ensaios, propostas de quantificação dos bens ambientais. É o caso do artigo de Jean de Montgolfier (Montgolfier, 1992) que apresenta um mercado de bens ambientais onde são evidentes as dificuldades e as especificidades no encontro entre oferta e procura e que tem como pressuposto a ideia segundo a qual uma parte do rendimento dos agricultores pode corresponder ao pagamento de bens e serviços oferecidos pelos agricultores - bens e serviços ambientais - e procurados pela sociedade.

É o caso também de Pere Riere y Francisco Muñoz Gutiérrez, (Riere e Gutiérrez, 1994) que propõem o cálculo da "rentabilidade social" das explorações florestais, para além da "rentabilidade privada" tradicionalmente considerada pelos economistas: "por rentabilidad

social o total se suele entender la suma de la privada- de los propietarios florestales en este caso - y la externa - la que no perciben tales propietarios, sino otros agentes" (Riere e Gutiérrez, 1994: p. 121).

Apresento ainda um artigo publicado na *Économie Rural* (nº202-203) onde a autora, Christian Huillet (Huillet, 1991), classifica os bens e serviços ambientais como "bens públicos" e considera que o seu valor não deve ser determinado pelo mercado, defendendo a intervenção estatal: "La question de savoir comment ces biens publics sont évalués et financés est importante puisque les spécificités rurales que l'on veut ainsi préserver ne peuvent être évaluées directement par le marché. De ce fait, seule l'intervention des pouvoirs publics est à même d'assurer leur survie" (Huillet, 1991:p. 26).

Jean Cristophe Kroll (Kroll, 1992) tem uma atitude bastante crítica relativamente à remuneração dos agricultores pelos serviços ambientais. Segundo o autor, "é um pouco ridículo preparar o contribuinte para remunerar as novas funções do 'jardineiro do espaço' para atenuar os inconvenientes da política de crescimento da produtividade agrícola. A reprodução dos ecossistemas cultivados corresponde a uma actividade indissociavelmente ligada à actividade de produção agrícola" (Kroll, 1992: p. 39). Para este autor a forma mais eficaz de remunerar o "sub-produto da actividade agrícola que constitui a gestão dos recursos naturais que adquire um valor social e mercantil cada vez mais reconhecido" será através dos preços dos produtos alimentares que deverão reflectir os custos reais de produção.

Jean de Montgolfier, no artigo supracitado, aproxima-se da posição de Kroll quando refere que

"dans les systèmes agraires dit traditionnels, la gestion des qualités de l'environnement n'était pas considérée comme un problème particulier: au contraire, elle était intégrée de manière globale dans des pratique agricoles en général très soucieuses de gérer au mieux l'énergie humaine ou animale disponible, de recycler avec soin les éléments fertilisants minéraux ou organiques (...), de valoriser les ressources de la flore et de la faune locales, afin de produire sur place l'essentiel de ce qui était nécessaire à la vie quotidienne. Ces pratiques ont aboutit à la constitution de paysages ruraux très complexes et diversifiées aujourd'hui considérés comme 'traditionnels'"(Montgolfier, 1992: p. 12)

Clive Potter (Potter, 1994) reforça esta posição quando refere que "es difícil de justificar la idea de sostener la renta de un agricultor por el simple hecho de serlo. La ayuda que se le brinda tiene que ser a cambio de que cuide de la tierra; ésta es la razon de ser de la ayuda. (...).

Se corre el riesgo de que los objetivos medioambientales se confundan con las finalidades sociales y compensatorias de los pagos que actualmente se ofrecen a los productores" (Potter, 1994: pp. 68-69).

2.2. A Política de Desenvolvimento Rural

Neste ponto apresento os principais aspectos do debate sobre o mundo rural e as principais preocupações da política de desenvolvimento rural, tendo em conta o papel que a agricultura ocupa nesse debate e no processo de desenvolvimento rural.

Na história das políticas de desenvolvimento regional dos países desenvolvidos a presença da agricultura passou por diferentes fases/"gerações" identificadas pelos autores do livro Regiões Periféricas - que desenvolvimento? - uma experiência no concelho de Almeida (Almeida, Amaral, Borrêgo, Capucha e Ferrão, 1994). As quatro gerações são sintetizadas num quadro segundo quatro variáveis: "objectivos da política regional"; "objectivos estratégicos"; "principais agentes" e "modo dominante de encarar a agricultura".

A primeira geração situa-se nos anos 30 e 40. Os objectivos da política regional consistiam na integração harmoniosa da cidade e do campo, "procurando um maior equilíbrio regional"; os objectivos estratégicos consistiam num "desenvolvimento integrado de recursos naturais/actividades humanas em áreas com coesão própria; valorização da consciência da história e da cultura regionais"; os principais agentes eram o "Estado central e as instituições públicas regionais"; a agricultura era encarada como "factor polarizador de modos de vida específicos a preservar".

A segunda geração é designada como os "30 anos gloriosos da modernidade, em que a agricultura é esquecida" e situa-se entre o pós-guerra e o início dos anos 70. Nesta fase os objectivos da política regional consistiam no combate aos "desequilíbrios regionais"; os objectivos estratégicos diziam respeito ao "aumento da mobilidade dos factores de produção" e à "modernização económica (visão difusionista do desenvolvimento)"; os principais agentes era o Estado central e a agricultura era encarada como uma actividade económica.

A terceira geração é apresentada sob o título: "o reverso da medalha da eficácia económica aplicada à agricultura" e situa-se nas décadas de 70 e 80. Os objectivos da política regional consistem na recuperação das "regiões em crise"; os objectivos estratégicos consistiam na "mobilização e valorização dos recursos endógenos"; no "estímulo da capacidade de iniciativa

local"; os principais agentes eram o "Estado central e as comunidades territoriais"; a agricultura é encarada como uma "actividade consumidora de espaço e potencial factor revitalizador do desenvolvimento local em áreas rurais".

A quarta e última geração é apresentada com o título "a melhor defesa é o ataque?" e situa-se nos anos 90. Aqui os objectivos da política regional consistem no combate aos "desequilíbrios regionais" na promoção das "solidariedades inter-regionais"; os objectivos estratégicos são a conciliação da eficácia económica com a coesão social; a criação de "condições de competitividade internacional num contexto de solidariedade e cooperação inter-regional"; os principais agentes são as "comunidades territoriais numa óptica inter-regional" e os agricultores são encarados como "produtores de bens e de ambiente de qualidade, em realidades rurais abertas e competitivas" (Almeida et al, 1994: p. 15).

Para estes autores, existe uma certa unidade de problemas estruturais presentes no mundo rural: "sensibilidade às questões agrícolas, envelhecimento demográfico e êxodo populacional (...)". No entanto, o mundo rural apresenta uma grande diversidade.

A necessidade de afirmar a especificidade do rural, por um lado, e a sua diversidade, por outro, deu lugar a um amplo debate. Um dos participantes desses debates foi Bernard Kayser (Kayser, 1990).

A afirmação da especificidade do rural/campo foi feita, nomeadamente, por oposição ao urbano/cidade. O autor apresenta duas formas de aproximação às relações cidade-campo: uma perspectiva dicotómica e a perspectiva de um continuum. Como em todas as teorias científicas os partidários de uma outra perspectiva foram influenciados pelo contexto e pela conjuntura mas também pelas correntes ideológicas-políticas que orientam a discussão na interpretação das relações "cidade-campo".

A partir dos anos 60, quando o crescimento das cidades adquire uma aceleração sem precedentes, no contexto de um período de crescimento dos empregos, do consumo e do nível de vida, instala-se a tese do "continuum" "urbano-rural", da "urbanização do campo". Esta tese põe fim à relação contraditória entre os dois pólos, negando a existência de uma descontinuidade espacial entre as cidades e as aldeias e privilegia a assimilação (integração) pela difusão da cultura, dos produtos, das práticas urbanas. O êxodo rural é um aspecto secundário relativamente ao que diz respeito à modernização que homogeniza o espaço (Kayser, 1990: pp. 15-16).

Existe uma terceira posição que se caracteriza pela partilha das duas teses. O sociólogo R.E. Phal especialista inglês das questões urbanas partilha as duas teorias à semelhança de J.C. Chamboderon na sua História da França Urbana. Esta terceira fase surgiu nos anos 70 e põe de novo em causa as relações cidade campo em termos de contradição e de dominação.

A sistematização da diversidade do mundo rural tem justificado, por sua vez, numerosas tipologias. A este propósito volto a citar Bernard Kayser cuja tipologia consiste "(n)uma reflexão empirista e simplista que conduz à distinção de quatro tipos de espaço rural (...)". Kayser considera esta tipologia pouco funcional e operacional quando se trata de identificar e delimitar espaços concretos. Passo a apresentá-la:

1. O primeiro tipo corresponde à "coroa périurbana", onde os processos de urbanização encontram uma agricultura e uma sociedade rural em funcionamento pleno. A construção urbana é localizada e limitada;
2. O segundo tipo caracteriza-se por uma actividade agrícola produtiva: o território cultivado é valorizado e explorado de forma profissional, o que não implica que a sociedade local seja dominada pelos agricultores e o quotidiano da vida camponesa;
3. O terceiro tipo é o que está melhor representado pela expressão corrente de espaço rural "profundo". Trata-se de um espaço, qualificado de marginal por alguns, de reserva por outros, onde a produtividade é baixa e a modernização pouco significativa, com uma população envelhecida;
4. O quarto tipo caracteriza-se pela implantação de actividades de serviços urbanos que revitalizam o espaço rural e introduzem processos económicos, sociais e culturais irreversíveis (Kayser, 1990: pp. 29-30).

Kayser apresenta mais três tipologias. Em todas elas a agricultura surge como critério de diferenciação. Chamo apenas a atenção para o famoso, pelo uso corrente, do tipo "rural profundo" (que integra o "rural profundo" em decadência e o "rural profundo" com uma agricultura activa) que faz parte da tipologia "comunal" do INSEE, construída a partir da "inscrição socio-económica das famílias no espaço, os modos de vida e os comportamentos económicos e sociais" (Kayser, 1990: p. 31).

Para além destas tipologias empíricas ou estatísticas foram feitos esforços de análise da diversidade dos espaços rurais a partir de posições teóricas e que foram consideradas pelos

próprios autores, num posição de autocrítica, de difícil aplicação: "Le problème de fond est celui de l'articulation entre la théorie générale et un espace local concret dont on extrait toujours plus facilement la spécificité, l'unicité, que les bases de vérification d'une théorie générale"(Kayser, 1990: p. 34).

A construção de tipologias impõe-se por razões analíticas, visando um conhecimento mais aprofundado da complexidade rural, mas também por razões que se prendem com a definição de políticas de desenvolvimento ajustadas a essa realidade (Almeida et al,1994: p. 22).

Segundo os autores do estudo do concelho de Almeida, duas convicções têm vindo a ganhar peso junto dos decisores políticos e técnicos

- *"a necessidade de uma visão territorializada das políticas de intervenção em áreas rurais, de forma a ultrapassar a perspectiva tradicionalmente sectorializada de desenvolvimento deste tipo de áreas, baseada em políticas agrícolas, por um lado, e de infraestruturas e equipamentos, por outro;*
- *a necessidade de políticas de desenvolvimento rural concebidas simultaneamente a dois níveis: políticas de base, comuns a todas as áreas rurais (políticas macroeconómicas, ambientais, de transportes e comunicação, etc.), e políticas específicas, adequadas a cada um dos tipos de área rural"* (Almeida, 1994: p. 22).

A política de desenvolvimento rural da OCDE integra esses dois níveis de análise do mundo rural. Em 1993, o Grupo de Conselho sobre o Desenvolvimento Rural lançou um estudo sobre os problemas de emprego em meio rural. O programa partiu da tipologia das zonas rurais da Organização para a definição de medidas de promoção do emprego:

- zonas economicamente integradas: economias rurais prósperas, na maior parte dos casos próximas de um centro urbano que lhes fornece economias de escala e de acumulação. Combinam os melhores factores da vida do campo e da cidade. Oferecem empregos qualificados nos sectores económicos que, tradicionalmente, empregavam sobretudo cidadãos. Em geral, têm uma população que cresce devido ao desenvolvimento das actividades de produção (indústria e serviços) nas zonas urbanas e aos rendimentos superiores à média para as zonas rurais. Estão dotadas de meios de comunicação que as ligam directamente ao centro urbano vizinho e têm acesso a numerosos recursos culturais e educativos.

- zonas rurais intermédias: tradicionalmente desenvolvidas a partir de um sector agrícola próspero e das actividades que lhes estão associadas, em particular em termos de emprego. A estrutura económica destas zonas sofreu uma profunda mudança diversificando-se em sectores como a indústria manufactureira, o comércio, o turismo e outras actividades e serviços. Estas zonas vivem um processo de integração económica acompanhado de estabilidade do ponto de vista demográfico, com uma densidade populacional relativamente baixa. Estão relativamente distantes das zonas urbanas mas a qualidade das infraestruturas de transporte e de comunicação permite acesso fácil a essas zonas
- zonas rurais recuadas: têm geralmente uma população dispersa e estão situadas em regiões periféricas muito afastadas dos centros urbanos, particularmente em montanhas ou ilhas. A densidade populacional é muito baixa e os jovens são relativamente pouco numerosos. Estão dotadas de um mínimo de infraestruturas e de serviços mas o custo, por habitante, de prestação destes serviços, a maior parte das vezes medíocre, é elevado. Os rendimentos são os mais baixos do país e o nível de qualificação é muito baixo. A economia destas zonas reproduz essencialmente o esquema tradicional: agricultura, serviços aos particulares e artesanato destinado ao mercado local, não estando integrada na vida económica do país. Têm muita dificuldade de acesso aos recursos concentrados nas zonas urbanas, tal como é o caso das comunicações e da informação⁽¹⁷⁾.

Uma política de desenvolvimento rural concebida aos dois níveis referidos permite que se tenham em conta não apenas os problemas estruturais (que conferem unidade ao mundo rural) mas também a relativa especificidade das características positivas e negativas de cada tipo de zona rural. É neste sentido que devem ser questionadas as soluções globalmente aceites para o mundo rural, como é o caso da diversidade económica. Se nalguns casos essa diversidade faz sentido, noutros, como é o caso da maior parte das zonas rurais recuadas essa diversidade tem poucas probabilidades de ter lugar dado o leque reduzido de oportunidades no que se refere a bens ou serviços susceptíveis de serem competitivos em mercado supra-locais. Ou seja, "cada caso é um caso, mas todos eles pertencem a uma mesma família, caracterizada por traços persistentes" (Almeida et al., 1994: p. 22).

A propósito da diversidade económica gostaria de introduzir algumas conclusões de estudos sobre o turismo em espaço rural (TER), apresentado muitas vezes como uma actividade a

(17) OCDE (1994), Programme de développement rural, Mesures gouvernementales pour la création d'emplois en zones rurales, p.9

implementar, nomeadamente em explorações agrícolas (uma das vertentes do TER), e como solução para alguns dos problemas das zonas rurais.

Para Xavier Greffe, o "turismo rural" está longe de constituir uma panaceia para as dificuldades existentes nas zonas pouco povoadas e situadas longe das grandes aglomerações (Greffe,1992: p. 158).

Na análise do caso português, Graça Joaquim (Joaquim,1994) refere que o "fenómeno do turismo em espaço rural, (...), é bastante recente no país, datando o quadro legislativo de 1986 (...) e criando três modalidades de TER (Turismo em Espaço Rural) - o turismo de habitação, o turismo rural e o agro-turismo" (p. 78) e põe em causa a "lógica de complementariedade entre a agricultura e o turismo" em "detrimento da complementariedade profissional com as actividades anteriores dos promotores, sobretudo quadros médios e superiores" (Joaquim, 1994: p. 83). Estas conclusões fundamentam-se num estudo da autora sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Local e Regional(1989) na região do Alentejo e numa dissertação de Mestrado da autoria de João Moreira (1990) sobre Turismo em Espaço Rural, enquadramento e Expressão Geográfica, cujo trabalho empírico foi realizado em Ponte de Lima.

Nas conclusões que a autora apresenta para o estudo no Alentejo é apresentado um "perfil do TER claramente distanciado dos objectivos que presidiram à sua implementação"⁽¹⁸⁾ destacando os seguintes aspectos:

- *"a recuperação e conservação do património pessoal e familiar representa a motivação claramente dominante no envolvimento com o TER;*
- *apenas 20% dos promotores se dedicam em exclusividade ao TER, incluindo um único agricultor a tempo inteiro e de nacionalidade inglesa;*
- *apenas dois dos promotores são agricultores a tempo parcial, sendo um deles quadro superior (de nacionalidade francesa) e outro recém-chegado à actividade;*
- *77% dos promotores são quadros médios e superiores (45% de quadros superiores);*
- *os promotores consideram como maiores atracções turísticas da região a riqueza gastronómica e as zonas e caça turística;*

(18) esses objectivos são: "1. estimular a recuperação do património histórico-cultural em particular e do património rural em geral; 2. associar a qualidade da oferta turística em alojamento às tradições de hospedagem rural; 3. aumentar em particular o rendimento dos agricultores e a qualidade de vida das populações, em geral" (Joaquim: 1994, pp.79-80)

- sobre os contributos do TER para a região, os promotores destacam claramente a 'valorização da zona';
- dos equipamentos necessários ao desenvolvimento turístico os promotores destacam: campos de ténis, campos de golf, caça turística, hipismo, animação exterior e divulgação do potencial histórico e do artesanato" (Joaquim, 1994: pp. 82-83).

No caso de Ponte de Lima, o turismo rural surge como uma actividade "(...) extremamente 'elitizada', caracterizada pela quase total ausência de complementariedade com a agricultura e pouco enraizada localmente" (Joaquim 1994: p. 86).

Francisco Cordovil sublinha a "necessidade de estratégias abertas e muito selectivas das colectividades territoriais rurais, procurando criar vantagens comparativas duradouras, assentes nos princípios de diferenciação, flexibilidade e qualidade" e a "concepção dessas estratégias em função de um território" ("tendo em conta a diversidade das zonas rurais e instituições aí existentes") correspondem a orientações fundamentais na prossecução do desenvolvimento rural⁽¹⁹⁾ definido como "a melhoria das condições de vida das pessoas residentes nas áreas e regiões rurais, através de processos sociais que respeitem e articulem os seguintes princípios: eficiência económica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade (conservação; condições de competitividade dinâmica/duradoura), participação democrática e responsabilidade cívica" (Cordovil, 1995: p. 8).

O desenvolvimento rural tornou-se um objectivo político para a OCDE e para a União Europeia. A intervenção comunitária designada por "desenvolvimento rural" corresponde ao conjunto dos meios financeiros consagrados ao desenvolvimento das zonas rurais integradas nos objectivos da reforma dos fundos estruturais, nomeadamente os objectivos 1 e 5a). Outras rubricas do orçamento geral da Comunidade contribuem também para o desenvolvimento rural integrando: a agricultura e outras actividades, o ambiente, a investigação, entre outras acções.

A União Europeia salienta também a diversidade das zonas rurais europeias na formulação das medidas e instrumentos dirigidos ao mundo rural. São geralmente distinguidos os seguintes tipos de zonas rurais:

(19) paralelamente à "abertura ao relacionamento com outros territórios e com agentes exógenos, "a preocupação com objectivos de natureza social e ambiental" e "uma análise que tenha não apenas em conta os problemas sectoriais da agricultura mas também a manufactura e os serviços, englobando também o papel e as competências dos diferentes actores e parceiros dos sectores público e privado" (p.8)

- as zonas rurais situadas na periferia das grandes aglomerações;
- as zonas rurais das regiões tocadas pelo declínio industrial;
- as zonas rurais com forte presença da agricultura, afastadas dos pólos de desenvolvimento e das grandes aglomerações (o "rural profundo").

O Acto Único Europeu (AUE) de 1986 veio acrescentar ao Tratado de Roma um novo título sob a designação de "A Coesão Económica e Social". O respectivo articulado desenvolve o compromisso inicial assumido no preâmbulo do Tratado CEE de assegurar um "desenvolvimento harmonioso", e estabelece que a Comunidade desenvolve e prossegue a sua acção tendente ao reforço da sua coesão económica e social. O Tratado de Maastricht revela um maior empenhamento na coesão que passará a constituir um dos principais pilares da integração comunitária. No protocolo sobre a coesão foi previsto o estabelecimento de um novo fundo de coesão comunitária.

O artigo 130º-A do AUE determina que "em especial, a comunidade procura reduzir a diferença entre as diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas". Os Fundos estruturais (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional - FEDER; Fundo Social Europeu - FSE; Secção Orientação do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola - FEOGA) e o Banco Europeu de Investimento (BEI) são referidos como instrumentos específicos para atingir este objectivo. O objectivo da coesão é, portanto, considerado predominantemente em termos geográficos e não como forma de aumentar a parte que cabe a cada um na Comunidade.

Em 1988, no conselho Europeu de Bruxelas, foi estabelecido um acordo político relativamente a um pacote de medidas financeiras - "Delors I" - que incluía a duplicação das verbas dos Fundos estruturais até 1993. Com a reforma dos Fundos Estruturais a Comunidade criou meios de promoção do desenvolvimento em geral e do desenvolvimento das suas zonas rurais em particular. Os três objectivos dos Fundos passaram a ser:

- objectivo 1: promoção do desenvolvimento e do ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas;
- objectivo 2: reconversão das regiões gravemente afectadas pelo declínio industrial;

- objectivo 3: luta contra o desemprego de longa duração;
- objectivo 4: facilitar a inserção profissional dos jovens;
- objectivo 5: facilitar a reforma da política agrícola comum através:
 - a) da adopção de estruturas de produção, de transformação e de comercialização na agricultura e na silvicultura;
 - b) da promoção do desenvolvimento das zonas rurais.

Em 1 de Janeiro de 1989, entraram em vigor versões revistas dos regulamentos dos Fundos que prevêm:

- programação plurianual mais coerente (em especial através dos novos "Quadros Comunitários de Apoio - QCA")
- compromissos dos Estados-membros relativamente à "adicionalidade" dos financiamentos comunitários
- "parceria" entre a Comissão, Estados-membros e autoridades regionais/locais designadas pelos Estados-membros na elaboração e aplicação dos QCA e dos respectivos programas operacionais.

A exigência fundamental vai no sentido de serem os próprios Estados-membros a destinar uma parte importante das finanças públicas a programas ou projectos que obtenham financiamentos comunitários; por conseguinte, os Fundos estruturais são complementares aos esforços nacionais e regionais, e até mesmo nos Estados membros mais pobres a selecção dos projectos e a responsabilidade pela sua gestão permanecem ao nível nacional ou regional, desde que sejam observados certos critérios de carácter geral.

O primeiro Quadro Comunitário de Apoio português (QCA I) foi aprovado pela CE em 31/10/89. O primeiro Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) para o período 1989-93 tinha como objectivo servir de base à negociação entre o governo português e a Comissão Europeia sobre o conteúdo e montantes financeiros do QCA.

Em conformidade com as disposições do regulamento da Reforma dos Fundos Estruturais, o I QCA para Portugal incluiu todas as intervenções estruturais da Comunidade entre 1989 e 93, uma vez que os quadros das regiões abrangidas pelo objectivo nº 1 da Reforma (promover o desenvolvimento e o ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas) integram igualmente as acções relativas à prossecução dos outros objectivos (nº2, 3, 4, 5 a) e b)).

Isto significa que o I QCA compreendeu todas as acções financiadas pelos três Fundos Estruturais (FEDER, FSE e FEOGA-Orientação) e pela linha orçamental específica do PEDIP, mas não incluiu as acções que foram apoiadas até 1993 por outros instrumentos financeiros a fundo perdido da Comunidade - como é o caso das múltiplas linhas específicas do Orçamento Geral das comunidades para apoio a domínios muito diversificados, deste a investigação científica à energia, passando pelos transportes e pelas pescas (Alves, 1996: p. 4).

Apresento em Anexo (Anexo 2) as medidas do II QCA (1994-99) destinadas ao mundo rural. O PDR foi apresentado à Comissão Europeia em Julho de 1993 e, à semelhança do anterior Plano, continha a forma como o Estado Português pretendia utilizar os Fundos comunitários (FEDER, FSE, FEOGA-Orientação, IFOP (Instrumento Financeiro de Orientação Das Pescas), Fundo de Coesão) postos à sua disposição naquele período para intervenções estruturais. Os princípios que presidiram à elaboração do PDR estão igualmente expressos no diploma que traça as opções Estratégicas para o Desenvolvimento do País no período 1994-99 (Lei nº 69/93, de 2 de Setembro).

Os dois grandes objectivos estratégicos do actual PDR estavam já inscritos no anterior:

- convergência real entre as economias portuguesa e comunitária;
- promoção da coesão económica e social no plano interno.

Estes objectivos traduzem-se operativamente em quatro eixos:

- qualificar os recursos humanos e o emprego;
- reforçar os factores de competitividade da economia;
- promover a qualidade de vida e a coesão social;
- fortalecer a base económica regional.

O PDR propunha um investimento total de cerca de 6 580 milhões de contos, dos quais 3 500 eram satisfeitos pelos três Fundos Estruturais, pelo IFOP e pelo Fundo de Coesão, a fundo

perdido. Com base neste plano, a CE apoiou o II QCA. A UE atribui neste âmbito cerca de 3 250 milhões de contos de Fundos Estruturais aos quais acrescem as iniciativas comunitárias e 1 200 milhões de contos em empréstimos do Banco Europeu de investimentos (Alves,1996: pp. 8-9).

Em Anexo identificam-se e descrevem-se os eixos e programas com impacte directo na base produtiva e no nível de rendimento das famílias agrícolas bem como as iniciativas comunitárias.

A apresentação das políticas de desenvolvimento rural deve ter presente que estamos a falar de algo em permanente mutação. Parece que o cenário pode voltar a mudar e, neste sentido, fala-se em reforma da reforma da PAC em articulação com uma reforma global das políticas estruturais da UE.

2.3. O Futuro da Agricultura e do Mundo Rural

2.3.1. Enquadramento geral

Os vários trabalhos que li sobre a reforma da PAC em 1992 eram invariavelmente pessimistas. O balanço, muitas vezes negativo, que se faz da reforma conduz, nalguns casos, à apresentação de propostas de reflexão e mesmo a propostas de alteração da política, dando lugar a uma "reforma da reforma". A este propósito gostaria de fazer referência a alguns estudos que apontam caminhos prováveis de evolução da Política.

Um desses estudos (Veer et al,1993) propõe uma reflexão acerca da reforma da PAC e uma visão "prospectiva criativa das novas funções destinadas à agricultura nas sociedades modernas ocidentais". Apresento alguns dos pontos daquela reflexão:

- *"a agricultura é uma actividade necessária e útil, com a condição de respeitar o ambiente e a qualidade de vida (...). Neste sentido, não deverão ser abandonados uma parte importante dos campos devido nomeadamente à irreversibilidade absoluta da degradação social e da desertificação biológica à quais conduzirá uma evolução desta natureza. É ilusório confiar ao Estado a gestão destas zonas. A história demonstra-nos que o cuidado da terra é apenas levado a cabo por aqueles que a ela se sentem ligados na sua existência quotidiana. (...). Emerge a necessidade de uma política publica activa fundada*

sobre objectivos de segurança alimentar, saúde (humana e dos animais) e de qualidade de vida (na cidade e no campo) graças a uma diminuição consciente da produtividade do solo e ao desenvolvimento das áreas consagradas às novas funções do espaço";

- "os objectivos da PAC definidos no artigo 39 do Tratado de Roma devem ser completamente reconsiderados, devendo-se responder a novas necessidades não apenas no domínio agrícola, como a gestão dos parques naturais e das zonas recreativas, enquanto afirmação de uma nova responsabilidade ética";*
- "a emergência de uma "nova ordem" necessita absolutamente de uma intervenção activa dos poderes públicos na gestão do sector agrícola através de critérios de simplicidade, robustez e de transparência. Isto implica que o Estado apareça enquanto um parceiro claro e de confiança, envolvido num dispositivo global que se limita a linhas directrizes de estímulo económico simples, excluindo toda a gestão administrativa e jurídica sofisticada e dispendiosa" (Veer et al,1993: p. 53).*

Um outros estudo, um documento comunitário (CE,1994), apresenta os principais elementos de futuras alterações na política agrícola, bem como as lições a tirar da actual situação agrícola comunitária.

Sobre o primeiro aspecto, o documento propõe as seguintes alterações:

- o corte dos preços de suporte tendo como objectivo atingir uma protecção de mercado que não seja superior à existente para outros sectores económicos;*
- a compensação pelo corte nos preços através de pagamentos directos, tal como foram introduzidos na reforma de 92. No entanto, estes pagamentos devem ser separados dos níveis de produção e da utilização dos factores de produção, quer no que diz respeito às compensações existentes, quer relativamente a novas compensações;*
- inicialmente os pagamentos compensatórios deverão ser financiados pelo orçamento comunitário tal como acontece agora, mas gradualmente este financiamento comum deverá ser suportado pelos Estados membros que serão livres na opção de continuarem a dar estes pagamentos, independentemente da*

produção, ou utilizando os seus fundos para o desenvolvimento rural, melhoramentos ambientais ou ajustamentos estruturais, em conformidade com a política comunitária;

- com os preços de suporte próximos dos preços do mercado mundial, as restrições quantitativas, tais como as quotas de leite, devem ser eliminadas, facilitando a entrada de novos agricultores e incentivando a produção e exportação;*
- os fundos comunitários regionais, sociais e de coesão, devem ser utilizados de forma a acompanharem os desenvolvimentos estruturais, e deve ser garantido que nenhum Estado membro, particularmente aqueles com um baixo rendimento "per capita", sofrerão penalizações substanciais (CE, 1994: p. 17).*

Das principais lições a tirar da evolução da PAC, bem como dos desafios para o futuro apresentados no documento, selecionei os que dizem respeito ao "rendimento dos agricultores" e às "comunidades rurais":

- sobre os rendimentos dos agricultores: "a evidência sugere que o rendimento real das famílias rurais sofreu um crescimento nos anos recentes, parcialmente porque muitas famílias agrícolas dispõem de outras fontes de rendimento. No entanto, a reforma da PAC significa que muitos agricultores beneficiam de suportes de rendimento que são independentes do mercado e das alterações climáticas. O crescimento das ajudas no Sistema de Segurança Social amorteceu o choque daqueles que abandonaram a agricultura devido a fracasso económico. A PAC nunca pretendeu ser um Sistema de Segurança Social contra o fracasso da empresa agrícola, embora alguns dos seus mecanismos servissem para manter negócios economicamente pouco viáveis em actividade.¹ A Comunidade dispõe de outros instrumentos, incluindo políticas de desenvolvimento rural, disponíveis para facilitar a transição de alguns indivíduos. O desafio futuro da PAC relativamente aos rendimentos dos agricultores consistem essencialmente em abranger, em termos de apoio ao rendimento, os agricultores que continuem ocupados em actividades que sejam social e ambientalmente úteis e promover o desenvolvimento de instituições que enquadrem a agricultura na sua relação com o mercado à semelhança de outros sectores" (C.E., 1994: p. 27).*



A reflexão de François Colson, Vincent Chatellier e Laurence Ulmann, (Colson, Chatellier, Ulmann, 1995) em torno das ajudas ao rendimento vão no sentido também da sua manutenção:

"Compte tenu de leur poids dans la formation du revenu de la grande majorité des exploitations agricoles, les aides, pourtant annoncées comme transitoires, ne pourront pas être supprimées. Par contre, la modification de leur mode de répartition commence à faire l'objet de discussions. Toute évolution nécessitera de trouver un accord entre partenaires sur leur signification économique: paiement compensatoire de garantie de revenu ou rémunération des externalités positives de l'agriculture". (...) il est important d'évaluer dans quelle mesure les exploitations les plus performantes seront ou non capables de se passer du soutien public et d'être rentables sur la base des seuls prix de marché" (Colson et al, 1995: p. 11; p. 15).

- sobre as comunidades rurais: *"as comunidades rurais morrem sem emprego rural e como resultado de alterações na agricultura, bem como sem mudanças técnicas na indústria, nos transportes e nos serviços. Tornou-se claro que muitos dos problemas das comunidades rurais não poderão ser resolvidos através de um esquema de suporte tal como foi desenvolvido pela PAC, e o desafio nesta área consiste em implementar iniciativas de desenvolvimento rural. Claro que se põe o problema de saber se estas comunidades, especialmente aquelas em áreas remotas, deverão ser mantidas através de políticas de subsídios ou regulamentos especiais, ou se as forças de mercado deverão interferir pouco"(C.E., 1994: p. 28).*

As restantes lições e elementos de futuras alterações dizem respeito aos aspectos ambientais, à eficiência técnica e à competitividade, à eficiência económica, às relações comerciais internacionais e ao alargamento aos países de leste.

Este último factor deu lugar à elaboração de um estudo por parte da Comissão Europeia publicado (em Janeiro deste ano) em quatro relatórios finais cujos títulos são: "L'Agriculture et l'élargissement de l'Union européenne aux pays d'Europe centrale et orientale: transition en vue de l'intégration ou intégration pour la transition?"; "Agricultural strategies for the enlargement of the European Union to central and eastern European countries"; "Feasibility of an agricultural strategy to prepare the countries of central and eastern Europe for EU accession"; "Pre-accession agricultural policies for central Europe and the European Union".

Em Junho de 1996, Francisco Avillez apresenta a sua perspectiva de "evolução da PAC e o futuro da agricultura e do mundo rural português". Para além da análise do caso português, apresentado no ponto seguinte deste capítulo, o autor apresenta uma análise global sobre os "factores condicionantes da evolução futura da PAC" bem como três "cenários alternativos de evolução futura da PAC", segundo relatórios elaborados pela Comissão Europeia decorrente precisamente do alargamento a Leste.

Sobre o primeiro dos aspectos referidos, o autor identifica os factores que irão condicionar a evolução da PAC e as principais implicações ao longo da próxima década:

- *as tendências de evolução a prazo dos mercados agrícolas cujas principais implicações dizem respeito aos decréscimos previsíveis nos preços mundiais (especialmente cereais) e à formação de excedentes na UE em cereais, carne de bovinos, etc.;*
- *os acordos no âmbito do GATT que podem traduzir-se em dificuldades no cumprimento dos compromissos referentes à redução das exportações subsidiadas; o Orçamento da UE cujas implicações dizem respeito ao custo adicional de 15 BECE que não deverá pôr em causa a "Guideline Agrícola";*
- *o alargamento da UE aos países de Leste que se traduzirá em dificuldades acrescidas do ponto de vista orçamental e do GATT;*
- *a relação de forças entre os diferentes grupos de interesses com implicações relativas a uma divergência de posições a vários níveis: entre países (França, Alemanha e Reino Unido mais os países nórdicos), entre diferentes grupos de agricultores e no interior da própria Comissão (Avillez, 1996: p. 3).*

Como introdução à apresentação dos cenários alternativos de evolução da PAC, o autor refere o "intenso debate sobre o futuro da PAC e das suas previsíveis consequências sobre a agricultura e o mundo rural europeu" desencadeado pela problemática do futuro alargamento da UE e sintetizado pela Comissão no relatório elaborado para a Cimeira de Madrid do final de 1995.

O consenso verifica-se relativamente aos principais objectivos de "uma PAC capaz de responder de forma adequada aos aspectos anteriormente referidos, quer quanto à necessidade de se proceder no futuro, no âmbito da PAC, a uma clara distinção entre os diferentes tipos de

instrumentos de política que deverão ser utilizados para assegurar a concretização dos diferentes objectivos visados, quer, ainda, quanto à necessidade de se proceder no mais curto período de tempo possível à introdução das alterações consideradas mais adequadas para o futuro da PAC" (Avillez, 1996: pp. 4-5). O mesmo não acontece quanto ao tipo de políticas a implementar o futuro, embora entre os "especialistas" se verifique um consenso quanto à "(...) necessidade de uma mais completa reforma da PAC, baseada num conjunto de orientações susceptíveis de assegurar uma agricultura economicamente mais eficiente, com maior sustentabilidade futura e com uma melhor inserção no tecido económico e social das zonas rurais (...)" (Avillez, 1996: p. 5).

Os cenários alternativos de evolução da PAC segundo a Comissão são os seguintes:

- *o "Status Quo", ou seja, a manutenção do conjunto de políticas actualmente em vigor no contexto da PAC;"*
- *"o desenvolvimento do processo de reforma de 1992, isto é, a introdução de ajustamentos nas OCM's já sujeitas à reformas de modo a garantir uma maior eficiência e simplificação dos instrumentos de política de preços e mercado recentemente introduzidos, e o alargamento às restantes OCM's das reformas em curso, com a manutenção, no essencial, do actual modelo de afectação dos fundo agrícolas comunitários;"*
- *"uma reforma radical da PAC, ou seja, um aprofundamento do processo de reforma de 1992 baseado numa completa harmonização dos preços agrícolas comunitários com o correspondente nível de preços mundiais e a implementação de um sistema de ajudas compensatórias inteiramente desligado da produção, personalizado, degressivo e de duração limitada, e acompanhado por um alteração profunda do modelo de afectação dos fundos agrícolas comunitários" (Avillez, 1996: pp. 6-7).*

Para o autor, este último cenário apresenta vantagens a vários níveis:

- *ao nível da utilização dos recursos por parte dos produtores. Enquanto as ajudas à produção introduzidas pela reforma de 1992 visavam uma "(...) compensação das perdas de rendimento sofridas pelos agricultores em consequência das alterações introduzidas no âmbito das medidas de suporte de preços de mercado, o novo sistema de ajudas à produção deverá ser encarado como uma forma de*

dar tempo e recursos aos produtores agrícolas para poderem adaptar as respectivas tecnologias, sistemas de ocupação cultural e estruturas de produção ao novo contexto económico decorrente das profundas alterações, entretanto introduzidas no âmbito das políticas agrícolas em vigor.";

- ao nível do montante e destino dos fundos: "a gradual redução e posterior total eliminação das despesas que actualmente integram, no essencial, o FEOGA-Garantia (subsídios à exportação, custos de armazenagem de excedentes e ajudas compensatórias à produção) irá disponibilizar ao longo do tempo um montante significativo de fundos que deverão ser inteiramente mobilizados para acções de âmbito ambiental, social e/ou rural preferencialmente orientados para as regiões menos desenvolvidas da UE.";

- ao nível da regulamentação da PAC, com a sua simplificação e "(...) consequente redução dos cada vez mais elevados custos administrativos usualmente associados com o processo de organização e supervisão do sistema de ajudas directas à produção em vigor." (Avillez, 1996: pp. 14-15).

Não obstante estas vantagens, o autor considera pouco provável a sua aceitação por parte dos principais actores envolvidos no funcionamento do sector agrícola comunitário. "Tal fica a dever-se, por um lado, à amplitude das alterações propostas o que levou, aliás, a Comissão Europeia a designar de reforma radical o tipo de orientações anteriormente referido, e, por outro, ao facto de pôr em causa o modelo de afectação de fundos comunitários que tem estado subjacente ao funcionamento da PAC desde a sua criação" (Avillez, 1996: p. 15).

2.3.2. O caso português

- 1) Na referência ao caso português, apresento uma síntese das principais características da agricultura e do mundo rural, as implicações da aplicação da PAC, os factores mais importantes na evolução da agricultura e do mundo rural e ainda propostas de Política mais favoráveis ao caso português.

De acordo com Nelson Lourenço (Lourenço, 1989), Portugal apresentava no momento da adesão (à Comunidade) uma agricultura "(...) descapitalizada, demograficamente envelhecida e social e economicamente carente para competir num mercado grande e supranacional". Se a descapitalização da agricultura, o êxodo para os centros urbanos e a emigração correspondem

a alguns dos efeitos mais significativos, no âmbito rural, dos modelos e desenvolvimento económico adoptados nas últimas décadas de ditadura corporativa, após o 25 de Abril, "(...) não se definiu nenhum conjunto de medidas concertadas e coerentes que possam ser classificadas de políticas de desenvolvimento e modernização da agricultura, adoptando-se apenas acções meramente conjunturais, com predomínio das acções a curto prazo e especialmente no âmbito dos preços e dos mercados" (Lourenço, 1989: pp. 154-155).

Para Fernando Oliveira Baptista (Baptista, 1993), Portugal pertence ao grupo dos "países assistidos" por oposição aos "países produtivos". Para este autor, "a entrada em vigor da nova PAC vai acentuar decisivamente a tendência de Portugal se transformar num espaço não produtivo, económica e socialmente assistido por Bruxelas, com uma crescente dependência alimentar, (...)" (Baptista, 1993: p. 29).

Segundo Francisco Cordovil (Cordovil, 1995) as regiões rurais portuguesas apresentam cinco traços essenciais:

- as regiões rurais "(...), integram regra geral redes urbanas intermédias (médias/pequenas cidades e grandes/pequenas vilas) onde reside uma parte maioritária e tendencialmente crescente da população e que constituem o seu 'sistema nervoso central' (...)";
- na "estrutura do emprego regional" dominam as actividades terciárias mas "*(...) a agricultura continua a ser um dos eixos estruturantes da vida económica e social e um factor chave da conservação/qualificação ambiental, mas já não é, salvo raras excepções, a fonte principal de sustentação do emprego e do rendimento da população residente nas regiões rurais*";
- como terceiro traço dominante das regiões rurais, Francisco Cordovil refere a fraca "capacidade da procura endógena das regiões rurais para absorver os bens e serviços aí produzidos (...), *dadas as limitações resultantes da sua escala populacional e a muito maior exposição dessa procura à concorrência externa (nacional ou estrangeira), embora tais efeitos sejam parcialmente contrariados pela expansão e diversificação do poder de compra dos residentes e se exerçam de modo muito assimétrico no interior das próprias regiões (...)*";

- "(...), a dimensão mais crítica dos problemas das regiões rurais prende-se com a dificuldade de aceder a recursos e oportunidades que constituem factores nucleares dos processos de desenvolvimento mas que tendem a concentrar-se nas grandes aglomerações urbanas";
- um quinto traço das regiões rurais reside na "convergência de necessidades, de aspirações e de atitudes das pessoas residentes nas áreas rurais com as que residem nas áreas urbanas; esta convergência deve-se à integração cultural produzida pela escola e pelos meios de comunicação de massa, mas também à intensa mobilidade espacial das próprias pessoas, que tendem a repartir as suas vidas por territórios urbanos e por território rurais, através de modalidades crescentemente diversificadas (movimentos pendulares casa/trabalho; dupla residência; emigração sazonal; turismo; etc.)" (Cordovil, 1995: pp. 7-8).

A propósito das implicações da aplicação da PAC na agricultura e no mundo rural português vou introduzir as análises de Francisco Caldeira Cary e Ário Lobo de Azevedo e de António Covas, publicadas no nº 55 da revista Economia e Sociologia (Cary, Azevedo, Covas, 1993). Os autores propõem também orientações de Política face aos problemas e especificidades do caso português e também "soluções" na superação de alguns problemas.

De acordo com Caldeira Cary e Lobo de Azevedo, a PAC produz efeitos perversos que podem sintetizar-se através da apresentação dos aspectos da política que maiores implicações terão na agricultura portuguesa e que dizem respeito:

- às organizações de mercado e orientação da produção que afectam as actividades que constituem "suporte produtivo essencial dos sistemas de produção praticados pelas explorações agrícolas portuguesa" (cereais, oleaginosas, proteaginosas, leite, carne de bovino);

A este propósito os autores salientam os aspectos seguintes: estas actividades correspondem a produções em relação às quais Portugal é altamente deficitário; toda a orientação da agricultura nacional foi ao longo dos últimos anos orientada para o incremento daquelas produções; a adesão estimulou o investimento nas orientações produtivas que a reforma pretende limitar; a agricultura portuguesa apresenta níveis de produção e produtividade muito inferiores às dos restantes países decorrente de uma situação estrutural que não foi possível alterar durante a primeira etapa de adesão (5 anos contra os cerca de 25-30 anos para os outros

países) e cuja recuperação é posta em causa com a reforma; a PAC condiciona algumas das produções para as quais Portugal apresenta alguma aptidão (em termos endofoclimáticos, por exemplo) e penaliza as explorações com melhores tecnologias, níveis de intensificação em capital e investimento, ao atribuir as ajudas segundo produtividades médias regionais.

- à importância/interesse que as medidas agro-ambientais podem ter em Portugal onde os sistemas agrícolas praticados são "(...) pouco degradantes com reduzido emprego de nutrientes (...) dados os regimes de chuvas e os balanços hídricos";
- à aplicação das acções florestais cujos montantes de subsídios (prémios anuais) deverão ter em conta as características da floresta mediterrânica "com taxas de crescimento muito baixas e custos de implantação frequentemente elevados (...)";
- à eficácia de medidas que visam a renovação do tecido empresarial, como a reforma antecipada, num contexto em que as perspectivas de crescimento da produção são limitadas pela reforma;
- às implicações da reforma no investimento agrícola uma vez que 75% dos investimentos realizados dizem respeito a produções (cereais, bovinos de carne e de leite e ovinos) limitadas pela reforma, traduzindo-se na redução da produção e na "redução dos meios financeiros disponíveis para fazer face aos encargos de dívida" (Cary e Azevedo, 1993: p. 45).

A inovação tecnológica na agricultura portuguesa pode, segundo estes autores, ajudar a resolver alguns problemas mas não pode ser considerada isoladamente (existem outros factores naturais - solo e clima - e estruturais igualmente relevantes) e terá de ser feita de acordo com um processo em que estejam presentes condições tais como o respeito pelo ambiente, um volume de produção compatível com as exigências do mercado e o estabelecimento de sistemas alternativos aceites pelos agricultor (Cary e Azevedo, 1993: p. 65).

A introdução de inovações é ainda limitada por factores exógenos e endógenos à agricultura. Os primeiros dizem respeito à integração da agricultura portuguesa num mercado aberto, com as suas decisões de produção impostas pela PAC; os segundos dizem respeito, entre outros

aspectos, às limitações em matéria de ensino-investigação-extensão (Cary e Azevedo, 1993: p. 60).

Para além disso,

"com um sistema de subsídios pouco selectivos, que apoia da mesma forma a aquisição de um tractor ou a compra de um pivot para rega, o financiamento à compra de uma ceifeira debulhadora (para a ceifa de cereais pouco competitivos) e o investimento necessário à implantação de um pomar de frutos secos ou à construção de uma estufa (...), com um sistema de preços que após a adesão privilegiou ainda mais as produções cerealíferas e indirectamente orientou o investimento e alguma inovação para este sector, nestas condições, acentue-se, era difícil aos agricultores, agentes económicos actuando isoladamente, modernizar os seus sistemas de produção e inovar em matéria de tecnologias" (Cary e Azevedo, 1993: p. 64).

À semelhança dos autores do artigo anteriormente citado, António Covas refere o facto de a agricultura portuguesa ter sido obrigada a passar de um "modelo corporativo nacional para um modelo de 'mercado burocrático' sem que para o efeito, tenha tido tempo suficiente de mudança e estágio pedagógico. Numa altura em que se procedia à avaliação dos resultados do primeiro período de adesão (1986-1991), a reforma da PAC de 1992 altera novamente as regras básicas de enquadramento da agricultura portuguesa" (Covas, 1993: p. 23).

Este autor põe em causa um modelo sectorial para a resolução dos problemas da agricultura portuguesa "(...) uma vez que a política agro-alimentar nacional não tem autonomia suficiente para escapar à concorrência aberta do mercado único. Por um lado, a política de preços e mercados é uma variável exógena independente do mercado nacional, por outro, a política de redução de custos fica estreitamente subordinada à condução da política macroeconómica no quadro da união económica e monetária(...). Uma outra dificuldade de assentar uma política de base sectorial, num contexto de austeridade orçamental, diz respeito à escolha dos pontos de aplicação da política agro-alimentar e aos critérios de selectividade e exclusão dos destinatários da política pública" (Covas, 1993: p. 27).

O autor discute as vantagens de um "modelo de base territorial". Uma das versões deste modelo consiste na identificação e interacção de uma "reserva ecológica" e uma "reserva agrícola" nacionais (vd. Dois Contributos para um Livro Branco sobre a Agricultura e o Meio Rural, Ministérios da Agricultura, 1993). Também neste caso trata-se de "(...) dar conteúdo material ao novo sistema de valores emergentes na sequência da reforma da política agrícola

comum que aponta para a integração das componentes agrícola, ambiental e rural dos sistemas de produção" (Covas, 1993: p. 25).

Teríamos assim duas políticas, dois modelos de gestão para o mesmo sector:

"enquanto a política de ordenamento e gestão da reserva agrícola nacional é uma política de modernização intersectorial que procura verticalizar a produção agro-alimentar segundo uma lógica de fileira (de critérios de eficiência dirigida à empresa agrícola em condições de viabilização técnico-económica e que será sancionada pelo mercado), a política orientada para as zonas de baixo potencial produtivo reveste características de modernização territorial e de conservação ambiental (fundamentalmente apoiada em critérios de conservação de recursos, solidariedade e coesão interterritorial). Esta grande área de intervenção acomoda dois grandes tipos de política: as pequenas agriculturas de base local e regional com "denominação de origem controlada" e a grande agricultura de extensificação com fortes conexões ambientais" (Covas, 1993: p. 35).

Segundo o mesmo autor, as grandes dificuldades de um modelo de base territorial, um "modelo intermédio de política agrícola e rural", radica na sua "articulação coerente e eficaz" com outras políticas em espaço rural (Covas, 1993: p. 30).

A reflexão de Joaquim Lourenço sobre A Reforma da PAC, política de qualidade a alargamento da União Europeia (Lourenço, 1996), introduz um conjunto de eixos a partir dos quais tem sido estruturado o debate actual sobre o futuro da agricultura e do mundo rural. Nas várias dimensões a partir dos quais o autor organiza a sua reflexão - "Do Passado da PAC à Reforma de 1992"; "Efeitos do Alargamento da União Europeia"; "PAC e Agricultura Portuguesa"; "Agricultura Portuguesa e Desenvolvimento Rural" - é adoptada uma metodologia de análise que permite salientar alguns dos princípios fundamentais da actual política de desenvolvimento rural e as implicações da sua aplicação ao caso português.

É o caso da "multifuncionalidade" da agricultura que terá de ser pensada em termos da especificidade das zonas. A orientação da política agrícola para a floresta, a agro-indústria e para a "vocação regional" não é exclusivista nem genérica, "justificações e ponderações dimanadas de razoabilidade" conduzirão a uma "agricultura mais alargada, com mais vastas funções. A função alimentar, (...), vai perdendo a sua exclusividade". Porém, "a dinâmica funcional, sujeita-se a novos enquadramentos, tornando-a mais vasta, por virtude de novos imperativos, onde intervirão marcadamente a diversificação económica e a inovação, não se isentará de movimentos paralelos, emergindo da vocação empresarial do agricultor, acrescida

e potencialmente empresário em meio rural, apto a enfrentar e corporizar iniciativas de índole local ou regional" (Lourenço, 1996: p. 17).

É o caso do alargamento da União Europeia a leste com a adesão dos PECO (Países da Europa Central e Oriental). Este alargamento justifica segundo o autor uma definição da política agrícola nacional. "Para o caso mediterrâneo, tão afastado que se encontra dos propósitos basilares da PAC, naturalmente vocacionados tão-só para o cerne original de EUR 6, a justificação para incluir e qualificar esses efeitos é óbvia. No tocante à correspondente área do caso português, com facilidade se perfilha tal justificação, impondo-se que adequada apreciação intervenha, tão breve quanto possível, na definição de medidas referentes à política agrícola nacional, as quais segundo nosso juízo deverão caracterizar-se sempre por serem compatíveis com a política comunitária enquadrante" (Lourenço, 1996: p. 27).

É ainda o caso dos efeitos da evolução da PAC sobre a agricultura. Para este autor, a tendência de outra reforma "(...) que não estamos de modo algum em condições de confirmar ou refutar (...)" justifica algumas considerações. Uma delas tem a ver com a "sustentação de rendimentos" que não dispensará a sua relação com os sistemas produtivos do conjunto da Comunidade: "quanto a nós estamos persuadidos da importância pela referida relação entre o sistema de pagamentos directos ao rendimento e a implementação de medidas nos sectores produtivos conexos". Outra consideração prende-se com o futuro de algumas zonas: "O sistema da PAC, qualquer que hoje seja ou se possa vir a instituir no futuro, não poderá deixar de lado ou secundarizar alguns espaços, particularmente sendo zonas periféricas, interiores ou desfavorecidas, cuja evolução terá de ser encaminhada no sentido da recuperação" (Lourenço, 1996: p. 29).

Para Francisco Avillez, no documento que tenho vindo a citar, a forma como se irá proceder à afectação inter-sectorial e inter-regional dos fundos estruturais disponíveis constituirá um contributo significativo para enfrentar os desafios actualmente colocados à agricultura e ao mundo rural português (Avillez, 1996: p. 18).

No entanto,

"a natureza e profundidade do processo de reconversão alcançado e as suas repercussões sobre o futuro da agricultura e do mundo rural português" estão fortemente dependentes do cenário de evolução da PAC que vier a concretizar-se. O autor defende o cenário de mudança profunda da PAC anteriormente apresentado (vd. ponto...). "Só assim, refere, parece ser possível promover a competitividade agrícola e assegurar a viabilidade agro-alimentar da maioria

dos sistemas e estruturas de produção mais representativos das diferentes regiões agrícolas do País e contribuir para a diversificação e consolidação do tecido económico e social das nossas zonas rurais com especial relevo para aquelas que apresentam maiores fragilidades socio-económicas" (Avillez, 1996: p. 19).

O cenário de desenvolvimento do processo de reforma iniciado em 1992, ("(...) baseado num sistema de ajudas compensatórias, directa ou indirectamente, indexadas aos tipos e níveis históricos de produção agrícola ou agro-industrial e, conseqüentemente, assente num modelo de afectação de fundos predominantemente orientado para o apoio aos sectores, empresas e regiões com níveis históricos de produção mais elevados, irá constituir, (...), um elemento de bloqueio a uma reconversão profunda da agricultura e do mundo rural português" (Avillez, 1996: pp. 18-19).

O autor chama a atenção para as dificuldades associadas a uma mudança radical da Política: " (...) uma reforma deste tipo irá não só ser bastante mais exigente do ponto de vista quer empresarial, quer institucional (...), a sua implementação irá sofrer forte contestação por parte da maioria dos grupos de interesse actualmente dominantes" (Avillez, 1996: p. 19).

Na sequência da análise dos diversos contributos considerados, apresento de seguida alguns pontos síntese sobre os aspectos da PAC e da Política de Desenvolvimento Rural, bem como da referência ao caso português, que me parecem mais pertinentes para este trabalho:

1. a existência, no âmbito da PAC, de ajudas ao rendimento, em substituição do apoio através dos preços, que têm como objectivo compensar os agricultores da quebra dos preços à produção, da redução das ajudas à produção e da eliminação das barreiras aduaneiras. A existência ainda de fundos estruturais destinados à agricultura no âmbito da Política de Desenvolvimento Rural;
2. o reforço da componente social e ambiental da PAC presente, nomeadamente, nas medidas de acompanhamento. Esta Política apresenta preocupações de carácter económico, social e ambiental: uma agricultura competitiva, "amiga" do ambiente e que permita corrigir as desigualdades existentes entre os agricultores e os outros grupos socioprofissionais. A conciliação destes objectivos parece, como vimos, difícil de conseguir devido, nomeadamente, à forma como são desenhadas algumas medidas da Política;
3. a atribuição de novas funções aos agricultores e a dificuldade de quantificar alguns dos "novos" bens e serviços prestados, em particular os ambientais;

4. a diversidade e a especificidade do mundo rural, da agricultura, e a consequente necessidade de uma Política de Desenvolvimento Rural que integre o diverso e o comum, que não apresente "soluções" supostamente universais (vd. diversificação da actividade económica em "zonas recuadas" ou as iniciativas de turismo rural nalguns contextos socioeconómicos);
5. as críticas à actual PAC e a previsão de uma reforma da reforma que, segundo alguns, deve salvaguardar alguns instrumentos já existentes embora sob uma nova forma e uma nova metodologia de aplicação (as ajudas e os fundos estruturais) com o objectivo de assegurar uma "agricultura economicamente mais eficiente, com melhor sustentabilidade futura e com uma melhor inserção nos tecidos económico e social das zonas rurais". Os cenários desenhados jogam com os seguintes factores: evolução dos mercados agrícolas; acordos no âmbito do comércio mundial (GATT); o alargamento aos países de leste e a relação de forças entre os diferentes grupos de interesse envolvidos no processo;
6. as características do mundo rural português. Às desvantagens decorrentes de Portugal ter sido dos últimos países a chegar à C.E., deve acrescentar-se a inadequação de algumas medidas da PAC (orientação da produção, medidas e acções pouco viáveis no tecido económico e social português). Algum pessimismo e algumas propostas: a formulação de uma política agrícola nacional com duas vertentes - uma destinada à "reserva ecológica nacional" e outra à "reserva agrícola nacional"; a articulação entre políticas dirigidas ao mundo rural num "modelo de base territorial".

2.4. A importância das estratégias dos actores económicos e sociais na implementação das políticas

O ponto anterior permite perceber que nos encontramos numa fase de transição relativamente às Políticas e, conseqüentemente, ao sentido de evolução da agricultura e do mundo rural. Estão em jogo vários factores. Os textos que apresentei referem algumas variáveis incontornáveis na evolução da realidade em análise: a evolução da Política Agrícola Comum; a forma de alargamento da UE aos PECO; o comportamento das variáveis macroeconómicas.

Mas existe ainda uma outra variável de extrema importância: a que se prende com o comportamento, as estratégias dos actores existentes e actúantes no mundo rural,

relativamente às medidas das diferentes políticas que lhes são dirigidas. Como este aspecto assume uma importância fundamental na análise dos casos que seleccionei para o estudo das fontes de rendimento, não posso deixar de lhe fazer referência.

Francisco Avillez, no texto que tenho vindo a citar, tem em conta este aspecto:

"a forma como os agentes económicos e sociais com uma actuação directa ou indirecta no âmbito do sector agro-alimentar e do mundo rural português vierem a reagir às pressões resultantes das alterações no sistema de preços e ajudas agrícolas e aos incentivos dados pelo conjunto de apoios ao investimento e rendimento agrícola que venham a ser postos à sua disposição. De tal reacção irá depender, no essencial, a natureza e profundidade do processo de reconversão tecnológico, produtivo e estrutural que se irá verificar ao longo dos próximos anos e, consequentemente, da agricultura e do mundo rural português"
(Avillez, 1996: p. 1).

O papel das estratégias dos actores económicos e sociais na construção da realidade tem sido objecto de estudo de vários autores, nomeadamente sociólogos. O debate é construído em torno da dualidade estrutura-agente e a maior ou menor importância de um e outro na construção da realidade e na evolução dos acontecimentos.

Segundo Giddens, o problema reside na tendência a atribuir mais peso a um dos lados do binómio. Na prática, as estruturas "definem" os constrangimentos e as iniciativas no interior das quais o comportamento humano tem lugar, mediatizando a actividade humana. No entanto, este processo não tem um sentido único. Na utilização da estrutura social os indivíduos transformam-na; a actividade humana mediatiza deste modo as estruturas. Ou seja nem a perspectiva estruturalista, centrada nas estruturas, nem a perspectiva subjectiva, centrada no indivíduo, são suficientes uma vez que deixam de lado a interacção existente entre estruturas e agentes. As modalidades desta interacção são objecto de análises diversas. O conceito de "estratégia" permite superar esta dicotomia ao traduzir a reacção dos agente às transformações internas e externas pondo em evidência importantes parâmetros sociológicos como a "escolha", o "poder" e a "interacção" (C.E.,1992, p. 36, vd. nota rodapé (12)).

Uma vez que a unidade central de análise deste trabalho é a família agrícola, apresento de seguida alguns estudos que utilizam o conceito de "estratégia" no estudo do comportamento dos agricultores e das suas famílias.

É o caso do Relatório da Comunidade Europeia sobre adaptação das famílias agrícolas na Europa Ocidental entre 1987 e 1991 já aqui citado (C.E.,1992) que apresenta as "aspirações" e os "valores" das famílias agrícolas como um factor fundamental no processo de adaptação das mesmas durante aquele período, paralelamente ao "contexto" (mercado de emprego, medidas políticas, mercados profissionais e instituições (p. 8):

"Tout d'abord, les aspirations, (...) essentielles à la compréhension des décisions prises par les agents économiques. Ensuite, les valeurs, qui, à l'évidence influencent les objectifs des membres d'un ménage agricole, à savoir leur collectivité ou leur individualité en tant que ménage, et leur propre perception des choix alternatifs. Les aspirations et les valeurs sont influencées par des facteurs familiaux "internes"(le réseau de relations sociales et les groupes de référence, la situation économique relative, l'appartenance religieuse, etc.) et par le contexte "externe", ce que la société environnante pense" (C.E., 1992: p. 9)

O conceito de "estratégia" é central também em três estudos já aqui citados como os títulos permitem concluir: é o caso do estudo de Francisco Cordovil sobre Estratégias Produtivas e Rendimentos Agrícolas (Cordovil,1991), do estudo de José Portela com o título Rural Household Strategies of Income Generation, a Study of North-Eastern Portugal, 1900-1987 (Portela,1988) e do estudo de António Fragata Políticas Agrícolas, Diversidade e Estratégias dos Agricultores, casos no Entre-Douro e Minho e Vale do Sousa (Fragata, 1992).

No primeiro dos estudos referidos, o autor recorre a Martinet (1983) para a discussão do conceito de estratégia, apresentando-o sob vários ângulos:

"Observada ex-post a estratégia pode ser encarada como uma trajectória real da unidade produtiva (...). Mas se a encararmos como processo de decisão, cujos resultados se propagam num futuro em boa medida desconhecido e imprevisível, devemos conceptualizá-la como um conjunto de critérios discriminantes que visam compatibilizar as decisões tomadas com a visão sobre o futuro desejado para a empresa (...)" que corresponde a um "guia que dirige as escolhas a efectuar e a aquisição dos recursos (...) chamada a modificar-se à medida que a empresa e o seu ambiente evoluem (...)" (Cordovil, 1991: pp. 241-242). O autor aprofunda a sua análise ao apresentar o conceito de "decisões estratégicas" , "(...) aquelas que determinam de modo durável a natureza da empresa e das suas relações com o exterior, assumindo, entre outras, as seguintes características:

- a) os seus efeitos afectam a empresa a médio/longo prazo e, regra geral, de forma global e de modo irreversível;

- b) *em virtude do referido em a), as decisões estratégicas 'tratam o ambiente e o tempo como variáveis. É justamente a escolha do ambiente e do horizonte de acção que se encontra no coração da decisão' (...);*
- c) *envolvem, regra geral, diversas dimensões (...) e diversos objectivos da empresa;*
- d) *devido às características já nomeadas, as decisões estratégicas têm de ser tomadas com base em informação parcial, agregada e pouco segura. As alternativas sobre as quais a decisão vai incidir não são dadas, o campo das soluções consideradas possíveis é construído pelo próprio decisor" (Cordovil, 1991: p. 242).*

Para José Portela, o conceito de estratégia é um "conceito chave" no seu trabalho, definindo-o como um conjunto de práticas ou actividades intencionais, através das quais são atingidos objectivos específicos. Para além da intencionalidade, as actividades apresentam uma outra dimensão: são, em certa medida, antecipadas e preparadas, podendo implicar a utilização de uma espécie de "estratagema". Neste sentido, a estratégia pode ser definida, com um certo cuidado, como um "plano" através do qual as potencialidades e constrangimentos são avaliados. A noção de intencionalidade na prossecução de um objectivo não significa que a estratégia seja necessariamente o resultado de um processo consciente" (Portela, 1988: pp. 32-33).

António Fragata apresenta o conceito de "escolhas estratégicas" como parte integrante do processo de tomada de decisão do agricultor. Recorrendo a dois autores (Sebillotte e Capillon) o autor distingue três níveis de objectivos naquele processo:

- a) "1º nível, o mais global, isto é, o dos objectivos gerais, traduz as funções que o agricultor e a família atribuem à exploração e com eles uma série de restrições que vão impor ao seu funcionamento;
- b) 2º nível, o das escolhas estratégicas, fixa as orientações de médio prazo, tendo em atenção os objectivos de 1º nível e as características do aparelho de produção e do meio, o sistema de produção é instalado;

- c) 3º nível, o das escolhas tácticas, escolhe os meios de produção a curto prazo e a sua execução quotidiana, conduzindo à realização do sistema de produção adoptado" (Fragata, 1992: p. 74).

Citando ainda um daqueles autores (Capillon), António Fragata refere que "(aquele autor) (...) postula, a título de hipótese, que nas escolhas conducentes à combinação das produções reside o essencial das escolhas estratégicas, as quais fixam os níveis de intensificação, e são determinados, nomeadamente, pela composição e objectivos da família, pela história, pelo ambiente natural e socioeconómico da exploração" (Fragata, 1992: p. 75).

Parece-me importante, para este trabalho, sublinhar os seguintes aspectos presentes no conceito de "estratégia", a partir do contributo dos autores citados:

1. a existência de objectivos que, como vimos no capítulo I a propósito da centralidade da família agrícola no estudo sobre as fontes de rendimento, podem ser, e normalmente são, de natureza diversa;
2. a existência de recursos e de constrangimentos quer relativamente à família, quer relativamente ao ambiente, ao contexto em questão;
3. a escolha de meios para a prossecução daqueles objectivos;
4. o resultado da interacção entre os recursos e constrangimentos e os meios seleccionados, que pode corresponder ou não ao resultado esperado.

Este processo reveste-se de características específicas como é o caso da informação incompleta de que dispõem os actores na tomada das suas decisões, tornando "paradoxal" as "decisões estratégicas": "apesar da sua importância, elas devem ser tomadas com base em informação incompleta e recorrendo a métodos em que o rigor é limitado pela necessidade de se atender sinteticamente a uma grande multiplicidade de factores, cujo comportamento é, regra geral, insusceptível de formalização precisa" (Cordovil, 1991: p. 243); outro aspecto prende-se com o facto de a estratégia constituir um processo mais ou menos consciente, como salienta José Portela: "The village and household mechanism of socialization may assure the inculcation of certain practices, which assume an almost automatic nature, a spontaneous character, thus becoming an unquestioned social praxis" (Portela, 1988: p. 33).

III. Fontes de Rendimentos das Famílias Agrícolas do concelho de Ourique - estudo de seis casos

3.1. Caracterização do concelho de Ourique

Enquadramento Regional

Região: Alentejo (NUT II); Baixo Alentejo (NUT III)

Dimensão Territorial e Demográfica:

Área total do concelho: 660.2 km²

População Residente no concelho (1991): 6 597

Densidade populacional do concelho: 10 hab./km²

Quadro 3 - Freguesias do concelho de Ourique, população residente, área geográfica e densidade populacional - 1991

	População Residente	Área Geográfica	Densidade : Hab./km ²
Ourique	6 597	660.2	10
Conceição	208	32.1	6
Garvão	938	42.5	21
Ourique	2 923	249.5	12
Paróias	728	110.4	7
Santa Luzia	483	34.9	14
Santana da Serra	1 317	190.8	7

Fonte: INE, Alterações demográficas nas regiões portuguesas, entre 1981-1991, Gabinete de Estudos Demográficos, in Al Sud (1996), Plano de Acção Local do LEADER (II), Esdime

3.1.1. Ambiente físico

Na preparação do PDAR (Programa de Desenvolvimento Agrícola Regional) da Zona Agrícola de Aljustrel (concelhos de Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde, Ferreira do Alentejo e Ourique) foram construídas sub-zonas com base em características edafo-climáticas e socio-económicas.

A caracterização do ambiente físico vai ser feita a partir daquela zonagem, posteriormente utilizada noutros pontos da caracterização do concelho de Ourique. O documento utilizado na apresentação das subzonas é da autoria de José Francisco Matos (Matos, 1993).

As subzonas identificadas são: "Charneca", "Terras Fortes", "Transição", "Campo Branco", "Campo de Ourique" e "Serra". A repartição das subzonas pelas freguesias do concelho de Ourique é a seguinte:

Quadro 4 - Distribuição das freguesias do concelho de Ourique por subzonas

Freguesias	Sub-zonas
Garvão Panóias Santa Luzia	Transição
Conceição	Campo-Branco
Ourique	Campo de Ourique
Santana da Serra	Serra

Fonte: Francisco Cabral Cordovil (1993), *Tipos de Agricultura na Zona Agrária de Aljustrel por Subzonas*, Dinâmia, Lisboa

A subzona "Transição", como o nome indica, apresenta características intermédias entre as que ficam a sul (onde os solos de capacidade de uso não agrícola correspondem a 80% ou mais do total) e as subzonas do norte, de maior aptidão agrícola devido ao regadio (Charneca) e ao predomínio de solos de boa fertilidade (Terras Fortes). Esta subzona é de sequeiro caracterizada por ter cerca de 60% dos solos com capacidade de uso agrícola, maioritariamente de classe C e, em segundo lugar, de classe B. A diferenciação destes dois tipos de solos assenta essencialmente no declive.

O "Campo Branco" distingue-se essencialmente pela ausência de árvores, à excepção de alguns povoamentos recentemente instalados por empresas de celulose e de algumas manchas de montado, sendo, mesmo assim, insignificante a taxa de arborização. Trata-se de uma zona de peneplanície, com declives pouco acentuados - abaixo de 10% - , embora existam zonas pontuais com declives superiores. Predominam os solos delgados derivados de xistos, de cor clara, com capacidade de uso D e E.

O "Campo de Ourique" é uma zona de solos delgados, derivados de xistos, de capacidade de uso D e E, com declives médios da ordem dos 10-15%. Tem uma percentagem relativamente elevada de coberto arbóreo, de montado de azinho.

A "Serra" é uma zona de solos esqueléticos de xisto, de capacidade de uso E, muito acidentada, com declives médios superiores a 30%, atingindo com alguma frequência os 40%, 50% ou mais. A extensão da campanha do trigo a esta zona produziu solos muito erodados e empobrecidos, cobertos de estevas e os povoamentos florestais autóctones encontram-se muito degradados (Matos, 1993: pp. 22-33).

Na caracterização do clima do concelho de Ourique utilizo o documento "Ambiente Natural e Agricultura" da autoria de Rui Alves (Alves, 1996).

O autor refere que a precipitação nesta área é influenciada fundamentalmente pela orografia, destacando-se a serra do Caldeirão, a sul e as serras do Cercal e de Grândola a norte. Devido à influência destas duas últimas serras a precipitação em áreas mais perto do litoral é inferior à verificada nas áreas localizadas no interior. A concentração da precipitação nos meses de Outono/Inverno (cerca de 80% do total) que caracteriza os climas mediterrânicos contribui para um défice de água no Verão. A irregularidade da distribuição da precipitação, também interanual, dificulta os trabalhos agrícolas e o seu planeamento. A reduzida duração do período de geadas deve-se, em grande parte, à influência das serras do Cercal e de Grândola (Alves, 1996: pp. 3-4).

3.1.2. População e povoamento

Quadro 5 - População residente e componentes do crescimento demográfico - 1981-91

	População residente		1981-1991					
	1981	1991	Crescimento efectivo	%	Crescimento natural	%	Crescimento migratório	%
Ourique	7 969	6 597	-1 372	-17.2	-423	-5.3	-949	-11.9
Continente	9336760	9371448	34 688	0.4	320 966	3.4	-286278	-3.1
Baixo Alentejo	158 957	143 020	-15 937	-10.0	-3 227	-2.0	-12 710	-8.0

Fonte: INE, *Alterações demográficas nas regiões portuguesas*, entre 1981-1991, Gabinete de Estudos Demográficos, in *Al Sud* (1996), Plano de Acção Local do LEADER (II), Esdime

Como é possível verificar a partir do quadro, a dinâmica demográfica do concelho, à semelhança do que sucede para o Baixo Alentejo mas mais acentuado, é marcada, na última década, por um processo de êxodo para outras zonas (saldos migratórios negativos) e por um crescimento negativo. Devido à configuração destes dois efeitos a população do concelho de Ourique registou um decréscimo muito forte na década de 80 (- 17,2%)

Quadro 6 - Estrutura etária da população residente e índice de envelhecimento - 1981-91

	População residente por grandes grupos etários (%)								Índice de envelhecimento*	
	1981				1991				1981	1991
	0-14	15-24	25-64	65 e+	0-14	15-24	25-64	65 e+		
Ourique	20.0	13.2	48.2	18.6	14.8	12.4	48.7	24.1	93.0	163.0
Continente	25.3	16.5	46.8	11.5	19.9	16.2	50.3	13.6	45.4	68.0
Baixo Alentejo	21.4	14.5	47.2	16.9	17.8	13.7	48.5	20.1	79.1	112.9

* Índice de envelhecimento= população 65 e +/população 0-14 x 100

Fonte: INE, Alterações demográficas nas regiões portuguesas, entre 1981-1991, Gabinete de Estudos Demográficos, in Al Sud (1996), Plano de Acção Local do LEADER (II), Esdime

A estrutura etária revela um aumento da população idosa e uma redução da população que tem idades no primeiro grupo etário (0-14 anos de idade). Este processo está presente no índice de envelhecimento do concelho que registou um aumento significativo entre 1981 e 1991, superior ao registado no Baixo Alentejo e no Continente.

Quadro 7 - População residente segundo a dimensão dos lugares - 1981-91 (%)

	População residente em lugares com									
	- de 100 ha.		100 a 499 ha		500 a 999 ha		1000a1999ha		2000 e + hab.	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991	1981	1991
Ourique.	47.1	37.2	20.4	22.2	18.8	19.7	13.7	20.8		
Baixo Alentejo	16.3	13.6	10.8	11.0	9.0	12.5	22.0	18.8	41.9	44.1

Fonte: INE, Alterações demográficas nas regiões portuguesas, entre 1981-1991, Gabinete de Estudos Demográficos, in Al Sud, Plano de Acção Local do LEADER (II), Esdime, 1996

Na década de 80, a estrutura do povoamento do concelho regista uma tendência de maior concentração populacional, embora se mantenha em 1991 uma importante percentagem de pessoas que residem em lugares com menos de 500 e mesmo menos de 100 habitantes, traduzindo uma sensível dispersão da população por pequenos lugares ou isolados.

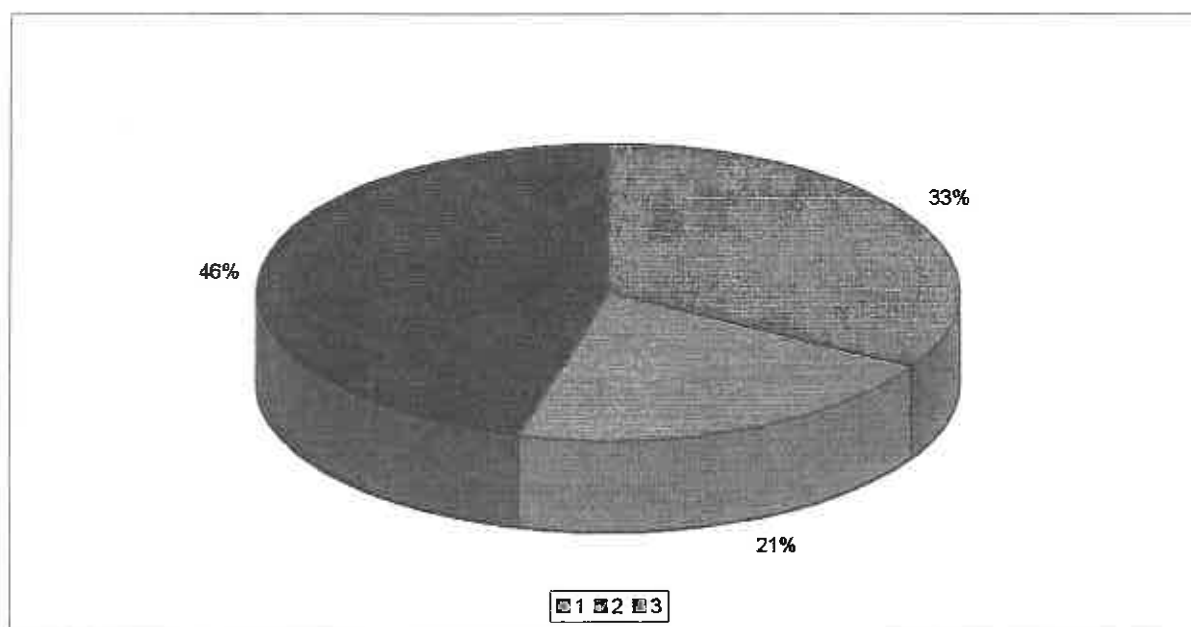
A correspondência entre as subzonas anteriormente apresentadas e a densidade populacional permite retirar algumas conclusões. As freguesias com uma densidade populacional mais baixa (Conceição e Santana da Serra) localizam-se em subzonas com solos de fraca capacidade produtiva. Poderíamos a este propósito citar Paulo Pedroso que estabelece uma correspondência entre a qualidade do solo e a "recessão populacional" dos concelhos que analisa na sua tese de mestrado (Aljustrel, Almodôvar e Ourique) (Pedroso, 1994).

Na caracterização que faz das subzonas, José Francisco de Matos (Matos, 1993) refere que a "Serra" perdeu 60% da sua população desde 1960. Trata-se de uma zona com uma densidade

populacional muito baixa, como anteriormente referi, habitada por uma população envelhecida. Parte dos mais jovens deslocam-se sazonal ou diariamente para trabalhar fora, principalmente no Algarve (agricultura, hotelaria, construção civil) (Matos, 1993: p. 22).

3.1.3. Actividades económicas e emprego

Gráfico 1 - População residente com 12 ou mais anos, empregada, segundo o sector de actividade económica - 1991 (%)



Fonte: INE, Censos 91, in Processo de Candidatura ao Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (I), ESDIME, 1994

O sector primário ocupa uma percentagem importante da população activa do concelho, embora seja o sector terciário que regista o valor mais importante relativamente a este indicador.

O quadro seguinte dá-nos a distribuição da população empregada por ramos de actividade.

Quadro 8 - Distribuição da população empregada por ramos de actividade - 1991

Ramos de actividade	População empregada
Agricultura	679
Silvicultura	10
Pesca	1
Min. e prod. não met.+ mat. constr.	3
Madeira e cortiça	40
Electricidade, gás e água	12
Ind. Alimentação humana e animal	18
Têxteis e vestuário	9
Ind. do papel e publicações	1
Min. e prod. metálicos de base	20
prod. metálicos elaborados	10
Máquinas não eléctricas	8
Material de transporte	1
Derivados do petróleo e do carvão	1
Construção	240
Comércio	222
Cafés, restaurantes e hotelaria	119
Transportes e serv. complementares	72
Comunicações	11
Intermediação financeira e seguros	24
Serv. prestados às empresas e O.S.	18
Serviços de manutenção e reparação	37
Serv. educação	77
Serv. saúde	29
Outros serviços pessoais e colectivos	398
Total	2060

Fonte: INE, Censos 91

A agricultura corresponde ao ramo de actividade com maior emprego no concelho, seguida de outros serviços pessoais colectivos (não especificados), da construção, do comércio, dos cafés, restaurantes e hotelaria.

À semelhança do que é referido no Programa de Acção Local para a Z.I. (Zona de Intervenção) do LEADER II da Esdime (Grândola, Santiago do Cacém, Odemira, Ferreira do Alentejo, Aljustrel, Beja, Ourique, Castro Verde, Almodôvar) o subsector da Construção e Obras Públicas revela algum dinamismo no concelho de Ourique. Dois dos factores identificados para tal dinamismo para a Z.I., como veremos de seguida:

- "arranque de obras públicas significativas no domínio das infraestruturas básicas (abastecimento de água, redes de esgotos, electrificação, viação rural) e dos equipamentos colectivos;

- desenvolvimento considerável da construção de novas habitações, ou obras de beneficiação das existentes, correspondendo a uma relativa melhoria do nível de vida das populações.

Este processo foi, em boa medida, suportado com o recurso a financiamento público e canalizado principalmente através das Autarquias locais, as quais se transformaram nas principais entidades empregadoras" (Esdime, 1996: pp. 22-23).

A consulta do "Balanço de Actividades" Ourique - dois anos que promoveram a mudança, publicado pela Câmara Municipal de Ourique em Fevereiro de 1996, permite identificar as obras públicas que têm tido lugar no concelho nestes últimos anos. Passo a referir algumas das iniciativas:

- construção de 50 fogos (habitação social) na Cerca do Rosal, a sudoeste de Ourique (obra ainda não concluída);
- abastecimento de água e electrificação rural;
- na rede viária foram construídos "mais de 50 pontões em várias linhas de água e barrancos de todo o concelho; "reparação e abertura de dezenas de quilómetros de caminhos rurais"; pavimentação "com cobertura de asfalto de todas as ruas de Aldeia de Palheiros e algumas de Panóias. Na freguesia de Ourique foram também asfaltados alguns troços (...)"
- construção de um pavilhão gimnodesportivo na vila de Ourique e de polidesportivos nas freguesias de Conceição e Santa Luzia;
- obras de reparação de algumas sedes de clubes e associações e construção do "Ourique Desportos Clube", do "Clube Desportivo de Panóias" e da "Sociedade Recreativa da Conceição";
- construção de um novo quartel de bombeiros;
- construção (recuperação?) de um edifício para o funcionamento do tribunal.

A importância dos serviços no emprego do concelho permite citar novamente aquele Programa de Acção Local:

- "forte desenvolvimento de diversos serviços públicos, com particular destaque para as Autarquias Locais e extensões da Administração Central (Ensino, Saúde, Segurança Social, etc.);
- reforço expressivo do sector de comércio, restaurantes e hotelaria, mais determinado pelo acréscimo do poder de compra de alguns sectores da população da Z.I., do que por um crescimento sensível do sector de turismo, o qual tem maior expressão no litoral, (...);
- alterações no processo de estruturação da actividade das empresas nos vários sectores, induzindo uma procura acrescida de novos serviços (refira-se, por exemplo, o desenvolvimento dos serviços de venda ou reparação de viaturas e equipamento mecânico ou, ainda, a prestação de serviços na área de contabilidade das empresas) (Câmara Municipal de Ourique, 1996: p. 24).

Quadro 9 - População residente, com 12 ou mais anos, segundo a condição perante a actividade económica - 1991

	População sem actividade económica		População sem actividade económica (HM) segundo a sua situação (%)				
	% do total de H	% do total de M	Estudante	Doméstica	Reformada	Incapacid. para o trabalho	Outras
	41.2	76.5	13.8	23.8	55.3	1.7	5.4

Fonte: INE, Censos 91, in Al Sud (1996), Plano de Acção Local do LEADER (II), Esdime

Quadro 10 - População desempregada e taxa de desemprego - 1991

Total			Procura 1º emprego			Procura novo emprego			Taxa de Desemprego (%)		
HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
249	85	164	70	16	54	179	69	110	10.2	4.8	24.2

Fonte: INE, Censos 91, in Al Sud (1996), Plano de Acção Local do LEADER (II), Esdime

De acordo com os últimos dados relativos ao desemprego nos concelhos de Ourique e Almodôvar (Centro Regional do IEFEP) que consultei (Dezembro de 1994) (vd. Anexo 3, quadro A7) o número de desempregados era de 1 499, sendo que 257 estavam à procura do primeiro emprego e 1 242 à procura de novo emprego.

O desemprego no concelho de Ourique constitui um dos cavalos de batalha do presidente da câmara, figura com uma forte presença nos meios de comunicação social onde tem chamado a atenção para a situação "alarmante" do seu concelho.

Uma das iniciativas da autarquia para fazer face a esta situação foram os Planos Ocupacionais (POC's): "Para a resolução do problema de fundo que é a elevada taxa de desemprego do nosso concelho, o Município implementou planos de trabalho de forma a atenuar este grande flagelo, apresentando projectos no âmbito dos programas ocupacionais, que garantiram a subsistência a várias centenas de trabalhadores em situação de desemprego de longa duração, sendo o nosso concelho o que mais gente empregou nos chamados POC's ou PAO's em todo o distrito de Beja" (Câmara Municipal de Ourique, 1996: p. 4).

Terminados os POC's, o presidente reivindica um novo arranque dos programas, como afirmou numa entrevista ao Diário de Notícias, em 14 de Maio de 1996. Num artigo introdutório à entrevista com o título "Retrato de um concelho a viver grave crise" é feita uma breve caracterização do concelho onde são descritos casos de famílias que fazem parte de uma "listagem de crise" elaborada pela Câmara Municipal e as faltas de alternativas ao emprego agrícola: "As alternativas continuam a ser uma miragem, enquanto as actividades ligadas às explorações e transformação dos recursos naturais também assinalam um impasse. Um *dossier* elaborado pela Câmara de Ourique demonstra como é difícil o processo de reconversão de um desempregado agrícola para outro tipo de funções" (D.N., "País", 14 Maio 1996: p. 44).

A conversa que tive com uma técnica do Centro de Emprego resumiu-me a situação de desemprego no concelho. Depois de me ter dito que a taxa de desemprego era elevada (não estava autorizada a revelar números) descreveu-me o perfil dos principais procuradores de emprego: assalariados agrícolas, com um baixo nível de instrução, mas também domésticas que, em sua opinião, não devem ser consideradas desempregados de longa duração.

Referiu os POC's como uma medida que vai resolvendo a situação e os empregos sazonais, sobretudo no Algarve (construção, restauração e hotelaria). Falou da falta de oportunidades de emprego no concelho e a existência de contactos com outros Centros, sobretudo no Algarve, na procura de emprego para os residentes de Ourique.

3.1.4. Alguns indicadores e variáveis de caracterização da agricultura do concelho

Para a caracterização da agricultura do concelho de Ourique utilizo o Recenseamento Geral Agrícola de 1989 (excepto para o VABpm) através da apresentação de valores para as seguintes variáveis e indicadores (vd. quadros A8, A8.1 e A9 do Anexo 3):

- Nº de explorações agrícolas e áreas
- Utilização da terra
- Efectivos pecuários
- Tipos de exploração agrícola
- Formas de exploração agrícola
- População agrícola familiar
- Mão-de-obra não familiar
- Dimensão média das explorações para algumas variáveis
- Peso dos vários estratos de agricultura
- Estrutura do VABpm da Agricultura e da Silvicultura em 1990

Predominam no concelho as "pequenas" explorações seguidas das "grandes" explorações. Os limites superiores dos estratos de agricultura são os seguintes: 100 ha de SAU para as "pequenas" explorações e 200 ha de SAU para as "médias" explorações.

O cálculo da dimensão média das explorações relativamente à área total, à área de terra arável, ao número de cabeças naturais de bovinos e de caprinos e ao número de tractores dá os seguintes resultados:

Quadro 11 - Dimensão média das explorações

Indicadores	Explorações Agrícolas			
	Total	Pequenas	Médias	Grandes
Dimensão Média das explorações				
Área total (ha)	42	17	154	443
Terra arável (ha)	34	13	127	401
Nº de bovinos	5	2	11	54
Nº de ovinos	36	16	98	407
Nº de tractores	0,2	0,1	0,6	2,1

Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola, 1989

Em termos numéricos, predominam os "agricultores autónomos", sendo de registar, para o ano em questão, a existência de oito sociedades (quatro grandes e três pequenas explorações) e de uma cooperativa (grande exploração). Apenas nas grandes explorações o número de "produtores empresários" (26) é superior ao número de "produtores autónomos" (17).

As explorações agrícolas "em conta própria" são as mais numerosas, seguidas das explorações em "arrendamento fixo". Nas médias explorações o número das que se encontram "em arrendamento fixo" é o mais elevado (26), embora não seja muito superior ao valor registado pelas explorações "em conta própria" (21).

O cálculo do peso (%) da SAU (Superfície Agrícola Utilizada) para os vários tipos e formas de exploração dá os seguintes resultados:

Quadro 12 - Tipos e formas de exploração

Indicadores	Explorações Agrícolas			
	Total	Pequenas	Médias	Grandes
Tipos e formas de exploração				
SAU dos agr. autónomos (%)	60	95	90	27
SAU dos agr. empresários (%)	28	4	8	51
SAU de soc. e cooperativas (%)	12	1	2	22
SAU em conta própria (%)	52	66	38	46
SAU em arrendamento fixo (%)	45	28	53	54

Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola, 1989

Como podemos verificar, no conjunto das explorações predomina a SAU dos "agricultores autónomos". A SAU das pequenas explorações é ocupada quase na totalidade por "agricultores autónomos", à semelhança do que acontece para as médias explorações. Nas grandes explorações predomina a SAU ocupada por "agricultores empresários", sendo de registar a presença neste estrato de SAU ocupada por sociedades e cooperativas.

Relativamente às formas de exploração, verifica-se, no total, o predomínio da área em "conta própria" com variações entre os estratos. Assim, a SAU em "conta própria" sobressai nas pequenas explorações, enquanto que nas médias e grandes explorações a SAU é principalmente explorada em regime de "arrendamento fixo".

Relativamente à "utilização da terra" quero destacar a importância da terra arável cultivada com cereais para grão, e entre estes do trigo, nos três estratos considerados. Refiro ainda a importância da terra arável cultivada com aveia, para os três estratos, e das culturas forrageiras, sobretudo nas médias e grandes explorações. A importância das culturas



anteriormente referidas na terra arável cultivada no concelho pode verificar-se nos dados a seguir apresentados:

Quadro 13 - Utilização da terra

Indicadores	Explorações Agrícolas			
	Total	Pequenas	Médias	Grandes
Utilização da terra				
Cereais para grão na terra arável cultivada (%)	73	80	68	71
Trigo na terra arável cultiv. (%)	40	41	39	40
Aveia na terra arável cultiv. (%)	22	26	20	21
Culturas forrageiras na terra arável cultivada (%)	21	9	20	28

Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola, 1989

O cálculo do peso (%) dos estratos de agricultura para as variáveis: área total, terra arável, trigo, culturas forrageiras, área florestal e cabeças naturais de bovinos e de ovinos, traduz a importância das grandes explorações, e em menor grau das pequenas, como podemos verificar no seguinte quadro:

Quadro 14 - Peso dos vários estratos de agricultura

Indicadores	Explorações Agrícolas			
	Total	Pequenas	Médias	Grandes
Peso dos vários estratos de agricultura				
Área total (%)	100.00	38	14	48
Terra arável (%)	100.00	34	14	52
Trigo (%)	100.00	30	11	59
Culturas forrageiras (%)	100.00	12	11	77
Área florestal (%)	100.00	41	16	43
Cabeças Naturais bovinos (%)	100.00	37	9	54
Cabeças Naturais ovinos (%)	100.00	39	10	51

Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola, 1989

Deve registar-se também a semelhança do perfil estrutural de repartição das diferentes variáveis por estratos de agricultura. Os desvios mais significativos verificam-se no valor das culturas forrageiras nas pequenas e grandes explorações, respectivamente para menos e para mais face ao perfil habitual.

A população agrícola familiar do concelho ocupa principalmente entre 50 a 100% do seu tempo de actividade na exploração agrícola. Apenas nas grandes explorações é superior o número de membros que ocupa 100% do seu tempo de actividade na exploração. O cálculo do número de pessoas da família agrícola a trabalhar na exploração permite registar a

superioridade das pequenas explorações em termos de participação relativa da família no trabalho da exploração.

Quanto à mão-de-obra não familiar, verifica-se que são as grandes explorações que ocupam mais trabalhadores permanentes. A estimativa do número destes trabalhadores para o total do concelho e para cada um dos estratos de agricultura deu os seguintes resultados:

Quadro 15 - Explorações com trabalhadores permanentes e número de trabalhadores

Variáveis	Explorações Agrícolas							
	Total		Pequenas		Médias		Grandes	
Trabalhadores permanentes*	nº expl.	nº trab.	nº expl.	nº trab.	nº expl.	nº trab.	nº expl.	nº trab.
Expl. com trab. permanentes	51	131	18	26	1	2	32	103
Expl. com 1 trab. permanente	19	19	13	13	0	0	6	6
Expl. com 2 trab. permanentes	11	22	3	6	1	2	7	14
Expl. com 3 trab. permanentes	8	24	1	3	0	0	7	21
Expl. com 4 trab. permanentes	7	28	1	4	0	0	6	24
Expl. com 5-9 trab. permanentes	4	28	0	0	0	0	4	28
Expl. com 10 e+ trab. permanentes	1	10	0	0	0	0	1	10

Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola, 1989

Enquanto que as pequenas explorações raramente empregam trabalhadores permanentes e quando o fazem é, por regra, no valor de uma ou duas unidades, as grandes explorações empregam na sua maioria este tipo de trabalhadores em maior número.

O número total de dias de trabalho dos trabalhadores eventuais utilizados nas explorações agrícolas do concelho é de 17006 equivalente a cerca de 62 UTA* (Unidades de Trabalho Agrícola), não estando disponível nem sendo possível estimar com segurança a sua distribuição para os três estratos de agricultura.

A consulta do quadro 9A (Anexo 3) relativo ao Valor Acrescentado Bruto a preços de mercado (VABpm) revela que o valor mais elevado corresponde à produção vegetal, seguida da produção animal e da silvicultura. Na produção vegetal destacam-se os cereais, e entre estes o trigo. Na produção animal, o valor dos bovinos (total) é superior mas muito próximo do valor calculado para os ovinos (11,2% e 11,1%, respectivamente). Nos produtos da silvicultura destaca-se o valor calculado para a cortiça.

* Para o intervalo "5-9 trabalhadores", foi considerado o nº7 para o cálculo do nº total de trabalhadores; para a categoria "10 e + trabalhadores" foi considerado o nº 10.

* Considerando 1 UTA correspondente a 275 dias de trabalho por ano

Em síntese, a consulta dos valores de alguns indicadores de caracterização da agricultura do concelho de Ourique permite concluir que estamos perante sistemas de produção extensivos onde predominam e se combinam as culturas cerealíferas e forrageira, a criação de gado bovino e ovino e a economia de montado. Correlacionadamente, as grandes explorações agrícolas surgem em posição destacada, embora a pequena agricultura assuma também expressão significativa.

A consulta de informação acerca da origem do rendimento do agregado doméstico segundo a dimensão da exploração revela os seguintes resultados (explorações com SAU):

Quadro 16 - Produtores singulares segundo a origem do rendimento do agregado doméstico e a dimensão da exploração

Dimensão	Origem do rendimento do agregado doméstico		
	exclusivamente da exploração	principalmente da exploração	principalmente de outras origens
total	194	561	313
pequenas	171	544	310
médias	19	16	2
grandes	4	1	1

Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola, 1989

Verifica-se o predomínio das situações em que a origem do rendimento do agregado doméstico é "principalmente da exploração". De salientar ainda que os casos com origem do rendimento exterior à exploração agrícola representam uma maior proporção nas pequenas explorações.

A consulta dos dados sobre a "população familiar segundo a actividade lucrativa exterior à exploração" dá os seguintes resultados:

Quadro 17 - População familiar segundo a actividade lucrativa exterior à exploração

	Agricultura e pecuária	Caça, silvicultura e expl. floresta	Indústrias extractivas	Outras indústrias
HM	147	1	10	16

	Construção e obras públicas	Comércio, restaurantes e hotéis	Electricidade, gas e água	Outras actividades
HM	152	81	2	126

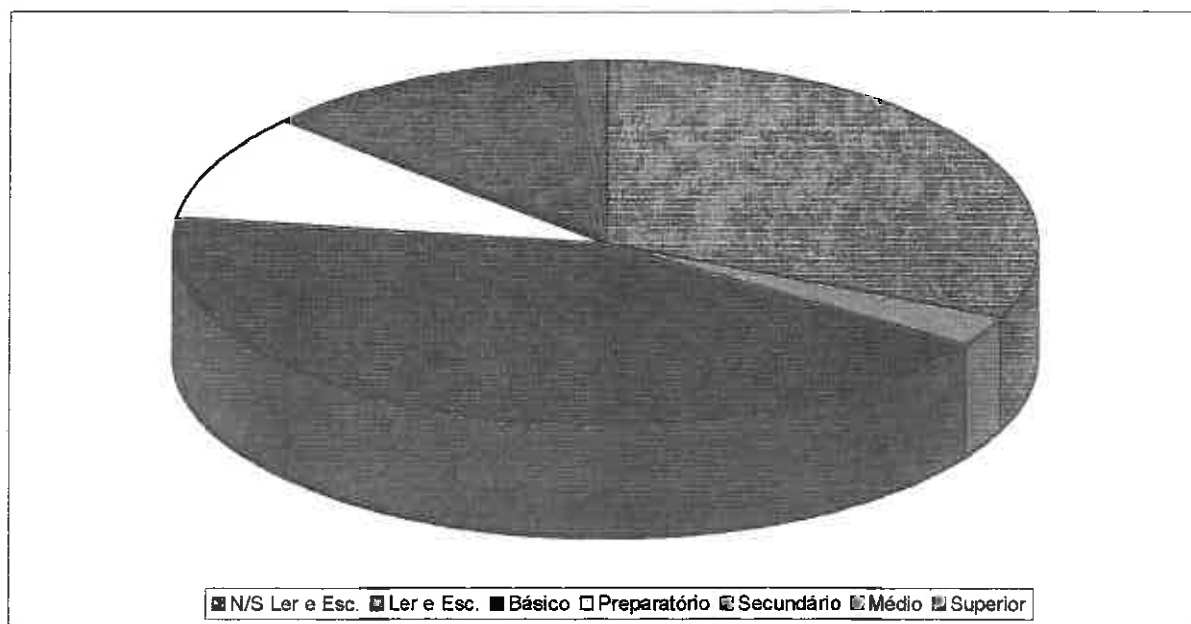
Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola 1989

A construção e obras públicas corresponde à actividade que emprega maior população agrícola familiar, seguida de muito perto pela agricultura e pecuária e numa posição um

pouco mais distanciada pelo comércio, restaurantes e hotéis. As outras actividades registam também um valor relativamente elevado não sendo possível a especificação das mesmas.

3.1.5. Qualificação dos recursos humanos

Gráfico 2 - População residente, segundo o nível de instrução - 1991 (%)



Fonte: INE, Censos 91, in Processo de Candidatura ao Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (I), ESDIME, 1994

A percentagem dos indivíduos da população residente que não sabia ler e escrever era em 1991 de 31.7; sabiam ler e escrever sem possuir nível de instrução 2.8%; 42.7% tinham o ensino básico primário; 9.6% tinham o ensino básico preparatório; 11.9% tinham o ensino secundário; 0.5 % tinham o ensino médio e 0.8% o ensino superior. Existe portanto uma elevada percentagem de analfabetismo entre a população residente do concelho, sendo escassa a presença de pessoas com instrução de nível secundário ou superior.

A consulta de dados do RGA 89 sobre o nível de instrução da população agrícola familiar revela os seguintes resultados: cerca de 64% dos indivíduos sem nenhum nível de instrução (37% não sabendo ler e escrever); 23% com ensino básico primário; 8% com o ensino básico

preparatório; 0,25% com o ensino secundário agrícola; 4% com o ensino secundário não agrícola; 0,7% com ensino médio e cursos de natureza profissional; 0,3% com o ensino superior agrícola; 0,2% com o ensino superior agrícola. O analfabetismo da população agrícola familiar é, portanto, bastante elevado, sendo insignificante a representação de níveis de instrução superiores ao ensino básico.

Sobre o sistema de ensino vigente, o Programa de Acção Local da Esdime refere a existência de um "(...) profundo desajustamento entre as aspirações e apetências dos jovens de origem rural e as necessidades e estrutura produtiva local, não só em termos de "saber fazer" mas, (...), em termos de valores. Na região, são os mais jovens, principalmente os mais escolarizados e que pretendem a inserção na vida activa, que demonstram e concretizam uma maior tendência para o abandono da região, imposta pelas restrições de oportunidades no mercado de trabalho local" (Esdime, 1996: pp. 28-29).

Sobre o sistema de ensino, mais concretamente sobre o ensino técnico-profissional nos concelhos que estudou, Paulo Pedroso concluiu que "(...) nem os jovens de Almodôvar, nem os de Ourique, nem os de Aljustrel tiveram acesso até 1993 a qualquer modalidade de ensino técnico profissional ou a cursos das Escolas Profissionais, estando confinados ao ensino secundário vocacional, excepto se a frequência do ensino secundário estiver associada à saída do concelho de residência (...) (ficando os jovens destes concelhos) condicionados pela estrutura da oferta criada para a frequência da via de ensino secundário mais vocacionada para o prosseguimento de estudos" (Pedroso, 1994: pp. 166-167).

Com a reforma curricular ao nível do 10º ano houve alteração da situação com a introdução de uma componente de carácter profissionalizante no ensino secundário. Até à data de realização deste estudo (1993) o concelho de Ourique não tinha sido abrangido por esta medida.

3.1.6. Indicadores sociais e condições de vida

Para além da situação do concelho em termos de infra-estruturas e equipamentos, apresento alguns indicadores que permitem caracterizar as condições de vida dos residentes no concelho de Ourique através da referência à dinâmica associativa local e a alguns acontecimentos importantes na vida do concelho.

Para a caracterização do concelho relativamente a infraestruturas, indicadores de Saúde, Segurança Social e Educação utilizo o Anuário Estatístico do Alentejo (1993) publicado pelo INE e informação fornecida pela Câmara Municipal (Balanço de Actividades" Ourique - dois anos que promoveram a mudança, 1996) e ainda dados da minha observação e de conversas com algumas pessoas do concelho.

Sobre a situação dos "alojamentos familiares" ("alojamento de habitação que, pelo modo como foi construída, ou como está a ser utilizada, se destina a alojar, normalmente, apenas uma família") a situação em termos de infraestruturas era a seguinte: dos 3 809 "alojamentos familiares", 1 871 tinham electricidade, 554 não tinham; 1 366 tinham retrete, 1 036 não tinham; 1 172 tinham instalação de banho ou duche, 1 253 não tinham esse tipo de instalação; 1 216 tinham água canalizada e 1 103 não tinham.

Como complemento da análise anterior apresento em Anexo (Anexo 3, quadro A10) os dados que fazem parte da candidatura ao programa Leader (I) da ESDIME sobre as infra-estruturas (água, electricidade, lixo (recolha de) e esgotos) por freguesia.

Actualmente a situação parece ter-se alterado quer relativamente ao número de alojamentos familiares, quer relativamente às infra-estruturas. Segundo informação fornecida pela Câmara, estão em construção 50 fogos (habitação social), como referi anteriormente, para além do apoio à "recuperação de algumas habitações degradadas onde vivem famílias de fracos recursos, que só por si não têm condições para proceder à mais pequena obra nas suas casas" (Câmara Municipal de Ourique, 1996: p. 15)

Foi feito um esforço na área da electrificação rural e do abastecimento de água, aspecto também já referido. Tive oportunidade de ver algumas instalações eléctricas recentemente instaladas por iniciativa camarária nalguns dos montes onde estive. Durante o ano de 1995 foram feitos furos nalguns montes devido à seca, tendo o concelho sido abrangido pelo plano de emergência lançado pelo Instituto da Água. Foi "reforçada a rede de água, nomeadamente com bombas doseadoras de cloro" e foi "triplicado o número de autotanques"; "foi iniciado o projecto de instalação em Grandaços da rede de esgotos (...). Os esgotos proveniente de Ourique (...) têm agora uma estação de tratamento - ETAR -" e está em elaboração um estudo técnico para a construção de outra estação de tratamento (...) para a zona da Funcheira cujos esgotos correm a céu aberto" (Câmara Municipal de Ourique, 1996: pp. 22-23).

Neste momento, a Câmara projecta mais furos e reconhece que "neste domínio (abastecimento de água), ainda há no concelho muita gente sem acesso a estas infraestruturas básicas" (Câmara Municipal de Ourique, 1996: p. 6).

Os indicadores de Saúde do Anuário revelam a seguinte situação no concelho: no ano de 1992 existia 1 Centro de Saúde com 3 médicos de Clínica Geral e 9 camas; 2 Farmácias e 1 Posto de Medicamentos.

Os indicadores da Segurança Social, segundo a mesma fonte e para o mesmo ano, informam a existência de 2 517 pensionistas: 309 na função de "invalidez", 1 866 na função de "velhice" e 342 na função de "sobrevivência".

Em 1992 existia em todo o concelho um Centro de Dia e um Lar de Terceira Idade. Neste domínio a Câmara apresenta as seguintes intervenções:

- "a colaboração que o Município está a prestar ao projecto de Apoio a Idosos e Outras Populações em Santana da Serra, cujo Lar e Centro de Dia entrarão em funcionamento muito em breve;
- para as freguesias de Panóias e Garvão a autarquia tem projectos para um Centro de Dia para cada uma das localidades (...). Para Garvão o projecto já está elaborado (...) (Câmara Municipal de Ourique, 1996: p. 15).

No domínio da educação, o Anuário refere que em 1993 existiam no concelho 18 estabelecimentos do ensino básico: 17 com o 1º ciclo e 1 com o 2º e o 3º ciclos. Algumas das antigamente designadas escolas primárias do concelho estão abandonadas. Eu tive oportunidade de ver uma dessas escolas, perto da Estação da Funcheira, um lugar muito povoado há umas décadas atrás (justificando a construção de uma escola). As poucas crianças que ali residem têm de deslocar-se para a escola mais próxima, em Garvão. Tive oportunidade de assistir em Agosto de 1996 a uma reportagem num dos jornais da t.v. sobre caso do padre de Ourique que tem vindo a ocupar as escolas abandonadas, transformando-as em capelas. Pelo que pude ver e ouvir a população reagiu muito bem e o presidente da Câmara louvou a iniciativa.

A Câmara considera a educação como uma área prioritária de intervenção. As iniciativas nesta área referidas no documento que tenho vindo a citar são as seguintes: equipamento das escolas (1º. ciclo) com material didáctico; regularização do pagamento de alimentos e de

materiais (herança do anterior executivo); implementação de uma rede de transportes escolares; instalação do 6º ano do ensino básico mediatizado na freguesia de Santana da Serra, "correspondendo a um antigo desejo por diversas vezes expresso por pais e encarregados de educação dos alunos (da freguesia)" (Câmara Municipal de Ourique, 1996: p. 8).

Na área do desporto é destacada a construção de um pavilhão gimnodesportivo na vila de Ourique e de polidesportivos nas freguesias de Conceição e Santa Luzia; as obras de reparação de algumas sedes de clubes e associações e construção do "Ourique Desportos Clube" e do "Clube Desportivo de Panóias".

Foi instalado um Gabinete de apoio às actividades de defesa e preservação do património histórico e arqueológico do concelho tendo sido assinado com a Secretaria de Estado do Turismo um "programa de investimentos a realizar em Castro da Cola". O património arqueológico integra 23 estações onde se destacam alguns monumentos megalíticos como Fernão Vaz I e II, tholos da Nora Valha, povoados calcolíticos, como o do cortadouro, necrópoles da Idade do Bronze, como o Porto de Lages, e necrópole da Idade do Ferro e o depósito votivo em Garvão (Câmara Municipal de Ourique: p. 13).

O concelho revela alguma dinâmica associativa, sobretudo de natureza recreativa e cultural. Para além da já referida "Sociedade Recreativa da Conceição", foi constituída a "Associação Cultural de Defesa do Património de Garvão", o "Grupo de Danças e Cantares de Garvão", "Grupo Coral Feminino 'Flores de Maio'" (existe outro grupo Coral em Garvão), o "Grupo Malta Jovem" etc. O "movimento associativo", digamos assim, está presente sobretudo em Garvão. Segundo me disse um dos meus entrevistados, tem-se assistido ao regresso de muitos "filhos da terra", principais responsáveis por esta dinâmica. Disseram-me também que existe muita rivalidade entre alguns dos grupos, provocando um maior empenhamento dos membros nas alturas de exibição, como foi o caso da feira de Garvão, em Maio (vd. cap. III, ponto 3.3.1.3).

Para além da feira de Garvão, existem outros momentos de festa no concelho como a festa da Senhora da Cola e a comemoração da Batalha de Ourique (cujo lugar é reivindicado por Ourique e Castro Verde), os Jogos de Verão, para além de exposições, serões de poesia, concertos musicais e espectáculos de teatro. Este ano as comemorações do 25 de Abril foram um momento importante da vida cultural do concelho com iniciativas de diversa natureza. A feira de Garvão integrou este ano pela primeira vez uma exposição agro-pecuária que, na opinião de um dos meus entrevistados, "não fica a dever nada à Ovibeja". Existe um grande

orgulho por parte dos agricultores relativamente ao gado que expõem e ao seu gado de uma maneira geral, aspecto considerado mais à frente.

A caracterização do concelho de Ourique, tal como foi feita, permite apresentar alguns aspectos conclusivos, resultado de uma reflexão sobre a realidade social, económica e cultural do concelho, aspectos que são também hipóteses de trabalho, importantes para o tema central que quero abordar.

1. Os indicadores demográficos e económicos introduzidos permitem-nos falar de um concelho que talvez corresponda ao "rural profundo" identificado por Bernard Kayser (vd. cap. II ponto 2.2). A situação de desemprego, classificada por alguns de "grave" ou mesmo "muito grave", por um lado e o envelhecimento da população, por outro, traduz-se numa situação de dependência do Estado Providência, numa situação onde existem muitos "clientes do Estado Providência". A importância dos empregos na administração pública agrava ainda mais a situação de dependência do Estado. Se acrescentarmos o peso significativo da exploração dos recursos naturais no concelho e o facto de os próprios agricultores se encontrarem dependentes de ajudas directas ao rendimento no exercício da sua actividade (aspecto abordados mais à frente) o cenário da dependência parece-me evidente;
2. parece-me importante referir o papel da autarquia, cujos domínios de intervenção apresentei. Existe, por um lado, a necessidade de dar a conhecer tudo o que tem sido feito neste dois últimos anos, através da utilização de vários meios, nomeadamente a comunicação social, como já referi. O balanço é o de "dois anos que promoveram a mudança". Na prática, o município tem sido mais activo nos domínios em que o pode ser: saneamento básico, habitação social, rede viária, electrificação rural. Na resolução do problema do desemprego a margem de manobra da autarquia é pouca e, para além das obras públicas e do emprego na autarquia, aparecem os POC's, balões de oxigénio que o presidente tenta renovar periodicamente;

Ou seja, existe muita visibilidade daquilo que é feito (boletins municipais, balanço de actividades, entrevistas, presidências abertas) e uma grande limitação do problema que mais preocupa o presidente: o desemprego. Para além dos POC's, o autarca chama a atenção do Governo para a situação responsabilizando-o directamente: "(os POC's), servem apenas para fazer face à enormes dificuldades do momento e, mesmo assim, já não são suficientes para combater tanta pobreza no concelho. Desde 1993 que a situação se tem vindo a agravar, devido à falta de medidas. Apesar das visitas ao Alentejo de vários ministros e secretários de

Estado, quer o anterior governo quer o actual não fizeram nada para combater o flagelo. Vamos pensar, vamos estudar, vamos planear...e ninguém faz nada" (entrevista ao D.N., País, 14 de Maio de 1996, p. 45);

3. não obstante a desertificação e o envelhecimento do concelho, parecem existir indicadores de uma dinâmica associativa. O regresso de alguns naturais do concelho parece ser a razão, para alguns, de tal situação. Para além disso, algumas pessoas com quem falei disseram-me que alguns montes abandonados estão a ser comprados, sobretudo por estrangeiros. Não estaremos provavelmente perante um fenómeno de "renascimento rural" tal como tem sido descrito para o caso francês e americano, mas não deixa de ser algo a que se deve dar atenção. Teria de se compreender a importância do fenómeno e as suas principais implicações em termos de desenvolvimento do concelho;
4. a especificidade do concelho reside em aspectos de natureza física, económica, social e cultural. Nessa especificidade é visível uma certa diversidade em termos, nomeadamente, da capacidade produtiva dos solos, de aspectos demográficos e sociais presentes, por exemplo, no facto de a maior parte das associações e grupos estar sediada numa das freguesias do concelho, aspectos relacionados entre si. Essa especificidade está presente também nos sistemas agrícolas do concelho, caracterizados essencialmente pelo predomínio e integração dos cereais e culturas forrageiras, da criação de gado e da economia de montado, actividades fortemente subsidiadas através de um sistema de ajudas de diversa natureza (vd. Anexo 2).

3.2. Algumas propostas de desenvolvimento para o concelho de Ourique

Pretendo neste ponto apresentar algumas propostas de desenvolvimento da zona onde seleccionei os casos. Uma dessas estratégias é da autoria do presidente da autarquia; uma segunda corresponde ao Programa de Desenvolvimento Agrícola Regional (PDAR) da Zona Agrária de Aljustrel; uma terceira é da autoria de uma Associação de Desenvolvimento Local - Esdime - e corresponde ao Programa para a Animação do Alentejo Sudoeste - Al Sul-, que integra o concelho de Ourique na sua Zona de Intervenção (Z.I.).

A introdução no meu trabalho destas propostas de desenvolvimento para o concelho ou da zona de que faz parte o concelho de Ourique (caso do PDAR) faz sentido na medida em que

identificam medidas que podem ser adoptadas pelas famílias agrícolas do concelho e nesse sentido influenciar as componentes das suas fontes de rendimento.

3.2.1. As propostas da autarquia

Como referi anteriormente o desemprego é, ou aparenta ser, a principal preocupação do presidente da autarquia. Para além de medidas pontuais no combate a este fenómeno, como é o caso dos POC's, o presidente vem defendendo uma estratégia de criação de empregos através da atracção de investimento externo ao concelho. De acordo com um documento - comunicação - da autoria do presidente, é referido que "o executivo a que presido, tem realizado várias reuniões com empresários, dos mais diversos pontos do País, no sentido de os sensibilizar para que invistam no nosso concelho mostrando-lhe as condições que existem quer a nível agrícola ou agro-pecuária (sic), a existência de cortiça ou mesmo na área do Turismo. A verdade é que se sentem muito entusiasmados com a ideia, até porque a via rápida Lisboa Algarve é convidativa, mas depois não há concretização".

Para a agricultura, o presidente defende a criação de "novos cultivos (...) uma vez que os cereais de grande extensão, tradicionalmente aqui produzidos, não encontram já saídas, perante a Política Agrícola Comum", sendo sugerido o desenvolvimento da agricultura biológica e a "intensificação do cultivo de produtos autóctones" como a cortiça, o medronho, a amêndoa e "outros da mesma natureza"; para a indústria é sugerida a instalação de uma fábrica de derivados de cortiça; o Turismo aparece em todas as intervenções do presidente a que tive acesso, como "uma das vertentes mais importantes do tão ambicionado desenvolvimento do Alentejo" embora refira que esta actividade será apenas "uma das peças do motor".

A aposta no Turismo traduziu-se no estabelecimento de um "Protocolo de colaboração com o IPPAR que esperamos venha a concretizar-se e que prevê a criação de núcleos interpretativos do Castro da Cola e do depósito de Garvão assim como o arranjo dos caminhos nas áreas envolventes destes monumentos. Por outro lado, estamos a reconstruir toda a sinalética do Circuito Arqueológico assim como elaborar documentação de consulta, em forma de roteiros, que permitirá uma melhor informação sobre o concelho de Ourique". É feito um apelo a toda a classe hoteleira para que se "empenhe na confecção da gastronomia local". É ainda referida a apresentação de um projecto para a construção de uma unidade hoteleira, um investimento privado, que previa a "construção de um complexo (...), mas foi inviabilizado pelo Ministério

do Ambiente por não respeitar os requisitos previstos na lei, nomeadamente no que se refere à distância da sua localização ao regolho da Barragem de Santa Clara".

3.2.2. As propostas do Programa de Desenvolvimento Agrícola Regional (PDAR)

O PDAR corresponde a um instrumento de planeamento de médio prazo (5 a 6 anos) para o desenvolvimento da agricultura regional. O documento que consultei, o PDAR da Zona Agrícola de Aljustrel, corresponde a um documento de trabalho com o título Opções Estratégicas Globais e por Sub-Zonas (Julho de 1993) da autoria de José Francisco Matos, já anteriormente citado.

De acordo com aquele documento, a estratégia global de desenvolvimento agrícola e rural da Zona Agrária de Aljustrel deverá assentar:

- a) "na diversificação das fontes de rendimento dos agricultores e das populações rurais, pela valorização de todos os recursos económicos locais". Nesse sentido são apresentadas as seguintes possibilidades ("exemplos") de diversificação dos rendimentos dos agricultores e das populações rurais:
- caça maior e menor;
 - turismo: rural, de habitação, agro-turismo, *self-catering* ;
 - recreio e lazer: golf, pesca, cavalos, desportos náuticos, observação da natureza, repouso;
 - artesanato;
 - apicultura;
 - produtos caseiros regionais;
 - borrego e novilho "naturais" ou "de erva";
 - aquacultura;
 - fruticultura-horticultura-floricultura;
 - novas produções não convencionais
 - novas formas de comercialização.
- b) no estabelecimento de sistemas eficientes e competitivos de produção de produtos para os quais tenhamos vantagens comparativas num mercado livre, quer por via da produtividade quer pela via da qualidade. São disso exemplos: a cortiça; a floresta de rápido crescimento nas sub-zonas mais férteis; carne de borrego natural; tomate; melão;

- c) no aperfeiçoamento técnico dos sistemas de agricultura tradicionais, ambientalmente compatíveis. São exemplos: os sistemas cerealíferos das Terras Fortes e do Campo Branco; a pecuária extensiva e os sistemas arvenses e hortícolas de regadio;
- d) na reconversão de sistemas de agricultura não adaptados à conservação dos recursos que exploram. Exemplos: sistemas cerealíferos de montado; zona da Serra" (Matos, 1993: pp. 18-20).

Esta "estratégia global de desenvolvimento" é aplicada a cada uma das sub-zonas, segundo as características físicas e socio-económicas que apresentam.

No caso da Serra, por exemplo, é preconizada a melhoria dos montados de sobre e de azinho já existentes; uma aposta na caça maior e a exploração turística da beleza paisagística e tranquilidade da serra, para além da valorização de produtos como o mel, o medronho, os queijos, presuntos e enchidos, as plantas aromáticas/medicinais/condimentares, as flores naturais, os cogumelos silvestres, etc. (Matos, 1993: p. 23).

A recuperação e preservação do montado é uma medida comum na estratégia de desenvolvimento das zonas "Campo de Ourique", "Transição" e "Charneca". Para esta última zona defende-se a expansão e aperfeiçoamento técnico do sistema agro-silvo-pastoril associado ao montado de sobre, para além da florestação, proposta também para a zona de "Transição"(Matos, 1993: p. 26-35).

Para o Campo Branco é defendida a necessidade de manutenção das condições que tornam esta zona um habitat favorável a algumas espécies raras como é o caso da abetarda. Esta ideia encontra instrumentos de apoio nas medidas agro-ambientais da PAC, a partir das quais foi elaborado o "Plano Zonal" de Castro Verde embora a ideia de criar nesta região uma zona de protecção da avifauna seja anterior à reforma da PAC⁽¹⁹⁾.

Para as Terras Fortes, cujos sistemas de agricultura são, na opinião deste técnico, os mais afectados pelos aspectos "penalizantes" da reforma da PAC são apresentadas as seguintes propostas: "aumento dos efectivos de ovinos e/ou caprinos com direito a prémio;

(19) "O Serviço Nacional de Parques (SNPRCN) inventariou e delimitou, no âmbito do programa comunitário CORINE - biótopos, uma área de especial interesse para a conservação da natureza, que ficou denominada como Biótopo de Castro Verde. Também a Liga para a Protecção da Natureza (LPN) apresentou ao Governo uma proposta de criação de uma zona de protecção especial para as aves estepárias, ao abrigo do art.º 19 do antigo REG. (CEE) 797/85", além de outras propostas da LPN e de propostas do Plano Director Municipal (PDM) de Castro Verde (Matos, 1993: pp.28-29).

possibilidade de troca entre culturas arvenses e pecuária com direito a prémio; possibilidade de troca entre ovinos e/ou caprinos e bovinos com direito a prémio; criação de um mecanismo de garantia às explorações do recebimento, durante um período pré-determinado, de um volume global de ajudas não inferior ao correspondente à média das actividades subsidiadas nos últimos 2 ou 3 anos, como forma de incentivar a diversificação para novas actividades não subsidiadas; possibilidade de transferência do *set-aside* em regadio para *set-aside* em sequeiro, por conversão adequada de áreas (...); regulamentação do *set-aside* fixo por forma a permitir a sua florestação com espécies de rápidos crescimento" (Matos, 1993: pp. 44-45).

3.2.3. O Programa para a Animação do Alentejo Sudoeste da Esdime - Al Sud - (LEADER II)

"O Leader é um programa comunitário que pretende complementar e interligar apoios, instituições e forças locais no sentido de conjuntamente contribuírem para a revitalização sócio-económica das Zonas Rurais" (Esdime, 1996).

A Esdime é a entidade gestora do Leader para o Sudoeste do Alentejo, na base de um Protocolo de Cooperação celebrado com a Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano (ADL) e a Associação Alentejo XXI (AXXI).

Os três "eixos de intervenção estratégica" no âmbito do programa Leader são os seguintes:

- i) Incremento do protagonismo local;
- ii) Revitalização do tecido empresarial;
- iii) Reforço das vertentes promocional e comercial (Esdime, 1996: p. 35).

O primeiro eixo fundamenta-se em três áreas de acção: apoio técnico; formação profissional específica e ajudas á contratação de capacidades técnicas; intercâmbio das experiências no âmbito de acções em cooperação (Esdime, 1996: p. 35).

O segundo eixo é considerado prioritário "(...) dada a sua fragilidade na região e, sobretudo, porque as iniciativas deste tipo são muito raras e valorizadas. Entendemos que a região só poderá sair duma lógica de economia predominantemente sustentada pelo exterior, quando se for generalizando uma cultura empreendedora, nomeadamente através da gestação dum sentido de oportunidade de negócio e dum gosto pela vida empresarial" (p. 37). Em termos mais concretos, é defendido "o reforço e diversificação das actividades económicas a nível

local afigurando-se imprescindível a criação e reforço de empresas protagonizadas por empresários locais, bem como a atracção de investidores externos à Z.I., nomeadamente, naturais emigrados" (Esdime, 1996: p. 37).

O terceiro eixo , "fundamental, (...), para garantir o sucesso dum modelo de desenvolvimento baseado na valorização da identidade regional" deve ser estruturado em torno de duas áreas essenciais: "valorização, promoção e comercialização de produtos e serviços locais, a partir de apoio a acções comerciais de PME's, ao incremento de redes e estruturas comerciais e apoio a fortes acções de promoção das actividades económicas locais; preservação e melhoramento do ambiente e valorização do património" (Esdime, 1996: p. 38).

A aposta na diversificação da actividade económica está presente nas estratégias anteriormente apresentadas, quer através da introdução de novas actividades (o caso do Turismo) quer através da valorização de recursos endógenos (vd. estratégia global do PDAR para a agricultura da zona considerada), estratégias em consonância, aliás, com alguns aspectos anteriormente referidos quando da caracterização da política agrícola e da política de desenvolvimento rural (vd. cap. II). No caso da autarquia e da Esdime a atracção do investimento externo assume um papel importante.

Por limitações orçamentais, (600 mil contos com comparticipação comunitária de 390 mil contos), a entidade gestora retirou da candidatura as intenções de apoio a qualquer tipo de investimento directamente produtivo, reafirmando, como prioridade fundamental a qualificação dos recursos humanos, tendo como público-alvo os jovens. Após a assinatura do contrato entre a Esdime e a Comissão Nacional do Leader, em Março de 1996, vão sendo abertas candidaturas à medida que os regulamentos das diferentes áreas de acção vão sendo definidos (Alves, 1996: p. 41).

3.3. Estudo de casos - fontes de rendimento e estratégias de seis famílias agrícolas do concelho de Ourique

3.3.1. Aspectos metodológicos

3.3.1.1. O método

O estudo corresponde a um "estudo de casos" e como técnicas na recolha de informação foram utilizados o "inquérito por questionário", a "entrevista semi-directiva" para além da pesquisa estatística e documental e ainda da observação directa.

De acordo com Robert Yin⁽²⁰⁾, o estudo de caso é método mais adequado quando as principais questões de partida são do tipo "como" e "porquê", quando o investigador tem pouco controlo sobre os acontecimentos e quando se trata de um fenómeno contemporâneo. Três características que estão presentes no meu estudo.

Um estudo de caso pode ser feito a partir de uma unidade ou várias unidades de análise, designando-se, neste último caso, por estudo de casos. Uma vez que irei inquirir várias famílias agrícolas do concelho de Ourique, irei fazer um "estudo de casos", como acima referi.

Os estudos de casos não fornecem base para a generalização estatística em termos de populações ou universos. Permitem "apenas" uma generalização em termos de proposições teóricas ou generalização analítica.

Apresento os critérios para a escolha dos casos no ponto 3.3.2.1. Nesta selecção contei com o apoio de um informador privilegiado, jovem agricultor do concelho, apoio que se mostrou decisivo no contacto e acesso aos agricultores e suas famílias como casos do meu estudo. Os casos seleccionados pelo informador privilegiado foram os casos que efectivamente inquiri e entrevistei, não tendo sido necessário fazer substituições. No entanto, quando iniciei o trabalho de campo apercebi-me da dificuldade em estabelecer contactos com os agricultores e conseguir entrevistá-los se não tivesse ao meu lado uma pessoa conhecida que acabou por funcionar como um elemento de criação de confiança na minha relação com os agricultores e

⁽²⁰⁾ Robert K. Yin, Case Studies Research - design and methods, Sage Publications, 1988

as suas famílias durante a realização dos inquéritos e das entrevistas, aqui já sem a presença do informador.

3.3.1.2. As técnicas

A utilização do Inquérito por questionário (vd. Anexo 4) teve por objectivo a recolha de informação relativamente à exploração agrícola e à família e à opinião dos agricultores relativamente a um conjunto de aspectos que se prendem com o exercício da sua actividade, nomeadamente sobre a Política Agrícola Comum e sobre a situação e evolução previsível da exploração agrícola. Em termos de estrutura do Inquérito, foram introduzidas quatro dimensões: "A - Família agrícola"; "B: Exploração, fontes de rendimento e condições de vida"; "C: Importância relativa das fontes de rendimento da família: avaliação do agricultor"; "D: Condições de exercício da actividade agrícola e perspectivas (avaliação do agricultor)".

Em termos da sua natureza, o Inquérito tem duas partes: na primeira, que corresponde às dimensões A, B e C, as perguntas são de natureza objectiva (questões de facto), embora existam perguntas nestas dimensões que traduzem a avaliação do agricultor e onde, portanto, existe uma componente de natureza subjectiva (de opinião); na segunda, que corresponde à dimensão D, as perguntas são de opinião e envolvem necessariamente a subjectividade, a perspectiva do agricultor perante as situações traduzidas nas perguntas. Esta natureza do Inquérito reflectiu-se também na forma das questões feitas: na parte que considero mais objectiva as perguntas são, na sua maior parte, questões fechadas; na segunda parte, onde era pedido ao agricultor que emitisse uma opinião sobre diversos aspectos que dizem respeito ao exercício da sua actividade, as perguntas abertas são mais frequentes.

Na construção do Inquérito recorri à análise de alguns Inquéritos dirigidos aos agricultores que fazem parte dos estudos e documentos a seguir identificados:

- Vitor Coelho Barros, Agostinho de Carvalho, António Fragata, Emília Madeira e Carlos Borges Pires (1992), O Inquérito à Exploração Agrícola, princípios, métodos e técnicas, Lisboa, INIA/DEESA
- António Fragata (1992), Políticas Agrícolas, Diversidade e Estratégias dos Agricultores, casos no Entre-Douro e Minho e Vale do Sousa, Instituto Nacional de Investigação Agrária, Departamento de Estudos de Economia e Sociologia Agrárias, Lisboa

– Metodologia do Recenseamento Geral Agrícola 1989

– Programa de Desenvolvimento Agrícola Regional (1993) - Inquérito feito aos agricultores

Na construção do Inquérito foi muito importante também a leitura dos esboços do Inquérito feita pelo informador privilegiado, agricultor e engenheiro agrónomo. Não se tratando de um pré-teste no sentido rigoroso do termo, as críticas do informador aos guiões iniciais foram fundamentais na elaboração da versão final do Inquérito, para além das instruções que me forneceu relativamente à melhor forma de abordar os agricultores relativamente a algumas perguntas.

A entrevista seleccionada para a pesquisa empírica foi a entrevista semi-directiva, o que se traduziu numa situação de conversa que se desenvolveu a partir de temas, que poderiam revestir a forma de pergunta, que eu fui introduzindo durante o tempo de duração da entrevista. Com a entrevista (vd. guião da entrevista aos agricultores, Anexo 4) pretendia essencialmente que os agricultores me contassem a história da exploração e a sua própria história. Tentei regressar às dimensões do Inquérito sobre as fontes de rendimento e a importância das suas componentes e sobre o exercício da actividade agrícola e perspectivas de evolução da mesma com o objectivo de confirmar algumas respostas, complementá-las ou obter informação relativa a algumas perguntas que não tinha sido obtida através do Inquérito. Para além disso, tentei identificar os objectivos e as estratégias dos entrevistados relativamente à exploração e à família até então e futuramente. As entrevistas foram feitas depois do Inquérito, e num dos casos tive de aplicar as duas técnicas quase em simultâneo.

Este procedimento permitiu-me personalizar as entrevistas para alguns temas como as fontes de rendimento e as suas componentes e a opinião dos agricultores sobre as condições de exercício da sua actividade, assegurando deste modo a complementaridade das duas técnicas, quer em termos da confirmação de alguns aspectos, quer em termos da obtenção de novos dados de consolidação da pesquisa.

3.3.1.3. As fases e as condições de realização do trabalho de campo

Parece-me importante introduzir na explicação da metodologia um ponto sobre as fases e as condições em que decorreu o trabalho de campo, a pesquisa empírica. Para além dos inquéritos e das entrevistas, estive noutras situações que me permitiram conhecer a zona e os casos seleccionados, nomeadamente a conversa que tive com o presidente da Câmara e com

uma técnica do Centro de Emprego de Ourique. Para além disso, a descrição das condições em que foram feitos o Inquérito e as entrevistas é importante na medida em que acrescenta algo sobre o funcionamento das famílias com quem estive e pode explicar a natureza de alguns dos dados obtidos. Também não me parece supérflua a descrição das condições em que o trabalho de campo foi feito, os passos que têm de ser dados, as dificuldades encontradas, as limitações que uma pesquisa desta natureza pode encontrar. Trata-se de uma espécie de um diário do trabalho de campo ou de um relatório do trabalho de campo.

Primeira fase: 14 Março de 1996

Objectivos:

- arranjar alojamento;
- estabelecer contacto com a Associação de Jovens Agricultores do Campo Branco com sede em Castro Verde;
- conversar com o "informador privilegiado" na pesquisa, sobre o guião de Inquérito e sobre os casos a seleccionar, de acordo com um conjunto de critérios que lhe apresentei.

Principais resultados

Na primeira fase do trabalho de campo (segunda visita ao local onde foram seleccionados os casos de estudo) foi possível conhecer um pouco melhor o concelho de Ourique. A procura de um local para ficar durante a realização dos inquéritos e da entrevista, permitiu-me fazer um levantamento das unidades de alojamento existentes nos concelhos de Ourique e de Castro Verde, incluindo as "casas particulares". Acabei por escolher a Pensão Costa, em Castro Verde, decisão onde pesou o preço e o interesse da casa, um edifício antigo, explorado há muito tempo pela mesma família.

Do contacto com a Associação dos Agricultores do Campo Branco resultou a marcação de uma entrevista e o fornecimento de alguns boletins de candidatura dos agricultores a alguns dos subsídios existentes. O engenheiro que me recebeu falou-me um pouco do "Plano Zonal" de Castro Verde.

A conversa com o informador privilegiado, que decorreu em ambiente familiar, permitiu alguns acertos ao guião de Inquérito e a apresentação/discussão dos critérios de acordo com

os quais os casos deveriam ser seleccionados. Ficou de pensar sobre os agricultores a inquirir a partir dos critérios fornecidos e dos contactos que tem, decorrentes, nomeadamente, da experiência do PDAR, no âmbito do qual foi aplicado um Inquérito (cujo guião me forneceu) a algumas explorações.

Segunda fase: 22/23 Março de 1996

Objectivos:

- visitar a Ovibeja.
- realização da entrevista ao membro da Associação dos Agricultores do Campo Branco;

Principais resultados

A Ovibeja é uma feira da agricultura regional, embora estivessem presentes mostras de produtos e actividades agrícolas e agro-industriais de todo o país e de Espanha. Estavam montados vários expositores de gado, máquinas, sementes, produtos químicos, produtos regionais (queijo, enchidos, artesanato), associações socioprofissionais da agricultura alentejana, Ministério da Agricultura, QUERCUS, e EDIA (Alqueva) para além das habituais tascas e restaurantes. Recolhi algumas publicações de distribuição gratuita onde destaco um número temático do Correio Agrícola sobre as ajudas destinadas à agricultura. Dos produtos regionais apenas o presunto de Barrancos se fazia notar, embora timidamente quando comparado com os vários expositores dos produtos espanhóis. Sublinho ainda um pormenor que pode ter uma leitura sociológica interessante: os cavalos eram o centro da feira, aspecto que, segundo me disseram alguns frequentadores da feira há alguns anos, constitui uma novidade. Os cavaleiros exibiram-se durante os vários dias da feira. Os cavalos eram em muito maior número que as ovelhas, as vacas ou os porcos de raças autóctones. O cartaz da feira passou a exibir um cavalo. Foram organizadas várias palestras a que não tive oportunidade de assistir.

A entrevista teve lugar em Entradas, na residência do engenheiro da Associação. Depois da conversa, pude visitar a exploração de entrevistado, conversar e visitar parte da exploração de um grande agricultor da zona, um dos casos de desistência do "Plano Zonal". Segundo o engenheiro os agricultores desistem por "constrangimentos morais", não gostam de se sentir vigiados, controlados. O agricultor disse-me que "não lhe dava a conta" depois de feita as

contas. Teria de falar com os outros agricultores para perceber as razões da sua desistência. tive oportunidade de ver vários bandos de abetardas.

Terceira fase: 16-25 Abril 1996

Objectivo:

- aplicação dos inquéritos e realização das entrevistas aos casos seleccionados;
- contacto com alguns actores locais para recolha de dados de caracterização do concelho: autarquia e Centro de Emprego de Ourique.

Principais resultados

Como principais resultados desta fase do trabalho de campo, refiro os seguintes aspectos:

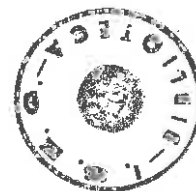
- condições de realização do inquérito e da entrevista feita aos agricultores e a alguns actores locais com importância no conhecimento do concelho e no processo de desenvolvimento do mesmo (local, pessoas presentes e pormenores que pareçam importantes nos resultados obtidos);
- limitações e principais dificuldades desta fase da pesquisa.

Sobre as condições de realização do inquérito e da entrevista aos agricultores

O primeiro inquérito foi feito ao agricultor C, na sua residência (sala), um monte situado a poucos quilómetros da aldeia de Garvão, na presença da mulher e, na parte final, do filho/sucessor. A mulher participou nalgumas das respostas.

O segundo foi feito ao agricultor B, na sua residência (cozinha), situada na estação da Funcheira, local de trabalho do inquirido. Apenas o inquirido estava presente.

O terceiro foi feito ao agricultor A, na sua residência (sala), uma vivenda situada na aldeia de Garvão. Estavam presentes a mulher, os dois filhos e a sogra. Nenhuma destas pessoas participou nas respostas, embora reagissem a algumas das observações feitas pelo inquirido, com exclamações, confirmando o que este ia dizendo ou rindo.



O quarto foi feito ao agricultor D, na sua residência (cozinha), um monte perto de Grandãos, na presença do sogro que não participou nas respostas.

O quinto foi feita ao agricultor E, num café de Ourique sem a presença de outras pessoas, à excepção dos frequentadores do estabelecimento. Fomos interrompidos pelas chamadas do seu telemóvel (pormenor importante na caracterização do tipo de agricultor).

O sexto e último inquérito, foi feito ao agricultor F, na sua residência (escritório), um monte perto da aldeia de Santa Luzia, na presença da filha/successora (a pedido do inquirido) e da mulher. A filha participou bastante, respondendo à quase totalidade das questões. A presença da mulher foi solicitada pela filha para esclarecer uma ou duas dúvidas da filha sobre as produções (principalmente sobre o número de efectivos de algumas raças de animais) ou dar a sua opinião sobre os serviços de saúde, educação e transportes da zona bem como sobre os serviços de apoio aos agricultores. O inquirido saiu algumas vezes do escritório, solicitado por pessoas que chegavam mas que não pude identificar (trabalhadores).

O inquérito teve a duração média de 45 minutos.

No final do inquérito tentei marcar as entrevistas com os inquiridos o que foi possível em quatro dos seis casos. Um deles, o agricultor A mostrou-se indisponível para fazer a entrevista até à feira de Garvão (9,10 e 11 de Maio). No outro caso (agricultor F) tive de fazer a entrevista no dia do inquérito, por indisponibilidade do produtor que fazia questão que a filha estivesse presente durante a conversa comigo o que, parece-me, iria dificultar a marcação de segunda visita uma vez que a filha é professora em Almodôvar e teria de se deslocar ao "monte" por minha causa.

Para quatro dos casos, as entrevistas decorreram no mesmo local do inquérito e com a presença das mesmas pessoas. No caso do agricultor B, a conversa decorreu a sós; no caso do agricultor A, a entrevista decorreu na presença da mulher e em local diferente do Inquérito - estivemos os três dentro do meu carro na feira de Garvão. O agricultor B fazia questão que o filho estivesse presente, mas este, "que já me conhecia (de vista) da Associação dos Agricultores do Campo Branco", não pôde estar presente. A mulher do agricultor C participou bastante na entrevista e o filho, que chegou no final da entrevista, participou sobretudo nas questões relativas aos objectivos relativos à exploração e à sua família. A entrevista do agricultor F contou com a participação (muita) da filha e da mulher.

As entrevistas duraram, em média, 60 minutos.

Sobre as condições de realização do inquérito e da entrevista a alguns actores locais (presidente da câmara e Centro de Emprego)

Presidente da Câmara

A entrevista ao presidente da câmara caracterizou-se por algumas peripécias. Não foi possível fazê-la no dia em que estava marcada- 21 Abril- por falta de tempo do autarca que naquele dia tinha de receber várias pessoas. Esperei cerca de três horas até ser informada que o "sr. presidente vai recebê-la". Depois das apresentações e do pedido de desculpa por ter estado tanto tempo à espera, perguntou-me o que é que eu queria perguntar-lhe e foi anotando num livro aquilo que lhe ia dizendo. Depois de olhar um pouco para as minhas questões, disse-me que eram assuntos que mereciam uma reflexão e que teria de pensar um pouco, marcando para isso uma segunda visita.

Voltei no dia 24 que também não era muito propício por causa dos festejos do 25 de Abril no concelho e, soube mais tarde pela televisão, preparava-se um congresso da JSD em Ourique. Não obstante estes inconvenientes para uma conversa serena, o presidente lá me recebeu. Comecei a gravar a conversa mas depois desisti porque ele resolveu antes fornecer-me uma série de documentos - "boletim da câmara", um "balanço de actividades" do concelho e as comunicações do presidente recentemente apresentadas no congresso do Alentejo, na Ovibeja e em rádios locais. Dei-me por satisfeita porque quando li os documentos pareceu-me que a conversa, a ter lugar, iria repetir aquilo que tinha nos vários documentos. "Off the record" disse-me que a situação em Ourique era "negra" e que o governo ainda não tinha feito nada de jeito criticando ainda o ministro da educação que tinha estado em Ourique no dia anterior para inaugurar o pavilhão desportivo.

Centro de Emprego

O contacto com o Centro de Emprego de Ourique (que abrange os concelhos de Ourique e de Almodôvar) foi feito no dia 23 de Abril.

Falei com o Director que encarregou uma funcionária de me fornecer os dados que queria, excepto os números sobre o desemprego que estava proibido de divulgar. Pareceu-me uma

pessoa que conhece muito bem o concelho, tem consciência dos principais problemas e preconiza algumas soluções para o Alentejo.

Sobre a actividade do Centro, referiu a existência de vários cursos de formação em diversos domínios (hotelaria, informática, cursos para deficientes) que, segundo a funcionária têm permitido uma inserção profissional dos jovens; os contactos com centros de emprego do Algarve, importante mercado de trabalho para os residentes do concelho de Ourique.

Sobre as possíveis soluções para o concelho, a funcionária defende "uma intervenção de fundo no Alentejo através, nomeadamente da fixação de actividades ligadas à transformação de recursos locais (cortiça, porco alentejano cuja transformação tem vindo a ser feita em Barrancos e em Campo Maior). Quanto ao turismo rural, de que o presidente fala em todas as suas comunicações como uma grande oportunidade para o concelho, disse que "desde há muito que ouve falar mas que ainda não se fez nada". Apontou a "falta de espírito de iniciativa dos jovens" como uma desvantagem, dando lugar à reprodução da condição desfavorecida.

4ª fase: 11 e 12 Maio de 1996

Objectivo: visitar a feira de Garvão e fazer a última entrevista

Uma vez que já falei sobre as condições em que decorreram todas as entrevistas, incluindo a última que foi feita na feira de Garvão dentro do meu carro, vou apenas registar algumas observações sobre a feira.

A feiras de Garvão tem uma grande tradição. Segundo o presidente da Câmara que ouvi numa rádio local, a feira tem lugar desde o séc. XIII. Teria de investigar esta antiguidade. Trata-se de uma feira como as outras onde estão os ciganos com as roupas, as tasquinhas, os carroceis, as farturas, o barulho das cassetes piratas...A exposição do gado (bovinos, porcos, ovelhas e cabras) fez-se pela segunda vez, e o picadeiro deve ter sido a primeira vez que foi montado. Estavam muitos cavalos, escolas de equitação (a de Cascais também), charretes, enfim tudo o que faz parte da arte equestre. Pareceu-me que se trata de uma réplica da Ovibeja. Esta minha percepção foi depois confirmada quando o meu entrevistado me disse que a feira não ficava nada a dever à Ovibeja, ou quando o presidente da Câmara de Ourique comparou a feira à Ovibeja repetindo que as diferenças, salvo a dimensão, não eram muitas. Estavam lá todos os agricultores que entrevistei. Quase todos tinham animais expostos e fizeram questão que eu os

visse e emitisse uma opinião. O agricultor que entrevistei naquele dia disse-me que os seus porcos eram únicos, genuínos, o verdadeiro porco alentejano "mamilado". Os outros eram uma "imitação".

Sobre as limitações e principais dificuldades desta fase da pesquisa

As principais dificuldades do trabalho de campo prenderam-se com o contacto com os potenciais entrevistados. Não foi fácil convencer alguns a responderem ao Inquérito. Isto aconteceu em dois dos casos. Num deles (agricultor F), o agricultor insistia que já não tinha "memória para responder a inquéritos", pondo como condição a presença da filha. Depois não foi fácil marcar o dia porque a filha não estava disponível. E, por fim, tive de fazer o Inquérito e a entrevista em simultâneo porque seria muito complicado voltar a marcar uma data em que a filha pudesse estar presente.

Noutro caso (agricultor A) foi muito complicado fazer a entrevista. Depois de ter respondido ao Inquérito e de se ter disponibilizado para dar a entrevista, afirmou, dias depois, que não tinha tempo até à feira de Garvão. Mesmo depois, tendo eu ido de propósito a Garvão para o entrevistar, o contacto não foi fácil. Existiu sempre um clima de desconfiança que era indirectamente expresso quando se insurgiu durante a conversa contra os "doutores e engenheiros" (como eu) que pensam que sabem tudo sobre a agricultura, ou mesmo quando antes da entrevista me perguntava se a entrevista era mesmo anónima, depois de eu lhe ter garantido que sim em ocasião anterior.

Estas dificuldades estão presentes, penso eu, em qualquer processo de inquirição, onde se entra pela vida das pessoas que não nos conhecem e onde a utilização da informação recolhida junto dessas pessoas constitui algo de distante, que não controlam. Nada de inédito ou estranho, portanto.

As limitações do trabalho de campo prendem-se com a menor capacidade que nalguns momentos tive de contornar algumas situações e prendem-se também com a falta de experiência em trabalhos desta natureza. Prendem-se também com a natureza dos instrumentos utilizados, com a habilidade que pode ter estado ausente na formulação e colocação de algumas perguntas para além de todos os aspectos comportamentais que um processo de inquirição envolve e que todos os manuais de técnicas de investigação sociológica expõem. Foi importante ter sido pontual, foi importante não ter fumado à frente de alguns (quase todos) agricultores, foi importante não demonstrar ansiedade na obtenção de

algumas respostas, foi importante não pressionar o agricultor que me fez esperar para me dar a entrevista na feira de Garvão. Ele sabia que eu precisava da entrevista dele e eu tive de aceitar as condições que ele me impôs: "eu estou por aqui, vá dar uma volta à feira que já falamos, para a dra. ficar descansada". Se não nos voltássemos a cruzar na feira....

3.3.2. Apresentação dos casos

Nos pontos dos capítulos anteriores e do presente capítulo introduzi os conceitos básicos deste trabalho, procedi à contextualização do tema através da referência às políticas com influência nas fontes de rendimento das famílias agrícolas, sublinhando a importância das estratégias na concretização dessas políticas e contextualizei os casos através da apresentação de indicadores de caracterização social, económica e cultural do concelho onde eles foram seleccionados.

Neste ponto, tenho como objectivo a apresentação dos casos seleccionados e a análise do objecto central deste trabalho: a identificação das fontes de rendimento das famílias agrícolas e dos seus objectivos e estratégias quer relativamente à exploração quer relativamente aos seus membros, tendo presente os pressupostos básicos da análise e os factores mais importantes com influência naqueles aspectos.

3.3.2.1. Critérios de selecção e localização geográfica dos casos

Embora os critérios de selecção dos casos façam parte dos aspectos metodológicos, apresentados num ponto anterior do presente capítulo, resolvi introduzi-los neste ponto porque irá facilitar a sua análise relativamente a algumas variáveis: localização (residência), variáveis biográficas, principais características da exploração agrícola, para além de indicadores de conforto e da sua opinião relativamente a alguns serviços do concelho.

Os critérios de partida para a selecção dos casos foram: **dimensão da exploração** (grandes e pequenos); **idade do produtor** (jovem e não jovem, categoria definidas a partir da definição oficial de jovem agricultor, segundo a qual é jovem o agricultor que tenha até 42 anos de idade); **situação do produtor face à actividade agrícola** (monoactividade e pluriactividade). Um outro critério importante na selecção dos casos foi a sua **disponibilidade** para me receberem e passarem comigo o tempo necessário para responderem ao inquérito e à entrevista.

Devem introduzir-se alguns comentários sobre o critério "dimensão". Pretendia incluir na minha amostra "grandes" e "pequenos" agricultores do concelho. A selecção foi feita pelo informador privilegiado, de acordo com aquilo que ele considerou tratar-se de um grande ou de um pequeno agricultor da zona. Não se considerou uma tipologia de dimensão a partir da qual os casos deviam ser classificados como grandes ou pequenos e seleccionados a partir dessa classificação. Entre o universo de agricultores que eram previamente conhecidos seleccionaram-se dois "grandes" agricultores e quatro "pequenos" agricultores de acordo com a percepção do informador.

A combinação dos três critérios, segundo as duas situações possíveis em cada um, deu o seguinte quadro de casos:

Quadro 18 - Definição dos casos em função dos critérios: dimensão da exploração, idade do agricultor e natureza da actividade (monoactivo, pluriactivo)

definição dos casos	Dimensão		Idade		Actividade	
	grande	pequeno	jovem	ñ. jovem	mon.	plur.
1	***		***		***	
1	***		***			***
1	***			***	***	
1	***			***		***
1		***	***		***	
1		***	***			***
1		***		***	***	
1		***		***		***

A combinação dos critérios apontava para oito casos. No entanto, a combinação das categorias "grande" e "pluriactivo" revelou-se pouco realista para a zona, independentemente da idade dos produtores, segundo a opinião do meu informador privilegiado. Neste sentido, restaram seis casos definidos da forma anteriormente apresentada. Para facilidade da análise atribui uma letra a cada um dos agricultores: o agricultor A (exploração pequena, jovem e pluriactivo); o agricultor B (exploração pequena, não jovem e pluriactivo); o agricultor C (exploração pequena, não jovem e monoactivo); o agricultor D (exploração pequena, jovem e monoactivo); o agricultor E (exploração grande, jovem e monoactivo); o agricultor F (exploração grande, não jovem e monoactivo).

Os casos distribuem-se da seguinte forma pelas freguesias do concelho de Ourique:

Quadro 19 - Distribuição dos casos pelas freguesias do concelho de Ourique

definição dos casos	Dimensão		Idade		Actividade		Freguesia
	grande	pequena	jovem	ñ. jovem	mon.	plur.	
1 (E)	***		***		***		Ourique
1 (F)	***			***	***		Panóias
1 (D)		***	***		***		Ourique
1 (A)		***	***			***	Garvão
1 (C)		***		***	***		Garvão
1 (B)		***		***		***	Garvão

3.3.2.2. Dados biográficos e condições de vida das famílias

Neste ponto apresento as famílias relativamente a um conjunto de dados biográficos: número de pessoas da família; idade e sexo dos seus membros; nível de instrução dos membros; actividade profissional e actividade desenvolvida na exploração; indicadores de conforto da residência; avaliação dos serviços de transporte, educação, saúde e de apoio à actividade agrícola; conhecimento/participação em associações de desenvolvimento local/rural.

A família do agricultor A é composta por cinco pessoas. Para além dele, existe a esposa, dois filhos do sexo masculino e a sogra. O produtor tem 43 anos de idade, a esposa 41, um dos filhos 11 anos de idade, o outro 10 e a sogra tem 64 anos de idade. O produtor e a esposa têm ambos o antigo 5º ano do liceu (o produtor disse que tirou o então existente "curso comercial"); os filhos encontram-se a estudar nos níveis de ensino correspondente à sua idade; a sogra tem a 4ª classe.

À excepção dos filhos que não têm actividade na exploração, os restantes membros ocupam parte ou a totalidade do seu tempo de actividade na exploração. O produtor divide a sua actividade entre a mina (é mineiro na Somincor desde que começou a trabalhar) e a exploração, ocupando aí cerca de 11 a 22 horas semanais; a esposa está a tempo completo na exploração (cerca de 275 dias por ano) sendo a responsável por "toda a parte burocrática (...) se eu for a estar a tratar de papeis e de mais não sei o quê não posso andar em cima do tractor" (entrevista); a sogra despende menos de 11 horas por semana na exploração.

Nenhum dos membros da família tem formação profissional na área da agricultura. Trata-se portanto de uma família onde a formação na actividade corresponde a uma "experiência exclusivamente prática".

Esta família reside numa vivenda na aldeia de Garvão que foi construída em 1990. A vivenda tem cerca de 13 divisões e dispõe de vários dos indicadores de conforto presentes nos Censos 91.

A avaliação de alguns serviços locais feita pela família deu os seguintes resultados: consideram a educação e os serviços de apoio aos agricultores "razoáveis", consideram "mau" o serviço saúde e não avaliaram os serviços transportes porque não são utilizadores.

Esta família não conhece nem sabe que existem associações de desenvolvimento local/rural.

A família do agricultor B é composta por quatro pessoas. Para além dele, existe a esposa e dois filhos, ambos do sexo masculino. O produtor tem 51 anos de idade, a esposa 50, o filho mais velho tem 24 anos de idade e o mais novo 15. O produtor tem a 4ª classe, a esposa a 3ª classe, o filho mais velho tem bacharelato de uma escola agrícola e o filho mais novo frequenta o 9º ano de escolaridade.

Todos os membros da família ocupam tempo de actividade na exploração: o agricultor e a esposa entre 22 a 33 horas semanais; os filhos menos de 11 horas semanais. Para além do agricultor, a esposa e o filho desenvolvem outras actividades fora da exploração: o agricultor é ferroviário, a esposa é operária numa fábrica de batatas fritas perto de casa e o filho é profissional liberal. Este último vai fazendo um pouco de tudo. Neste momento está a trabalhar para o Ministério do Ambiente tendo realizado há pouco tempo um levantamento das raças bovinas autóctones.

O filho mais velho tem formação agrícola completa, feita numa escola agrícola, tendo tentado entrar num curso de veterinária. A formação dos restantes membros e sobretudo do agricultor é exclusivamente prática de experiência feita (o pai também era agricultor).

Esta família reside numa vivenda (cuja compra está quase terminada) na estação da Funcheira, perto da aldeia de Garvão. Trata-se de uma casa térrea, numa fila de outras semelhantes que se distinguem pelo tipo de portas, janelas ou pintura (a do meu entrevistado tinha portas e janelas de alumínio). A casa, à semelhança das outras foi construída nos anos

40, altura de grande actividade na estação, local de trabalho de muitos homens da zona⁽²¹⁾. A casa tem quatro divisões e dispõe dos indicadores de conforto presentes nos Censos 91 que me parecem mais importantes, como electricidade, água canalizada, retrete, instalações fixas de duche/banho, fogão, frigorífico. A casa não tem equipamento de aquecimento.

Este agricultor considera que os serviços de educação, saúde, transporte e de apoio aos agricultores são "bons".

Não conhece nem sabe que existem associações de desenvolvimento local/rural. Talvez o filho conheça, uma vez que tem participado em trabalhos de campo, de caracterização da zona, como é o caso da zona protegida da costa vicentina. Mas trata-se de uma hipótese porque não tive oportunidade de falar com o filho.

A família do agricultor C é composta por quatro pessoas. Para além dele, existe a esposa, o filho/sucessor e a nora. O produtor tem 65 anos de idade, a esposa 64, o filho tem 36 anos de idade (jovem agricultor); a nora tem 32 anos de idade. O produtor tem a 3ª classe, a esposa tem a 4ª classe, o filho e a nora têm o 11º ano.

O produtor tem um curso base de agricultura. O filho tem formação agrícola completa, uma vez que frequentou uma escola agrícola durante cerca de três anos e o curso de jovem empresário agrícola. O produtor e a esposa são ambos reformados recebendo uma pensão de reforma (no caso do produtor trata-se de uma pensão no âmbito do regime especial dos agricultores). A nora encontra-se desempregada não recebendo subsídio de desemprego. À excepção da nora que não participa nas actividades da exploração, os restantes membros dispõem da seguinte forma o seu tempo na exploração: o produtor e o filho estão a tempo completo; a esposa despende entre 11 a 22 horas semanais na exploração.

O produtor e a esposa residem na casa do monte (na exploração). A casa é mais que centenária, já era do avô do produtor. Tem cerca de 15 divisões. Dos vários indicadores de conforto quero apenas salientar que o monte tem electricidade há cerca de 1 ano (electrificação rural da responsabilidade da Câmara Municipal de Ourique), retrete, telefone, fogão, frigorífico, aparelho de aquecimento não eléctrico (lareira) e televisão. Não tem água

(21) Esse passado está presente nas várias instalações da Estação para alojamento dos trabalhadores ou mesmo numa escola que fechou recentemente por falta de alunos. Alguns dos prédios estão em obras. A decadência da estação sente-se no vazio das ruas, num café às moscas onde nem máquina de café existe (tive de esperar quinze minutos por um café de saco). Era um daqueles estabelecimentos - designados por "venda" - onde de um lado ficava a taberna e do outro uma espécie de bazar onde se vendia de tudo um pouco, deste artigos de retrosaria, de drogaria, de mercearia, de padaria, etc..

canalizada. O filho e a nora residem em Odemira. Não sabem se irão viver para o monte um destes dias.

A avaliação de alguns serviços locais feita pela família deu os seguintes resultados: consideram a saúde e os serviços de apoio aos agricultores "razoáveis", e os transportes "bom". Não avaliaram a educação porque não sabem.

Esta família não conhece nem sabe que existem associações de desenvolvimento local/rural.

A família do agricultor D é composta por duas pessoas. Para além dele, existe a esposa. O produtor tem 30 anos de idade e a esposa 25. O produtor e a esposa têm ambos o 9º ano do liceu.

O produtor está a tempo inteiro na exploração e a esposa ocupa entre 33 a 44 horas por semana na exploração.

O produtor tem o curso de jovem empresário agrícola.

Esta família reside numa vivenda no monte. A casa encontrava-se em muito mau estado quando o produtor comprou a exploração. Conservou a estrutura original e deu-lhe um ar de vivenda com as paredes a mostrar o relevo das pedras e com janelas de madeira de ripas tipo *chalet*. A casa tem sete divisões e dos indicadores de conforto quero apenas salientar o facto de a luz ser fornecida por um gerador e o frigorífico ser a gás.

A avaliação de alguns serviços locais feita pelo produtor deu os seguintes resultados: considera maus os serviços de saúde; razoáveis os serviços de transportes e de apoio aos agricultores. Não avaliou a educação por não conhecer a situação deste serviço na zona.

Este agricultor não conhece associações de desenvolvimento local/rural mas sabe que existem, já ouviu falar.

A família do agricultor E é composta por quatro pessoas. Para além dele, existe a esposa, dois filhos, um rapaz com três anos e uma rapariga com 10 anos de idade. O produtor tem 39 anos de idade e a esposa 34. O produtor frequentou o 3º ano do curso superior de agronomia; a esposa é licenciada em gestão; a filha frequenta o 1º ano do ensino básico.

Apenas o produtor tem actividade na exploração - cerca de 22 a 33 horas semanais.

Quando regressou para tomar conta da exploração este agricultor trabalhou, paralelamente à actividade agrícola, na cooperativa Agrícola de Ourique, na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e na Associação dos Agricultores do Campo Branco.

Para além de formação agrícola completa, este agricultor tem o curso de jovem empresário agrícola.

Esta família reside numa casa na aldeia de Garvão que foi construída em finais dos anos 40 e início dos anos 50. A casa tem cerca de 11 divisões. Dos indicadores de conforto quero registar que esta família dispõe de quase todos os que constam da lista dos Censos 91. É também a única família que tem micro-ondas e o agricultor tem um telemóvel.

Considera os serviços de saúde, educação e transportes locais "razoáveis" e os serviços de apoio aos agricultores "bom".

Conhece associações de desenvolvimento local/rural. Mencionou a ESDIME em Messejana e a Associação de Defesa do Património de Garvão à qual "dá uns conselhos", de vez em quando.

A família do agricultor F é composta por cinco pessoas. Para além dele, existe a esposa, uma filha, o genro e uma neta. O produtor tem 75 anos de idade, a esposa 69, a filha 31, o genro 36 e a neta 3 anos de idade. O produtor tem a 4ª classe, a esposa tem o curso de regente escolar, a filha e o genro são engenheiros agrónomos.

O produtor está a tempo completo na exploração; a esposa ocupa-se de alguns aspectos de gestão da exploração não especificando o número de horas que despende; a filha e o genro despendem menos de 11 horas semanais nas actividades da exploração e são também professores do ensino secundário em Almodôvar.

A formação do produtor é exclusivamente prática; a filha e o genro têm formação agrícola completa.

O produtor e a esposa vivem na casa do monte, uma casa com mais de um século. Os restantes membros da família residem em Aljustrel. Não conseguiram indicar quantas divisões tem a casa do monte. Dos indicadores de conforto constantes nos Censos 91, esta

casa tem os que me parecem mais importantes. A instalação eléctrica do monte é recente (integrada na acção de electrificação rural promovida pela Câmara de Ourique).

A avaliação de alguns serviços locais feita pela família deu os seguintes resultados: consideram "razoáveis" os serviços de educação, transportes e os serviços de apoio aos agricultores; consideram "mau" o serviço de saúde.

A filha do dirigente da exploração não conhece associações de desenvolvimento local/rural mas sabe que existem. Nem o produtor nem a mulher sabem da existência destas associações, nem nunca ouviram falar.

3.3.2.3. A exploração - alguns indicadores e variáveis de caracterização

A caracterização das explorações dos casos seleccionados irá ser feita a partir das seguintes variáveis: dimensão da exploração; número de blocos; tipo e forma de exploração; principais produções, destino e dimensão (ha. e número de efectivos para o gado); máquinas e instalações existentes na exploração; natureza da mão-de-obra utilizada; informação sobre a contabilidade da exploração; associativismo e actividades que recebem ajudas ou prémios ou qualquer outro tipo de ajuda no âmbito da PAC e da Política de Desenvolvimento Rural. As variáveis seleccionadas são apresentadas de forma sintética em quadros.

Quadro 20 - Algumas variáveis de caracterização da exploração e da actividade agrícola dos casos

	A	B	C
Dimensão (ha) Nº blocos	165 3	30 3	101 2
Produções Dimensão(ha) /Nº efectivos Destino	trigo/32/venda e aprov. aveia/29/venda e aprov. pov.misto de sobro e azinho/18/venda e aprovis. olival/3/venda e autocons. fruteiras/autoconsumo suínos/venda/autoconsumo aves capoeira/autoconsumo	aveia/4/aprovisionamento. forragens/25/aprovisionam. bovinos./26/venda horta/autoconsumo aves capoeira/autoconsumo	forragens/15,5/aprovision. olival/4/venda/autocons. montado de sobro/2/venda montado de azinho/101/ aprov. bovinos/48/venda ovinos/14/venda suínos/12/venda batata/autoconsumo fruteiras/autoconsumo aves capoeira/autoconsumo
Tipo de exploração	autónomo	autónomo	autónomo
Forma de exploração	56ha. conta própria 87ha. arrend.variável 22ha. arrend campanha	arrendamento fixo	conta própria
Máquinas Potência (cv.) Idade	tractor/70cv./8 reboque/8 anos	alugadas	alugadas
Instalações Idade	armazéns/+1séc casa/+1 séc.	barracões e estábulos/10	currais manjedouras comedouros
Mão-de-obra não familiar Dias/ano trab.eventual	1trab.eventual/ 30 dias		
Contabilidade	organizada	não organizada	"registos limitados às receitas e despesas de uma parte das operações ou escritos ocasionais"
Associativismo	não	Associação Agr. Campo Branco e Agrupamento de Defesa Sanitária	Associação Agr. Campo Branco e Agrupamento de Defesa Sanitária

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

Quadro 20 (cont.) - Algumas variáveis de caracterização da exploração e da actividade agrícola dos casos

	D	E	F
Dimensão (ha)			
Nº blocos	30 3	333 3	953 4
Produções	forragens/24/aprovision.	trigo/45/venda	trigo/59.7/venda e aprovis.
Dimensão(ha)	montado de sobro e de	forragens/65/aprovision.	aveia/54.3/venda e aprovis.
/Nº efectivos	azinho/6/venda e aprovis.	olival/10/venda	girassol/8/venda
Destino	bovinos/29/venda	montado e sobro e de	forragens/776/venda e
	ovinos/71/venda	azinho/260/venda e aprovis	aprovisionamento
	suínos/9/venda	bovinos/62/venda	olival/20/venda e aprovis.
	horta/autoconsumo	suínos/66/venda	montado de sobro e
	fruteiras/autoconsumo		azinho/dispersopor toda a
	aves capoeira/autoconsumo		exploração/venda e aprovis.
			eucaliptal/14/venda
			bovinos/169/venda
			caprinos/12/venda
			suínos/57/venda
Tipo de exploração	autónomo	empresário	empresário
Forma de exploração	conta própria	235 ha - conta própria 55 ha - arrendamento fixo 43 ha - cedência paga	167 ha - conta própria 786 ha - arrendamento fixo
Máquinas	tractor/+55cv./20	2 tractores/74 e 100 cv./2 e 6 anos	3 tractores/65, 70 e 90 cv.
Potência (cv.)	enfadadeira/20	enfadadeira/2 anos	ceifeira debulhadora
Idade	dois motores eléctricos/5 e 10 anos	dois atrelados/8 anos	gadanheira
	grade de discos/10	vários pulverizadores	dois distribuidores centrifugos
	charrua de discos/10	grades de discos	sem-fim
	espalhador/10	gadanheira	apanha fardos
	caixa de carga/7	condicionadora	roça mato
		sem fins eléctricos	charrua de três discos
		etc.	rolo compressor
			escarificador
			duas charruas de quatro aivecas
			etc.
Instalações	garagem/10	armazém/lanq	telheiro/2
Idade	celeiro/10	váriospalheiros/quase 1 séc.	quatro armazéns/20
	casão/10	currais/quase 1 séc.	casões para máquinas/20
		casa/quase 1 séc.	
Mão-de-obra não familiar	2 trabalhadores.eventuais	2 trab. permanentes	5 trab. permanentes
Dias/ano trab.event	60 a 90 dias	1 trab. eventual	
		cerca de 180 dias	
Contabilidade	organizada	organizada	organizada
Associativismo	Associação Agr. Campo Branco e Agrupamento de Defesa Sanitária	Associação Agr. Campo Branco, Agrupamento de Defesa Sanitária e Associação dos Criadores do Porco Alentejano	Associação Agr. Campo Branco e Agrupamento de Defesa Sanitária

Quadro 21 - Produções que recebem ajudas e tipo de ajudas, por casos

	Actividades com ajuda	Tipo de ajuda/medida
Agricultor A	trigo aveia	ajuda à superfície ajuda à superfície
Agricultor B	aveia bovinos	ajuda à superfície prémio
Agricultor C	forragens bovinos	ajuda à superfície prémio
Agricultor D	forragens bovinos ovinos	ajuda à superfície prémio prémio
Agricultor E	trigo forragens bovinos suínos	ajuda à superfície ajuda à superfície prémio medida PAMAF: "suínos de raças autóctones" medida agro-ambiental: "sistemas forrageiros extensivos" outras medidas PAMAF: "electrificação"; "ajudas à contab. de gestão"
Agricultor F	trigo aveia forragens girassol bovinos caprinos	ajuda à superfície ajuda à superfície ajuda à superfície ajuda à superfície prémio prémio medida de acompanhamento da PAC: "ajuda à arborização de superfícies agrícolas" medida PAMAF: "electrificação"

Fonte: Inquérito por Questionário, 1996

A leitura dos dados dos dois primeiros quadros anteriormente apresentados deve ter presente alguns aspectos que se prendem quer com a natureza da informação quer com a forma como foi recolhida. Desses aspectos saliento os seguintes:

1. embora não conste dos quadros, a informação sobre os efectivos foi recolhida de forma desagregada, ou seja, por idades (vd. Inquérito por Questionário, Anexo 4). Este procedimento fundamentou-se nos critérios de atribuição dos prémios aos efectivos pecuários. No entanto, o meu objectivo não era quantificar o montante de ajudas e de prémios recebidos pelos agricultores, apenas pretendo a sua identificação e a importância que assumem, segundo a opinião dos inquiridos, no seu rendimento global. Para além disso, o sistema de atribuição de prémios, neste caso, é complexo (vd. impressos de

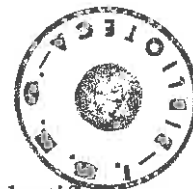
candidatura, Anexo 2) e depende de um conjunto de critérios, que não apenas a idade, que me pareceu difícil de controlar;

2. para algumas variáveis, a informação recolhida é uma aproximação da realidade da exploração. Está neste caso a informação sobre as dimensões ocupadas com cada cultura ou o número de efectivos pecuários, sobretudo quando este era muito elevado, casos dos agricultores E e F. Para estes dois casos também não foi possível ter uma lista exaustiva das máquinas existentes na exploração. A informação recolhida é suficiente: são explorações com um parque de máquinas considerável, periodicamente renovado.

Sobre os dados apresentados nos quadros quero salientar os seguintes aspectos:

1. é nítido o predomínio da cultura cerealífera e da criação de gado bovino, sobretudo, mas também ovino e, em quatro dos casos, de suínos. Deve referir-se que em cinco das seis explorações estudadas estamos perante sistemas de produção extensiva em que existe uma estreita articulação entre a produção cerealífera e forrageira e destas com a criação de gado. A palavra "aprovisionamento" pretende precisamente designar a utilização dos cereais e das forragens para a alimentação do gado. Nas duas explorações grandes e numa das pequenas o montado de sobro e azinho assume também destacada importância;
2. embora a preocupação de representatividade da amostra seleccionada esteja ausente do trabalho, uma vez que se trata de um "estudo de casos", penso que não será totalmente despropositada a comparação de algumas variáveis de caracterização dos casos seleccionados com as características da agricultura do concelho. Na comparação devem ter-se em conta dois aspectos : deve referir-se que o Recenseamento (RGA) a partir do qual foi feita a caracterização da agricultura do concelho data de 1989 e que o inquérito aos casos foi aplicado em 1996; na selecção dos casos teve importância a rede de relações do informador privilegiado, os agricultores com os quais o seu contacto é mais frequente e que, num ou noutro aspecto, se aproximam mais da natureza da sua própria exploração.

Em primeiro lugar quero chamar a atenção para o facto de os limites, em termos de área (ha), a partir dos quais foram definidas as pequenas e as grandes explorações, os pequenos e os grandes agricultores, não corresponderem aos limites definidos para o concelho. Em rigor, e de acordo com estes limites, dois dos casos (agricultor A e C) corresponderiam a "médias" explorações. No entanto, e tal como foi referido no ponto metodológico, a definição da dimensão das explorações foi feita em função da percepção do informador privilegiado e o critério utilizado por este compreendia apenas dois estratos: pequenos e grandes agricultores.



Em segundo lugar, quero sublinhar a aproximação dos casos das características identificadas para o concelho relativamente às principais culturas praticadas - cereais, forragens e montado (área florestal) - e o seu desvio relativamente à composição dos efectivos pecuários - os casos seleccionados são sobretudo criadores de gado bovino enquanto que para o concelho os dados traduzem o predomínio do gado ovino;

3. para além das variações de dimensão da exploração com reflexos a outros níveis (mão-de-obra utilizada, parque de máquinas, por exemplo), os agricultores apresentam diversidade noutros aspectos, como adiante veremos. Para já quero acrescentar que me parece terem existido falhas de informação em duas das variáveis consideradas - contabilidade e associativismo - para o agricultor A, o mais difícil de inquirir, acrescente-se. A ausência de contabilidade parece-me estranha dada a existência de ajudas uma vez que as candidaturas exigem uma organização da contabilidade. Por outro lado, a presença de suínos de raça autóctone "inscritos no livro genealógico" parece-me exigir um controlo sanitário, o que implica a inscrição numa Associação de Defesa Sanitária, dependente por sua vez da inscrição numa Associação Socio-Profissional a que pertence o primeiro tipo de Associação;
4. sobre a identificação das ajudas quero referir que me podem ter escapado, por razões de natureza diversa, algumas que não foram mencionadas pelos agricultores e cujos impressos de candidatura são fornecidos pela mesma entidade das "ajudas à superfície" e aos "prémios" destinados ao gado (vd. Anexo 2 sobre PAC). Trata-se de uma hipótese decorrente do conhecimento das ajudas integradas na PAC e da observação de algumas das explorações cujos dados trabalhei.

É o caso da "ajuda especial aos produtores portugueses de cereais (co-financiada)" concedida a partir de 1991/92 e até ao final da campanha de comercialização de 2002/2003 e baseada na quantidade de cereal colocada no mercado pelo produtor ou por ele vendida a um organismo de intervenção. Esta ajuda é motivada pela adopção a partir de 1/1/91, por Portugal, dos preços comuns em relação a todos os cereais à excepção do trigo mole. Esta ajuda é financiada parcialmente pelo FEOGA-Garantia em 65% e é, além de temporária, degressiva.

É ainda o caso das "medidas específicas a favor da agricultura de montanha e de certas zonas desfavorecidas". Trata-se de uma indemnização compensatória anual concedida às regiões de Portugal que figuram na lista de zonas agrícolas estabelecida em conformidade com a

Directiva (CEE) 268/75. Os beneficiários são os agricultores que explorem pelo menos 2 ha. de superfície agrícola útil, sendo a concessão da indemnização limitada a 1.4 CN/ha de superfície forrageira. O montante máximo elegível para efeitos do fundo é limitado ao equivalente de 120 unidades por exploração, quer se trate de CN ou hectares; para além das 60 primeiras unidades, o montante máximo elegível por CN é reduzido para metade. Os Estados Membros fixam os montantes de indemnização compensatória, consoante a gravidade das limitações, mas esse valor nunca é inferior a 20.3 ecus.

Outras produções apoiadas são o trigo duro, nas zonas tradicionais em que a sua produção é alvo de um prémio, o trigo mole, nas zonas de rendimento superior a 2.5 ton/ha. e outras produções que não têm expressão nas explorações dos casos seleccionados.

Acrescento informação relativa à atribuição de ajudas e prémios cujo tratamento se reveste de "particulares dificuldades uma vez que não existe informação desagregada ao nível dos concelhos e mesmo aquela existente por Direcções Regionais de Agricultura não merecem absoluta confiança por duas ordens de razões: a existência de um grande número de processos não regionalizados e a regionalização dos processos relativamente à morada do produtor" (Alves, 1996: p. 19). Não obstante estas limitações da informação disponível, vou apresentar alguns dos resultados para a Região Alentejo e, sempre que possível, para o concelho de Ourique.

Sobre o "regime de ajudas aos produtores de certas culturas arvenses", aquele autor refere que embora a Região Alentejo inclua apenas 10.5% das candidaturas, representa cerca de 58% da superfície de culturas arvenses apuradas, entre elas 71.6% das superfícies de sequeiro e 25.2% de regadio.

Sobre o "regime de ajuda especial aos produtores portugueses de cereais", é referido que o Alentejo é a região que maior valor tem recebido desta ajuda em cada campanha de comercialização.

No "regime de prémios aos produtores de carne de bovino", o Alentejo representa apenas 11.7% do montante total pago pelo "prémio especial aos bovinos", recebendo 44.7% do "prémio à extensificação". Na campanha de 1995/96, o concelho de Ourique registou um aumento do número de animais inscritos para este prémio. No "prémio às vacas aleitantes", o Alentejo é responsável por cerca de 55% e por 70% no "prémio à extensificação". O concelho de Ourique representa 2.16% destes prémios na campanha 1995/96.

No "regime de prémios aos produtores de ovinos e caprinos", o Alentejo recebeu mais de metade do total nacional pago na campanha de 1994/95.

Nas "medidas específicas a favor da agricultura de montanha e de certas zonas desfavorecidas", o Alentejo recebeu 57.6% do total das ajudas incluídas nestas medidas em 1993/94.

Nas "medidas agro-ambientais", o montante das ajudas pagas no Alentejo foi de 11.9% em 1994 e de 7.7% em 1995 do total nacional. As ajudas pagas aos "sistemas forrageiros extensivos", ao "montado de azinho" e à "manutenção das raças autóctones ameaçadas de extinção" representaram 89.7% em 1994 e 84.2% em 1995 (Alves, 1996, pp. 19-26).

3.3.3. Fontes de rendimento das famílias: identificação e análise

Apresentados os casos seleccionados e as principais características da actividade que exercem, irei expor e interpretar os resultados da pesquisa relativamente às fontes de rendimento das famílias inquiridas. Para além da identificação das fontes de rendimento, interpreto as mesmas a partir de algumas dimensões que permitam não só compreender a sua natureza (um pouco de história da exploração e da trajectória do agricultor) mas também perceber o posicionamento do agricultor relativamente a factores que influenciam o seu rendimento (a PAC e o seu funcionamento, os subsídios, a rede de relações sociais).

Ao longo do Inquérito por questionário foram introduzidas perguntas que permitem identificar as componentes do rendimento com origem na exploração e exteriores à exploração (vd. guião Inquérito, Anexo 4). Na pergunta 20 era-lhes pedido que definissem a sua situação relativamente às fontes de rendimento em termos da sua natureza: "exclusivamente da exploração agrícola"; "principalmente (mais de metade) da exploração agrícola" e "principalmentê de outras origens" (exteriores à exploração agrícola).

A análise dos resultados a esta pergunta permitiu, num primeiro momento, identificar dois grupos entre os seis casos: os agricultores monoactivos e os agricultores pluriactivos, com fontes de rendimento exteriores à exploração. Para além disso, e num segundo momento, existem as famílias cujos membros, à excepção do produtor, exercem actividades lucrativas exteriores à exploração agrícola. Estes resultados introduzem uma diversidade de situações com consequências a vários níveis, nomeadamente na forma como é encarada a actividade agrícola e as condições do seu exercício.

Começo por referir os casos dos pluriactivos. Para além da natureza que assume a relação existente entre as duas fontes de rendimento (da exploração e exterior à exploração), estamos perante casos em que a forma de encarar a actividade agrícola e as condições do seu exercício assume características particulares.

É o caso do agricultor A que começou a sua actividade como rendeiro com a mãe e a irmã. Após a morte das duas ficou com a parte da mãe por conta própria e com a parte das sobrinhas em arrendamento. Quando começou a sua actividade de agricultor a exploração produzia essencialmente cereais. A introdução da suinicultura foi feita há dois anos (1994). Quando iniciou a sua actividade agrícola já tinha outra actividade profissional.

A situação de pluriactividade deste agricultor dá lugar a uma complementaridade entre fontes de rendimento e a contradições, ou mesmo conflitos, na gestão do papel de pluriactivo.

De acordo com este agricultor, o rendimento da família provém "principalmente (mais de metade) da exploração agrícola". O principal rendimento com origem na exploração provém da venda de produtos, seguida das ajudas de que beneficia e do arrendamento de terras. Dos produtos vendidos, o mais importante em termos de rendimento são os cereais. A principal componente do rendimento exterior à exploração corresponde à remuneração do agricultor enquanto mineiro, seguida das transferências no âmbito do Sistema de Segurança Social relativas à reforma recebida pela sua sogra.

Embora tenha respondido, no Inquérito, que o rendimento da família provém principalmente da exploração agrícola, a explicação que me deu, durante a entrevista, da forma como as suas duas actividades estão relacionadas do ponto de vista económico, contradiz aquela resposta: "(...) a agricultura é uma actividade paralela à minha vida profissional (...). Se não tivesse essa outra actividade eu não poderia ter a vida que tenho. A outra actividade é que suporta a alimentação de toda a minha casa (...) e vai-se buscar alguma coisa que eu possa angariar da exploração agrícola".

Parece-me que a dupla actividade é sentida por este agricultor como uma desvantagem quando se compara aos seus colegas agricultores: "(...) eu muitas vezes tenho de andar a esconder uma coisa que não tenho necessidade de esconder. É contra a minha maneira de ser e de estar na vida (ter outra actividade). Eu sou obrigado a tê-la, se não a minha mulher e os meus filhos passam mal (...) a sra. tem de me ver como agricultor (...) eu acho que uma profissão é o suficiente". Repetiu várias vezes este seu estatuto profissional de agricultor,

queria que ficasse bem claro que ele não era menos agricultor que os outros só por ter outra actividade, o que entra em contradição com o que tinha dito antes quando referiu que "a agricultura é uma actividade paralela à minha vida profissional". Ou seja, trata-se, do meu ponto de vista, de um agricultor que vive em conflito com o seu duplo papel/dupla actividade.

A avaliação que este agricultor faz das condições de exercício da actividade agrícola não é positiva, revelando uma atitude revoltada. Refere que a Política Agrícola é "má", salientando como aspectos mais negativos (não referiu aspectos positivos) a "indefinição de objectivos, a permanente mudança nas orientações da Política". Em sua opinião, deveriam ser introduzidas alterações: "saber o que querem, não façam dos agricultores parvos; dignificar o trabalho agrícola, que deve ser encarado como outra profissão qualquer". A imagem dos agricultores tem sido "denegrada nestes últimos anos por causa da história dos subsídios". Por um lado, considera que os subsídios não deveriam existir, são uma "esmola que estão a dar aos agricultores que são uns pedintes legalizados (...); os subsídios são o grande mal da agricultura portuguesa"; por outro "tem de se dar a mão à palmatória" e reconhece que "sem o subsídio o agricultor já não consegue viver, não podemos sustentar uma casa, uma família, uma empresa (...)".

Para além disso, pensa que os agricultores são pouco solidários entre si. Este aspecto está presente, por exemplo, no secretismo que alguns fazem em torno dos subsídios existentes, praticado sobretudo pelos agricultores mais velhos. Este agricultor teve conhecimento das ajudas através, principalmente, de amigos. Mesmo assim já se confrontou com situações que traduzem a pouca solidariedade que, em seu entender, existe entre os agricultores: "(...) a pessoa não sabe, deixa passar. Depois ou diz-se ou vai aos serviços 'olhe que há isto assim assim' e a pessoa vai tratar mesmo nas vésperas do termo da questão e depois proporciona-se a conversa 'olha que há isto assim assim', e a resposta é: 'oh, isso já eu fiz!'".

O agricultor B, também pluriactivo, revela uma atitude mais serena quer relativamente ao seu duplo papel, quer relativamente à opinião acerca das condições de exercício da actividade agrícola. Não por falta de informação. Segundo me disse o meu informador privilegiado, trata-se dos agricultores mais bem informados da zona, não obstante a idade e a pluriactividade.

Este agricultor não herdou terras. Foi-se instalando a pouco e pouco e "com muitas dificuldades" durante cerca de 22 anos até à situação actual: "sou pobre e sempre fui". Na altura tinha apenas horta familiar que foi aumentando à medida que a família foi crescendo. A estabilização da exploração em termos de dimensão e de tipo de produtos aconteceu há cerca

de 15-16 anos. "Fui semeando forragens e com os animais comecei a semear um bocadinho mais. Ao princípio comecei só com um animal. Depois fui criando, lá vendi aquele, fui arranando mais um dinheirinho e comprei dois, depois de estarem criados, vendi e comprei cinco ou seis e tem sido assim". Não obstante as dificuldades sentidas durante o processo de instalação este agricultor nunca pensou em emigrar, estratégia frequente na zona, por razões familiares: "não, tinha o meu pai, era sozinho".

De acordo com a informação que me deu no Inquérito, o rendimento da sua família provém principalmente (mais de metade) de actividades exteriores à exploração: ele, a mulher e o filho mais velho têm uma actividade assalariada exterior à exploração. O principal rendimento com origem na exploração provém da venda de produtos, seguida das ajudas e dos prémios que recebe. Dos produtos vendidos, o mais importante em termos de rendimento são os bovinos. As ajudas aos cereais são para este agricultor mais importantes que os prémios aos bovinos. Depois da remuneração das actividades exercidas, o agricultor referiu ainda as receitas de capital (juros de depósitos) como fonte de rendimento exterior à exploração.

Se pudesse escolher, era só agricultor, mas nunca teve possibilidades para isso e referia frequentemente que "foi tudo feito com muita dificuldade e muito devagarinho". Da outra actividade que exerce (ferroviário) retira o essencial para a casa. As duas fontes de rendimento são utilizadas conforme as necessidades da família e da exploração, existe uma complementariedade entre as duas: "(existe uma relação entre os rendimentos da exploração e os rendimentos exteriores à exploração) porque temos de tirar de um lado para o outro. Por exemplo, para alimentar o gado temos de tirar do ordenado". Ou seja, a sobrevivência da exploração está, em certa medida, dependente do rendimento exterior à exploração.

Este agricultor teve conhecimento das ajudas destinadas à agricultura através de conversas com outros agricultores. De acordo com este agricultor, a Política Agrícola é "razoável", salientando como aspectos mais positivos os subsídios ("estou satisfeito com os poucos que me dão porque noutros tempos fazia-se o mesmo e não se recebia nenhum") e como aspectos mais negativos a falta de mercado para os produtos. Acha que deveriam ser introduzidas alterações na Política tendo sugerido: "a alteração na forma de atribuição dos subsídios (prémios) que não deveria ser por cabeça mas sim por kg.. Há pessoas que recebem (os prémios) e não se preocupam com o gado. Se for ao kg. há a preocupação de os tratar bem (aos bovinos)". Considera também um pouco complicado o processo de compra e venda do gado "(...) se a gente vende, a pessoa que compra tem de assinar uma factura, se a gente compra temos de assinar a factura à pessoa".

Passo agora a referir os casos dos agricultores monoactivos, embora num dos casos alguns membros da família exerçam actividades exteriores à exploração.

Começo por referir o caso do agricultor C. Embora tenha sempre identificado o dirigente da exploração com o entrevistado, este encontra-se reformado tendo passado a exploração ao filho através de um processo de arrendamento. A razão porque entrevistei o pai e não o filho deve-se a várias razões: primeiro o meu informador privilegiado apresentou-me o pai como um dos agricultores seleccionados de acordo com os critérios pré-definidos; segundo só mais tarde me apercebi que o filho tinha sucedido ao pai. No entanto, parece-me que mesmo que o inquérito e a entrevista tivessem sido feitas ao filho (que acabou por participar em ambos os processos, embora muito pouco) o pai estaria sempre presente e como dirigente da exploração. Esse papel de liderança justifica-se porque se encontra em actividade e reside na exploração; porque o processo de sucessão é muito recente e as decisões sobre a exploração passam por ele e pela mulher; porque não era possível excluí-lo de uma situação onde se iria falar da actividade que toda a vida desenvolveu, do monte onde sempre residiu, de assuntos que ele "domina" muito melhor do que o filho no qual ele parece não depositar muita confiança enquanto sucessor. Foi importante a presença do filho quando se falou dos planos para a exploração porque é ele que irá introduzir alterações e o que acontecer daqui para a frente depende dele também. A sua presença foi dispensável quando se falou da história da exploração e do que é a actividade agrícola. Tanto mais que o filho expressou algum afastamento do monte e da agricultura, andou sempre "por outros lados" e acabou por se dedicar à agricultura porque não tinha alternativa, estava desempregado e não conseguiu encontrar emprego zona.

Este agricultor (o pai) herdou metade da exploração do seu pai. A outra parte ficou para a irmã. Quando se estabeleceu o pai ainda era vivo. Ele ficou na casa do monte e o pai foi viver para a aldeia. A principal produção na altura do pai e quando se instalou era o trigo.

De acordo com o agricultor C, o rendimento da família provém principalmente (mais de metade) da exploração agrícola. O principal rendimento com origem na exploração corresponde às ajudas de prémios de que beneficia, seguidos da venda de produtos. Os prémios aos bovinos são mais importantes do que as ajudas à superfície. Dos produtos vendidos, o mais importante é a cortiça e, em segundo lugar, o gado. A principal componente do rendimento exterior à exploração corresponde a transferências no âmbito do Sistema de Segurança Social, seguidas de receitas de capital (juros de depósitos). Se tivermos em conta que a exploração foi arrendada ao filho, as principais fontes de rendimento do casal

(agricultor e esposa reformados) correspondem à renda e às transferências da Segurança Social.

O principal meio de conhecimento das ajudas destinadas à agricultura foram conversas e também informação fornecida pela Zona Agrária. Após ter classificado a Política Agrícola como "má", não soube/não quis identificar os aspectos mais positivos e mais negativos da Política ou propor alterações na mesma. Considera que no passado as condições de exercício da actividade "eram mais difíceis num sentido e mais fáceis noutro. Tinha trabalhadores, três parelhas, junta de vacas, cabritos e porcos... o dinheiro era pouco mas dava para isso tudo. Agora é tudo diferente. Não há dinheiro e não há trabalhadores". Embora não tenha identificado aspectos positivos da Política Agrícola, pensa que os subsídios são "(...) uma boa ideia, se não a agricultura estava morta (...) se não tivesse esse pequeno subsídio era complicado (continuar com a exploração). Eu compro as forragens, a palha, as farinhas, etc. com esse dinheirinho (...) é uma boa ajuda".

O agricultor D não herdou a exploração. Partiu do zero. Retornado de Angola, foi viver para as Caldas da Rainha onde trabalhou como operário numa fábrica de cerâmica. Sempre quis ser agricultor. Em Angola o pai também o era, tinha (trabalhava?) uma exploração de café. Feitas as contas resolveu não se instalar no Oeste, porque a terra era mais cara e teria de criar o gado em regime intensivo, em estábulos, coisa que não lhe agradava, porque gosta de ver os animais "em liberdade". Vivia fora da cidade quando estava nas Caldas da Rainha e tinha sempre uma ovelha ou duas, uma cabra ou duas e "quando saía da escola soltava-as".

Procurou uma exploração no Alentejo e acabou por se instalar num monte que estava abandonado ("na última") quando o comprou. Foi fazendo obras até ter as condições mínimas para ali morar. Até lá ficou em casa de amigos que fez durante a procura de exploração. Passaram dez anos desde então.

Começou com ovelhas mas depois chegou à conclusão que a área que tinha não lhe dava o rendimento suficiente. Optou então por vacas para começar, tendo introduzido os ovinos mais tarde.

De acordo com este agricultor, o rendimento da família provém exclusivamente da exploração agrícola, embora referisse também como fonte de rendimento as receitas de capital (juros de depósitos). O principal rendimento com origem na exploração provém das ajudas e dos prémios recebidos, seguidos da venda dos produtos da exploração. Dos produtos vendidos, o

mais importante em termos de rendimento é o gado. A principal medida de ajuda ao rendimento corresponde aos prémios ao gado, seguida das ajudas às forragens.

Este agricultor recorreu pontualmente a fontes de rendimento exteriores à exploração agrícola para realizar alguns investimentos na exploração. Esteve parado durante três anos para comprar as vacas, trabalhava na Cooperativa Agrícola de Ourique, que já não existe e, numa segunda fase desse período, trabalhou como operário numa empresa de construção civil: "tinha de comprar bezerras e não vacas já feitas, as bezerras só ao fim de dois anos e tal é que dão algum rendimento e como é muito tempo tive de arranjar uma maneira de ir sobrevivendo". Neste momento não pensa arranjar outro emprego: "não, nem posso. Na altura não tinha efectivo de pecuária para viver disto mas agora penso que já tenho".

Foi através de conversas que este agricultor tomou conhecimento das medidas existentes destinadas à agricultura. Em sua opinião, a Política Agrícola é "má", salientando como aspectos mais positivos as ajudas uma vez que "na ausência delas inviabilizam-se muitas explorações". Como aspectos negativos salientou a situação de dependência (criada pelos subsídios) em que se encontram os agricultores "(...) quando acabar... isto agora já se tornou um vício".

Pensa que deveriam ser introduzidas alterações na actual política e propôs: "a existência de preços de garantia para o gado, senão cada um pratica os preços que quer; os agricultores estão dependentes dos comerciantes de gado". Deveria haver, segundo este agricultor, uma cooperativa ou uma associação que escoasse o gado, (deveria haver) um preço base". Considera por outro lado, que as coisas agora estão mais complicadas, existe mais burocracia: embora bem-vindos, os subsídios complicaram tudo: "Uma pessoa às vezes não sabe quando é que pode vender, quando é que se deve vender (...) há alturas em que não se pode vender o gado porque estão dados os subsídios e podemos perdê-los (...). Não se trabalha à vontade. Por outro lado, é bom haver alguma ajuda. A gente já sabe que mais meses menos meses sempre vem alguma ajuda".

Vê o futuro com algum pessimismo, considera que deveriam ser concedidas mais facilidades para a agricultura, "(...) uma actividade muito incerta, estamos sempre dependentes do tempo. Semeia-se em Outubro, deita-se muito dinheiro para a terra, e depois vamos esperar pelo tempo e pode dar como pode não dar. O gado também é incerto. Há dois anos atrás estava tudo muito bem com as vacas, agora há este problema (vacas loucas). É uma profissão muito dura. Havia de haver facilidades. Pelo menos para quem precisa de se expandir um bocadinho, juros mais baratos, não sei...".

A comparação entre as condições em que trabalhava no passado e as actuais é novamente feita quando refere que: "eu lembro-me perfeitamente quando comecei a vender ovelhas, ovelhas de refugo, velhas a seis e a sete contos por exemplo, e agora há alturas em que nem por dois contos eles (intermediários) as querem comprar(...). Agora ainda têm valor porque estão dentro do subsídio. Há pessoas que inscrevem mais gado do que aquilo que têm e depois andam à procura de ovelhas velhas para meter no lugar das outras (...). Lembro-me que elas (ovelhas) valiam muito mais dinheiro".

Não sendo natural da zona, nem filho de agricultor, este agricultor acha que os outros agricultores o aceitaram muito bem: "ajudaram-me muito, emprestaram-me máquinas (...) as pessoas são muito acolhedoras". No entanto reconhece que têm lugar formas de funcionamento e de relacionamento entre os seus colegas que ele não compreende, mas que fazem parte do *modus vivendi* do grupo e que são referidas por outros entrevistados. É o caso do segredo que se faz com os preços por que vendem o gado: "(...) se perguntarmos a uma pessoa a como é que vendeu o borrego, a pessoa é capaz de dizer mais 20 ou 30 escudos só para fazer as coisas oscilarem muito. Ainda não cheguei a entender porque é que as pessoas fazem isso, mas não são todos".

O agricultor E herdou a exploração do pai há vinte anos, quando este morreu. A exploração pertence à mesma família há muito tempo: avô, bisavô,... A exploração era mais pequena em termos de máquinas e de efectivos de gado. Para além das alterações na dimensão económica, este agricultor tem tentando "racionalizar" (termo que utilizou com frequência) a exploração através da introdução de cercas, reduzindo a mão-de-obra, renovando o parque de máquinas, utilizando outras técnicas que não se utilizavam no tempo do pai, diversificando a produção.

De acordo com este agricultor, o rendimento da família provém exclusivamente da exploração agrícola. Para além da venda de produtos, existem ainda as ajudas e os prémios e as empreitadas e aluguer de máquinas a terceiros como componentes do rendimento com origem na exploração. O agricultor teve alguma dificuldade em ordenar estas componentes de rendimento. Tinha dúvidas qual deveria colocar em primeiro lugar: a venda de produtos ou os subsídios (que "são imprescindíveis"), mas acabou (com reticências) por se decidir pela venda de produtos. A seguir vêm as empreitadas e o aluguer de máquinas. Dos produtos vendidos, o gado é o que mais rendimento gera, seguido dos cereais. Os prémios são mais importantes do que as ajudas à superfície.

Para além da actividade agrícola, este agricultor trabalha como consultor numa empresa de consultoria agrícola que, na altura da entrevista, estava a participar na elaboração do "Parcelar" (identificação cartográfica das explorações com objectivo de facilitar o processo de candidatura aos subsídios e outras ajudas no âmbito da PAC). Não considera esta sua actividade como fonte de rendimento uma vez que "as coisas ainda estão no início e ainda não se viram lucros". Deve, no entanto, referir-se que existe uma outra actividade onde este agricultor despende parte do seu tempo, ainda que ele considere que não constitui fonte de rendimento.

Foi a associação socio-profissional o principal meio de conhecimento das medidas destinadas à agricultura para este agricultor. As conversas com vizinhos, familiares e amigos também foram importantes.

De acordo com este agricultor, a Política Agrícola "não é boa nem má", salientando como aspectos mais positivos o "saneamento (obrigatoriedade do?) dos animais"; o esclarecimento dos agricultores; a promoção da qualidade". Dos aspectos negativos da política salientou a sua "imprevisibilidade". Acha que deveriam ser introduzidas alterações na política e propôs sobretudo uma maior atenção à diversidade dos agricultores quando são introduzidas alterações na política: "a política agrícola é feita por *lobbies* (como é o caso dos barros de Beja) e esquecem-se dos outros agricultores. Deveria existir um maior equilíbrio quando são introduzidas alterações, não as definir no geral, tentar abarcar os outros agricultores dada a diversidade de situações existente, dos agricultores com solos mais pobres sem regadio. Temos o gado que eles não têm".

Um dos grandes "males" da agricultura, e da agricultura alentejana em particular, reside, para este agricultor, na ausência de um associativismo forte entre os agricultores: "se não nos associarmos não conseguimos vingar as nossas reivindicações, as nossas faltas (...). Estamos a sentir isso agora porque está tudo a sentir-se apertado (...) quando acabarem os subsídios como é que é? eu que estou acima da média em termos de dimensão aqui no concelho tenho problemas (...), o que fará os outros, coitados?". Este agricultor assume a sua dependência das ajudas e dos prémios que recebe.

O agricultor F herdou a exploração do pai em 1955. Depois disso esteve uns anos em África, estadia que segundo ele "não tem nada com a agricultura". Uma das produções que tinha na altura da sua instalação era o arroz que foi a "sementeira" que mais gostou de fazer. Era uma cultura fácil e certa, desde que existisse água e adubo. Teve os "terrenos ocupados com o 25 de Abril".

De acordo com este agricultor, o rendimento da família provém principalmente (mais de metade) da exploração agrícola. O principal rendimento com origem na exploração provém das ajudas e dos prémios, seguidos da venda dos produtos. Destes o mais importante é o gado e a seguir os cereais. Os prémios atribuídos ao gado são mais importantes do que as ajudas atribuídas aos cereais e outras produções anteriormente identificadas. Esta família dispõe ainda do rendimento sob a forma de salário dos membros com actividade profissional exterior à exploração.

A Associação dos Agricultores do Campo Branco e a Zona Agrária (através do seu boletim) foram os principais meios através dos quais este agricultor teve conhecimento das ajudas destinadas à agricultura.

De acordo com este agricultor, apoiado nas suas afirmações pela filha, a Política Agrícola é "má", salientando como aspectos mais negativos o que se tem passado com os cereais, embora o principal responsável tivesse sido o mau tempo e com o gado que não se vende. Também neste caso a responsabilidade foi do problema das vacas loucas. Para este agricultor "a política agrícola não tem por onde se lhe pegue". Relativamente às ajudas pensa que não são uma coisa desejável para os agricultores: "nós não queríamos subsídios, nós queríamos era os nossos produtos pagos a este preço e com uma cotação certa. Isso é que interessava (era ter mercado) (...) a agricultura antiga era mais fácil do que é agora porque nós podíamos vender, havia fartura, agora não (...)". Para a filha, não existe o apoio suficiente aos agricultores, serviços de extensão rural como existem em França (onde fez um estágio) ou Espanha.

Apresento de seguida alguns pontos de síntese relativos à análise feita e tendo em conta os objectivos deste ponto:

1. a história das explorações permite diferenciar os agricultores entre os que herdaram terra e os que não herdaram e tiveram que começar tudo do zero. São dois os casos em que não houve herança de terra, um é pluriactivo, o outro teve de recorrer pontualmente a trabalho exterior para se instalar como agricultor. Ou seja, a história da sua instalação como agricultores introduz diferenças em termos de fontes de rendimento e da maior ou menos facilidade no exercício da actividade;
2. a pluriactividade acompanhada de plurirendimento introduz uma relação de complementaridade entre o rendimento da exploração e o rendimento exterior à

exploração. Nos dois casos foi referida a situação de se "tirar de um lado para pôr no outro". A manutenção da exploração agrícola é dependente, pelo menos nalguns períodos, do rendimento retirado da outra actividade;

3. a situação de pluriactividade é vivida, como vimos, de forma diferente pelos dois agricultores que se encontram nessa situação. Penso que estes dois casos ilustram o cuidado a ter na aplicação de critérios para definir as "famílias agrícolas" e distingui-las daquelas que não o são. Se o critério utilizado for o critério "principal fonte de rendimento", estas famílias provavelmente não seriam famílias agrícolas. No entanto nessa definição devem estar presentes outros critérios e outros aspectos, como já aqui referi. O agricultor A quis deixar bem claro que era, acima de tudo, agricultor, não obstante a sua outra actividade que quase tem de esconder, como vimos. A exploração assume neste caso uma importância fundamental (também) do ponto de vista da identidade e de sociabilidade. O agricultor B gosta das duas actividades que exerce mas a exploração tem também uma grande importância para a família quer do ponto de vista social, de ocupação dos membros da família, nomeadamente do filho, seu sucessor, quer do ponto de vista simbólico, do "gosto pela vida do campo";
4. as ajudas e os prémios de que beneficiam estes agricultores assumem uma importância económica fundamental na vida das explorações, embora essa dependência seja sentida de forma diferente nos vários casos. Os agricultores monoactivos manifestaram a sua dependência relativamente aos subsídios, quase caso de vida ou de morte, um "vício" como disse um deles, e enfatizaram bastante esta situação; os agricultores pluriactivos consideram os subsídios bastante importantes, são bem-vindos, não são dispensáveis para a sobrevivência das explorações. A existência de outra fonte de rendimento constitui um factor de segurança para a sobrevivência da família e da própria exploração;
5. ainda relativamente aos subsídios (ajudas e prémios), e embora a sua identificação por agricultor faça parte do ponto de caracterização da exploração, quero sublinhar o facto de entre os casos seleccionados existir uma diferença no conhecimento das ajudas existentes e no nível de contacto com a estrutura de atribuição das mesmas. Existem as ajudas de que todos beneficiam, as que estão directamente relacionadas com as produções da exploração. Existem, por outro lado, aquelas ajudas, como as agro-ambientais, outras medidas de acompanhamento e medidas do PAMAF que apenas alguns conhecem. No grupo seleccionado apenas dois agricultores, com as explorações de maiores dimensões (um jovem, o outro não jovem), tinham conhecimento e beneficiavam deste tipo de ajudas. Nota-se no caso destes agricultores um conhecimento de tudo o que existe e se não

usufruem de algumas ajudas é porque não podem, manifestando uma atitude de aproveitamento máximo daquilo que existe. Esta dependência das ajudas gera sentimentos de ambivalência relativamente à Política Agrícola nos agricultores que se consideram dependentes: por um lado é bom porque sem as ajudas era impossível a sobrevivência das explorações, por outro a situação de dependência não é confortável e, como referiu o agricultor F, era preferível vender os produtos no mercado como antigamente. Antigamente a dependência era de outra ordem, através de intervenções no mercado, menos visível, menos humilhante: "os agricultores são uns pedintes legalizados";

6. para o conhecimento das ajudas e a facilidade de movimentação na teia burocrática da Política Agrícola são importantes as relações que se estabelecem e a informação recebida da Associação Socio-Profissional e da Zona Agrária, por exemplo. A dependência das conversas de café para o conhecimento "daquilo que há" envolve secretismos, a tal falta de solidariedade entre os agricultores referida por três dos entrevistados.

3.3.4. Os objectivos e as estratégias - exploração agrícola e família

Com a identificação dos objectivos e das estratégias dos inquiridos relativamente à exploração e à família pretendo perceber até que ponto o panorama das fontes de rendimento anteriormente apresentada poderá ser alterado (diversificação das actividades na exploração; aposta em novas produções, etc.) e em que medida esses objectivos e estratégias vão ao encontro de algumas propostas de políticas dirigidas à agricultura e ao mundo rural, nomeadamente das propostas de desenvolvimento formulados a nível local. Como pressuposto fundamental desta análise está o facto de as estratégias adoptadas pelos agricultores e pelas suas famílias estar dependente de restrições e de recursos objectivos - património; contexto socio-económico local - mas também de recursos subjectivos traduzidos em valores como a "vontade", a "capacidade", maneiras de estar que não devem ser subvalorizados quando se quer compreender o porquê das decisões e dos planos traçados.

O método adoptado neste ponto é semelhante ao do ponto anterior: analiso caso a caso e sintetizo os aspectos que me parecem mais pertinentes para o tema em discussão.

O agricultor A considera que a sua exploração se encontra numa situação "nem boa nem má" porque atingiu uma certa especialização, tratando-se de uma "exploração limitada". Não sabe se o montante de subsídios a atribuir à sua exploração irá ser superior ao actual, dada a indefinição da política agrícola.

Prevê, não obstante a crítica à permanente mudança da política, e talvez por causa disso mesmo, alterações na sua exploração. Depois da reforma da sua outra actividade pretende dedicar-se apenas à vida do campo, à sua exploração e "deixá-la o mais bem preparada possível para os meus filhos, no caso de amanhã eles quererem ser agricultores". As alterações da exploração traduzem-se num aposta no gado suíno (porco alentejano "genuíno"): "penso um dia (...) seguir com os porcos para a frente e fazer mesmo porcos a sério (...), tanto em leitão como em montado". Confessou que "tinha uma certa vontade de entrar no ramo da bovinicultura (...) mas estou um bocado receoso agora com a história das vacas loucas. (...). Tenho medo de me aventurar a fazer vitelos e depois não os conseguir vender que é o que acontece aos meus colegas da bovinicultura. Estão com imensos problemas.(...). Agora o porco passou a ser bom".

Embora o problema da sucessão não se coloque ainda nesta exploração, este agricultor gostava que os filhos lhe sucedessem, mas dada a pouca dignificação do trabalho agrícola..."talvez como agrónomos ou veterinários": "Eu gostaria muito que eles tivessem um curso relacionado com a agricultura (...) e farei todos os esforços para que isso suceda se eles assim o quiserem". O diploma dos seus eventuais sucessores seria uma forma de promoção social, uma forma de superar a má imagem que, de acordo com este agricultor, têm todos aqueles que trabalham a terra: "O que mais me custa hoje é que o agricultor, o trabalhador rural, todas as pessoas que estão ligadas à agricultura são apontadas a dedo (...) enquanto que o empregado comercial, o empregado bancário, o médico, o veterinário, o engenheiro, etc., são os srs. drs., os srs. engenheiros, têm as suas oito horas de trabalho, vão para casa, têm um fim de semana condigno e o trabalhador, o empresário agrícola não tem fins de semana, não tem horas, não tem nada".

A afectividade na ligação à terra esteve presente nas conversas que tive com este agricultor tendo afirmado que a agricultura "é como um segundo casamento".

O agricultor B considera que a sua exploração se encontra numa situação "nem boa nem má" porque "não pago mão-de-obra; tenho um salário garantido: muitas vezes aplico o ordenado (de ferroviário) na exploração e esta depois compensa". Atingiu uma certa especialização, tratando-se de uma "exploração limitada". As principais preocupações deste agricultor prendem-se com a falta de tempo para dedicar à exploração. Pensa que o montante de subsídios a atribuir futuramente à sua exploração irá ser "igual". Para este agricultor a diminuição ou ausência dos subsídios não poria em causa a sua exploração: "seria quase igual mas se havia de ganhar 5 ganhava 2. Teria de tirar da exploração para tratar dos animais,

porque aquilo é uma ajuda. Tenho outros rendimentos de outro lado, que é o meu emprego. Há pessoas que se preocupam mais porque só têm aquilo e agora com este problema das vacas loucas...".

Não prevê alterações significativas na exploração, embora tivesse como objectivo aumentar a dimensão da exploração, arrendar mais terra e comprar mais bovinos. As dificuldades na concretização desse plano prendem-se com a dificuldade em arranjar terra: "toda a gente tem pessoas de família e precisam da terra para eles"; por outro lado, a terra está cara: "qualquer propriedade hoje custa 1 000 contos/ano ou mil e tal e depois a pessoa não tem máquinas, tem de alugar e custa tudo muito dinheiro".

Quando lhe falo da sucessão na exploração diz que tem como sucessor o filho mais velho "que tem gosto naquilo, gosta mesmo da terra e dos animais" e não está a pensar sair dali, gostava de arranjar uma exploração ou um "empregozinho". O "empregozinho" já tem, a instalação como agricultor é que encontra mais dificuldades, sobretudo devido ao preço da terra. O que este agricultor gostava mesmo é que ele fosse veterinário, algo que tentou mas não conseguiu por razões que não me conseguiu explicar muito bem (parece-me que não foi por falta de média). O objectivo é portanto que o filho arranje um emprego ali na zona e suceder-lhe futuramente na exploração. Até lá pretende manter a exploração que atingiu uma certa estabilidade e rentabilidade, pensando em aumentar a terra (objectivo difícil de concretizar pelas razões acima indicadas) e comprar mais bovinos.

O agricultor C considera que a sua exploração se encontra numa situação "nem boa nem má", não explicando porquê. Pensa que o montante de subsídios a atribuir futuramente à sua exploração será superior uma vez que o seu sucessor é um jovem agricultor e espera que este beneficie de mais ajudas nessa condição.

Dado o processo de sucessão em que se encontra esta exploração, é necessário referir que os objectivos e as estratégias para a exploração foram identificados pelo filho, os objectivos relacionados com a família foram identificados por ambos. Para além disso quero caracterizar a forma como a sucessão é sentida pelo pai e pelo filho.

O filho não quer ser "escravo do trabalho" e, neste sentido, tem como principais objectivos "melhorar as condições de vida e de trabalho no monte". Pretende introduzir algumas alterações na exploração, essencialmente melhoramentos fundiários como a instalação de cercas, a instalação de água canalizada no monte e outros melhoramentos no monte (casa de habitação), em resumo "a melhoria das condições de vida e de trabalho, uns toques na

exploração que não podem ser muitos agora no princípio". Ainda não fez o projecto de jovem agricultor (porque lhe disseram que vai haver umas mudanças) mas vai fazer. O trabalho de agricultor tem para ele algumas vantagens como não ter horários nem patrão. Mas para se sentir bem tem de criar as tais "condições de trabalho", trabalhar sim mas "com condições". Para a criação dessas condições os subsídios são indispensáveis. Os subsídios constituem, para o filho, uma ajuda fundamental na concretização das alterações.

Para o pai, os jovens (como filho) já não querem saber dos montes, vão para as cidades e vilas: "os filhos não se sujeitam, nem as noras. Tomam outra vida", diferentemente dele que quando herdou a exploração se instalou no monte. O filho "tomou a vida do pai porque precisa" (não tem alternativas de emprego, refere a mãe). O pai diz que ele (filho) precisa mas que "tem de trabalhar. Não se pode estar aqui de braços cruzados, a vida do campo não tem horários (...) trabalha-se o que for preciso. Eles (jovens-filho) querem muito estudo e trabalhar pouco". Sobre a possibilidade de o filho se mudar com a família para o monte, a mãe diz que "vamos ver, com o correr do tempo. Se ele vai tomar conta disto, se ele tem amizade a isto a vida dele vai ser aqui, nunca se sabe". De qualquer forma, o casal não quer abandonar o monte, independentemente da mudança do filho para ali: "o monte é sempre o monte. Eu nunca quero desprezar o monte", refere a mulher.

O casal pensa mudar-se para a aldeia, para uma casa dos pais do agricultor. Mas este não gosta de estar na aldeia: "(...) eu aborreço-me dos cafés (...) gosto de estar aqui". A mudança para a aldeia é, segundo o agricultor, "ideia da mulher", ou melhor, era, porque a instalação de electricidade no monte parece ter feito mudar a opinião desta: "vivemos aqui há 37 anos, não tive luz eléctrica, televisão (...), eu queria era a electricidade. Agora tenho luz, tenho frigorífico, tenho televisão, não me quero ir embora. O meu marido não nota essa diferença porque ele nunca apreciou nada disso". A única coisa que a faz pensar duas vezes é a "assistência" médica de que podem dispor na aldeia em caso de necessidade.

O filho não põe de lado a hipótese de se mudar para o monte. O maior problema é convencer a mulher, nascida e criada em Odemira. A sua decisão de se instalar como agricultor constituiu uma saída, estava desempregado (trabalhou numa cooperativa agrícola) e não arranjava mais nada, "a única opção que tenho agora é isto (a exploração)". Neste momento tinha de lhe aparecer "uma coisa muito boa aqui na zona para eu trocar por isto" (agricultura).

Para o agricultor D a sua exploração encontra-se numa situação "nem boa nem má" porque atingiu uma certa estabilidade, após uma fase de muitos investimentos. Acha que o montante de subsídios a atribuir futuramente à sua exploração será menor.

Este agricultor pretende continuar a viver no monte e a dedicar-se à agricultura: "está gasto muito dinheiro e suor. Eu gosto de conservar as coisas". Embora considere que a sua exploração não sofrerá alterações significativas, gostava de aumentar a dimensão, de comprar mais terra ("precisava de mais terreno") para ficar com uma exploração de cerca de 100 ha. que já considera suficiente. Enquanto tal não for possível, algumas pessoas cedem-lhe 5 a 10 ha. para semear e arranjar palha para o gado. A dificuldade na compra de terra prende-se com o seu preço, não tem capital e não pode pedir empréstimo porque os juros estão muito altos; por outro lado, não é fácil encontrar terra: "aqui pegado não há nada, o que há é muito grande e não está à venda. Para comprar noutra sítio, deixava esta exploração para trás...são investimentos difíceis porque na agricultura leva tudo muito tempo".

Este agricultor refere também o estado de subaproveitamento em que se encontram algumas explorações na zona e o entrave que isso significa para quem se quer expandir. As pessoas mantêm as explorações subaproveitadas, o gado pasta em explorações com cercas, os montes degradam-se porque os proprietários não habitam na exploração "(...) e as outras explorações não se desenvolvem por causa disso". Tem também pensado num projecto de florestação com sobreiros "por causa dos subsídios" que existem para o efeito. A dificuldade na concretização deste plano prende-se com o estado de saúde da mulher que pelo que pode perceber tem uma doença grave. A mulher era importante como mão-de-obra para plantar as árvores, uma vez que não pode pagar a um trabalhador. O agricultor deixou bem claro que o futuro da exploração, os planos que tem dependem muito do estado de saúde da mulher.

O agricultor E considera que a sua exploração se encontra numa situação "boa" porque "as coisas estão definidas, é possível planear, está estável, mas não se sente evolução por ter necessidade de comprar mais terra. Parece-lhe que a exploração é mais rentável, está mais organizada (mais racionalizada), é possível planear certos aspectos da exploração que na altura (do pai) não se planeavam.

Acha que futuramente o montante de subsídios a atribuir à sua exploração será menor.

A sua exploração não irá sofrer alterações significativas nos próximos tempos.

Tem como principal objectivo aumentar a dimensão da exploração e prosseguir na racionalização da mesma e apostar nos suínos (porco alentejano). Apresenta a dificuldade na compra de terra como um dos principais problemas da agricultura da região, sobretudo de

agricultores como ele que querem crescer, dizendo que se sente limitado, "asfixiado" porque quer crescer e não consegue.

As dificuldades na racionalização e na optimização dos recursos de que dispõe prendem-se sobretudo, em sua opinião, com o facto de não ter terminado o curso em agronomia (teve que regressar e suceder ao pai na exploração): "tenho pena de não ter terminado o curso (...) porque há conhecimentos que me faltam (...)". Mas tenta compensar através de leituras e de aconselhamento junto de pessoas que "(...) percebem mais disto do que eu". A interrupção do curso veio também alterar os planos que tinha para a sua vida profissional. Embora sempre tivesse planeado voltar para o campo, gostaria de ter outra actividade profissional, "consultoria, talvez (referindo também que gostaria de trabalhar no Ministério da Agricultura). Há muita gente aqui a fazer isso (...) a minha pena máxima é ver que me faltam conhecimentos". Ou seja, embora este agricultor tenha uma actividade de consultoria, como atrás referi, gostaria de ter essa função com outro estatuto - o de engenheiro agrónomo - à semelhança dos seus colegas da empresa a que pertence e de outros agricultores que conhece. O trabalho com os colegas e nas conversas com engenheiros acaba por se aperceber que tem limitações e que gostaria de ter ido "mais além", sentindo isso como um *handicap* e algo que localmente, pelo menos, o impede de ter outro estatuto social. Mesmo assim afirma que em termos de resultados é um agricultor que está acima da média, um "agricultor de sucesso" e isso é reconhecido pelos seus colegas, segundo me disse.

As dificuldades na aquisição de terra têm a ver com o preço e com a forma de ligação à terra que, segundo este agricultor é típica dos alentejanos: "(...) há muitas terras que estão na posse de pessoas de idade com aquele sentimento de posse que têm da terra e não a cedem de maneira nenhuma. Estão a explorar mal, nós estamos ali ao lado a ver (...) eles vêm que aquilo não dá nada mas insistem (...), não dá o braço a torcer". Essa "irracionalidade" prende-se também com o facto de a maior parte desses agricultores não terem capacidade de recorrer aos subsídios: "(...) não têm conhecimento daquilo (subsídios) ou têm um conhecimento deturpado (...) e não se conseguem mexer (...) as explorações são pouco rentáveis para eles próprios e para o país". Pensa que a medida de acompanhamento da reforma da PAC relativa à reforma antecipada não funciona, é pobre, pelo menos ali na zona. Era necessário que os incentivos monetários à reforma antecipada fossem maiores. De outra forma não são criadas condições de expansão de agricultores da sua idade. A falta de terra irá ter implicações no montante de subsídios a receber futuramente, quando o valor destes cair. O aumento de dimensão (com os custos, nomeadamente em mão-de-obra, ao mesmo nível) compensa, segundo este agricultor, essa descida. Uma vez que os subsídios são a principal (ou muito

importante) fonte de receita, a estratégia deve ser a de conseguir maximizar essas ajudas, aproveitá-las, adaptando a exploração nesse sentido.

Para além da aquisição de terra e de racionalização da exploração, este agricultor "tem pensado" (com a mulher) num projecto de turismo rural. Mas também aqui as dificuldades são grandes. A principal prende-se com o risco de fazer um investimento que pode não ser bem sucedido, a "incapacidade empresarial do agricultor (...) embora a minha mulher seja formada em gestão (...) mas também não está ligada à terra (...) temos falado nisso". A ideia surgiu porque tem um monte com condições "óptimas" para fazer turismo rural. Dois dos blocos da exploração são banhados pelo barragem da Rocha, "(...) uma parte de um monte velho que adquiri é quase uma ilha, é uma maravilha". Tem tido compradores mas não está interessado em vender, pedindo por isso um preço muito elevado: "(...) eu não faço mas se quiserem fazer têm de me dar alguma compensação". Conhece outros agricultores que também estariam interessados mas ninguém dá o primeiro passo. Para ele era importante falar com alguém que tivesse um projecto desta natureza para conhecer melhor o meio, as contas que é preciso fazer, etc.

O turismo poderá ser, para este agricultor, uma actividade a desenvolver no Alentejo, mas não é suficiente: "A agricultura tem que ficar, tem que haver gado no Alentejo. Para haver turismo rural tem que ocupação do solo" com gado e pastagens para o alimentar. "Eu não vejo o Alentejo sem gado nem cereais. "(Isso significa) uma descaracterização da zona". O que há a fazer é "um drástico ajustamento, as pessoas aproveitarem melhor as coisas, serem dadas condições para aqueles que não aproveitam a terra saírem(...)" e dar lugar aos que querem fazer uma "agricultura racional".

Não pensou num projecto de florestação porque já tem muitas árvores e a sua plantação roubar-lhe-ia a terra de que tanto precisa. Reconhece, no entanto, que o programa florestal da Comunidade é uma maneira de as pessoas retirarem rendimento e o melhor programa para os solos pobres. De qualquer forma, não vai resolver a maior parte dos problemas: "primeiro vai descaracterizar muito o Alentejo, embora se faça muita floresta com base no sobreiro, vai levar as pessoas atraídas pelo dinheiro fácil a descaracterizarem a sua exploração e a desabituaem-se de fazer determinadas coisas (...) é uma alternativa mas não me parece que seja por aí que se vai resolver os problemas. Eu continuo a apostar no gado (sobretudo porcos) e nos cereais, "(...) as próprias vacas estão com problemas (vacas loucas) (...) devemos fazer aquilo que sabemos fazer bem (...) apostar na qualidade (...) penso que é uma batalha que vamos vencer".

Mas para isso falta uma condição essencial já anteriormente referida: o associativismo dos agricultores alentejanos que são desconfiados e individualistas, segundo este agricultor. A ausência ou a fraqueza do associativismo não permitem resolver muitos dos problemas da agricultura alentejana: "podíamos avançar todos juntos, já ninguém ia ao fundo. No caso das vacas loucas não foi feita uma campanha eficaz de esclarecimento dos consumidores. Houve uma associação comercial da 'raça alentejana' que veio a público mas é fraca. No caso dos borregos era possível "concorrer e ganhar mercados, mas não há força (...), os espanhóis vêm comprar aqui os borregos. Se calhar vão fazer um grande figurão com os nossos borregos".

Também este agricultor me confessou ter um grande amor à terra e considera-se privilegiado pela vida que tem, sem horários e com possibilidade de disfrutar do contacto com a natureza. Sintetizou assim o espírito com que está na agricultura: "ser agricultor é uma maneira de empobrecer alegremente".

Finalmente o agricultor F considera que a sua exploração se encontra numa situação "nem boa nem má" ("vai andando"), tem a exploração numa situação estável, "tirando de um lado e pondo do outro".

Tem como plano para a exploração arranjar mais terreno para poder manter as vacas que tem mas existe na zona uma grande dificuldade em arranjar terra para arrendar, talvez pelas mesmas razões apontadas pelos outros agricultores.

Com 75 anos de idade este agricultor encontra-se em actividade, sendo o dirigente da exploração. A filha e o genro, engenheiros agrónomos serão os seus sucessores. Isto esteve patente quando o agricultor insistiu em que fosse a filha a responder ao inquérito porque ele "já não tinha memória". No entanto, é ele o principal agente de decisão embora faça questão de apresentar a filha e de dizer que ela é que sabe ou de perguntar algumas coisas à esposa, o que permite considerar que a família funciona como espaço de decisão assumindo cada um o seu papel nessa decisão - fazer contas, visitar feiras, gerir os trabalhadores, vender e comprar gado, etc.

Como exemplo do papel de líder e principal agente de transformação na exploração deste agricultor refiro a introdução de um método de "camping" para as porcas parirem. Esta inovação foi feita depois do agricultor ter visto uma exploração espanhola onde esse método era utilizado. Embora o espanhol não o deixasse "bisbilhotar" os "campings", atitude que ele respeitou (ele próprio também não gosta que andem a bisbilhotar as suas coisas), disse-lhe que davam excelentes resultados. Depois da conversa com o espanhol, decidiu fazer o seu

próprio "camping" mas com materiais diferentes dos do espanhol e, pareceu-me, de uma forma mais artesanal, recorrendo a uma empresa local para o efeito. O seu "camping" é comentado por outros agricultores. Uns pensam seguir o exemplo, outros têm dúvidas. O que é importante salientar a este propósito é a forma como a inovação foi introduzida: observação de outra exploração e imitação.

A sucessora na exploração não quer dedicar-se apenas à agricultura, pelo menos àquela agricultura. Neste momento dá aulas em Almodôvar porque segundo o pai "foi o que conseguiu arranjar" (primeira conversa antes do inquérito e da entrevista). Antes de frequentar Agronomia (em Évora), a filha frequentou o primeiro ano de Psicologia Social. A mudança para agronomia deveu-se, segundo a sua versão, ao facto de ter chegado à conclusão de "que não era aquilo que queria". Agronomia foi um curso que sempre a aliciou. Preferia veterinária mas não tinha média para entrar.

A sua primeira experiência como "técnica" foi na Odefruta em Odemira que considera uma experiência muito boa. Gosta mais de horticultura e de gado, considera a hidroponia "muito aliciante", já os cereais "não são nada aliciantes". Também gostava muito de trabalhar no Ministério da Agricultura. Concorreu recentemente para um lugar (não especificou) mas tem poucas esperanças de ser chamada. Da conversa que tive com a filha e pelo que pude observar, parece-me que gostaria mais de desempenhar um papel de técnica (de gabinete-Ministério da Agricultura) ou de voltar a trabalhar em explorações das do tipo da Odefruta.

Sintetizo o que anteriormente foi referido nos seguintes pontos:

1. não obstante a diversidade de situações, os seis casos revelaram planos para a exploração, mudanças mais ou menos difíceis de concretizar sem que sejam previsíveis alterações na natureza das fontes de rendimento, à excepção do agricultor A que pretende reformar-se da sua actividade assim que puder para se dedicar exclusivamente à agricultura, deixando, nessa altura, de ser pluriactivo;
2. o principal objectivo dos seis casos estudados para a exploração é o aumento de dimensão através da compra de mais terra ou o aumento no número de efectivos de gado. A "fome de terra" foi explícita em quatro dos casos e corresponde a um objectivo de difícil concretização pelas razões que referi na apresentação dos objectivos e estratégias de cada um dos casos;

3. a diversificação da produção (florestação), a especialização em raças autóctones (porco alentejano) e a "melhoria das condições de vida e de trabalho na exploração" fazem também parte dos objectivos destes agricultores. A tão referida (pelas política agrícola e de desenvolvimento rural) diversificação da actividade económica da exploração agrícola através de um projecto de turismo rural faz parte dos planos do agricultor E, embora algo longínquo pelas razões referidas pelo agricultor.

Este aspecto merece algumas observações uma vez que uma das apostas da autarquia para o desenvolvimento do concelho e mesmo do PDAR ("diversificação das fontes de rendimento das famílias agrícolas") passa pelo turismo. No caso deste agricultor, embora exista vontade, existem obstáculos para a concretização do projecto, obstáculos de natureza objectiva: o não saber como se faz e obstáculos de natureza subjectiva identificados por este agricultor: a ausência de vocação empresarial, o medo de assumir riscos.

4. a definição dos objectivos relativos à exploração em função das ajudas existentes é explícita em três dos casos: o sucessor do agricultor A (projecto de instalação como jovem agricultor), o agricultor D (projecto de florestação) e o agricultor E (aumento da dimensão da exploração para compensar a previsível redução das ajudas);

5. a participação da mão-de-obra familiar nas actividades da exploração (trabalho de natureza física e actividade de gestão) constitui uma das componentes da relação entre família e exploração. A especificidade dessa relação está presente noutras situações dos casos analisados e pode ser apresentada sob dois pontos de vista:

a) participação da família nos planos existentes para a exploração que são também planos para a própria família.

Este aspecto esteve presente no caso do agricultor C, uma situação previsível uma vez que se trata de um caso que se encontra num processo de sucessão e, neste sentido, foi o filho que identificou os planos para a exploração sob a vigilância do pai; no caso do agricultor E que revelou ter consultado a mulher sobre o projecto de turismo rural; no caso do agricultor F que desde o início indicou a filha para responder às minhas questões porque ele "já não tinha memória", dando a entender um grande envolvimento da filha nos assuntos da exploração, embora eu tenha ficado com a sensação de que é ele que continua a decidir, deixando para a filha "os papéis". Em três dos casos em que a mulher do agricultor esteve presente notei a importância que tinham como auxiliares de memória e conselheiras nos assuntos quotidianos da exploração, sendo frequente a expressão nalguns deles de "a minha mulher é que sabe".

Para além disso, registei um envolvimento da família nos assuntos da exploração noutras situações: o caso da forma como decorreram os inquéritos e as entrevistas (vd. 3.3.1.3) de quatro dos casos em que a família ou parte dela esteve presente (o agricultor B expressou a "pena" que tinha pelo facto de o filho não poder estar presente) e participou nas respostas, ou ainda, a presença das famílias na feira de Garvão perto dos animais que tinham em exposição.

A exposição dos animais na feira constituiu um motivo de orgulho para os agricultores com quem contactei. Fizem questão de me mostrar as vacas ou os porcos que tinham em exposição. A forma como descrevem os animais ou outras produções traduz uma ligação à agricultura, à terra, com uma forte carga afectiva. A descrição do trabalho da terra como um "segundo casamento" (agricultor A), a expressão "ser agricultor é empobrecer alegremente" (agricultor E) ou a dificuldade em abandonar o monte e o receio quanto ao seu destino (monte-exploração) (agricultor C) são disso exemplo.

- b) importância da família nos objectivos de longo prazo para a exploração agrícola - o problema da sucessão.

Este aspecto foi mais visível no caso dos dois agricultores (C e F) que se encontram mais próximos ou em processo de sucessão. Como atrás referi, pareceu-me que no caso do agricultor C o pai não depositava muita confiança no filho como agricultor, pelos motivos atrás apontados; no caso do agricultor F, o agricultor fez questão em deixar claro que a sucessão estava assegurada mas a filha referiu que não queria dedicar-se apenas à agricultura e demonstrou pouco interesse pelos cereais.

No caso dos agricultores A e B foi manifesto o interesse em que os filhos também fossem agricultores mas de uma forma diferente da deles, com um curso superior em engenharia agrícola ou veterinária. Existe um claro desejo de ascensão social por parte destes agricultores e a sucessão deveria fazer-se num contexto socialmente mais prestigiado. No caso do agricultor B a sucessão parece assegurada mas sem curso superior como referi; no caso do agricultor A os filhos estão demasiado pequenos mas existem objectivos definidos relativamente à exploração e aos filhos: deixar a exploração o mais bem preparada possível para os filhos, drs. ou engenheiros, de preferência, dado o estigma que segundo este agricultor existe sobre o trabalho agrícola e os agricultores "apontados a dedo".

Estes casos ilustram o que anteriormente foi referido a propósito da coexistência, na exploração, de objectivos económicos e não económicos. Paralelamente aos objectivos que

visam melhorar a rentabilidade da exploração - comprar mais terra e mais gado, aproveitar os subsídios existentes -, estes agricultores falam de planos e têm uma atitude que traduz objectivos de natureza não económica: a preocupação com a reprodução/continuidade da actividade que, nos casos dos agricultores A e B deveria traduzir-se num processo de mobilidade social; a forte ligação à terra, que compreende o monte, a exploração, os animais, que no caso do agricultor C se manifesta pela pouca confiança depositada no filho que não está "apaixonado" pela agricultura e só lhe sucede porque não encontrou um emprego na zona, aspectos já aqui referidos a propósito deste caso.

Conclusão

Focarei a conclusão deste trabalho nas ilações que retiro do estudo das fontes de rendimento das seis famílias agrícolas do concelho de Ourique. Elas podem sintetizar-se nos seguintes pontos:

1. A situação de pluriactividade, acompanhada de plurirendimento, em dois casos estudados (agricultor A e B), introduz uma diferenciação relevante em termos de fontes de rendimento relativamente aos casos dos agricultores monoactivos. Num dos casos de pluriactividade (agricultor A), manifestou-se alguma confusão na identificação da fonte de rendimento mais importante por parte do agricultor, consequência, em meu entender, do conflito identitário vivido por este agricultor enquanto pluriactivo. Nestes dois casos verifica-se uma situação de complementaridade entre as duas fonte de rendimento - com origem na exploração e fora da exploração - bem traduzida na expressão "tira-se de um lado para pôr no outro".

No caso dos agricultores monoactivos a fonte de rendimento mais importante é a exploração agrícola, com diferenças ao nível dos produtos economicamente mais importante e ao nível das ajudas e prémios de que beneficiam.

2. As ajudas e os prémios recebidos pelos agricultores estudados são considerados muito importantes no rendimento global das famílias. Em dois casos (agricultor D e F) essa componente do rendimento assume mesmo um peso mais significativo do que a venda dos produtos da exploração. Num outro caso (agricultor E) foi sentida uma grande dificuldade em hierarquizar os subsídios e a venda de produtos em termos da sua importância no rendimento global.

No caso dos agricultores pluriactivos os subsídios são também considerados muito importantes para a sobrevivência da exploração agrícola, embora a existência de outra fonte de rendimento - remuneração do trabalho assalariado - constitua, a meu ver, um elemento tranquilizador já que permite assegurar a sobrevivência da família.

Em suma, é visível uma forte dependência dos agricultores seleccionados relativamente aos subsídios, sendo esta assumida em três dos casos e implícita nos restantes.



Os agricultores, com uma única excepção, admitem mesmo que sem os subsídios a sua exploração agrícola teria poucas ou nenhuma hipóteses de sobreviver. Essa dependência vai sendo alimentada pelo aproveitamento de todas as ajudas a que podem aceder, nomeadamente, através da orientação da produção e da vida das explorações em função das ajudas existentes.

No entanto, registam-se nesta matéria diferenças entre os agricultores, quer relativamente ao conhecimento de que dispõem sobre as ajudas (por exemplo, apenas em dois casos beneficiam de ajudas agroambientais), quer relativamente à maior ou menor facilidade em obter informação e em se orientarem no complexo e burocrático processo de candidatura subsequente.

Em dois dos casos (agricultor A e F) a dependência dos subsídios é sentida de uma forma negativa, quase que com vergonha, sentimento presente na expressão "os agricultores são uns pedintes legalizados" e no desejo, talvez demagógico, de que tudo fosse como antes quando os produtos eram vendidos no mercado.

3. A opinião dos agricultores sobre a PAC é, à excepção de um caso (agricultor C), mais negativa do que positiva. Os aspectos negativos identificados dizem essencialmente respeito à mudanças sucessivas da Política, à indefinição que sentem relativamente aos objectivos da mesma, à dependência criada relativamente às ajudas recebidas e à dificuldade sentida no acesso à informação.
4. A articulação estreita entre família e exploração agrícola esteve presente na análise das fontes de rendimento. As estratégias adoptadas pelos agricultores para a obtenção de rendimento estão dependentes dos objectivos identificados para a exploração e para a família, quer em termos actuais quer futuros. Ilustro este aspecto através da apresentação das situações de alguns dos casos.

O exercício de outra actividade, no caso dos agricultores A e B, tem origem no facto de o rendimento agrícola não ser suficiente para a manutenção da exploração e para a sobrevivência da família. A não ser assim, os agricultores dedicar-se-iam em exclusivo à actividade agrícola.

Outro aspecto que ilustra aquela articulação está presente no facto de o agricultor A estar disposto a fazer um grande esforço no sentido de deixar a exploração bem preparada para

os seus filhos (aposta em produtos mais rentáveis, dedicação exclusiva à agricultura, assim que lhe for possível).

A decisão do sucessor do agricultor C de se instalar como agricultor deve-se à falta de alternativas de emprego na zona e à necessidade de assegurar a sobrevivência da sua família.

5. Este último ponto remete-nos para uma outra conclusão relativa à forma de funcionamento da exploração agrícola enquanto espaço de decisões económicas e não económicas: as estratégias têm em vista não apenas o lucro ou outros objectivos de rentabilidade da exploração mas também objectivos de outra natureza, nomeadamente a sucessão/continuidade da actividade, a ligação à terra. Estes últimos objectivos são por vezes identificados de forma implícita quando se refere que " a agricultura é como um segundo casamento", ou que "ser agricultor é empobrecer alegremente", ou quando é expressa a relação de afectividade com aquilo que se produz. O objectivo de aquisição de mais terra por parte de quase todos os agricultores traduz, penso eu, valores de natureza não apenas económica.
6. Para além da aquisição de terra, os objectivos destes agricultores prendem-se com a aposta nalgumas produções (suínos no caso do agricultor A; floresta no caso do agricultor D) e na melhoria das condições de vida e de trabalho (sucessor do agricultor C). A introdução de diversificação da actividade da exploração agrícola, aspecto bastante sublinhado enquanto estratégia de desenvolvimento da agricultura, e de diversificação das fontes de rendimento das famílias agrícolas pela Política de Desenvolvimento Rural, merece alguma reflexão. Parece um lugar comum mas deve dizer-se que uma coisa são as intenções, outra a realidade. É o caso do turismo rural, por exemplo. O agricultor E, de entre todos os estudados o mais bem colocado para este efeito, pensou num projecto desta natureza mas não o concretizou ainda, talvez, por razões que se prendem com a ausência de iniciativa empresarial ou de capacidade para assumir riscos, mas porventura também, ou principalmente, porque tais riscos sejam objectivamente excessivos no actual contexto.

Gostaria de ter recolhido mais informação, nomeadamente sobre o destino das ajudas e dos prémios recebidos, a opinião dos agricultores relativamente a algumas medidas que de alguma forma implicam alterações na sua relação com a actividade que exercem, como é o caso das medidas agro-ambientais. São temas que se abrem a novas investigações.

Uma vez mais apercebi-me das virtualidades das técnicas de pesquisa que envolvem o contacto directo com a realidade que se pretende estudar. Gostaria de ter estado mais tempo com os agricultores, conhecer melhor o que fazem, os seus ritmos de trabalho, o funcionamento das famílias e os problemas com que se debatem no dia a dia. Mas creio que o tempo de que dispus e o esforço que desenvolvi poderão, mesmo assim, ajudar a lançar alguma luz adicional sobre o tema que abordei neste trabalho.

Bibliografia

- ALFRESDE, Maurice, AGUETTANT, Denys (1991), *L'avenir de l'emploi dans les zones rurales fragiles - enoncé de propositions*, Rapport au Ministère du Travail, de L'Emploi et de la Formation professionnelle, Paris
- ALMEIDA, João Ferreira de et. al. (1994), *Regiões Periféricas - que desenvolvimento? - uma experiência no concelho de Almeida*, Lisboa, CAIS, CIES
- ALMEIDA, João Ferreira de (1986), *Classes Sociais nos Campos - camponeses parciais numa região do noroeste*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais
- ALVES, Rui (1996), *Políticas e Instrumentos Financeiros Relevantes para o Desenvolvimento dos concelhos de Almodôvar e Ourique*
- AVILLEZ, Francisco (1994) (dir.) *Estudo Sectorial/Regional de Base Microeconómica para o Planeamento da Agricultura Portuguesa - Relatório de Síntese*, Ministério da Agricultura e Pescas
- AVILLEZ, Francisco, ESTÁCIO, Fernando, NEVES, Madalena Correia (1988), *Análise de projectos agrícolas no contexto da política agrícola comum*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda
- AVILLEZ, Francisco (1996), *A Evolução da PAC e o Futuro da Agricultura e do Mundo Rural Português*, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia
- BAILLET, Claude (1991), "L'avenir du monde rural dans le contexte européen", *Économie Rurale*, 202-203
- BAPTISTA, Fernando de Oliveira (1993), "La agricultura y la cuestión de la tierra en Portugal. Del Estado Novo a la Comunidad Europea", *Agricultura y Sociedad*, 68-69
- BARROS, Vítor Coelho, CARVALHO, Agostinho, FRAGATA, António, MADEIRA, Emília, PIRES, Carlos Borges (1992), *Inquérito à Exploração Agrícola - princípios, métodos e técnicas*, Lisboa, INIA/DEESA
- BARZ, Nicholas (1993), *The Economics of the Welfare State*, London, Weidenfeld and Nicolson
- BAZIN, Gilles (1992), "PAC et zones défavorisées: bilan et perspectives", in *Économie Rurale*, 211
- _____ (1994), "Aides directes et disparités des revenus agricoles", *Économie Rurale*, 220-221
- BELO MOREIRA, Manuel (1993), "Análisi de las políticas agrárias en la transición democrática en Portugal: el significado de las políticas de precios y subsidios", *Agricultura y Sociedad*, 68-69
- BERGER, Alain, ROUZIER, Jacques (1995), "L'espace rural, élargissement conceptuel et orientation méthodologique", *Économie Rurale*, 229
- BERGER, Suzanne (1975), *Les Paysans Contre la Politique*, Paris, Seuil
- BLOGOWSKI, Philippe et. al. (1994), "Les effets diferenciées de la reforme de la PAC sur le revenu des agriculteurs", *Économie Rurale*, 220-221
- BODIGUEL, Maryvonne (1986), *Le Rural en Question*, L'Harmattan
- _____ (1991), "La politique agricole entre État et territoires", *Économie Rurale*, 201
- _____ (1991), "L'agriculture interesse à la campagne?", *Économie Rurale*, 202-203

- BOUDON, Michel (1994), "Evolution du revenu agricole reel sous la presidence Mitterrandienne", *Économie Rurale*, 220-221
- BOURGEOIS, Lucien (1994), "Les disparités de revenus agricoles", *Économie Rurale*, 220-221
- _____ et. al. (1994), "Question relatifs aux revenus non agricoles des ménages agricoles", *Économie Rurale*, 220-221
- BOUSSARD, Isabel (1981), "Images socio-politique des agriculteurs dans l'opinion publique française depuis 1945", *Économie Rurale*, 145
- BOUTRON, Jean-Claude (1995), "La contribution de l'agriculture à l'emploi dans les zones rurales", *Économie Rurale*, 225
- BRANCO, Manuel (1993), "Para que serve o desenvolvimento rural. Uma análise das novas estratégias", *Economia e Sociologia*, 55
- BRANGEON, Jean Louis et. al. (1994), "Les revenus agricoles negatifs", *Économie Rurale*, 224
- CANELA, Lourdes (1994), "Diez años de reforma de la política agrária comunitária", *Agricultura y Sociedad*, 70
- CARY, Francisco Caldeira, AZEVEDO, Ário Lobo (1993), "Aplicação das novas tecnologias - a agricultura portuguesa e a reforma da PAC", *Economia e Sociologia*, 55
- CAVACO, Carminda (1981), "A pluriactividade da pequena agricultura portuguesa", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 7-8
- COLOMB, Philippe (1991), "Quelles démographies pour d'éventuelles nouvelles décennies de déprise ou pour une reprise agricole?", *Économie Rurale*, 202-203
- COLSON, François et. al. (1994), "Les trajectoires économiques des exploitations agricoles. Methodes d'analyse et application à l'évaluation des consequences de la reforme de la PAC", *Économie Rurale*, 220-221
- CORDOVIL, Francisco Cabral (1993), *Tipos de Agricultura na Zona Agrária de Aljustrel por subzonas*, Lisboa, Dinâmia
- _____ (1994), *Estratégias Produtivas e Rendimentos Agrícolas* (dissertação de doutoramento), Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão
- _____ (1995), "Desenvolvimento Rural e Conservação do Campo", Comunicação apresentada no Colóquio "Os Recursos Agrários, o Mundo Rural e a Conservação do Ambiente", inserido na homenagem ao Prof. Carlos Manuel Baeta Neves, realizada no Instituto superior de Agronomia da UTL
- CORDOVIL, Francisco Cabral e CRESPO, João Carlos Sabino (1993) *Tipos de Agricultura na Zona Agrária de Aljustrel por concelhos*, Lisboa, Dinâmia
- CORDOVIL, João de Deus Cabral (1987), *A Zona Interior de Transição do Baixo Alentejo ao Algarve*, (vol.I - Relatório Base)
- CORNET, Philippe Perrier, CAPT, Daniel (1995), "Les agriculteurs face à la nouvelle PAC - quelles politiques pour quels territoires?", *Économie Rurale*, 225

- COVAS, António (1993), "A agricultura portuguesa para os anos noventa - problemas e perspectivas", *Economia e Sociologia*, 55
- DELGADO, Lena Felisa (1992), "Effets possibles de la nouvelle PAC sur l'agriculture espagnole", *Économie Rurale*, 211
- DELORD, Benard et. al.(1994), "Les concours publics a l'agriculture française: structures et évolution", *Économie Rurale*, 220-221
- DELORNE, Helene et. al. (1994), "De la convergence communautaire a la cohesion des politiques nationales", *Économie Rurale*, 220-221
- DEBOSQUE, Stéphane et. al. (1994), "Stratégies de production et conditions de formation des revenus agricoles en Languedoc-Roussillon", *Économie Rurale*, 220-221
- DUBY, George (1991), "Quelques notes pour une histoire de la sensibilité au paysage", *Études Rurales*, 121-124
- ESPING-ANDERSEN, Gosta (1990), *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, Cambridge, Polity Press
- FRAGATA, António (1992), *Políticas Agrícolas, Diversidade e Estratégias dos Agricultores - casos no Entre-Douro e Minho e Vale do Sousa*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Agrária
- GAIGNETTE, Antonin et. al. (1994), "Concurrence dans le système agro-alimentaire français et formation des revenus agricoles", *Économie Rurale*, 220-221
- GHIGLIONE, Rodolphe, MATALON, Benjamim (1992), *O Inquérito - teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora
- GLAZER, Nathan (1988), *The Limits of Social Policy*, Cambridge, Harvard University Press
- GONZALEZ TEMPRANO, Antonio (1992), *El Estado del Bienestar en los Países de la OCDE*, Madrid, Ministerio del Trabajo y Seguridad Social
- GONZALEZ, Joan Romero (1993), "Las agriculturas del sur de Europa y la reforma de la PAC", *Agricultura y Sociedad*, 66
- GREFFE, Xavier (1992), "Tourisme rural, développement économique et emploi", in OCDE, *Initiatives Locales de Création d'Emplois, Entreprises et Emplois dans le Monde Rural*
- GUYOMARD, Hervé et al (1992), "Le projet Mac Sharry: facteurs de sensibilité du débouché céréalier communautaire", *Économie Rurale*, 211
- HERVIEU, Jean-François (1995), "Rôle et place de l'agriculture dans l'aménagement et le développement des territoires", *Économie Rurale*, 225
- HUILLET, Christian, "Gestion de l'économie rurale", *Économie Rurale*, 202-203
- JOAQUIM, Graça (1994), *Turismo e Ambiente: complementariedade e responsabilidade, contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa
- JOIN-LAMBERT, Marie Thérèse et. al. (1994), *Politiques Sociales*, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Dalloz
- JOLLIVET, Marcel (1992), "Agriculture et environnement: réflexions sociologiques", *Économie Rurale*, 208-209

KAYSER, Bernard (1990), *La Renaissance Rurale, sociologie des campagnes du monde occidental*, Paris, Armand Colin

_____ (1991), "Agriculture et ruralité: les nouveaux rapports", *Économie Rurale*, 202-203

KLATZMANN, Joseph (1991), "Une agriculture en déclin démographique dans un monde rural en croissance", *Économie Rurale*, 202-203

KROLL, Jean Christophe (1992), "La politique agricole en question: quelle alternative au soutien des prix?", *Économie Rurale*, 211

_____ (1994), "Politiques de prix et soutiens aux revenus agricoles: étude comparative de quelques alternatives à la nouvelle PAC", *Économie Rurale*, 220-221

LAURENT, Catherine (1991), "Place de l'activité agricole dans l'espace rural, l'exemple d'une région agricole de Normandie: le pays d'auge", *Économie Rurale*, 202-203

LEON, Yves et. al. (1994), "Disparités des valeurs agricoles ajoutés et réforme de la PAC", *Économie Rurale*, 220-221

LISBOA, Hélia (1995), *O Protagonismo dos Serviços Públicos de Emprego no Desenvolvimento Regional e na Promoção do Emprego*, Tese de Mestrado em Políticas e Gestão dos Recursos Humanos, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

LOURENÇO, Joaquim (1996), *Reforma da PAC, política de qualidade e alargamento da União Europeia*, Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural, Lisboa, Instituto Superior de Agronomia

LOURENÇO, Nelson (1993), "Los agricultores portugueses y la Europa agraria: estructura social y estrategias de mercado", *Agricultura y Sociedad*, 51

LOWE, Philip (1994), "Agricultura y medio ambiente: temario sociológico", *Agricultura y Sociedad*, 71

LUHMANN, Niklas (1990), *Political Theory in the Welfare State*, Berlin, N.Y., Walter de Gruyter

MADELIN, Virgine (1994), "La remuneration des externalités positives", *Économie Rurale*, 220-221

MALASSIS, Louis (1991), "L'agriculture dans l'activité économique et dans l'espace : deux modèles d'interprétation", *Économie Rurale*, 202-203

_____ (1994), "Économie global, alimentaire, agricole et rurale - points de vue", *Économie Rurale*, 219

MALPOT, Jean Jacques et. al. (1994), "Les agriculteurs et les autres indépendants: comparaison des revenus", *Économie Rurale*, 220-221

MARQUES, Carlos (1993), "A nova Política Agrícola Comum (PAC) e o Alentejo", *Economia e Sociologia*, 55

_____ (1994), "As famílias do Alentejo e o desenvolvimento da região", *Economia e Sociologia*, 57

MARSH, J.S. (1992), "La Comunidad y la Política Agrícola Comum", *Agricultura y Sociedad*, 22

MATOS (1993), José Francisco, *Programa de Desenvolvimento Agrícola Regional da Zona Agrária de Aljustrel, Opções Estratégicas Globais e por Subzonas*

- MONTGOLFIER, Jean de (1992), "Agriculture et environnement: offres et demandes", *Économie Rurale*, 208-209
- MORMONT, Marc (1994), "La agricultura en el espacio rural europeo", *Agricultura y Sociedad*, 71
- MULLER, Pierre (1991), "Vers une agriculture de services?", *Économie Rurale*, 202-203
- _____ (1994), "Reforme de la PAC e permanence des concepts de comptabilité nationale", *Économie Rurale*, 220-221
- NAVE, Joaquim Domingos Gil (1990), *Identidade Social e Ética do Trabalho nos Assalariados Agrícolas do Alentejo - a empresa colectiva e a comunidade local no espaço rural pós-latifundista. Um estudo de caso* (provas de aptidão científica e pedagógica), Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
- OFFE, Claus (1984), *Contradictions of the Welfare State*, London, Hutchinson
- PALACÍN, Pablo Campos (1994), "el valor económico total de los sistemas agroforestales", *Agricultura y Sociedad*, 71
- _____ (1994), "Economía de los espacios naturales. El valor económico total de las dehesas ibéricas", *Agricultura y Sociedad*, 73
- PEDROSO, Paulo José Fernandes (1994), *A Formação e a Promoção do Desenvolvimento em Espaços Rurais - um estudo no Baixo Alentejo*, Relatório de Síntese, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
- PERRAUD, Daniel (1995), "PAC, États, Régions: l'articulation des niveaux de politique dans l'UE", in *Économie Rurale*, 227
- PINHEIRO, António Cipriano A., CARVALHO, Maria Leonor da Silva, HENRIQUES, Pedro Damião S. (1990), "Evolução da agricultura portuguesa face à PAC", *Economia e Sociologia*, 50
- PORTELA, José (1988), *Rural Household Strategies of Income Generation - a study of North-Eastern Portugal, 1900-1987* (Ph. Thesis), University of Wales
- POTTER, Clive (1994), "La reforma medioambiental de la PAC: análisis y crítica del paquete Macsharry", *Agricultura y Sociedad*, 71
- PUTNAM, Robert (1992), *Making Democracy Work*, New Jersey, Princeton University Press
- RAMBAUD, Placide (1976), *Gestion des Exploitations et Developpements Agricoles - analyse de langages économiques*, Centre de Sociologie Rurale, CORDES
- _____ (1993), "Una nueva forma de sociedad: la Comunidad Europea", *Agricultura y Sociedad*, 51
- REVEL, Alain (1994), "Importance des revenus non agricoles des exploitations agricoles de petites dimensions en État Unis et en Europe", *Économie Rurale*, 220-221
- RIERA, Pere, GUTIÉRREZ, Francisco Muñoz (1994), "Rentabilidade privada y social de las explotaciones forestales", *Agricultura y Sociedad*, 73
- RODRIGO, Isabel (1992), *Da Terra à Profissão - decisão, identidade social e agricultores familiares*, (dissertação de doutoramento), Lisboa, Instituto Superior de Agronomia

ROGER, C. (1981), "Les aides de l'État a l'agriculture: une part croissant du revenu agricole", *Économie Rurale*, 145

ROLO, Joaquim António Cabral (1989), *Estruturas e Rendimentos das Explorações Agrícolas no Início dos Anos 80. A Beira Interior no Contexto da Agricultura do Continente Português* (dissertação para efeito de concurso para investigador auxiliar), Lisboa, Instituto de Investigação Agrária

SERRÃO, Amílcar (1993), "A reforma da Política Agrícola Comum e a produção de trigo no Alentejo", *Economia e Sociologia*, 55

SERRÃO, Amílcar (1995), "Estratégias de desenvolvimento para a região alentejana", *Economia e Sociologia*, 59

STEIN, Ringer (1987), *The Possibility of Politics: a Study in the Political Economy of the Welfare State*, Oxford, Clarendon Press

STURGESS, Ian (1992), "La reforme de la PAC. le debat britannique", *Économie Rurale*, 211

_____ (1994), "Ce qu'apporte la theorie économique a la mesure et interpretation des revenus agricoles", *Économie Rurale*, 220-221

THANNBERGER, Elisabeth et. al. (1994), "Les revenus agricoles entre 1984 et 1991: est-il necessaire changer d'orientation?", *Économie Rurale*, 220-221

VEER, J. et. al. (1993), "Dix points sur la politique verte: propositions pour une nouvelle politique agricole plus responsable", *Économie Rurale*, 216

VERCHUAUD, Jean (1993), "Propositions d'un schéma de réforme (de la reforme) de la PAC", *Économie Rurale*, 218

VERDEAUX, Claire (1994), "Revenu agricole et reforme des cotisations sociales", *Économie Rurale*, 220-221

VERON, François (1994), "Remuneration liées a l'entretien de la nature", *Économie Rurale*, 220-221

ZILHÃO, Maria João Tavares (1995), *O Rendimento Disponível Das Famílias Agrícolas (Série 1980-1989)*, Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estatística e Gestão da Informação pelo Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

YIN, Robert K. (1988), *Case Studies Research - design and methods*, Sage Publications

WALL, Karine (1991), "Pour une sociologie des formes familiales dans la société rurale", in *Familles et contextes Sociaux, les Espaces et les Temps de la Diversité*, actes du colloque de Lisbonne, Grupo de Estudos da Sociologia da Família, Lisboa

C.E. (1985), *Perspectives de la Politique Agricole Commune* ("Livro Verde")

C.E. (1991), *Desenvolvimento e Futuro da Política Agrícola Comum*

C.E. (1992), *A Situação da Agricultura na Comunidade*

C.E. (1994), *A Situação da Agricultura na União Europeia*

C.E. (1994), *EC Agricultural Policy For The 21 st Century*

- C.E (1992), *Adaptation des Ménages Agricoles en Europe Occidentale 1987-1991 - Rapport final de recherche sur les structures et la pluriactivité des ménages agricoles*
- C.E. (1993), *The Agricultural Income Situation in Less Favoured Areas of the EC*
- C.E., *Farm Incomes in the European Community in the 1980's*
- EUROSTAT (1992), *Manuel du Revenu Global des Ménages Agricoles*
- EUROSTAT (1993), *Revenu Global des Ménages Agricoles: progrès réalisés en 1993*
- EUROSTAT (1994), *Anuário Estatístico da Agricultura*
- EUROSTAT (1994), *Revenu Agricole*
- EUROSTAT (1995), *Revenu Agricole*
- EUROSTAT (1995), *Manuel du Revenu Global des Ménages Agricoles (Rév. 1)*
- EUROSTAT (1996), *Revenu Global des Ménages Agricoles - Rapport 1995*
- EUROSTAT (1996), *Données SPEL pour l'agriculture de l'UE, 1985-1995*
- INE (1993), *Anuário Estatístico da Região Alentejo*
- INE, *Resenceamento Geral Agrícola 1989*
- INE (1994), *Contas Nacionais, 1986-1989*
- INE (1995), *Estatísticas Agrícolas 1995*
- Várias Instituições (OCDE, Banco Mundial, C.E., U.N., F.M.I.) *System of National Accounts (SNA) 1993*
- OCDE (1992), *Initiatives Locales de Création d'emplois, Entreprises et emplois dans le Monde Rural*
- OCDE (1996), Direction de l'Alimentation, de l'Agriculture et des Pêches, Comité de l'Agriculture, Groupe de Travail des Politiques et Marchés agricoles, *Ajustement Agricole et Diversification: implications pour l'économie rurale*
- OCDE (1996), *Formuler des meilleurs politiques pour le développement rural*
- Ministério da Agricultura (1993), *Dois Contributos para um Livro Branco sobre a Agricultura e o Meio Rural*, Lisboa
- ERENA (1993), *Desenvolvimento Rural, os novos desafios* (trabalho realizado para a Ovibeja, no âmbito dos estudos de ordenamento agro-florestal e de aproveitamento turístico em realização para o PDAR - Programa de Desenvolvimento Agrícola Regional, da Zona Agrária de Aljustrel)
- ESDIME (1994), *Processo de Intenção de Candidatura ao Programa de Iniciativa Comunitária LEADER*
- ESDIME (1996), *Al Sud - Programa para a Animação do Alentejo Sudoeste*, Plano de Acção Local do LEADER II da Esdime

ANEXOS

ANEXO 1

Rendimento

Quadro A1 - Nomenclatura das operações de repartição - designação das operações e saldos

VAB	
	Operações de repartição ligadas ao processo de produção
R10	Remunerações dos trabalhadores
R101	Salários e vencimentos brutos
R102	Contribuições sociais efectivas a cargo da entidade patronal
R103	Contribuições sociais fictícias
R20	Impostos ligados à produção e à importação
R21	IVA onerando os produtos
R22	Impostos ligados à produção à excepção do IVA
R221	Impostos sobre os produtos
R222	Outros impostos ligados à produção
R29	Impostos ligados à importação à excepção do IVA
Excedente Bruto de Explor.	
R30	Subsídios de exploração e à importação
R31	Subsídios de exploração
R311	Subsídios sobre os produtos
R312	Outros subsídios de exploração
R39	Subsídios à importação
	Outras operações de repartição dos rendimentos
R40	Rendimentos de propriedade e de empresa
R41	Juros efectivos
R42	Juros imputados sobre responsabilidades resultantes de contratos de seguros
R43	Rendas de terrenos e de activos incorpóreos
R44	Dividendos e outros rendimentos distribuídos pelas sociedades
R45	Rendimentos levantados pelos proprietários das quase-sociedades
R46	Lucros atribuídos aos trabalhadores
R50	Operações de seguros de acidentes
R51	Prémios líquidos de seguros de acidentes
R52	Indemnizações de seguros de acidentes



Quadro A1 (cont.) - Nomenclatura das operações de repartição - designação das operações e saldos

R60	Transferências correntes sem contrapartida
R61	Impostos correntes sobre o património
R62	Contribuições sociais efectivas
R621	Contribuições sociais efectivas a cargo da entidade patronal
R622	Contribuições sociais a cargo dos trabalhadores por conta de outrem
R623	Contribuições sociais dos trabalhadores independentes
R63	Contribuições sociais fictícias
R64	Prestações sociais
R641	Prestações sociais ligadas às contribuições efectivas
R642	Prestações sociais correspondentes às contribuições fictícias
R643	Outras prestações sociais
R65	Transferências correntes entre administrações públicas
R66	Transferências sociais entre administrações privadas
R67	Cooperação internacional corrente
R68	Transferências privadas internacionais
R69	Transferências correntes diversas
Rendimento disponível bruto	
	Operações de repartição de capital
R70	Transferências de capital
R71	Ajudas ao investimento
R72	Impostos de capital
R79	Outras transferências de capital
Capacidade ou necessidade de financiamento	

Fonte: INE (1994), Contas Nacionais, 1986 - 1989

Quadro A2 - Distribuição primária do rendimento e saldos - SNA

	transaction and balancing items
B.2g	Operating surplus, gross
B.3g	Mixed income, gross
B.2n	<i>Operating surplus, net</i>
B.3n	<i>Operating surplus, net</i>
D.1	Compensation of employees
D.11	Wages and salaries
D.12	Employers' social contributions
D.121	Employers' actual social contributions
D.122	Employers imputed social contributions
D.2	Taxes on production and imports
D.21	Taxes on products
D.211	Value added type taxes (VAT)
D.212	Taxes and duties on imports excluding VAT
D.2121	Import duties
D.2122	Taxes on imports excluding VAT and duties
D.213	Export taxes
D.214	Taxes on products except VAT, import and export taxes
D.29	Other taxes on production
D.3	Subsidies
D.31	Subsidies on products
D.311	Import subsidies
D.312	Export subsidies
D.319	Other subsidies on products
D.39	Other subsidies on production
D.4	Property income
D.41	Interest
D.42	Distributed income of corporations
D.421	Dividends
D.422	Withdrawals from income of quasi-corporations
D.43	Reinvested earnings on direct foreign investment
D.44	Property income attributed to insurance policy holders
D.45	Rent
B.5g/B.5*g	Balance of primary incomes, gross/National income, gross
B.5n/B.5*n	<i>Balance of primary incomes, net/National income, net</i>

Fonte: System of National Accounts, 1993

Quadro A3 - Distribuição secundária do rendimento e saldos - SNA

	transaction and balancing items
B.5g/ B.5*g	Balance of primary incomes, gross/National income, gross
B.5n/ B.5*n	<i>Balance of primary incomes, net/National income, net</i>
D.5	Current taxes on income, wealth, etc.
D.51	Taxes on income
D.59	Other current taxes
D.61	Social contributions
D.611	Actual social contributions
D.6111	Employers' actual social contributions
D.61111	Compulsory employers actual social contributions
D.61112	Voluntary employers' actual social contributions
D.6112	Employees' social contributions
D.61121	Compulsory employees' social contributions
D.61122	Voluntary employees' social contributions
D.6113	Social contributions by self-and non employed persons
D.61131	Compulsory social contributions by self and- non-employed persons
D.61132	Voluntary social contributions by sel-and non-employed persons
D.612	Imputed social contributions
D.62	Social benefits other than social transfers in kind
D.621	Social security benefits in cash
D.622	Private funded social benefits
D.623	Unfunded employee social benefits
D.624	Social assistance benefits in cash
D.7	Other current transfers
D.71	Net non-life insurance premiums
D.72	Non-life insurance claims
D.73	Current transfers within general government
D.74	Current international cooperation
D.75	Miscellaneous current transfers
B.6g	Disposable income, gross
B.6n	<i>Disposable income, net</i>

Fonte: System of National Accounts, 1993

ANEXO 2

Políticas

Política Agrícola Comum (PAC), Política de Desenvolvimento Rural e Iniciativas Comunitárias - apresentação de algumas medidas e acções de intervenção*

1. A PAC

1.1 Sistema de subsídios

1.1.1 Sistema Integrado de Gestão e Controlo

Introdução

Instituído pelo Reg. (CEE) nº 3508/92 do Conselho, de 27 de Novembro, o Sistema Integrado de Gestão e Controlo (SIGC) pretende tornar mais eficiente e fácil os processos de candidatura, controlo e pagamento das diferentes ajudas.

Na campanha de 1996/97 destaca-se a candidatura conjunta, com o SIGC, das culturas do tabaco, forragens secas, culturas têxteis, leguminosas de grão, lúpulo e sementes certificadas e a possibilidade de um controlo mais eficiente das áreas declaradas no pedido de ajuda "Superfícies" e as áreas ao abrigo dos Reg. (CEE) 2078/92 e 2080/92.

Quando estiver completo o SIGC compreenderá:

- a) uma base de dados informatizada;
- b) um sistema alfanumérico de identificação das parcelas agrícolas;
- c) um sistema alfanumérico de identificação e registo dos animais para os bovinos;
- d) pedidos de ajuda;
- e) um sistema integrado de controlo.

Medidas incluídas no SIGC

- Regime de ajuda aos produtores de certas culturas arvenses

* Identificação das medidas da PAC feita a partir do levantamento da autoria de Rui Alves (1996) "Políticas e Instrumentos Financeiros Relevantes para o Desenvolvimento dos Concelhos de Ourique e Almodôvar", no âmbito do projecto "Vantagens Estratégicas do Baixo Alentejo Interior (Ourique e Almodôvar).

Com este novo regime de ajudas visou-se gerar um melhor equilíbrio de mercado de certas culturas arvenses (inclui cereais, oleaginosas e proteaginosas), garantindo o rendimento do agricultor e diminuindo os impactes negativos no ambiente. Este regime baseia-se num pagamento compensatório fixado por hectare e diferenciado a nível regional, através de um plano de regionalização da produção de cereais, onde foram definidas, para o Continente, sete categorias de rendimento para o sequeiro e seis para o regadio e concedido a superfícies com culturas arvenses ou consagradas à retirada de terras. Existem dois regimes diferenciadas, dependendo se o agricultor produz mais ou menos de 92 toneladas de culturas elegíveis, quantidade acima da qual é obrigado a retirar da produção 15% da área cultivada com culturas arvenses ou uma percentagem fixada anualmente pelo Conselho. O agricultor poderá ainda optar por retirar uma percentagem superior de terras, recebendo também uma ajuda. A compensação pela obrigação de retirada de terras é fixada ao nível do pagamento compensatório que seria pago a partir da campanha de 1995/96 para as mesmas superfícies se fossem cultivadas com cereais.

Se o somatório das superfícies declaradas, incluindo a retirada de terras, for superior à área de base nacional, a área elegível de cada produtor será reduzida naquela proporção na mesma campanha e na campanha seguinte será pedido aos produtores profissionais (produção > 92 toneladas) um pousio extraordinário, cuja taxa será idêntica à taxa de ultrapassagem da área.

Existe ainda uma ajuda complementar ao trigo duro concedida às superfícies ocupadas com trigo duro nas zonas de produção tradicional (Santarém, Lisboa, Setúbal, Portalegre, Évora, Beja e Faro) dentro do limite de hectares ocupados por trigo duro em 1988/89, 1989/90, 1990/91 ou 1991/92. O complemento só será concedido a agricultores detentores de uma quota. O detentor de uma quota de trigo duro pode transferi-la na sua totalidade ou em parte, acompanhada do direito de exploração do mesmo número de hectares.

No caso das oleaginosas, deverão ser observadas várias condições, não sendo elegíveis superfícies em zonas cuja classe de rendimento atribuída pelo Plano de Regionalização das Culturas Arvenses seja igual ou inferior a 2t/ha., terrenos sistematizados especificamente para a cultura do arroz e parcelas ocupadas com cultura de oleaginosas na campanha anterior (à excepção das parcelas em que foi cultivado em regadio se voltar a ser em regadio); com excepção dos pequenos produtores, a área de culturas oleaginosas candidata à ajuda não deve ultrapassar os 50% da área semeada com culturas arvenses.

- Regime de ajuda especial aos produtores portugueses de cereais (co-financiada)

A partir de 1991/92 e até ao final da campanha de comercialização de 2002/2003 é concedida uma ajuda aos produtores portugueses de cereais e arroz, baseada na quantidade de cereal colocada no mercado pelo produtor ou por ele vendida a um organismo de intervenção. Esta ajuda é motivada pela adopção a partir de 1/1/91, por Portugal, dos preços comuns em relação a todos os cereais à excepção do trigo mole. Esta ajuda é financiada parcialmente pelo FEOGA-Garantia em 65% e é, além de temporária, degressiva.

- Regime de ajuda especial aos produtores portugueses de arroz Paddy

- Declaração de superfícies forrageiras

A declaração das superfícies forrageiras deve ser realizada pelos candidatos aos prémios à manutenção das vacas aleitantes, aos ovinos e aos bovinos machos e às ajudas complementares à extensificação mesmo que não sejam candidatos às restantes ajudas às superfícies, exceptuando-se desta obrigatoriedade os produtores com menos de 15 CN que não se candidatem à ajuda à extensificação mas apenas ao prémio à produção de carne de ovino e caprino. Estas superfícies devem estar disponíveis por sete meses com início em 1 de Janeiro, não sendo elegíveis florestas e culturas hortícolas.

- Regime de prémios aos produtores de carne de bovino

Este regime de prémios inclui o prémio às vacas em aleitamento (mais o complemento nacional mais o prémio de encabeçamento), o prémio especial aos bovinos (mais o prémio de encabeçamento) e prémio ao abate de vitelos.

Prémio especial aos bovinos

É concedido, no máximo, duas vezes na vida de cada bovino macho: a primeira vez quando tem entre 8 e 20 meses e a segunda após ter atingido os 21 meses de idade, em ambos os casos no início do período de retenção (de dois meses, a contar do dia seguinte ao da apresentação do pedido ou de uma data indicada pelo agricultor desde que não seja posterior a dois meses após a entrega do pedido). O prémio é concedido até aos limites máximos regionais para um máximo de noventa animais machos, por cada uma das classes etárias, por ano civil e por exploração. Se o número máximo nacional de animais elegíveis objecto de pedido (1992) for ultrapassado, o número máximo de animais elegíveis por produtor será diminuído proporcionalmente. Para este cálculo apenas são tidos em conta os animais da

classe etária entre os 8 e os 21 meses. A Portugal foi atribuído um limite de 142 930 animais inscritos na primeira classe etária.

Prémio à vaca em aleitamento

É concedido a produtores com vacas pertencentes a raças de vocação "carne" ou resultantes de um cruzamento com uma dessas raças e que façam parte de uma manada destinada à criação de vitelos para a produção de carne ou novilhas prenhes que satisfaçam as mesmas condições e substituam as vacas em aleitamento. Não podem pertencer a nenhuma raça leiteira, nem resultarem de um cruzamento entre duas daquelas raças. Os produtores devem dedicar-se à produção de vitelos destinados ao abate, serem produtores de leite com quota igual ou inferior a 120 000 kg. que tenham igualmente vacas em aleitamento. O direito ao prémio é limitado por um limite máximo individual igual ao número de animais pelos quais tenha recebido prémio num ano de referência (Portugal: 1992 e nalguns casos:1991), menos uma parte (1%) que reverterá para a constituição da reserva nacional. O prémio é igualmente concedido ao produtor que proceda à entrega de leite e produtos lácteos mas cuja quantidade de referência individual seja inferior ou igual a 60 000 kg. (neste caso o número de vacas em aleitamento é de 10).

O período de retenção é de seis meses a contar do dia seguinte à apresentação do pedido.

Prémio de encabeçamento

Os produtores que beneficiem de prémio especial ou à vaca em aleitamento podem beneficiar de um montante complementar de 30 ecus por prémio concedido desde que o factor densidade durante o ano seja inferior a 1,4 CN ou se o número de animais não exceder 15 CN e tenham entregue a declaração de superfícies.

- Regime de prémios aos produtores de ovinos e caprinos

Este regime de ajudas agrupa o prémio aos produtores, a ajuda ao mundo rural, a ajuda à armazenagem privada e a poseima.

O prémio aos produtores é concedido a quem se responsabiliza e/ou assume de forma permanente os riscos da criação de pelo menos dez fêmeas ovelhas e/ou cabras. O produtor de borregos leves (qualquer produtor de ovinos que comercialize leite de ovelha ou produtos lácteos dele derivados) recebe 80% do prémio dos produtores de borregos pesados (se

procederem à engorda). Os produtores de cabras recebem o prémio de produtores de ovinos leves. O prémio é concedido relativamente ao número de ovelhas que o produtor se compromete a manter na exploração durante 100 dias a partir do último dia do período de entrega dos pedidos.

Para cada campanha, se a estimativa do número de ovelhas da campanha exceder a quantidade máxima garantida em relação a essa campanha, na formação do valor do prémio, e a partir da campanha de 93, o coeficiente de diminuição do preço-base é de 7%.

Cada Estado Membro constitui uma reserva nacional, igual à soma de pelo menos 1% e no máximo 3% (caso de Portugal) dos limites individuais. A reserva adicional é constituída pelo somatório da redução inicial de 1% dos limites individuais dos produtores das regiões desfavorecidas.

No Sistema é distinguida, para efeitos de atribuição de ajudas, a "engorda intensiva" da "engorda extensiva".

O primeiro tipo compreende pelo menos 40% dos borregos, produzidos pelas mães para as quais foi pedido o prémio, que são engordados para carcaças pesadas tendo em vista o abate.

O segundo tipo de engorda apenas pode ser efectuada pelo produtores que comercializem leite e/ou produtos lácteos de ovelha nos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Santarém, Setúbal e Portalegre e explorem exclusivamente ovinos de raças Merina e Campaniça, ou cruzamento destas raças de aptidão leiteira; têm que engordar a totalidade dos borregos nascidos na exploração entre o dia 15 de Novembro anterior ao início da campanha ao abrigo da qual foi ou virá a ser pedido o prémio para as ovelhas e o dia 14 de Novembro seguinte; os borregos só podem ser vendidos com mais de 75 dias e após atingirem um peso médio superior a 25 kg.; o grupo de borregos nascidos durante uma quinzena constitui um lote ao qual é atribuído um número que não se deverá repetir durante a campanha.

- Medidas específicas a favor da agricultura de montanha e de certas zonas desfavorecidas

Nas regiões de Portugal que figuram na lista de zonas agrícolas estabelecida em conformidade com a Directiva (CEE) 268/75 é atribuída uma indemnização compensatória anual.

Os beneficiários são os agricultores que explorem pelo menos 2 ha. de superfície agrícola útil, sendo a concessão da indemnização limitada a 1.4 CN/ha de superfície forrageira. O montante

máximo elegível para efeitos do fundo é limitado ao equivalente de 120 unidades por exploração, quer se trate de CN ou hectares; para além das 60 primeiras unidades, o montante máximo elegível por CN é reduzido para metade. Os Estados Membros fixam os montantes de indemnização compensatória, consoante a gravidade das limitações, mas esse valor nunca é inferior a 20.3 ecus.

Outras produções apoiadas são o trigo duro, nas zonas tradicionais em que a sua produção é alvo de um prémio, o trigo mole, nas zonas de rendimento superior a 2.5 ton/ha., plantações em plena produção de maçãs, pêras ou pêssegos com mais de 0,5 ha., o vinho, com excepção das vinhas cujo rendimento não exceda 20 hectolitros por hectare, beterraba açucareira e culturas intensivas.

- Outros sistemas de ajudas

Prémio à dessazonalização

Quando num Estado Membro o número de bovinos machos abatidos entre 1 de Setembro e 30 de Novembro de um ano for superior a 40% do conjunto dos abates anuais de bovinos machos, os produtores podem beneficiar de um prémio adicional ao prémio especial, a partir do ano civil de 1993.

Ajudas às leguminosas para grão

Produtores de determinadas leguminosas para grão (grão de bico, lentilhas e ervilhaca das espécie *Vicia Sativa L.* e *ervilla Wild*), sendo a ajuda paga por área da superfície semeada e colhida.

Ajudas às forragens secas ao sol e desidratadas

Ajuda a produtores/transformadores de forragens secas ou a empresas transformadoras que produzem forragens secas por conta do agricultor.

Azeite

As ajudas ao azeite compreendem ajuda à produção, ao consumo, à armazenagem privada, pública, restituições à exportação e Poseima/Madeira.

A ajuda à produção destina-se aos olivicultores que tenham mandado triturar a azeitona e obtido o azeite em lugares reconhecidos pelo INGA (Instituto Nacional de Garantia Agrícola). Existe uma quantidade máxima a que se aplica a ajuda, fixada para cada campanha. Caso seja ultrapassada, é proporcionalmente reduzida na ajuda. Os olivicultores cuja produção média das duas campanhas não exceda os 500 kg. de azeite não são afectados.

1.1.2. Medidas de acompanhamento da reforma da PAC

Medidas agro-ambientais

Visam a ajuda a métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e a preservação do espaço natural. Destinam-se igualmente a:

- acompanhar as mudanças previstas no contexto das OCM's;
- contribuir para a realização dos objectivos das políticas comunitárias em matéria agrícola e ambiental;
- contribuir para proporcionar um rendimento adequado aos agricultores.

Os Estados Membros executarão na totalidade do seu território, e consoante as suas necessidades, "programas zonais" que permitam a aplicação desta ajuda adaptada às especificidades de cada região. Estes programas reflectirão a diversidade das situações do ambiente, das condições naturais e das estruturas agrícolas, das principais orientações da produção agrícola e das prioridades comunitárias em matéria ambiental. em alternativa, os Estados Membros podem criar um quadro regulamentar geral que preveja a aplicação horizontal, na totalidade dos seus territórios, de uma ou várias ajudas. Este quadro deverá ser definido e eventualmente completado por "programas zonais". Os Estados Membros podem ainda prever que o compromisso dos agricultores seja feito através de um plano global aplicável á totalidade ou parte da exploração. A ajuda pode ser limitada a um montante máximo por exploração e modulada em função da dimensão das explorações. Têm uma duração de, pelo menos, 5 anos.

As ajudas previstas são:

- a) Diminuição dos efeitos poluentes na agricultura;
- b) Extensificação e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais;
- c) Conservação dos recursos e da paisagem rural;

d) Formação profissional.

No contexto da "Extensificação e/ou manutenção dos sistemas agrícolas tradicionais" são elegíveis em Ourique as seguintes medidas:

- sistemas cerealíferos de sequeiro;
- sistemas forrageiros extensivos;
- fruteiras de variedades regionais;
- montado de azinho;
- reconversão de terras aráveis em pastagens extensivas;
- apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção.

Relativamente à "conservação dos recursos e da paisagem rural", as acções elegíveis em Ourique são:

- preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones integrando ecossistemas de elevado interesse biológico, desde que mantidos para fins não comerciais;
- manutenção de terras agrícolas no interior de manchas florestais;

Medidas florestais na agricultura

Visam fomentar a utilização alternativa das terras agrícolas e desenvolver as actividades florestais nas explorações agrícolas. Aplicam-se a todo o território nacional de acordo com "planos zonais" que determinam espécies florestais preferenciais.

Estão previstas ajudas à arborização de superfícies agrícolas e à beneficiação de superfícies florestais. As superfícies arborizadas têm direito a um prémio destinado a cobrir custos de manutenção durante 5 anos e um prémio destinado a compensar perdas de rendimento durante 15 ou 20 anos.

O concelho de Ourique está incluído no Plano Zonal da Beira Baixa/Alentejo que elege como espécies prioritárias para arborização o pinheiro-manso, o sobreiro e a azinheira.

Reforma antecipada

Tem como objectivo incentivar a cessação antecipada da actividade agrícola e melhorar a viabilidade das explorações agrícolas. Estas ajudas contribuirão simultaneamente para:

- proporcionar um rendimento aos agriculturas idosos que decidam cessar a actividade agrícola;
- favorecer a substituição dos agricultores idosos por agricultores que possam melhorar a viabilidade económica das explorações;
- reafectar terras agrícolas a utilizações agrícolas quando a sua afectação a fins agrícolas não for possível em condições de viabilidade satisfatória.

Abrange todo o território nacional e prevê as seguintes ajudas:

- a) prémio de cessação de actividade;
- b) subsídio anual, não proporcional à superfície das terras libertadas;
- c) prémio anual por hectare de terra libertada;
- d) complemento de reforma sempre que o montante fixado pelo regime nacional de pensões seja insuficiente para incitar à cessação da actividade agrícola.

O pagamento efectuar-se-á durante um período de 15 anos, decrescendo 10 pontos percentuais por ano nos últimos cinco anos. Quando o beneficiário passa a receber uma pensão de reforma no âmbito do regime nacional de segurança social, a ajuda passará a constituir um complemento de reforma, de montante equivalente à diferença entre o valor da ajuda atribuída e o valor da respectiva reforma e do montante adicional da pensão.

2. A Política de Desenvolvimento Rural - Plano de Desenvolvimento Regional (PDR)

Quadro A4 - PDR - Eixos de intervenção

Eixo 1 - Qualificar os recursos humanos e o emprego
Bases do conhecimento e inovação
Educação
Ciência e tecnologia
Formação profissional e emprego
Qualificação inicial e inserção no mercado de emprego
Melhoria da qualidade e do nível do emprego
Formação e gestão dos recursos humanos
Formação da administração pública
Eixo 2 - Reforçar os factores de competitividade da economia
Infraestruturas de apoio ao desenvolvimento
Transportes
Telecomunicações
Energia
Modernização do tecido económico
Agricultura (1)
Pescas
Indústria
Turismo e património cultural (2)
Comércio e serviços
Eixo 3 - Promover a qualidade de vida e a coesão social (3)
Ambiente e revitalização urbana
Ambiente
Renovação urbana
Saúde e integração social
Saúde
Integração económica e social dos grupos sociais desfavorecidos
Eixo 4 - Fortalecer a base económica regional (4)
Promoção do potencial de desenvolvimento regional
Desenvolvimento rural e local
Incentivos regionais
Acções específicas de reequilíbrio
Norte
Centro
Lisboa e Vale do Tejo
Alentejo (5)
Algarve
R.A. Madeira
R.A. Açores
Apoio ao investimento autárquico
Assistência técnica

(1) A agricultura no PDR - O Programa de Apoio à Modernização da Agricultura Portuguesa (PAMAF)

A Agricultura é a área com maior dotação orçamental de todo o II QCA, representando mais de 18% do investimento total previsto. A agricultura como domínio de intervenção conta com as seguintes linhas de acção:

- melhoria das infra-estruturas envolventes das explorações agrícolas;
- apoio à modernização das explorações agrícolas e à instalação de jovens agricultores;
- desenvolvimento das florestas;
- reforço da investigação agrícola e desenvolvimento da formação e da capacidade organizativa dos produtores agrícolas e florestais.

A intervenção operacional "Agricultura" divide-se em oito medidas, tal como está inscrita no II QCA. A sua implementação é definida pelo PAMAF, componente estrutural agrícola do II QCA e que revoga o D.L. nº 81/91, de 19 de Fevereiro, relativo à melhoria da eficácia das estruturas agrícolas. O PAMAF tem por objectivos, nomeadamente:

- o reforço da competitividade do sector agrícola;
- a viabilização económica das explorações agrícolas;
- a preservação dos recursos naturais e do ambiente.

Este Programa inclui as seguintes medidas:

Quadro A5 - Medidas do PAMAF

Medida 1: Infra-estruturas agrícolas
Regadios tradicionais e pequenos regadios
Reabilitação de perímetros de rega
Novos regadios colectivos
Grandes regadios
Caminhos
Drenagem e conservação dos solo
Electrificação rural
Emparcelamento
Medida 2: Apoio às explorações agrícolas
Melhoria da eficácia das estruturas agrícolas
Ajudas aos investimentos
Outras medidas de apoio
Medidas específicas das regiões desfavorecidas
Reconversão, diversificação e reorganização da produção
Olivicultura
Reestruturação e inovação do sector agrícola
Bem estar animal
Melhoria das estruturas vitivinícolas
Apoio às explorações agrícolas (majoração)
Ajustamento estrutural
Acções de emergência
Consolidação financeira

Quadro A5 (cont.) - Medidas do PAMAF

Medida 3: Florestas
PDF
Recolha de dados da fileira florestal
Combate a incêndios florestais
Medida 4: I.&D. Formação e Organização
Investigação, experimentação e demonstração
Investigação básica e aplicada
Demonstração
Formação (infra-estruturas e equipamento)
Organização e divulgação
Reforço da capacidade técnica
Reforço da divulgação
Organizações e agrupamentos de agricultores
Reforço da capacidade de gestão
Sistema de certificação e qualidade
Divulgação técnica
Defesa sanitária
Higiene e segurança
Estudos estratégicos
Estudos de mercado
Estudos de política agrícola
Cartografia
Medida 5: Formação e educação
Formação de formadores e quadros técnicos
Formação de agricultores e agentes do sector
Assistência técnica
Medida 6: Transformação e comercialização
Transformação e comercialização
Produtos tradicionais e regionais
Reforço da capacidade financeira das empresas
Medida 7: Assistência técnica

À semelhança das restantes intervenções operacionais, o PAMAF é alvo constante de uma negociação com a Comissão Europeia, sendo ajustado conforme o desenrolar da sua execução. Por exemplo, algumas medidas que compõem este Programa, como é o caso do "Programa de desenvolvimento Florestal", foram alvo de uma reformulação profunda durante o ano de 1996, centralizando o IFADAP as funções de avaliação, fiscalização e pagamento dos projectos apresentados.

Em termos de distribuição de verbas pelas diversas medidas na programação financeira, de realçar que as "Infra-estruturas agrícolas" (15.4%), o "Apoio às explorações agrícolas" (42.1%) e a "Transformação e comercialização de produtos agrícolas e silvícolas" (17.8%), representam 75.3% do investimento previsto, prevendo-se nas florestas um investimento que

não chega a 5.6% do custo total previsto do PAMAF, de acordo com o relatório de acompanhamento no final de 1995.

Execução do PAMAF

Em 1994, teve início o período de vigência do PAMAF, mas a legislação regulamentadora das medidas que compõem este programa só começou a sair no final do terceiro trimestre daquele ano. Assim, só tiveram execução em 1994 as acções e as medidas que continuavam do I QCA, nomeadamente no âmbito do PEDAP ou do programa de "Ajudas à melhoria da eficácia das explorações agrícolas".

Este facto justificou que no total, em 1994, 66.1% do investimento aprovado e 52.8% do realizado tenha sido relativo a projectos transitados do I QCA, valores que ultrapassaram os 95% na medida relativa às "Infra-estruturas agrícolas". Também o "Apoio às explorações agrícolas" e a medida "I.&D." registaram uma forte incidência de projectos em carteira. Por outro lado, o investimento do PDF e na "Formação" apenas abrange investimento público e correspondem a taxas de realização muito baixas relativamente ao previsto (0.1% e 2.8%, respectivamente). Estes factos traduziram-se numa taxa de realização de 62.4% relativamente ao programado, mas 154.8% de investimento aprovado relativamente ao programado, o que se explica pelos compromissos assumidos no anterior Quadro e que transitaram para o actual.

Em 1995, a realização financeira foi de 53% da programada, tendo todas as medidas ficado abaixo desta taxa, à excepção da medida "Apoio às explorações agrícolas", que é responsável por 56% da despesa programada e que verificou uma taxa de realização de 75%.

No conjunto dos dois anos, a taxa de execução do Programa foi de cerca de 59%, valor para o qual muito contribuiu a medida "Apoio às explorações agrícolas" com 84% de realização, a "I.&D." com 66% e a medida relativa às "Infra-estruturas" com 33%. Todas as outras medidas tiveram taxas inferiores a 30%.

A distribuição do investimento pelas regiões (1994-95) regista uma taxa mais elevada na região Norte (36.1%), Alentejo (21.5%) e Centro (19.3%).

(2) Turismo e Património Cultural

Em termos de instrumentos de política económica, o turismo é encarado segundo três ópticas principais: o turismo tradicional de litoral baseado no sol/praias; o turismo nos grandes centros

urbanos ligado aos negócios ou centrado no turismo cultural; o turismo nas áreas rurais, considerado uma das principais actividades de diversificação económica e de conservação do património histórico-natural. Neste sentido, compreende-se que os instrumentos que visam o desenvolvimento rural ou local incluam apoios a infra-estruturas, equipamentos e/ou formação profissional em alojamento, restauração ou actividades de animação turística (o caso do LEADER, PPDR, Interreg., RIME, etc.).

No âmbito do PDR foi definido um Programa de Acções Estruturantes 1994-96 e um Quadro de Apoio Financeiro ao Sector do Turismo. O apoio a estas actividades está representado no II QCA pelo Sub-programa 4 - "Turismo e Património Cultural" que visa, em termos gerais, o reforço da competitividade no sentido do crescimento sustentado a médio e longo prazo, através do número de entradas, das despesas diárias, da redução da sazonalidade e da correcção de desequilíbrios estruturais que caracterizaram o desenvolvimento nos anos 80. A diversificação de produtos e a atenuação da sazonalidade contribuem para a importância que o turismo no Espaço Rural e as actividades paralelas deverão desempenhar no modelo de desenvolvimento preconizado no II QCA.

Os incentivos referidos no âmbito do Quadro de Apoio Financeiro ao Investimento ao Sector do Turismo têm procurado atenuar os efeitos negativos que resultam da comparação dos compromissos assumidos através da contratação de empréstimos com o normal ciclo de exploração dos empreendimentos ou procuram reduzir o custo do investimento ao agente económico, no sentido de o tornar mais atractivo e potenciar o aparecimento de unidades que de outra forma não seriam realizáveis.

Embora se mantenham, em termos gerais, os objectivos prosseguidos, os investimentos apoiados e os instrumentos financeiros disponíveis, foram introduzidas algumas alterações relativamente ao I Quadro de Apoio Financeiro. Destacam-se as seguintes:

- o alargamento da natureza de investimentos apoiados e o aumento dos apoios à cooperação empresarial e ao saneamento financeiro;
- reforço do apoio dado às pequenas e médias empresas (PME's), as quais passam a ter tratamento privilegiado em diversos instrumentos do II QCA;
- alargamento dos instrumentos com a criação de um Fundo de Investimento Imobiliário e um Fundo de capital de risco;
- criação de um Sistema de Incentivos Regionais (SIR) destinado a apoiar, entre outros, projectos turísticos que envolvam investimentos inferiores a 100 mil contos e superiores a 20 mil contos;

- reforço da participação do Sistema Financeiro (bancos e empresas de leasing);
- alargamento das opções de financiamento para os principais tipos de investimento, tendo como objectivo conseguir-se uma melhor adaptação daqueles às condições de cada projecto;
- transformação dos apoios concedidos ao abrigo do SIFIT de subsídios a fundo perdido em financiamento a 10 anos (exceptuando-se a recuperação do património histórico, arquitectónico e cultural);

(3) Promover a Qualidade de Vida e a Coesão Social

Ambiente e revitalização urbana - Sub-programa Ambiente

Este sub-programa tem uma importância genérica na conservação dos recursos naturais mas com um impacto difícil de avaliar regionalmente, principalmente em territórios sem qualquer estatuto de conservação da natureza ou sem indústria como é a área de estudo. Os objectivos estratégicos do sub-programa são:

- conservar e valorizar o património natural, com especial destaque para as Áreas Protegidas e a orla costeira;
- mobilizar o interesse da sociedade pela conservação do ambiente, dotando, simultaneamente, o País de melhores meios de monitorização da qualidade do ambiente, nas suas múltiplas facetas;
- melhorar a gestão nacional dos recursos hídricos que, em virtude do seu carácter estruturante, modelam políticas de desenvolvimento e influenciam outros domínios do Ambiente.

(4) Fortalecer a base económica regional

Promoção do potencial de desenvolvimento regional (PPDR)

O desemprego, a ausência de ofertas de emprego e a desertificação nas zonas rurais interiores continuam a ser os factores que dificultam um desenvolvimento regional equilibrado. O PPDR é um Programa de incidência nacional orientado para três objectivos:

- criação de emprego, através do apoio a micro e pequenas empresas;
- modernização e diversificação da base económica produtiva de regiões desfavorecidas;

- dinamização de iniciativas de desenvolvimento local e de programas estratégicos correctores de desequilíbrios estruturais regionais.

Em 1995, o PPDR foi objecto de uma profunda reformulação com vista a torná-lo um instrumento mais preciso e adequado. Esta alteração traduziu-se na apresentação e aprovação de uma proposta de reprogramação que incidiu nos aspectos qualitativos e de orientação estratégica e não sobre aspectos financeiros. As intervenções apoiadas apresentam as seguintes características:

- pré-definição das áreas geográficas alvo de intervenção, atendendo aos objectivos concretos que se pretendem de acordo com as potencialidades e estrangulamentos locais;
- preparação de um Plano Integrado de Intervenção que envolve a coordenação de investimento público e privado, assim como das fontes de financiamento;
- participação activa e responsabilizada de Associações de Desenvolvimento Local em colaboração com os departamentos regionalizados da Administração Central e da Administração Local na preparação desses Planos e na sua execução e acompanhamento.

A eficiência das intervenções financiadas pelo PPDR depende da articulação conseguida entre os três Fundos Estruturais que o financiam, por um lado, e com os programas sectoriais, regionais e os de iniciativa comunitária, por outro.

Em 1995, o Programa foi objecto de uma reprogramação caracterizada pelos seguintes aspectos:

- criação de um novo sistema de incentivos de apoio à criação de emprego, combinando apoios FEDER e FSE;
- preparação de uma série de intenções novas, de âmbito regional ou inter-regional, denominadas acções-piloto de valorização do potencial endógeno;
- este trabalho foi desenvolvido no contexto do lançamento de um programam nacional - Programam das Iniciativas de Desenvolvimento Local (PIDL) - que enquadrava uma série de instrumentos (nacionais ou comunitários), sendo o PPDR um dos seus componentes essenciais. A preparação deste documento teve reflexos na execução do PPDR, obrigando a uma paragem das acções em curso, enquanto se definiam novas intervenções. Os trabalhos de reprogramaÁ,,o do PIDL decorreram durante o primeiro semestre de 1995 e a sua aprovação foi dada pela Comissão de Acompanhamento em finais de Julho do mesmo ano;

- em vésperas das eleições legislativas, o Governo decidiu não tomar decisões sobre o lançamento das acções preparadas, o que se traduziu na paragem quase total do Programa para quase todo o ano de 1996.

(5) Programa Operacional do Alentejo

Quadro A6 - Sub-programas (SP) e Medidas (M) do P.O. Alentejo

SP A - Desenvolvimento local e melhoria das condições de vida
<u>Infra-estruturas básicas</u> (sistemas de abastecimento de água, sistema e drenagem; tratamento de águas residuais; sistemas de remoção, transporte, tratamento, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, electrificação em aglomerados rurais e urbanos; pavimentações e arruamentos).
<u>Preservação da qualidade do ambiente</u> (despoluição de bacias hidrográficas de albufeiras de abastecimento público; melhoria do controlo da qualidade do ambiente; recuperação de áreas degradadas do ponto de vista ambiental e paisagístico).
<u>Acessibilidades e infra-estruturas de comunicação</u> (vias de comunicação e respectivas obras de arte; melhoria da circulação nos centros urbanos; terminais rodoviários).
<u>Infra-estruturas e equipamentos socio-culturais</u> (postos médicos, equipamentos polivalentes; bibliotecas, museus, teatros e cine-teatros, piscinas, campos de ténis, polidesportivos, circuitos de manutenção e outros equipamentos desportivos).
Medidas
Centro e Baixo Alentejo
Entre Mira e Gadiana
Litoral alentejano
Mármoreis
Norte Alentejano
SP B - Valorização da dimensão e da identidade regional
Medidas
M1 Acessibilidades intermunicipais e regionais
<u>Construção de novos troços regionais</u>
<u>Construção de terminais rodoviários</u>
<u>Construção de aeródromos</u>
<u>Construção de infra-estruturas portuárias</u>
<u>Criação de equipamentos/infra-estruturas de produção de materiais necessárias à realização de outros investimentos</u>
M2 Infraestruturas intermunicipais e regionais de protecção do ambiente
<u>Barragens, ETAS e aduções</u>
<u>Sistemas de remoção e transporte de resíduos sólidos</u>
<u>Sistemas de abastecimento de água</u>
<u>Tratamento de águas residuais</u>
<u>Laboratórios regionais de controlo da qualidade do ar, da água e dos efluentes domésticos e industriais</u>
<u>Acções de intervenção nas albufeiras para tratamento da poluição e eutrofização</u>
<u>Acções de intervenção específicas para a limpeza e preservação de praias</u>

Quadro A6 (cont.) - Sub-programas (SP) e Medidas (M) do P.O. Alentejo

M3 Equipamentos sócio-económicos
<u>Centros de apoio tecnológico</u>
<u>Mercados abastecedores</u>
<u>Loteamentos industriais</u>
<u>Pavilhões de exposições</u>
<u>Aproveitamento de águas termais</u>
<u>Recuperação de castelos e património arqueológico</u>
<u>Sinalização turística</u>
<u>Parques de campismo</u>
<u>Piscinas</u>
<u>Pousadas, estalagens e outros equipamentos hoteleiros</u>
<u>Centros de Saúde e outros equipamentos</u>
<u>Escolas integradas no quadro do ensino básico obrigatório</u>
<u>Escolas profissionais</u>
<u>Cine-teatros, teatros, auditórios</u>
<u>Bibliotecas</u>
<u>Palácios de congressos</u>
<u>Museus e galerias de arte</u>
SP C - Melhoria das condições de modernização e adaptação à mudança
M1 Dinamização da actividade económica
<u>Transferência de tecnologia para as empresas e a certificação de produtos regionais (para assegurar a sua promoção, tendo por base acções concertadas com o sector)</u>
<u>Apoio à produção de produtos regionais de qualidade (estruturas para a sua comercialização e promoção)</u>
<u>Difusão de informação sobre inovação tecnológica e marketing</u>
<u>Revalorização de técnicas e práticas tradicionais (com vista à criação de unidades viáveis de produção)</u>
<u>Identificação e divulgação de oportunidades locais de investimento</u>
<u>Apoio logístico à criação, expansão ou modernização de empresas</u>
<u>Divulgação de métodos e técnicas de gestão e marketing a apoio à sua implementação</u>
<u>Realização de certames de características económicas</u>
<u>Catálogos de produtos regionais e qualidade</u>
M2 Assistência técnica e estudos
<u>Execução de estudos ou trabalhos (que contribuam para o desenvolvimento da região, para a conclusão dos objectivos de cada um dos sub-programas e medidas, avaliação do impcte ambiental de algumas acções e a cobertura de despesas com publicidade)</u>

Foram aprovados 99 projectos, 65 do subprogramas A, 19 do subprogramas B e 3 do subprogramas C, dos quais 52 transitaram do anterior QCA. O programa regista alguns atrasos, nomeadamente nos subprogramas A e C. Apesar do nível dos compromissos assumidos ser superior a 80%, devem salientar-se dois factos que lhe retiram alguma dimensão:

- este valor é conseguido à custa do subprogramas B com 131% da decisão inicialmente prevista para este subprogramas, sendo os níveis dos subprogramas A E C de aproximadamente 61% da decisão dos programas; e ainda quase 100% do compromisso assumido no subprogramas B resultante da transição dos projectos PRODAC e PEDIP;
- os compromissos assumidos foram homologados na sua grande maioria apenas no final do último semestre do ano.

Informação Recente sobre o QCA: "Redistribuição de verbas do QCA beneficia os programas com taxas de execução mais elevadas" (Público, 8/08/96)

Com o título "Governo reafecta 50 milhões", o Público dá conta da recente redistribuição de verbas no QCA. Transcrevo alguns aspectos que me parecem mais relevantes do artigo em questão:

"O Governo tem actualmente mais de 50 milhões de contos para reafectar, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio (...), embora o montante possa aumentar até ao final do ano".

"O objectivo do Executivo é reforçar as verbas destinadas à educação, transportes, todos os programas regionais e telecomunicações por enquadrarem os programas regionais e telecomunicações por enquadrarem os programas com melhor grau de execução e por, como acontece com a educação, haver orientações explícitas de prioridades".

"No final do Julho passado, a despesa pública (financiamento comunitário e contrapartida do Orçamento de Estado) realizada ao abrigo do QCA atingiu 857,7 milhões de contos, o que equivale a uma taxa de execução de 37 por cento face ao programado para o ano em curso. Relativamente ao mês anterior representa um aumento de quatro pontos percentuais. O secretário de Estado (do Desenvolvimento Regional) nota que as melhorias de execução foram sobretudo visíveis na educação - que deu o maior salto mensal tendo passado de 18 para 21 por cento -, nos programas regionais e no Fundo de Coesão. Aliás, o grande salto verificado com este instrumento financeiro - tem, neste momento, uma taxa de execução de 111 por cento, o que excede as previsões para este ano - justifica-se pela libertação da verba de 22 milhões de contos para a construção da nova ponte sobre o Tejo. A análise aos últimos dados do QCA mostram, também, que



as medidas relativas aos transportes, nomeadamente as que se integram nas chamadas redes transeuropeias também já ultrapassaram os 100 por cento (...)"

"Em contrapartida, verifica-se existirem programas que se encontram ainda a zero, decorridos sete meses do ano, alguns dos quais financiados pelo FSE e que estão neste momento em mudanças. Assim, a zero estão, por exemplo, a formação contínua de professores de responsáveis pela administração educacional, a inserção no mercado de emprego, a formação e aperfeiçoamento profissional de funcionários da administração pública, formação e educação para a agricultura, formação dos profissionais de turismo e a formação de pessoal para a saúde. Entre as medidas financiadas pelo FEDER, o número de casos a zero é significativamente menor, mas não deixa de expor três situações. Uma, por ser curiosa, - do mais de um milhão de contos previstos para os incêndios florestais ainda nada foi gasto -, as outras duas, por reflectirem uma situação herdada e de difícil inversão: a renovação das zonas ocupadas por barracas e as iniciativas de desenvolvimento local (valorização dos produtos tradicionais, desenvolvimento económico em núcleos rurais e associações de desenvolvimento local)"

3. Iniciativas Comunitárias

LEADER

O programa LEADER possui características únicas no universo dos fundos disponíveis para incentivar o investimento, uma vez que é administrado por uma entidade local sem fins lucrativos que se candidata à sua administração e tem por vocação o desenvolvimento rural através de iniciativas de pequenos investimentos. A estratégia de intervenção e os objectivos específicos são, por isso, adaptados às condições locais e expressos num programa de acção local. As entidades gestoras de cada um dos projectos no âmbito desta iniciativa são Associações de Desenvolvimento que se pretendem com amplos conhecimentos e implantação na zona de intervenção.

INTERREG

Interreg I

O Interreg é uma Iniciativa Comunitária virada para as zonas fronteiriças. Ao abrigo desta iniciativa foi acolhido em 1991 o Programa de Desenvolvimento das Regiões Fronteiriças de Portugal e Espanha e que terminou em 31 de Dezembro de 1993. Os objectivos gerais do programa eram os seguintes:

- a) promover a criação de condições de desenvolvimento económico e social;
- b) contribuir para a fixação da população e o crescimento ordenado dos centros urbanos de média dimensão;
- c) melhorar a integração da economia das regiões no espaço económico mais vasto, na perspectiva do mercado único europeu.

Interreg II

Esta Iniciativa Comunitária acumula funções do INTERREG I e do REGEN, uma vez que apoia simultaneamente a conclusão de redes de energia e o desenvolvimento e cooperação das regiões transfronteiriças de Portugal e Espanha. O programa operacional relativo a esta iniciativa prevê quatro subprogramas que englobam treze medidas:

Subprograma 1 - Desenvolvimento socioeconómico

- Medida 1: Agricultura e desenvolvimento regional
Esta medida incidirá sobre a diversificação das actividades económicas das explorações agrícolas (turismo, artesanato, etc.), a valorização e comercialização dos produtos agrícolas e silvícolas, pecuária, pesca, caça e pesca, marketing e promoção dos produtos agrícolas e preservação e valorização do ambiente natural e rural, entre outras;
- Medida 2: Equipamentos de apoio à actividade produtiva;
- Medida 3: Formação profissional, emprego e intercâmbio educativo e científico. Esta medida visa, entre outras linhas de acção, a formação/informação profissional, em cooperação, nas áreas de hotelaria, restauração e turismo, artesanato e conservação do património cultural, organização de feiras e animação cultural;

- Medida 4: Reforço dos equipamentos urbanos;
- Medida 5: Dinamização e cooperação empresarial e turística. As medidas a considerar serão, entre outras, lançamento de iniciativas de desenvolvimento local, apoio à participação em feiras, congressos e outras iniciativas similares, acções de promoção da "imagem e produtos regionais", promoção do património histórico-cultural e apoio à realização de roteiros turísticos dos dois lados da fronteira, apoio ao lançamento de actividades complementares à agricultura, estudos de diversificação da produção e valorização dos recursos endógenos, estudos de mecanismos de defesa e controlo de produção de qualidade;
- Medida 6: Dinamização e cooperação social e institucional.

Subprograma 2 - Ambiente e património arquitectónico

- Medida 1: protecção dos recursos hídricos;
- Medida 2: protecção do património natural;
- Medida 3: Recuperação do património arquitectónico.

Subprograma 3 - Melhoria da permeabilidade das fronteiras

- Medida 1: Acessibilidades
- Medida 2: Telecomunicações

Subprograma 4 - Gestão e acompanhamento

- Medida 1: Implementação e divulgação do programa;
- Medida 2: Estudos e avaliação (npp. Rui Alves, "Políticas e Instrumentos Financeiros Relevantes para o Desenvolvimento dos Concelhos de Almodôvar e Ourique", integrado no projecto "Vantagens Estratégicas do Baixo Alentejo Interior (Ourique e Almodôvar)".

LIFE

O Programa LIFE (Instrumento Financeiro para a Política Comunitária do Ambiente), destina-se ao financiamento de projectos de demonstração na área do ambiente, nomeadamente as experiências exemplares de iniciação e sensibilização, dentro das prioridades do programa, no âmbito da fauna, flora e *habitat* e da gestão do território.

Os critérios genéricos de selecção dos projectos baseiam-se, actualmente, no 5º Programa de Acção da Política Comunitária de Ambiente. Este Programa intitulado "Em direcção a um desenvolvimento sustentável" visa a promoção de um desenvolvimento sustentável e respeitador do ambiente. A estratégia consiste em atingir um equilíbrio entre as actividades humanas, o desenvolvimento e a protecção do ambiente, mediante uma divisão clara e imparcial das responsabilidades, que tem em conta o impacte ambiental das diversas actividades e a utilização dos recursos naturais. Propõe-se uma alteração de fundo da perspectiva dos actores da política do ambiente, consistindo na integração das questões relativas ao ambiente nas diferentes políticas de todos os sectores de actividade. Os objectivos são:

- a promoção da planificação sectorial e o ordenamento do território integrando o ambiente;
- o reforço ao recurso aos instrumentos económicos e fiscais;
- favorecer o recurso aos instrumentos económicos e fiscais;
- o reforço da investigação e o desenvolvimento de tecnologias mais económicas em recursos e de menor impacte ambiental;
- o aumento da transparência dos processos decisórios e facilitar a compreensão dos problemas, pela informação, formação e sensibilização.

Pretende-se a aplicação destes princípios e instrumentos em cinco sectores, designadamente a indústria, a energia, os transportes, a agricultura e o turismo.



INSTITUTO NACIONAL DE INTERVENÇÃO E GARANTIA AGRÍCOLA

IDENTIFICAÇÃO DO AGRICULTOR

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO E CONTROLO - SIGC

Reg.(CEE) nº 3508/92 do Conselho
Reg.(CEE) nº 3887/92 da Comissão

ANO

199

Atenção: - Leia com atenção as "Instruções" no verso deste impresso e escreva com letras e números bem visíveis.
- Só devem preencher este impresso os agricultores que pela 1ª vez se candidatam às seguintes ajudas do - SIGC: Cereais, Oleaginosas, Proteaginosas, Linho não textil, Pousio, Superfícies Forrageiras e Ajuda aos Produtores Portugueses de Cereais e Arroz (Co-financiada), Prémio Especial aos Bovinos, Prémio à manutenção de vacas aleitantes e Prémio aos Produtores de carne de Ovinos e Caprinos ou aqueles que pretendam alterar dados já comunicados anteriormente

Relativamente às Ajudas acima referidas já entregou pedidos de ajuda no ano em curso ou em ano(s) anteriore(s)?

(Assinale com X conforme o caso) NÃO SIM

Nº INGA

Se assinalou Não, preencha o impresso na totalidade com excepção do nº INGA

Se assinalou Sim, preencha apenas os campos que pretende alterar, o nº INGA, nº de contribuinte e o Nome

1 IDENTIFICAÇÃO DO AGRICULTOR

Nº Contribuinte singular ou de Pessoa colectiva

Nº de Empresário em nome individual

NOME

MORADA

LOCALIDADE

FREGUESIA

CONCELHO

DISTRITO

CÓD. POSTAL

TELF.

DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA (a que pertence a morada indicada)

2 IDENTIFICAÇÃO BANCÁRIA

BANCO

NIB

3 DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO JUNTOS

FOTOCÓPIAS:

- DO CARTÃO DE CONTRIBUINTE (frente e verso) ...
- DO CARTÃO DE EMPRESÁRIO
- DO CARTÃO DE PESSOA COLECTIVA
- DO BILHETE DE IDENTIDADE (frente e verso)
- DOCUMENTO BANCÁRIO COMPROVATIVO DO NIB
- PROCURAÇÃO NOTARIAL

5 O Agricultor ou o seu representante:

Data: de de 19

Ass. do Agricultor:

Representante na qualidade de:

Nome completo do repres.:

Ass. do representante:

B. I. nº do Arq.

4 INFORMAÇÕES

6 ERROS DE FORMULÁRIO (Reservado ao INGA)

7 RESERVADO ÀS ENTIDADES RECEPTORAS

Recebido em de de 199

Entidade (nome)

Conferi este impresso

(Carimbo)

(Assinatura legível)

INSTRUÇÕES

Quem deve preencher e entregar este impresso?

- Os agricultores que pela 1ª vez se candidatam às ajudas do SIGC.
- Os agricultores que quer tenham ou não nº INGA atribuído, pretendam comunicar qualquer alteração relativa apenas aos seus dados de identificação comunicados anteriormente.

Quando deve ser entregue este impresso e onde?

- Se o agricultor se candidata pela 1ª vez às ajudas do SIGC, deve entregá-lo nas Entidades receptoras com o primeiro Pedido de Ajuda "Superfície" e ou "Animais" que apresentar.
 - Se se trata de alterações à sua identificação pode entregá-lo em qualquer momento, quer naquelas Entidades quer no INGA (pelo correio).
 - Se é a 1ª vez que se candidata às ajudas do SIGC preencha na totalidade os quadros ① e ②, assinale com X no quadro ③ os documentos de identificação que anexa, inscreva no quadro ④ as informações que achar necessárias e assine e date no quadro ⑤.
 - Se utiliza este impresso para comunicar alguma alteração, preencha o nº INGA se já tiver conhecimento dele, o nº de contribuinte singular ou de pessoa colectiva, o Nome, e as alterações que pretende comunicar, referentes ao quadro ① ou ao quadro ②.
- No quadro ③ assinale se apresenta algum documento comprovativo de alteração e no quadro ⑤ não se esqueça de assinar e pôr a data.

Nº de empresário em nome individual

- Se se trata de um agricultor que além do nº de contribuinte singular possui também o nº de empresário em nome individual, deve indicar estes dois(2) números no quadro ①, quando se candidata pela 1ª vez.

Nome

- O Nome a indicar deve ser igual ao que consta no cartão de contribuinte.

Assinatura do agricultor ou do seu representante

- Se o agricultor não puder assinar este impresso (ausência, doença) pode o mesmo ser assinado por um seu representante que deve indicar a qualidade em que assina, procurador, e entregar procuração notarial e fotocópia do seu Bilhete de Identidade.
- Apenas no caso do agricultor não saber assinar pode este impresso ser assinado por outrem, a rogo, que deverá indicar esta qualidade em que assina e apresentar fotocópia do seu Bilhete de Identidade.



INSTITUTO NACIONAL DE INTERVENÇÃO E GARANTIA AGRÍCOLA

PEDIDO DE AJUDA "SUPERFÍCIES"

INDEMNIZAÇÃO COMPENSATÓRIA / ÁREAS
IDENTIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS
PARCELAS AGRÍCOLAS

MODELO

A

199

1 IDENTIFICAÇÃO DO AGRICULTOR

Nome

Nº INGA

Nº Contribuinte singular ou de Pessoa colectiva

Nº de Empresário em nome individual

2 INDEMNIZAÇÕES COMPENSATORIAS (ÁREAS)

É Agricultor a título principal? Sim Não

Nº Beneficiário Segurança Social

3 TIPO DE REGIME

Indique se opta pelo regime: (assinale com X só uma das opções)

GERAL

SIMPLIFICADO

4 DOCUMENTOS ANEXOS

- 1 - Fotocópia das cartas de capacidade de uso dos solos ou de aptidão ao regadio
- 2 - Esboço com identificação das parcelas nos prédios
- 3 - Certificado de variedade de Trigo Duro
- 4 - Declaração de perímetro de rega

- 5 - Certificado de variedade de culturas texteis
- 6 - Contrato ou outros documentos relativos ao pousio Não Alimentar.
- 7 - Documento individual / parcelário

5 TOTAL DE ÁREAS DECLARADAS

(Distribuição das áreas das parcelas com Culturas Arvenses / Pousio de acordo com as classes de capacidade de uso dos solos e/ou de aptidão ao regadio - ALENTEJO E ALGARVE)

5.1 Culturas Arvenses / Pousio

SEQUEIRO	Área das parcelas (Ha)
Cereais (incluindo milho)	/
Oleaginosas	/
Proteaginosas	/
Linho não textil	/
Pousio obrigatório	/
Pousio voluntário	/
Total sequeiro	/

Classes de capacidade de uso (Ha)					TOTAL
A e B	C	D	E		
					/
					/
					/
					/
					/
					/
					/
					/
					/
					/

REGADIO	Área das parcelas (Ha)
Cereais (excepto milho)	/
Milho	/
Oleaginosas	/
Linho não textil	/
Pousio obrigatório	/
Pousio voluntário	/
Total regadio	/

Classes de capacidade de uso ou de aptidão ao regadio (Ha)					TOTAL
A e B Classe I e II	C Classe III	D Classe IV	E Classe V		
					/
					/
					/
					/
					/
					/
					/
					/
					/
					/

5.2 Outras Culturas e/ou Utilizações

Sequeiro e/ou Regadio	Área das parcelas (Ha)
Áreas Forrageiras	/
Tabaco, Forrag. secas, Texteis, Legumin., Lúpulo e Sem. certif.	/
Outras utilizações	/
Total	/

6 ERROS DE FORMULÁRIO (RESERVADO AO INGA)

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7 FORMULÁRIOS ANEXOS

A1	<input type="checkbox"/>	A3	<input type="checkbox"/>
A2	<input type="checkbox"/>	A4	<input type="checkbox"/>

8 DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Tomarei conhecimento das condições legais de atribuição das Ajudas a que me candidato.

Data: de de 19

Ass. do Agricultor:

Representante na qualidade de:

Nome completo do repres.:

Ass. do representante:

B. I. nº do Arq.

9 RESERVADO ÀS ENTIDADES RECEPTORAS

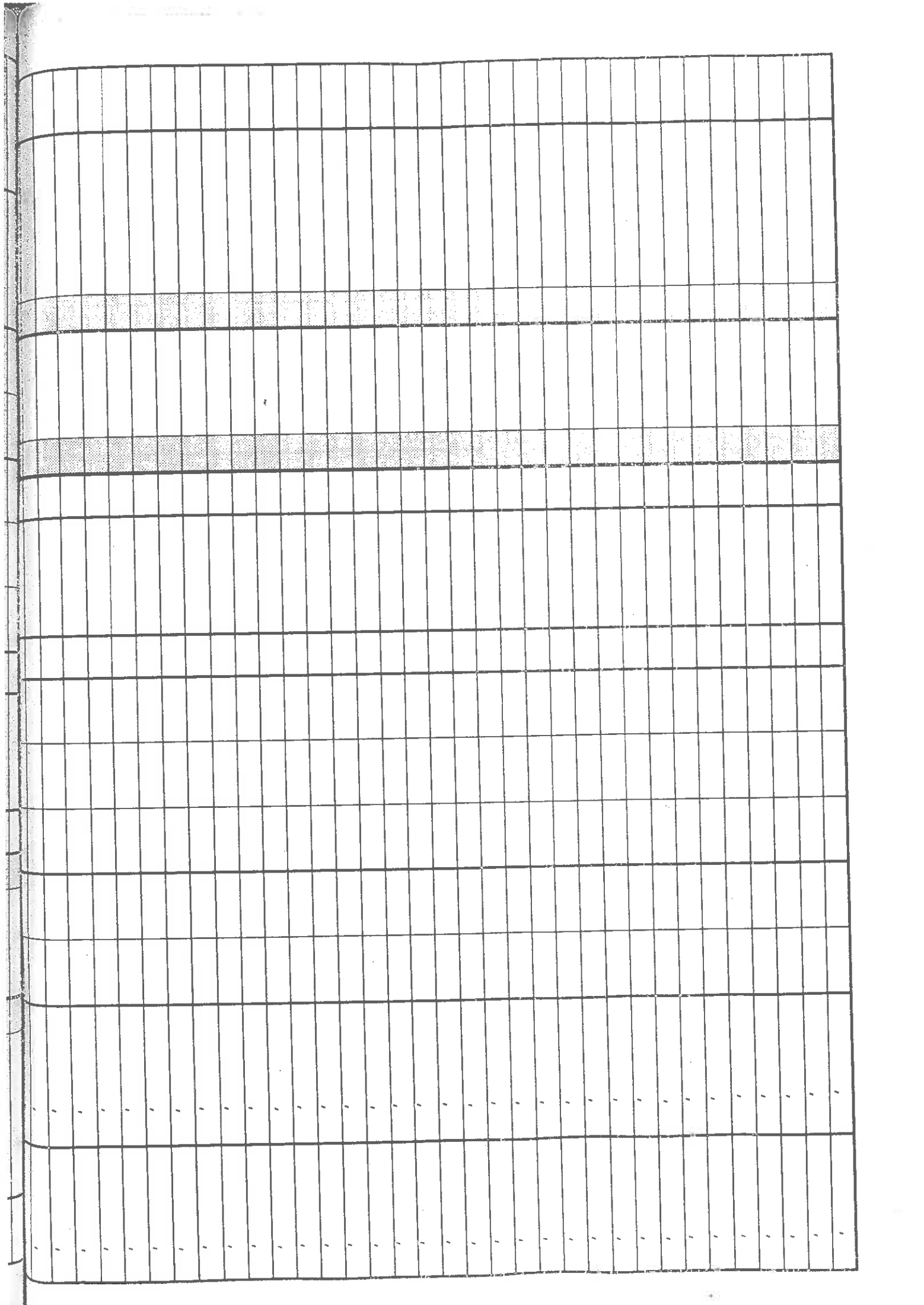
Data da recepção

Ano	Mês	Dia
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Entidade:

Conferi:
(Assinatura legível)

(carimbo)



TRANSFERÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE RETIRADA DE TERRAS

1 IDENTIFICAÇÃO DO CEDENTE

Nome

Nº INGA

Nº Contribuinte singular ou de Pessoa colectiva

Nº de Empresário em nome individual

2 IDENTIFICAÇÃO DO ADQUIRENTE

Nome

Nº INGA

Nº Contribuinte singular ou de Pessoa colectiva

Nº de Empresário em nome individual

3 TIPO DE TRANSFERÊNCIA

TOTAL PARCIAL

Área total declarada de Culturas Arvenses por classe de rendimento do cedente

RENDIMENTO (ton/Ha)	ÁREA DECLARADA (Ha)	POTENCIAL PRODUTIVO (1)(X)(2)
(1)	(2)	

Área de Pousio transferida em termos de Potencial Productivo (10% do Potencial Productivo) Ton/Ha

Superfície colocada em pousio por conta do cedente Ha

4 MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA

Questões ambientais
 Melhoria da gestão da exploração
 Outros (especificar)

5 DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Tomei conhecimento das condições legais da Transferência da Obrigação de Retirada de Terras.

Data: de de 19

Ass. do adquirente:

Representante na qualidade de:

Nome completo do repres.:

Ass. do representante:

B. I. nº do Arq.

6 RESERVADO ÀS ENTIDADES RECEPTORAS

Ano Mês Dia
 Data da recepção

Entidade:

Conferi:
(Assinatura legível)

(carimbo)

4 CONTROLO SANITÁRIO DO REBANHO

O rebanho está sob controlo sanitário (análise de sangue)?

Entidade controladora:

(Assinale com S (Sim) ou N (Não))

Zona Agrária d

ADS

5 DADOS RELATIVOS À COMERCIALIZAÇÃO DE OVINOS

(marque com)

Comercializa: Carne

"Outros produtos": Leite

Queijo

Leite e queijo

No caso de comercializar "Outros produtos", a quem os vende habitualmente?

Cooperativa / industrial

Intermediário

Consumidor final

Identificação da Cooperativa / industrial / Intermediário

{ Nome

{ Morada

6 OUTROS DADOS

(Assinale com S (Sim) ou N (Não))

NÃO TEM LIMITE INDIVIDUAL ATRIBUÍDO OU PRETENDE AUMENTAR ESSE LIMITE?
(Se responder Sim deverá preencher o MODELO D I)

PRETENDE BENEFICIAR DO PRÉMIO CORRESPONDENTE À CATEGORIA DE BORREGOS PESADOS, PROCEDENDO À ENGORDA DE BORREGOS? (Apenas para Produtores que indicaram comercializar "Outros produtos")
(Se responder Sim deverá preencher o Modelo D II)

A PRESENTE CANDIDATURA REFERE-SE A UM AGRUPAMENTO?
(Se responder Sim deverá preencher o Modelo D III)

JÁ APRESENTOU A DECLARAÇÃO DE ÁREA FORRAGEIRA (Modelo A)?

7 DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

Tomei conhecimento das condições legais de atribuição do Prémio a que me candidato.

Data: de de 19

Ass. do Agricultor:

Representante na qualidade de:

Nome completo do repres.:

Ass. do representante:

B. I. n° do Arq.

8 MODELOS QUE ACOMPANHAM ESTE IMPRESSO

MODELO D I - Candidatura à Reserva Nacional

MODELO D II - Declaração de Intenção de Engorda

MODELO D III - Ficha de identificação de agrupamentos

MODELO DE POLVILHAL

9 ERROS DE FORMULÁRIO (Reservado ao INGA)**10 RESERVADO ÀS ENTIDADES RECEPTORAS**

Data da recepção

Ano	Mês	Dia
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Entidade:

Conferi:

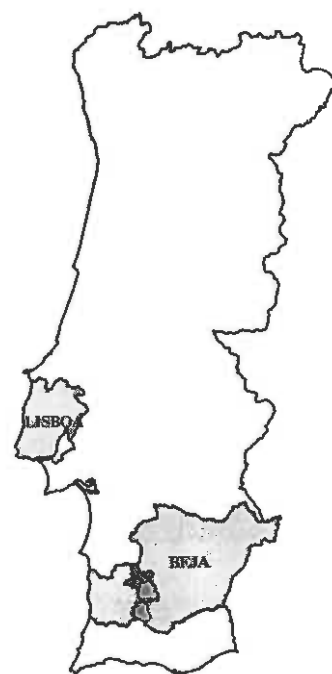
(CARIMBO)

(Assinatura legível)

ANEXO 3

Variáveis e Indicadores de Caracterização do Concelho

FREGUESIAS DO CONCELHO DE OURIQUE



Quadro A7 - Levantamento dos dados sobre o desemprego nos concelhos de Ourique e Almodôvar 1991-1996
(Centro de Ourique) (IEFP)

An.mês	Pedidos de emprego					Total	Ofertas
	Desempregados			Ocupads	Empr.		
	1ºempº	novo	total				
1991							
Março	398	1242	1640	67	12	1719	
Alentejo	5657	29184	34841	1257	1188	37286	302
Junho	350	1115	1465	120	9	1594	20
Alentejo	4884	24045	28929	3517	1059	33499	239
Set.	297	1164	1461	37	8	1506	23
Alentejo	4275	22108	26383	3239	1104	30726	435
Dez.	173	1180	1353	8	8	1369	20
Alentejo	4128	24425	28553	311	1153	30017	469
1992							
Março	163	1063	1226	102	7	1335	
Alentejo	4264	26404	2087	1113	33868	33868	92
Junho	153	1001	1154	115	6	1275	
Alentejo	4466	25899	30365	3697	1046	35108	111
Set.	152	1026	1178	121	7	1306	
Alentejo	4746	26922	31668	3219	961	35848	277
Dez.	157	1154	1311	6	7	1324	1
Alentejo	4823	30619	35442	454	901	36797	980
1993							
Março	223	1346	1569	4	18	1591	
Alentejo	5493	33612	39105	2025	994	42124	924
Junho	274	1267	1541	289	23	1853	
Alentejo	4959	28365	33324	6886	923	41133	176
Set.	305	1293	1598	314	21	1933	
Alentejo	5066	27327	32293	6795	907	40095	292
Dez.	308	1357	1665	329	21	2015	
Alentejo	5054	28604	33658	5828	910	40396	69
1994							
Março	285	1594	1879	11	20	1910	
Alentejo	5122	35797	40919	1008	998	42925	54
Junho	286	1369	1655	258	20	1933	
Alentejo	5098	30812	35910	6058	981	42949	56
Julho	297	1384	1681	258	20	1959	
Alentejo	5149	29786	34935	6699	975	42609	68
Agosto	293	1343	1636	373	20	2029	
Alentejo	4917	28269	33186	7564	868	41618	109
Set.	304	1369	1673	360	20	2053	
Alentejo	5074	27989	33063	7414	863	41340	104
Nov.	301	1392	1693	362	14	2069	
Alentejo	5292	29596	34888	5781	898	41567	68
Dez.	257	1242	1499	355	13	1867	

Quadro A8 - Dados de caracterização da agricultura do concelho de Ourique

Variáveis	Explorações Agrícolas			
	Total das explorações com SAU	Pequenas	Médias	Grandes
Nº de explorações agrícolas e áreas				
Nº de explorações agrícolas	1064	976	40	48
Área total (ha)	44456	17006	6168	21282
Utilização da terra				
Área de terra arável	37111	12688	5128	19295
Área em pousio	25193	9149	3725	12319
SAU	41040	14789	5750	20501
Área de culturas permanentes	580	411	66	103
Área de olival	563	396	65	102
Área de pastagens permanentes	3826	2022	638	1166
Área florestal total	19299	7874	3102	8323
Área florestal estreme	1856	1341	219	296
Área com culturas temporárias				
Total	11580	3313	1347	6920
Cereais para grão	8738	2844	955	4939

Trigo	4805	1444	546	2815
Cevada	503	279	47	177
Aveia	2657	914	281	1462
Milho	140	55	2	83
Triticale	570	88	79	403

Culturas forrageiras temporárias	2507	311	275	1921
Culturas industriais	195	79	116	0
Leguminosas secas	113	51	2	60
Horta familiar	75	61	6	8
Hortícolas	110	96	6	8

Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola 1989

Quadro A8 (cont.) - Dados de caracterização da agricultura do concelho de Ourique

Variáveis	Explorações Agrícolas							
	Total		Pequenas		Médias		Grandes	
Efectivos pecuários								
Total Cabeças Naturais	52636		22848		4992		24796	
Cabeças Naturais de bovinos	4814		1790		439		2585	
Cabeças Naturais de ovinos	38697		15243		3925		19529	
Cabeças Naturais de caprinos	3553		2662		345		546	
Cabeças Naturais de suínos	4897		2535		273		2089	
Cabeças Naturais de equídeos	675		618		10		47	
Nº de tractores	206		83		24		99	
Tipos de exploração agrícola								
Nº de expl.- agr. autónomos	1013		960		36		17	
Nº de expl. - agr. empresários	42		13		3		26	
Nº de expl.- sociedades	8		3		1		4	
Nº de expl.- cooperativas	1		0		0		1	
SAU dos agricultores autónomos	24753		14011		5203		5539	
SAU dos agricultores empresários	11495		627		443		10425	
SAU das sociedades	2952		151		104		2697	
SAU das cooperativas	1840		0		0		1840	
Formas de exploração agrícola								
Nº expl. em conta própria	823		768		21		34	
Nº expl. em arrendamento fixo	285		227		26		32	
Nº expl. em arrend. campanha	3		3		0		0	
Nº expl. em arrend. variável	17		16		1		0	
SAU em conta própria	21340		9715		2181		9444	
SAU em arrendamento fixo	18310		4214		3039		11057	
SAU em arrendamento de campanha	97		97		0		0	
SAU em arrendamento variável	168		153		15		0	
População agrícola familiar								
Total	2635		2373		131		131	
Pop. agr. fam. a trab. 0-50% tempo act. na exploração agrícola	808		752		33		23	
Pop. agr. fam. a trab. 50-100% tempo act. na exploração agrícola	1096		1038		34		24	
Pop. agr. fam. a trab. 100% tempo act. na exploração agrícola	219		160		25		34	
Trabalhadores permanentes								
	nº expl. nºtrab.		nºexpl. nºtrab.		nºexpl. nºtrab.		nºexpl. nºtrab.	
Expl. com trab. permanentes	51	131	18	26	1	2	32	103
Expl. com 1 trab. permanente	19	19	13	13	0	0	6	6
Expl. com 2 trab. permanentes	11	22	3	6	1	2	7	14
Expl. com 3 trab. permanentes	8	24	1	3	0	0	7	21
Expl. com 4 trab. permanentes	7	28	1	4	0	0	6	24
Expl. com 5-9 trab. permanentes	4	28	0	0	0	0	4	28
Expl. com 10 e+trab. permanentes	1	10	0	0	0	0	1	10

Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola 1989

Quadro A8.1 - Indicadores de caracterização da agricultura do concelho de Ourique

Indicadores	Explorações Agrícolas			
	Total	Pequenas	Médias	Grandes
Dimensão Média das explorações				
Área total (ha)	42	17	154	443
Terra arável (ha)	34	13	127	401
Nº de bovinos	5	2	11	54
Nº de ovinos	36	16	98	407
Nº de tractores	0,2	0,1	0,6	2,1
Peso dos vários estratos de agricultura				
Área total (%)	100.00	38	14	48
Terra arável (%)	100.00	34	14	52
Trigo (%)	100.00	30	11	59
Culturas forrageiras (%)	100.00	12	11	77
Área florestal (%)	100.00	41	16	43
Cabeças Naturais bovinos (%)	100.00	37	9	54
Cabeças Naturais ovinos (%)	100.00	39	10	51
Tipos e formas de exploração				
SAU dos agr. autónomos (%)	60	95	90	27
SAU dos agr. empresários (%)	28	4	8	51
SAU de soc. e cooperativas (%)	12	1	2	22
SAU em conta própria (%)	52	66	38	46
SAU em arrendamento fixo (%)	45	28	53	54
Nº de pessoas por família com exploração agrícola				
Total	2,5	2,4	3,3	3,0
Nº pessoas a trabalhar na explor.	2,0	2,0	2,35	1,9
Utilização das terras				
Terra arável na área total (%)	83	75	83	90
Pousio na terra arável (%)	68	72	73	64
Cereais para grão na terra arável cultivada (%)	73	80	68	71
Trigo na terra arável cultiv. (%)	40	41	39	40
Aveia na terra arável cultiv. (%)	22	26	20	21
Culturas forrageiras na terra arável cultivada (%)	21	9	20	28
Nº de ovinos e caprinos por bovino	9	10	3	9

Fonte: INE, Recenseamento Geral Agrícola 1989

Quadro A9 - Estrutura do VABpm da Agricultura e da Silvicultura em 1990 no concelho de Ourique (%)

Agricultura	71,3	
Produção vegetal	37,3	
Produção Animal	34,0	
Silvicultura	28,7	
Activ./Produtos agrícolas vegetais		
Cereais	27,1	
Trigo		20,9
Outros cereais de inverno		4,0

Hortícolas	5,2	

Outros produtos vegetais	5,0	
Activ./Produtos animais		
Bovinos total	11,2	
Bovinos carne		8,5
Pequenos ruminantes	14,8	
Ovinos		11,1
Suínos	2,9	
Outros produtos animais	5,1	
Activ/Produtos Silvicultura		
Madeira em bruto	2,7	
Cortiça	18,5	
Outros produtos florestais	7,5	
Total	100	

Fonte: J.A. Cabral Rolo (1995), Produção Final, Consumo Intermédio e Valor Acrescentado Bruto por Actividades da Agricultura e da Silvicultura em "1990": Ensaio de Regionalização para o Continente, Lisboa, INIA

Quadro A10 - Concelho de Ourique - População presente e infra-estruturas básicas, por freguesias e lugares - 1991

Freguesias/ lugares	População presente	Infra-estruturas Básicas			
		Água	Electric	Esgotos	Lixo
Conceição	203				
Alcarias	57	N	S	N	S
Conceição	116	N	S	N	S
Isolados	30				
Garvão	922				
Funcheira	147	S	S	S	S
Garvão	716	S	S	S	S
Isolados	59				
Ourique	2880				
Alcaria de Fernão Vaz	41	N	S	N	S
Grandãos	175				
Aldeia Nova de Favela	45	N	S	N	S
Aldeia dos Palheiros	378				
Brochas	72	N	S	N	S
Ourique	1339	N	S	N	S
Tardonas	28	S	S	S	S
Saraiva	25	N	S	N	S
Achada	14	N	S	N	S
Isolados	763	N	S	N	S
Panóias	761				
Panóias	553	N	S	N	S
S. Romão	45	N	S	N	S
Torre Vã	55	N	S	N	S
Isolados	108				
Santa Luzia	439				
Santa Luzia	333	S	S	S	S
Vale de Coelho	14	N	S	N	N
Isolados	92				
Santana da Serra	1225				
Santana da Serra	279				
Fitos	74	S	S	S	S
Isolados	872	N	S	N	N

Fonte: INE, Censos 91, in Processo de Candidatura ao Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, ESDIME, 1994

ANEXO 4

Técnicas de Pesquisa

Inquérito por questionário

O presente Inquérito por Questionário tem como objectivo a recolha de informação para a elaboração de uma Tese de Mestrado em Economia e Política Social do Instituto Superior de Economia e Gestão, em Lisboa.

Garanto-lhe o anonimato da resposta e agradeço a sua colaboração.

2. É sócio de:

Associação socioprofissional

- sim
- não

identificar _____

Agrupamento de Defesa Sanitária

- sim
- não
- Outras _____

3. Formação profissional agrícola dos membros da família

parentesco	formação profissional ⁽⁴⁾

B. Exploração agrícola, fontes de rendimento e condições de vida

4. Tipo de exploração

- produtor autónomo
- produtor empresário

(4) experiência exclusivamente prática - 1; curso base de agricultura - 2; curso de empresário agrícola - 3; curso de jovem empresário agrícola - 4; curso "a mulher e a agricultura" - 5; curso de iniciação agrícola - 6; curso de aprendizagem agrícola - 7; curso de contabilidade e gestão - 8; curso de produção vegetal - 9; curso de viticultura - 10; curso de horticultura - 11; curso de floricultura - 12; curso de fruticultura - 13; curso de citricultura; -14; curso de arboricultura - 15; curso de pastagens e forragens - 16; curso de bovinicultura - 17; curso de ovinicultura - 18; curso de pequenos ruminantes - 19; curso de apicultura - 20; formação agrícola completa - 21 (adquirida através de um curso, de pelo menos 2 anos, subsequente à conclusão da escolaridade obrigatória, concluído numa escola secundária, numa escola agrícola ou numa universidade, nas áreas de agricultura, horticultura, viticultura, silvicultura, psicultura, veterinária, tecnologia agrícola).

5. Forma de exploração

forma de exploração	ha
- conta própria	
- arrendamento fixo	
- arrendamento variável	
- arrendamento de campanha	
- parceria	
- cedência gratuita	
- cedência paga	

6. Área total (ha) _____

7. Número de blocos _____

8. Composição, área, destino da produção, ajudas e prémios

culturas anuais	ha	destino da produção			ajudas
		aut.cons.	aprovis.	venda	
- trigo					
- centeio					
- cevada					
- aveia					
- milho					
- sorgo					
- triticales					
- forragens					
- feijão					
- proteag. ⁽⁶⁾					
- outras legumin. ⁽⁷⁾					
- batata					
- oleaginosas ⁽⁸⁾					
- outras culturas industriais ⁽⁹⁾					
- hortícolas ao ar livre					
- hortícolas em estufa					
- flores ao ar livre					
- flores em estufa					
- horta familiar					
- outras culturas					

(6) proteaginosas=leguminosas secas-grão (ervilha, fava, faveta e tremçoço doce)

(7) outras leguminosas=grão-de-bico, lentilhas e ervilhaca

(8) oleaginosas=girassol, colza e soja

(9) outras culturas industriais=linho (têxtil e não têxtil), lúpulo, tabaco, cânhamo e algodão

Culturas permanentes	ha.	destino da produção			ajudas
		auto cons.	aprovis.	venda	
- macieiras					
- pereiras					
- pessegueiros					
- ameixeiras					
- damasqueiros					
- laranjeiras					
- castanheiros					
- amendoeiras					
- outras fruteiras					
- vinha					
- olival					
- floresta					
- montado de sobre					
- montado de azinho					
- pinheiro manso					
- pinheiro bravo					
- eucalipto					
- sobre/azinho					
- montado/pinhal					
- outros					
Gados	n°	destino da produção			prêmios
		aut. cons.	aprovis.	venda	
- equídeos					
- equinos					
- asininos					
- muares					
- bovinos					
- com < 1 ano					
- com 1 a 2 anos					
- vacas leiteiras					
- outras vacas					
- machos com + 2 anos					
- ovinos					
- fêmeas reprodutoras					
- outros					
- caprinos					
- fêmeas reprodutoras					
- outros					
- suínos					
- fêmeas reprodutoras					
- outros					

Outros animais	n°	destino da produção		
		aut. cons.	aprovis.	venda
- aves capoeira				
- frangos carne				
- galinhas poedeiras e reprodutoras				
- perús				
- patos, gansos e pintadas				
- outros				
- abelhas				
- outros				

9. medidas agro-ambientais de que beneficia e/ou se candidatou:

	beneficia	candidatou-se
- luta química aconselhada		
- protecção integrada		
- agricultura biológica		
- sistemas cerealíferos de sequeiro		
- olival tradicional		
- fruteiras de variedades regionais		
- montado de azinho		
- manutenção de superfícies florestais abandonadas		
- manutenção de superfícies florestais complementares de explorações agrícolas		
- preservação de maciços de espécies arbóreas ou arbustivas autóctones de ecossistemas de elevado interesse biológico		
- sistemas forrageiros extensivos		
- apoio à manutenção de raças autóctones ameaçadas de extinção		

10. Outras medidas de acompanhamento de que beneficia e/ou se candidatou

	beneficia	candidatou-se
- formação profissional		
- medidas florestais		
- ajuda à arborização de superfícies agrícolas		
- beneficiação de superfícies florestais		
- prémio destinado a cobrir custos de manutenção das superfícies arborizadas		
- prémio destinado a compensar perdas de rendimento		

11. Medidas no âmbito do PAMAF de que beneficia e/ou se candidatou

	beneficia	candid.
– beneficiação de regadios tradicionais e pequenos regadios		
– electrificação		
– ajudas aos investimentos nas explorações		
– aquisição de prédios rústicos		
– ajudas à contabilidade de gestão		
– indemnizações compensatórias		
– olivicultura		
– fruticultura		
– horticultura		
– floricultura		
– orizicultura		
– equinos e bovinos autóctones		
– ovinos e caprinos		
– suínos de raças autóctones		
– actividades alternativas		
– protecção ambiental e bem-estar animal (suinicultura e avicultura)		
– programa de desenvolvimento florestal		
– formação e educação		

12. Máquinas e equipamentos pertencentes à exploração

Máquinas- designação	potência (cv.)	idade

13. Instalações existentes na exploração

designação	idade

13. A casa de habitação está na exploração?

- sim
- não localização _____

14. Ano de construção da casa de habitação _____

15. alguns indicadores de conforto

Número de divisões	sim	não
- cozinha		
- electricidade		
- água canalizada		
- instalações sanitárias		
- retrete no interior		
- retrete no exterior		
- instalações fixas de banho/duche		
- garagem		
- telefone		
- fogão		
- micro-ondas		
- frigorífico		
- arca congeladora		
- aparelho de aquecimento eléctrico		
- aparelho de aquecimento não eléctrico		
- rádio		
- gravador		
- gira-discos		
- alta fidelidade		
- televisão		
- material de vídeo		
- aspirador		
- máquina de lavar roupa		
- máquina de lavar loiça		
- computador pessoal		

16. Como avalia o acesso aos seguintes serviços na sua zona (mau; razoável; bom; muito bom)

- educação _____
- saúde _____
- transportes _____
- serviços de apoio aos agricultores _____
- outros _____

17. Mão-de-obra não familiar

	Nº
- trabalhadores permanentes	
- total homens e mulheres	
- homens	
- mulheres	
- trabalhadores eventuais	
- dias trabalho/ano	
- total homens e mulheres	
- homens	
- mulheres	

18. Contabilidade agrícola

- organizada
- registo de todas as receitas e despesas
- existência de registos limitados às receitas e despesas de uma parte das operações ou de escritos ocasionais
- ausência de qualquer controlo das receitas e despesas
- não sabe/não responde

C. Importância relativa das fontes de rendimento da família (avaliação do agricultor)

19. Outras fontes de rendimento da família

- da exploração	
- terras arrendadas	
- aluguer de superfícies forrageiras e de alojamentos para animais	
- empreitadas e aluguer de material a terceiros	
- exterior à exploração	
- remuneração dos membros da família com actividade profissional fora da exploração	
- rendas de prédios rústicos	
- rendas de prédios urbanos	
- receitas de capital (juros de depósitos)	
- remessas de emigrantes	
- indemnizações por despedimento	
- empréstimos contraídos	
- outra	

20. O rendimento da família provém:

- exclusivamente desta exploração agrícola (responder à pergunta sobre hierarquização das fontes de rendimento da exploração)
- principalmente (mais de metade) desta exploração agrícola
- principalmente de outras origens (mais de metade)

21. Ordene do mais importantes para o menos importante os rendimentos com origem na exploração (escala 1, 2, 3, 4)

- venda de produtos da exploração _____
- subsídios, prémios e ajudas _____
- arrendamento de terras _____
- aluguer ocasional de superfícies forrageiras e de alojamento de animais _____
- empreitadas e alugueres de material a terceiros _____

22. Quais são os três produtos que têm maior importância nas receitas em dinheiro da sua exploração (apenas se a venda de produtos da exploração tiver lugar)

- 1º _____
- 2º _____
- 3º _____

23. Quais são as ajudas/prémios que têm maior importância nas receitas em dinheiro da sua exploração (apenas quando existirem ajudas e prémios)

- 1º _____
- 2º _____
- 3º _____

24. Ordene do mais importante para o menos importante os rendimentos exterior à exploração (escala 1, 2, 3, 4, 5, 6)

- remunerações dos membros da família com actividade profissional fora da exploração _____
- rendas de prédios rústicos _____
- rendas de prédios urbanos _____
- receitas de capital (juros de depósitos) _____
- transferências no âmbito do sistema de segurança social _____
- remessas de emigrantes _____
- outras _____

D. Condições do exercício da actividade agrícola (avaliação do agricultor) e perspectivas

25. Principais meios de conhecimento das ajudas, prémios e outros instrumentos financeiros

- tv
- rádio
- jornais
- revistas técnicas
- associação socioprofissional
- conversa com outras pessoas: amigos, familiares, vizinhos
- Zona Agrária
- outros _____

26. Forma de elaboração dos processos de candidatura às ajudas e prémios

- contactos do próprio com os organismos competentes na recepção das candidaturas
- por intermédio de familiares
- por intermédio de amigos/vizinhos
- outra _____

27. Conhece alguma associação de desenvolvimento local/rural?

- sim
- não, mas sabe que existem
- não, nem sabe que existem (passar para a p. 31)

28. Se respondeu "sim" ou "não mas sabe que existem", identifique a associação:

29. Se respondeu "sim", participa nas actividades dessa associação?

- sim
- não

30. Se respondeu "sim", identifique essas actividades:

31. Como classifica a actual política agrícola?

- má
- razoável
- nem boa nem má
- boa
- muito boa
- n. sabe/n. responde

32. Em sua opinião, quais são os aspectos "mais positivos" e "mais negativos" da política agrícola?

- aspectos mais positivos _____
- aspectos mais negativos _____
- n. sabe/n. responde

33. Em sua opinião, deviam ser introduzidas alterações na política agrícola?

- sim
- não
- n. sabe/n. responde

34. Se respondeu "sim", que alterações propõe?

35. Em sua opinião, qual a situação da sua exploração?

- má porquê? _____
- nem má nem boa porquê? _____
- boa porquê? _____
- n.sabe/n. responde

36. Em sua opinião, qual a evolução mais provável da sua exploração?

- sem alterações significativas (passa para p. 43)
- com alterações
especifique: _____
- uma adaptação sucessiva às transformações das políticas (passar para p.37)
- dificuldades crescentes (passar para p.39)
- abandono da actividade (passar para p.40)
- Outro
especifique _____
- n. sabe/n. responde

37. Se respondeu "uma adaptação sucessiva às transformações das políticas", qual o grau das mudanças?

- razoável
- forte
- muito forte
- n. sabe/n.responde

38. Especifique o tipo das mudanças

39. Se respondeu "dificuldades crescentes", porquê?

40. Se respondeu "abandono da actividade", porquê?

41. O montante de ajudas e de prémios atribuídos à sua exploração nos próximos anos irá ser:

- superior
- igual
- menor
- n. sabe/n. responde

42. Quando se reformar tem alguém que lhe suceda na exploração?

- sim quem? _____
- não
- n. sabe/n. responde

+++

GUIÃO DAS ENTREVISTAS

AGRICULTORES

Objectivo:

Completar e aprofundar a informação obtida através do Inquérito por Questionário relativamente a:

- história da exploração
- fontes de rendimento
- principais objectivos relativamente à exploração e à família
- principais estratégias adoptadas na prossecução desses objectivos
- posicionamento face às condições de exercício da actividade: Política Agrícola; mercado; relacionamneto com os outros agricultores,....

Dimensões da entrevista:

1. História da exploração

- instalação
- principais mudanças ocorridas após a instalação do agricultor relativamente a:

SAU

principais produções

tecnologia

construções e equipamentos da exploração

composição e evolução da família

composição e evolução das fontes de rendimento da família

número de pessoas residentes e a trabalhar na exploração



2. Objectivos e estratégias (dependente das respostas ao Inquérito)

— objectivos relativamente à família

composição; actividades dos membros da família;
dependência da família relativamente a:

receitas monetárias da exploração;
receitas monetárias externas;
autoconsumo;
habitação na exploração;
residência e emprego na cidade;
conservação de um património fundiário.

— objectivos relativamente à exploração

dimensão
principais produções
actividades a desenvolver no âmbito da exploração
forma de exploração
tecnologia
continuidade/sucessão

— Estratégias a adoptar na prossecução daqueles objectivos

GUIÃO DAS ENTREVISTAS

AUTARQUIA

Objectivo:

Caracterização do concelho em termos económicos e sociais. Perceber as prioridades da autarquia no processo de desenvolvimento do concelho e os principais meios/instrumentos utilizados para o efeito (vd. anexo com os instrumentos financeiros do PDR cujos beneficiários são as autarquias). Pretendo também que seja feita uma avaliação das políticas com especial impacte na economia e na sociedade locais, nomeadamente a Política Agrícola.

Dimensões da entrevista:

1. Concelho de Ourique: caracterização e identificação dos principais problemas de natureza económica e social

2. A agricultura do concelho: características e perspectivas de evolução

- principais características da agricultura do concelho
- a PAC e o seu impacte na agricultura do concelho
- perspectivas de evolução da PAC e consequências na agricultura do concelho
- alternativas ao emprego agrícola no concelho

3. Prioridades da autarquia em termos de desenvolvimento: objectivos e instrumentos, nomeadamente os instrumentos financeiros do PDR - fazer um levantamento dos que foram e serão utilizados.

GUIÃO DAS ENTREVISTAS



ASSOCIAÇÃO SOCIO-PROFISSIONAL

Objectivo: caracterização da agricultura e dos agricultores representados pela associação (concelhos de Aljustrel, Almodôvar, Castro Verde e Ourique). Identificar os principais problemas da agricultura da zona bem como as perspectivas de evolução. Caracterizar a actividade da associação no apoio e representação dos agricultores.

Dimensões da entrevista:

1. Caracterização da agricultura e dos agricultores da zona

- principais produções
- dimensão das explorações
- perfil dos agricultores (idade/escolaridade/capacidade de inovação/adaptação)

2. Avaliação da actual PAC e seu impacte na agricultura da zona

- aspectos positivos e negativos da PAC para a agricultura da zona
- referência a aspectos específicos da PAC como as medidas agro-ambientais (Plano Zonal de Castro Verde) e as ajudas ao rendimento relativas às principais produções da zona
- reacção dos agricultores às medidas da PAC
- acesso dos agricultores aos instrumentos financeiros correspondentes a essas medidas
- principais preocupações e "queixas" dos agricultores

3. Perspectivas de evolução da agricultura da zona

- alternativas às produções tradicionais
- capacidade de adaptação da agricultura/agricultores a prováveis alterações da PAC